

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Letras

Departamento de Geografia

Relatório de Estágio

“Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”

Caso de Estudo – Concelho de Vila do Conde

Vicente de Sá Amaro

Orientador – Professora Doutora Nicole Françoise Devy Vareta

**Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e
Ordenamento do Território**

Porto, Junho 2009

Agradecimentos

À Professora Doutora Nicole Devy Vareta, orientadora científica deste trabalho, por todo apoio prestado, pelas sugestões e conselhos.

Aos colegas de trabalhos pela troca de opiniões.

À minha irmã Madalena pelo apoio dado e

Ao Ricardo e à Conceição pelas muitas horas privadas da minha companhia.

Os conteúdos do presente Relatório Final de Estágio são da total responsabilidade do autor, não vinculando nem comprometendo em caso algum a Câmara Municipal de Vila do Conde.

Resumo

O presente relatório final intitulado “Os SIG e a Orla Costeira”, tendo como caso de estudo o município de Vila do Conde, para além de procurar dar a conhecer as especificidades de um território singular, como é o caso do litoral, visou dois objectivos fundamentais. Um de carácter global, que procurou realizar uma abordagem generalizada sobre a temática da orla costeira, com incidência nas questões do ordenamento e da gestão daquele território, confrontando o actual modelo de gestão da orla costeira com a necessidade da emergência de novos modelos de governança territorial. Um segundo objectivo de carácter mais prático e específico, foi materializado na construção de um “assistente jurídico”, que consiste numa base de dados carregada com a normativa jurídica com incidência na orla costeira que ligada a um Sistema de Informação Geográfica, pretende constituir-se uma ferramenta adicional na análise espacial e no apoio à tomada de decisão.

Acrónimos

ARH – Administração Regional Hidrográfica
BD – Base de Dados
CCDR – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional
CDPM – Comissão do Domínio Público Marítimo
CM – Câmara Municipal
DED - Diagrama de Estrutura de Dados
DER - Diagrama de Entidade–Relacionamento
DPF - Domínio Público Fluvial
DPH – Domínio Público Hídrico
DPM – Domínio Público marítimo
DRE - Diário da República Electrónico
INAG – Instituto Nacional da Água, I.P.
IGT – Instrumentos de Gestão do Território
IPTM – Instituto Portuário dos Transportes Marítimos
LPM – Linha de Preia-mar
LBM – Linha de Baixa-mar
LMPMAVE – Linha da Máxima Preia-mar das Águas Vivas Equinociais
ONG's – Organizações Não Governamentais
PDM – Plano Director Municipal
PEOT – Plano Especial de ordenamento do Território
PIOT – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território
PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNDES – Plano Nacional Desenvolvimento Económico e Social
PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
POOC – Plano de Ordenamento Orla Costeira
PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território
PSIT – Plano Sectorial de Incidência Territorial
RAN – Reserva Agrícola Nacional
REN – Reserva Ecológica Nacional
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SNGT - Sistema Nacional de Gestão Territorial
UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
ZCT-I – Zona de Construção Tipo I
ZCT-II – Zona de Construção Tipo II
ZCT-III – Zona de Construção Tipo III
ZEE – Zona Económica Exclusiva

ÍNDICE GERAL

Introdução	1
I Parte – Ordenamento do Território e Orla Costeira	2
1 - Conceitos	2
1.1 – Ordenamento, Planeamento e Gestão do Território	2
1.2 – Desenvolvimento e Planeamento	3
2 – Os Instrumentos de Gestão da Orla Costeira	5
2.1 – O Sistema Nacional de Gestão Territorial (SNGT)	5
2.2 – A Orla Costeira e os Instrumentos de Gestão do Território	11
2.3 – O POOC no concelho de Vila do Conde	13
II Parte - Sistemas de Informação Geográfica (SIG)	18
1 – Breve Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica	18
1.1 – O SIG da Câmara Municipal de Vila do Conde	18
2 - Desenvolvimento de um “Assistente Jurídico” para o SIG da Orla Costeira	20
2.1 – Conceptualização da Base de Dados (BD)	20
2.2 – Aquisição de Dados e Carregamento da BD	25
2.3 – Criação de um Projecto SIG para a Orla Costeira (Concelho de Vila do Conde)	35
2.4 – Ligação do “Assistente Jurídico” ao Projecto SIG da Orla Costeira	48
2.5 – Visualização e Discussão dos Resultados	53
III Parte – Governança: Um Novo Modelo de Gestão para a Orla Costeira Portuguesa.	61
1 – Considerações sobre as novas tendências de Gestão da Causa Pública	61
2 – Um Desenho Possível para a Gestão da Orla Costeira Portuguesa	62
3 – Conclusões Finais	65
Referências Bibliográficas	67
Anexos	68

Índice das Quadros

Nº		Pág.
1	Características dos Instrumentos de Gestão do Território	9
2	Esquema da Organização do Ordenamento Jurídico no Projecto SIG	28
3	Registo dos Relacionamentos	32

Índice das Figuras

Nº		Pág.
1	Representação Esquemática das Relações entre IGT	10
2	PDM - Áreas destinadas à Construção e a Áreas de Salvaguarda	14
3	Pormenores da Delimitação da REN e do DPM	15
4	Categorias de Uso do Solo, na Área de Protecção Costeira	16
5	Zona de Risco na Freguesia de Mindelo	17
6	Organização Esquemática do “Assistente Jurídico “	21
7	Relacionamentos da BD	23
8	Organização da Informação Jurídica	25
9	Formulário de Preenchimento da BD	29
10	Formulário de Preenchimento da BD (2ª fase)	31
11	Estrutura de uma Consulta da BD	33
12	Relatório da Legislação Produzido Pela BD	33
13	Utilização da Ferramenta “Clip”. (ESRI-ArcInfo)	37
14	Utilização da ferramenta “dissolve”. (ESRI-ArcInfo)	38
15	Utilização da ferramenta “Merge” (ESRI-ArcInfo)	39
16	Efeito Visual após a Utilização da ferramenta “Merge” (ESRI-ArcInfo)	40
17	Utilização da ferramenta “Query Builder” (ESRI-ArcInfo)	41
18	Representação Esquemática de Alguns Conceitos Jurídicos da Orla Costeira	42
19	Delimitação da LMPMAVE em Frente Urbana Intervencionada	43
20	Delimitação da LMPMAVE em Áreas Dunares	44

Índice das Figuras (continuação)

21	Delimitação da LMPMAVE em Áreas com Afloramentos Rochosos	44
22	Foz da Rib^a de Silvares, confluência do DPM com o DPF	45
23	Conversão (linear / poligonal) da Cartografia do DPM. (ESRI-ArcInfo)	46
24	Resultado da Conversão do DPM em Tema Poligonal (ESRI-ArcInfo)	47
25	Zona de Servidão de Sinalização Marítima	48
26	Ligação ao SIG (1): Inserção do Caminho (path) dos Relatórios com a Legislação (ESRI-ArcInfo)	49
27	Ligação ao SIG (2): Preenchimento do Nome do Ficheiro e Caminho (path) dos Relatórios com a Legislação (ESRI-ArcInfo)	50
28	Ligação ao SIG (3): Definição das Configurações para a Activação do Hyperlink (ESRI-ArcInfo)	51
29	Activação do Hyperlink (ESRI-ArcInfo)	52
30	Localização do Lote do Exercício Proposto	53
31	Enquadramento do Lote com o PDM. (ESRI-ArcInfo)	54
32	Enquadramento do Lote com o POOC. (ESRI-ArcInfo)	55
33	Janela de Visualização do Hyperlink. (ESRI-ArcInfo)	56
34	Análise das Secções do Lote. (ESRI-ArcInfo)	57
35	Janela de Consulta do Hyperlink, na Secção Nascente. (ESRI-ArcInfo)	57
36	Janela de Consulta do Hyperlink, na Secção Centro. (ESRI-ArcInfo)	58
37	Janela de Consulta do Hyperlink, na Secção Poente. (ESRI-ArcInfo)	58
38	Proposta de Modelo de Governança para a Orla Costeira	64

Introdução

O presente relatório final conducente ao Grau de Mestre em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território foi desenvolvido ao longo do ano lectivo de 2008/ 2009, em sede de estágio na Câmara Municipal de Vila do Conde.

O relatório foi estruturado em três partes. A I Parte é dedicada ao ordenamento do território da orla costeira. Num primeiro ponto procura-se balizar conceitos como o desenvolvimento, o ordenamento, o planeamento e a gestão do território, importantes para o trabalho, porque sendo por demais utilizados, nem sempre lhes tem sido dado o mesmo preciso significado. Num segundo ponto realiza-se uma abordagem aos instrumentos de gestão do território, à utilização destes na Orla Costeira e no caso particular ao município de Vila do Conde.

A II Parte é dedicada aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), sendo de cariz eminentemente prático. Após uma breve apresentação dos SIG e como estes se organizam na Câmara Municipal de Vila do Conde, um segundo ponto é totalmente destinado à descrição, passo a passo, da construção de um “assistente jurídico” para ser utilizado como ferramenta de apoio a um SIG de gestão da Orla Costeira.

Na III Parte, de certo modo conclusiva para a nossa experiência das perspectivas de aplicação do SIG à escala municipal, procura-se realizar uma reflexão sobre modelos os actuais modelos de gestão do interesse público e da Orla Costeira em particular e da necessidade da emergência de novos modelo de administração para este singular território, sustentados pela maior transparência inerente à partilha dos SIG.

I Parte – Ordenamento do Território e Orla Costeira

1 - Conceitos

1.1 – Ordenamento, Planeamento e Gestão do Território

Concebe-se o ordenamento do território como um corpo teórico transdisciplinar do conhecimento científico utilizado para compreender e explicar o teor das componentes biótica e abiótica e das suas relações de um dado lugar, para caracterizá-lo no sistema territorial em que se insere. Neste contexto, o ordenamento do território é também o resultado de um conjunto de sínteses explicativas das diversas áreas científicas.

Enquanto processo racional, o ordenamento do território visa a distribuição e adequação espacial das actividades humanas ao ambiente, nos pressupostos do bem-estar da população e da correcta integração no meio biofísico.

A gestão do território, no sentido mais restrito, entende-se como o processo de implementação das soluções apontadas pelos planos de ordenamento do território. Contudo, cada vez mais, verifica-se a utilização de instrumentos suplementares aos planos, sob a forma de estratégias e programas, instituídos na legislação¹ como instrumentos de gestão do território, na forma de planos sectoriais.

O planeamento do território sugere o processo de preparação de um conjunto de decisões tomadas, que visam a transformação do território, dotando-o de equipamentos e infra-estruturas, necessários às actividades humanas, tendo como objectivo último a melhoria da qualidade de vida das populações, em harmonia com o ambiente em que se inserem. Tradicionalmente distinguia-se do ordenamento por ser mais operativo, e ser materializado num plano de ordenamento. O actual contexto legislativo parece sugerir que o planeamento do território, também designado por muitos como planeamento urbanístico ou simplesmente urbanismo, se identifique com o processo que integre as bases (científicas) do ordenamento, como corpo teórico, e os instrumentos de gestão do território, como modo operativo.

¹ Lei N° 46/2009.

1.2 – Desenvolvimento e Planeamento

Se existe conceito cujo estudo, exige uma análise multidimensional, é o desenvolvimento. Nos dias de hoje, a noção de desenvolvimento está intrinsecamente associada à qualidade de vida das pessoas e ao bem-estar de cada indivíduo.

Não cabe aqui produzir uma reflexão mais ou menos profunda sobre o desenvolvimento, bem como sobre os conceitos já referidos. Contudo, parece-nos pertinente a necessidade de balizar minimamente o significado destes conceitos, compreendidos como parte do substrato teórico sobre o qual deve assentar a definição das políticas de desenvolvimento e respectivas implementações.

O desenvolvimento poderá ser entendido de forma simplificada como um processo, segundo o qual as sociedades actuais disponibilizam aos indivíduos meios e condições tais, que lhes permitam satisfazer as suas necessidades pessoais.

O planeamento, na sua dimensão espacial tem como missão preparar o caminho do desenvolvimento, se possível antecipá-lo. A este respeito parece existir uma estreita correspondência entre os níveis de organização e de planeamento dos países e os respectivos níveis de desenvolvimento.

Os modelos actuais de desenvolvimento passam necessariamente pela conciliação entre a valorização da multiculturalidade das pessoas e dos territórios com a emergência de uma nova cultura global, que procura encontrar soluções para os desafios da coesão.

Com a emergência das questões ambientais, na década de 80, verifica-se uma nova dimensão do conceito de desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável procura o equilíbrio entre a eficiência económica, a conservação dos recursos e a equidade social, numa perspectiva temporal que se compromete não só com o presente, mas também com as gerações futuras.

Esta visão integradora tem constituído pano de fundo da política da União Europeia e da generalidade das políticas internacionais, pelo que parece relativamente pacífico poder afirmar-se que o desenvolvimento sustentável constitui o actual paradigma do desenvolvimento.

2 – Os Instrumentos de Gestão da Orla Costeira

Com o presente capítulo, não se pretende realizar uma análise jurídica sobre os instrumentos de planeamento e gestão do território, nem tão pouco um estudo sobre o modelo de organização dos diversos planos de ordenamento do território. Contudo, para melhor compreendermos os planos que actuam na orla costeira, entendemos ser de interesse contextualizar o POOC e o PDM no Sistema Nacional de Gestão Territorial, na medida que estes actuam em sobreposição no território referido.

2.1 – O Sistema Nacional de Gestão Territorial (SNGT)

O SNGT define um regime de coordenação segundo 3 níveis territoriais: nacional, regional e local. O referido Sistema integra ainda diferentes tipos de planos, consoante os seus conteúdos e objectivos, que poderão classificar-se em planos sectoriais e planos especiais.

Do conjunto dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), três são de âmbito de actuação nacional (PNPOT, PEOT e PSIT), os PROT são de âmbito regional e os PIOT e os PMOT, de âmbito municipal.

Instrumentos de Gestão do Território de Âmbito Nacional

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território é sobretudo um instrumento de desenvolvimento que concretiza as opções definidas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES). Para o efeito, estabelece as opções fundamentais, segundo as quais enforma o modelo de organização do território nacional. Por outro lado, o PNPOT tem ainda a função de cooperar com os Estados membros da União Europeia para a organização do território comunitário.

Para além da definição de um modelo de “desenvolvimento territorial integrado, harmonioso e sustentável para o País”², contam-se ainda entre os seus objectivos, a garantia da coesão territorial, tendo em conta as assimetrias regionais, a racionalização do povoamento do país e a definição dos “princípios orientadores da disciplina de ocupação do território”³.

² DL 46/2009, Artº 27º, a)

³ DL 46/2009, Artº 27º, g)

O PN POT tem um carácter marcadamente orientador, estabelecendo um conjunto de princípios que passam pela articulação entre políticas de ordenamento do território de ambiente, e de desenvolvimento regional, bem como medidas de coordenação dos Planos Sectoriais de Incidência Territorial.

Os Planos Sectoriais de Incidência Territorial (PSIT) são instrumentos de programação e concretização de políticas sobre diversos sectores da sociedade com incidência territorial, elaborados e conduzidos pela Administração Central. Estes instrumentos de gestão do território, podem tomar a designação de planos, programas ou estratégias e visam estabelecer entre outros objectivos, “a articulação da política sectorial com disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis”⁴.

A elaboração dos Planos Sectoriais, sempre determinada pelo Governo da República é uma competência das entidades públicas, que integram a administração directa ou indirecta do Estado, geralmente institutos responsáveis pela implementação das respectivas políticas sectoriais.

O Plano Sectorial da Rede Natura, aprovado em 2008, elaborado pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, bem como a previsão do Plano Nacional Marítimo-Portuário, cuja elaboração e acompanhamento serão da competência do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos⁵ constituem exemplos de Planos Sectoriais.

Os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) “visam a salvaguarda de objectivos de interesse nacional com incidência territorial delimitada”.⁶ Estes planos que actuam de forma transversal no território, i.e. não se vinculam a limites administrativos como os PROT ou os PMOT, funcionam como instrumentos de salvaguarda dos recursos e valores naturais, procurando deste modo assegurar a sustentabilidade dos territórios considerados estratégicos para o desenvolvimento sustentável do país.

⁴ DL 46/2009, Artº 36º, d)

⁵ Conforme o estipulado no DL Nº 146/2007.

⁶ Idem, Artº 43º

Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP), os Planos de Albufeiras de Águas Públicas (PAAP), são exemplos de Planos Especiais de Ordenamento do Território.

Instrumentos de Gestão do Território de Âmbito Regional

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) definem a estratégia regional de desenvolvimento, integrando por um lado as opções estabelecidas pelo PNPOP e considerando por outro, as estratégias municipais.

Os PROT definem ainda o modelo de organização do território regional e têm como principais objectivos o desenvolvimento das estratégias preconizadas pelo PNPOP e pelos PSIT e servir de quadro de referência à elaboração dos planos de âmbito municipal e dos planos especiais.

Instrumentos de Gestão do Território de Âmbito Municipal

Os Planos Intermunicipais resultam da vontade de associação de dois ou mais municípios, em torno de uma área territorial cujos elementos estruturantes, pela sua interdependência, necessitam de uma coordenação integrada. Estes planos podem abranger a totalidade ou parte dos municípios que os integram.

Os PIOT têm a função de assegurar a articulação entre o Plano Regional do território a que pertencem e os Planos Municipais dos territórios associados e, como principal objectivo visam “articular as estratégias de desenvolvimento económico e social dos municípios envolvidos.”⁷

Finalmente os Planos Municipais de Ordenamento do Território, cujas competências passam também por estabelecer o regime de uso do solo e os respectivos parâmetros de aproveitamento do mesmo.

O regime de uso do solo é definido pela sua classificação, que determina o seu destino básico como solo rural ou solo urbano e pela sua qualificação que estabelece o seu aproveitamento em função da utilização dominante e as regras de ocupação e de uso para cada categoria e subcategoria.

⁷ Idem, Artº 61º, a)

A entrada em vigor do recente DR Nº 11/2009 vem introduzir, em sede de elaboração, alteração ou revisão dos PMOT, algumas alterações ao regime de uso do solo, elevando o rigor adoptado nas definições e nos critérios de qualificação do solo. Por outro lado, permite aos referidos planos a possibilidade de desagregar em subcategorias, quer o solo urbano, quer o solo rural, bem como reclassificar o urbano como rural e vice-versa, com sólida fundamentação técnica e cumprimento integral dos pressupostos.

Os solos rurais podem ser qualificados como espaços de:

- Produção agrícola, pecuária e florestal;
- Exploração de recursos geológicos;
- Produção de energias renováveis;
- Conservação de recursos e valores naturais, florestais, ambientais, culturais e paisagísticos;
- Outras funções compatíveis com o estatuto de solo rural.

Por seu lado, a qualificação dos solos urbanos processa-se pela sua integração em categorias funcionais (em função do uso dominante e em características morfo-tipológicas) e em categorias operativas, como solo urbanizado e solo urbanizável.

Os PMOT, entre outros, têm como principais objectivos estabelecer o modelo de desenvolvimento municipal de acordo com os instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional. Devem também definir a estrutura ecológica municipal e um conjunto de parâmetros de uso do solo e fruição dos espaços públicos.

Com a entrada em vigor do DL Nº46/2009, os Planos Municipais de Ordenamento do Território, passam a ser aprovados pelos respectivos municípios.

Quadro nº 1

Quadro Comparativo de Algumas Características dos Instrumentos de Gestão Territorial											
PLANO	TIPO INSTRUMENTO		ÂMBITO TERRITORIAL			VINCULAÇÃO TERRITORIAL ⁽¹⁾		CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		VINCULAÇÃO JURÍDICA	
	Desenvolvim.	Planeamento	Nacional	Regional	Municipal	Abrangente	Circunscrito	Geral	Específico	Ent. Públicas	Particulares
PNPOT	X		X			X		X		X	
PEOT		X	X			X		X		X	X
PSIT		X	X			X			X	X	
PROT	X			X			X	X		X	
PIOT	X				X		X	X		X	
PMOT		X			X		X	X		X	X
(1) Se vincula ou não os limites administrativos, para além do limite nacional.											
Fonte Própria, extraído do DL 46/2009											

Tomando em consideração o quadro nº1, verificamos que o PNPOT, os PROT e os PIOT constituem-se instrumentos de desenvolvimento, nos âmbitos nacional, regional e municipal. Os restantes são considerados instrumentos de planeamento.

O PNPOT e os PEOT são os únicos que apresentam total abrangência territorial e dos seus conteúdos. Os PSIT, apesar de terem âmbito nacional, são os únicos instrumentos que possuem conteúdo programático específico, uma vez que traduzem políticas específicas.

Finalmente todos os tipos de planos apresentam vinculação jurídica às entidades públicas, mas somente os PEOT e os PMOT vinculam também as entidades particulares.

A figura nº 1 procura esquematizar as relações existentes entre os diversos Instrumentos de Gestão Territorial. Uma primeira abordagem permite-nos constatar a presença dos 3 âmbitos territoriais (nacional, regional e municipal) bem como a existência de relações entre o âmbito nacional e o regional e entre estes e o âmbito municipal.

Num primeiro momento, esta estrutura sugere-nos a existência de uma hierarquia entre os diversos planos, consoante os âmbitos territoriais em que actuam. Contudo, observadas as características apontadas no quadro nº 1

verifica-se que alguns planos apresentam diferenças entre eles, que condicionam desde logo uma classificação hierárquica. A lei, ao distinguir instrumentos de desenvolvimento de instrumentos de planeamento, condiciona ou impossibilita mesmo uma hierarquização entre estes dois tipos de instrumentos de gestão do território.

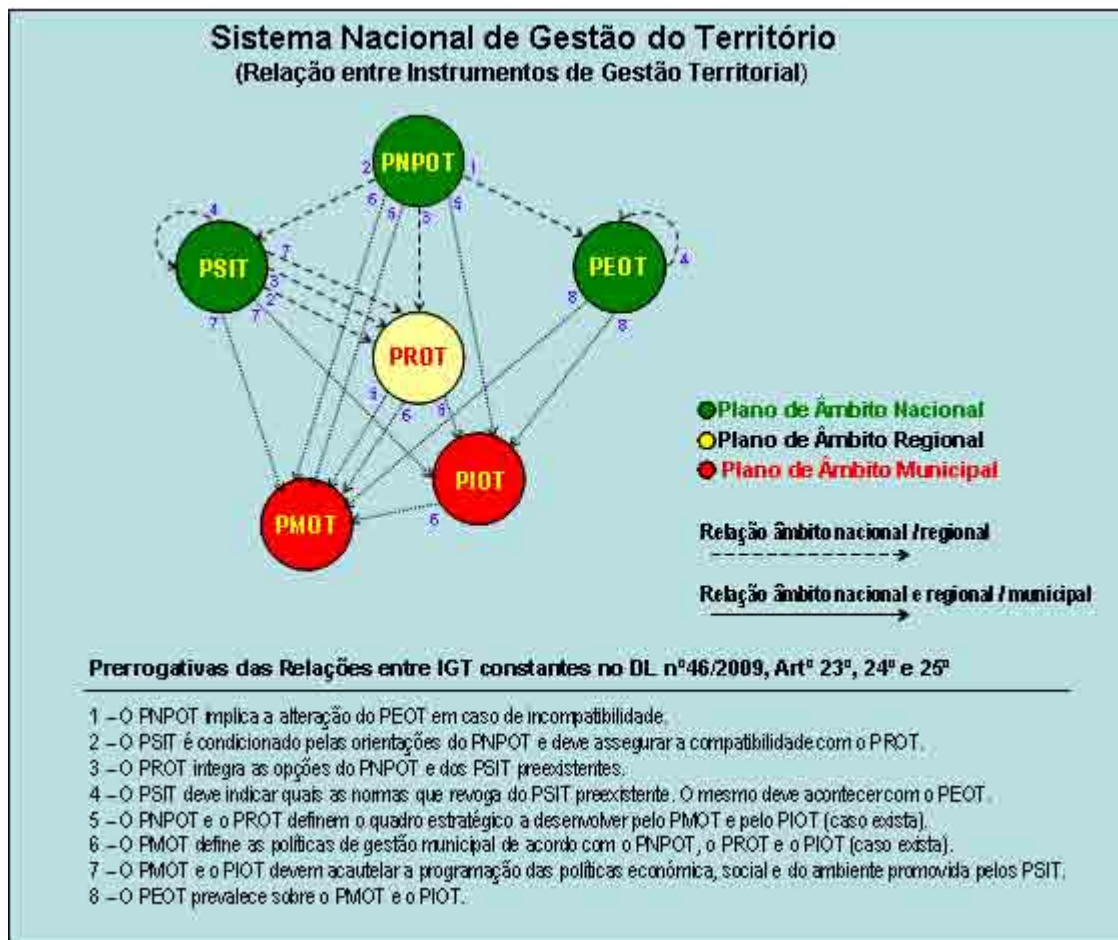


Fig. nº 1 - Representação Esquemática das Relações entre IGT

Fonte Própria (extraído do DL 46/2009)

Enquanto os instrumentos de desenvolvimento (PNPOT, PROT e PIOT) têm como principal função estabelecer estratégias de desenvolvimento para as respectivas unidades territoriais, os instrumentos de planeamento (PSIT, PEOT e PMOT) apresentam-se como planos mais operativos.

Neste pressuposto, recorda-se que os PEOT e PMOT são os únicos planos que estabelecem classes e categorias de uso do solo, vinculando cada fracção de terreno a um determinado uso do solo. No caso dos PMOT, são estes

instrumentos que definem o regime de uso do solo, conforme já foi referenciado.

São precisamente estes dois tipos de planos – PEOT e PMOT, nas expressões do Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Caminha - Espinho e do Plano Director Municipal de Vila do Conde que, conjuntamente com as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública que actuam na Orla Costeira de Vila do Conde, vão constituir o quadro normativo incidente sobre o território alvo deste trabalho.

2.2 – A Orla Costeira e os Instrumentos de Gestão do Território

Para efeito do presente trabalho, a *Orla Costeira* define-se como sendo o território compreendido entre a batimétrica (-30) e os 500m a partir “da linha que limita a margem das águas do mar”, conforme preconiza o DL N°309/93, que cria os Planos de Ordenamento da Orla Costeira.

Espaço que resulta do contacto entre a hidrosfera salgada, a litosfera e a atmosfera, a Orla Costeira pela interactividade gerada por estes meios naturais pode considerar-se um território verdadeiramente singular.

Dadas as suas características físicas e ambientais, a Orla Costeira constitui um espaço de confluência de pessoas, usos e actividades humanas, muitas vezes conflituantes entre elas, que produzem inevitavelmente efeitos de tensão.

Enquanto espaço não transformado pelo homem, a Orla Costeira revela um elevado valor ecológico, pela existência de grande diversidade de ecossistemas em diferentes estados de desenvolvimento que consequentemente se traduz num elevado interesse científico. Por outro lado, as múltiplas unidades geomorfológicas – maciços e serras, praias com dunas, penínsulas e enseadas, estuários e deltas, sapais e lagunas, etc. – que marcam a paisagem costeira, resultam conjuntamente com o seu valor ecológico, num património natural de valor ímpar.

É nesta faixa, de dimensão estreita, ambientalmente frágil e vulnerável, onde as maiores densidades populacionais se verificam, que se revelam as mais diversas pressões de natureza antrópica.

Território permanentemente disputado por diversas actividades económicas, onde os interesses do domínio público e privado coexistem muitas vezes em conflito latente. Algumas destas actividades relacionam-se com o seu estatuto geográfico, nomeadamente a pesca, a aquacultura e recolha de algas, entre outras. Outras como a agricultura - cada vez menos factor estruturante da paisagem do litoral rural – tira partido das especificidades dos factores climáticos e edáficos, diferenciando-se da sua congénere do interior.

O facto de o litoral estar bem dotado de infra-estruturas viárias e plataformas intermodais nas proximidades dos grandes portos, aliado à proximidade dos mercados de consumo, faz deste território um espaço de convergência das mais diversas actividades industriais.

Nas últimas décadas, as múltiplas actividades da fileira turismo/ lazer, sobretudo materializado no binómio sol-praia, têm ganho predominância económica relativamente às restantes actividades, sendo provavelmente, as que maiores mudanças e transformações têm produzido no espaço natural.

É neste contexto biofísico, económico e cultural que o ordenamento, planeamento e gestão administrativa da Orla Costeira tem que ser implementado, procurando compatibilizar os múltiplos interesses que actuam neste território, predominantemente de domínio público, em que o direito à fruição por parte das populações locais e visitantes deve constituir um bem inalienável.

Para ordenar, planear e gerir este território, a Administração Pública conta com um regime jurídico vasto e complexo, onde as diversas competências administrativas repartem-se pelos diferentes níveis da Administração (central, regional e local).

Para alguns autores, o actual modelo de gestão da orla Costeira existente em Portugal revela um enquadramento legal muito elaborado, com características inovadoras em alguns domínios, concluindo-se adequado à gestão deste

território específico. Para outros o actual modelo de gestão mostra-se demasiado complexo, com legislação excessiva, revela sobreposição de competências e de jurisdições e uma deficiente articulação institucional.

Efectivamente, a complexidade biofísica da Orla Costeira parece explicar a complexidade administrativa que nela actua, bem como as dificuldades de gestão, como se de uma unidade territorial se tratasse.

2.3 – O POOC no Concelho de Vila do Conde

A Orla Costeira do município de Vila do Conde, conforme já foi referenciado, constitui um espaço de grande riqueza e diversidade natural, ao qual confluem múltiplas actividades económicas.

Importa neste ponto tentar perceber como está ordenado o espaço da Orla Costeira, no município de Vila do Conde, do ponto de vista dos instrumentos de gestão do território com eficácia sobre esse território.

Plano Director Municipal (1995)

Segundo o PDM de Vila do Conde, cerca de 53% do espaço correspondente à Orla Costeira está afectado a espaços urbanos e urbanizáveis e um pouco mais de 47% a áreas de salvaguarda.

A fig. nº 2, que representa a previsão da afectação do uso do solo pelo PDM, evidencia a importância dada à função residencial, com cerca de 80% do espaço destinado à construção. As áreas existentes e previstas para equipamentos não atingem os 20%.

Quanto aos espaços reservados à indústria são mínimos, não atingindo um ponto percentual do espaço costeiro, sugerindo que à data da elaboração do PDM estava arredada qualquer ideia de desenvolvimento das indústrias ligadas ao mar.

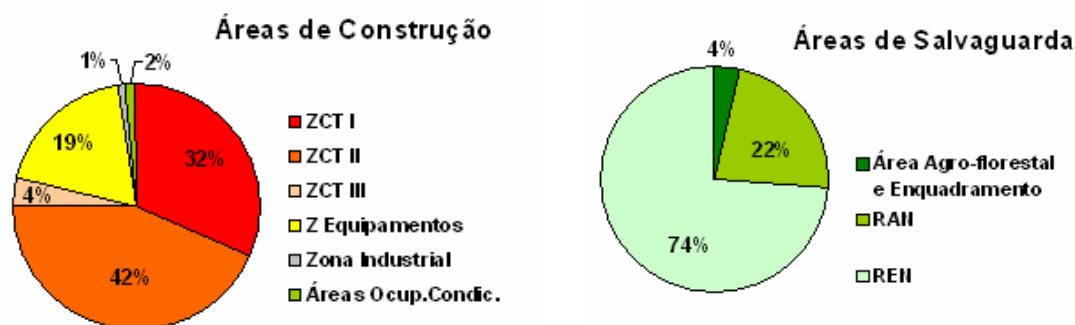


Fig. nº 2 - PDM - Áreas destinadas à Construção e a Áreas de Salvaguarda⁸.

Fonte: PDM de Vila do Conde, 1995

Relativamente às áreas de salvaguarda, os espaços afectados à Reserva Agrícola Nacional (22%) e aos espaços agro-florestais (4%) representam pouco mais de 25% das áreas citadas. Estes espaços revelam uma significativa importância para a consolidação da paisagem e do meio natural.

A Reserva Ecológica Nacional, com cerca de $\frac{3}{4}$ do total do espaço de salvaguarda, constitui a principal condicionante ao uso do solo, na Orla Costeira de Vila do Conde.

A fig. nº 3 pretende ilustrar pormenores da delimitação das áreas de jurisdição da REN e do Domínio Público Marítimo (DPM). Uma primeira leitura das imagens da figura parece indicar que a delimitação da REN distinguiu os espaços urbanizados dos não urbanizados, sugerindo uma chegada daquela condicionante posterior à do edificado. Relativamente ao DPM, o mesmo não pode ser de todo afirmado, deixando transparecer a inexistência de uma política para o litoral, na década de 70.

⁸ As áreas residenciais previstas pelo PDM de Vila do Conde comportam 3 tipos de categorias: Zonas de Construção Tipo I (ZCT-I) destinadas preferencialmente à construção de edifícios multifamiliares; Zonas de Construção Tipo II (ZCT-II), destinadas preferencialmente à construção de edifícios de habitação isolada, geminada e em banda contínua e Zonas de Construção Tipo III (ZCT-III), destinadas preferencialmente à construção de edifícios de habitação isolada.

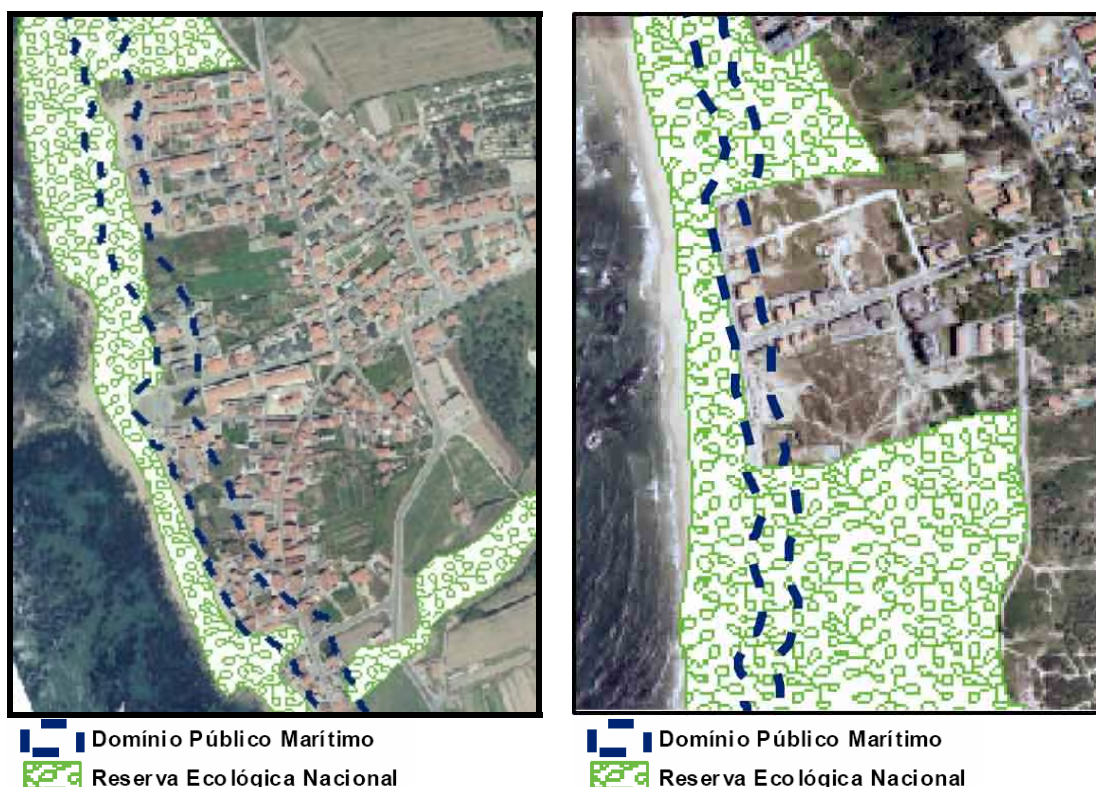


Fig. nº 3 - Pormenores da Delimitação da REN e do DPM.

Fonte: PDM de Vila do Conde, 1995; DPM (delimitação do autor)

O DPM que representa um pouco menos que 10% exibe uma delimitação quase paralela à linha de costa, dados os critérios de delimitação previstos pela legislação. Nas frentes de mar urbanizadas é o DPM que se afirma como principal condicionante à construção, pelos vistos pouco eficaz, enquanto a REN se resume a delimitar a margem (praia) do mar.

Plano de Ordenamento da Orla Costeira (1999 e 2007)⁹

Em que medida o POOC veio alterar, por sobreposição jurídica, o disposto no PDM.?

A Área de Protecção Costeira com 31.222,44 ha, representa cerca de 44,6% da Área de Intervenção do POOC. Este valor revela-se superior ao da Área de Salvaguarda do PDM, para o mesmo território, um pouco mais de 680ha, verificando-se deste modo um ligeiro aumento das áreas condicionadas à construção. Este aumento deu-se à conta das áreas agrícolas.

⁹ O Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Caminha-Espinho, foi aprovado em 1999, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/99, de 7 de Abril e em 2 de Outubro de 2007 foram aprovadas as alterações pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2007.

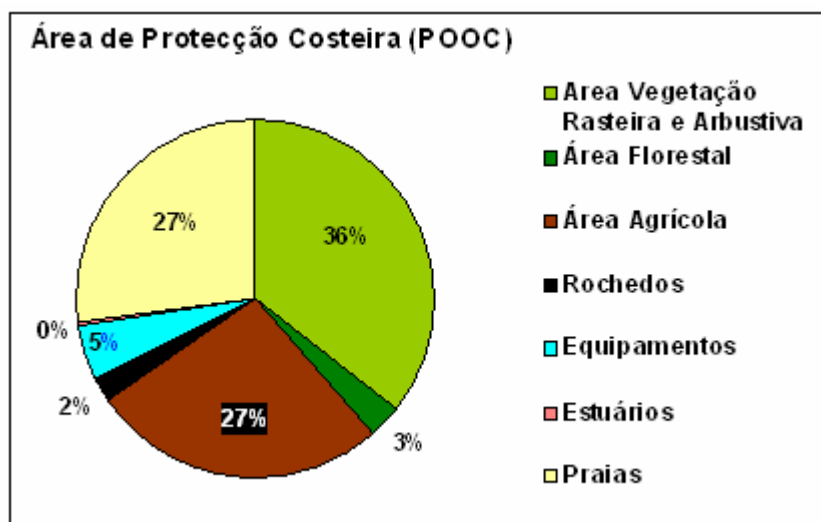


Fig. nº 4 – Categorias de Uso do Solo, na Área de Protecção Costeira

Fonte: POOC Caminha-Espinho, 1999

O município de Vila do Conde possui áreas classificadas como zonas ameaçadas pelo mar, numa extensão que ultrapassa $\frac{1}{4}$ da área de intervenção do POOC. Destas áreas, um pouco mais de 5% estão classificadas como zona de risco¹⁰ e cerca de 21% como barreira de protecção. São precisamente estas áreas, localizadas a sul da foz do Ave, nas freguesias de Árvore e Mindelo (fig. nº 5) que ao sobrepor-se a áreas construídas, vão aumentar a extensão dos espaços condicionados.

¹⁰ Recorde-se que nestas áreas "São proibidas novas construções fixas na margem das águas do mar", conforme a alínea a) da Resolução de Conselho de Ministros Nº 25/99, que aprova o POOC de Caminha – Espinho.

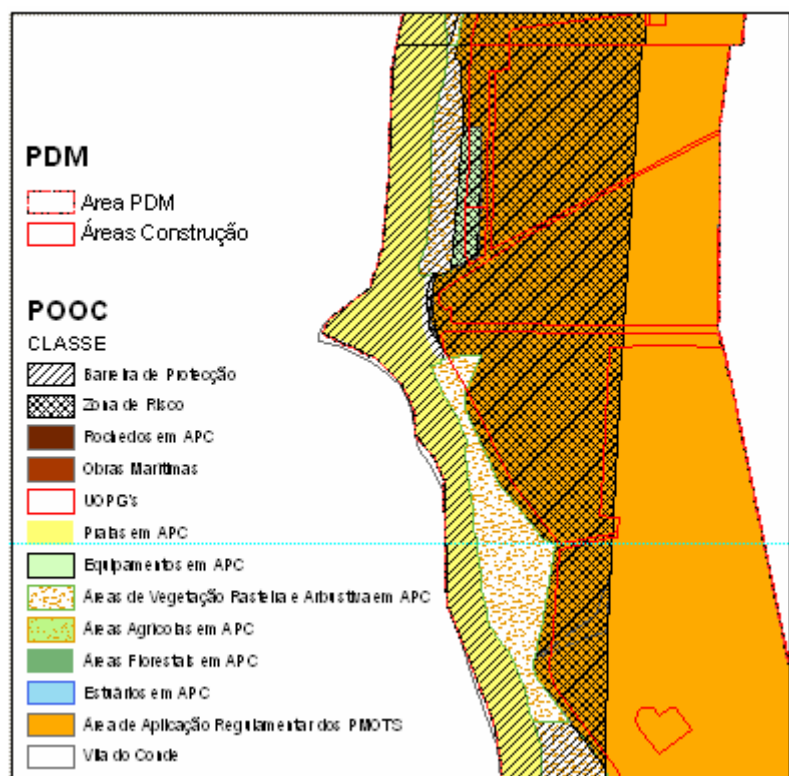


Fig. nº 5 - Zona de Risco na Freguesia de Mindelo

Fonte: POOC Caminha – Espinho, 2003 e PDM Vila do Conde, 1995

II Parte - Sistemas de Informação Geográfica (SIG)

1 – Breve Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) são sistemas computacionais de grande capacidade de análise espacial, utilizados para a compreensão dos fenómenos com expressão geográfica. As suas tecnologias resultam da conjunção de conhecimentos aplicados em múltiplas áreas do conhecimento, que operam sobre bases de dados georreferenciadas, geralmente bastante complexas.

No Ordenamento do Território como em áreas afins, os SIG permitem a recolha, armazenamento, tratamento, análise e visualização de grandes quantidades de dados. A capacidade de processamento de informação que estas ferramentas possuem, permite-nos realizar entre outras operações, análise estatística, filtrar informação e elaborar simulações dinâmicas de eventos, que se revelam de grande utilidade para o planeamento e gestão do território.

Os SIG enquanto ferramentas de análise espacial e de apoio à tomada de decisão constituem uma realidade perfeitamente consolidada e de utilização incontornável na gestão do território, por parte de qualquer instituição com competência administrativa nesse mesmo território.

1.1 – O SIG da Câmara Municipal de Vila do Conde

A Câmara Municipal de Vila do Conde possui um Sistema de Informação Geográfica instalado, que gere um espólio já significativo de informação georreferenciada, com destaque para o processo de licenciamento de obras.

Os técnicos municipais, nas suas informações aos processos de licenciamento podem de uma forma fácil e cómoda visualizar a localização da construção a licenciar sobre uma base de informação territorial que integra múltipla informação geográfica como seja a rede viária, a rede de equipamentos públicos ou a distribuição das actividades económicas, entre outros temas. Simultaneamente são disponibilizados os diversos instrumentos de gestão territorial em vigor, com destaque para o PDM e o POOC.

O Sistema de Informação Geográfica da Câmara de Vila do Conde é disponibilizado praticamente para todos os serviços da autarquia, por meio de uma *intranet*, gerida por um *ArcGis Server*.

Com a entrada em vigor da Lei nº 53/2007, que obriga a disponibilizar na Internet, todo o conteúdo documental dos PMOT, espera-se que esta exigência se materialize numa nova oportunidade de desenvolvimento do SIG, sobretudo ao nível da disponibilização da informação de conteúdo geográfico.

2 – Desenvolvimento de um “Assistente Jurídico” para o SIG da Orla Costeira

2.1 – Conceptualização da Base de Dados (BD)

Presentemente a produção de legislação que, directa ou indirecta, de forma parcial ou total, actua sobre as competências das autarquias e dos seus territórios é tão vasta e diversificada que, armazenar e organizar tão grande quantidade de informação sem o apoio de uma base de dados, seria certamente uma tarefa de incomensurável dimensão e de grande complexidade.

A ideia de organizar e divulgar convenientemente a legislação produzida em Portugal, aos diversos serviços e funcionários nas autarquias bem como noutras instituições, constituirá certamente um desafio em aberto e com bastante pertinência.

No caso particular da Câmara Municipal de Vila do Conde, apesar da existência dos serviços de Arquivo e Documentação, ou da preocupação que algumas das chefias têm na distribuição por correio electrónico dos diplomas legais, não existe qualquer tipo de resposta organizada, capaz de responder de forma rápida e eficaz às múltiplas questões do ordenamento jurídico que se levantam no processo de urbanização.

Esta realidade, aliada à grande diversidade temática do ordenamento jurídico que enforma o planeamento e gestão do território, leva a que os técnicos municipais recorram por vezes, a mecanismos de defesa, através da adopção de “especializações jurídicas” entre eles.

Neste contexto e considerando a existência de um SIG, entendeu-se que a criação de uma BD relacional para coligir, organizar e disponibilizar a legislação com incidência na Orla Costeira poderia constituir uma ferramenta de grande importância para suprimir ou mitigar o problema da informação jurídica.

Conscientes ainda que a eficácia deste “assistente jurídico”, dependeria do modelo de organização da informação e consequentemente da forma como seria projectada a base de dados, foi dedicada uma atenção particular à sua conceptualização.

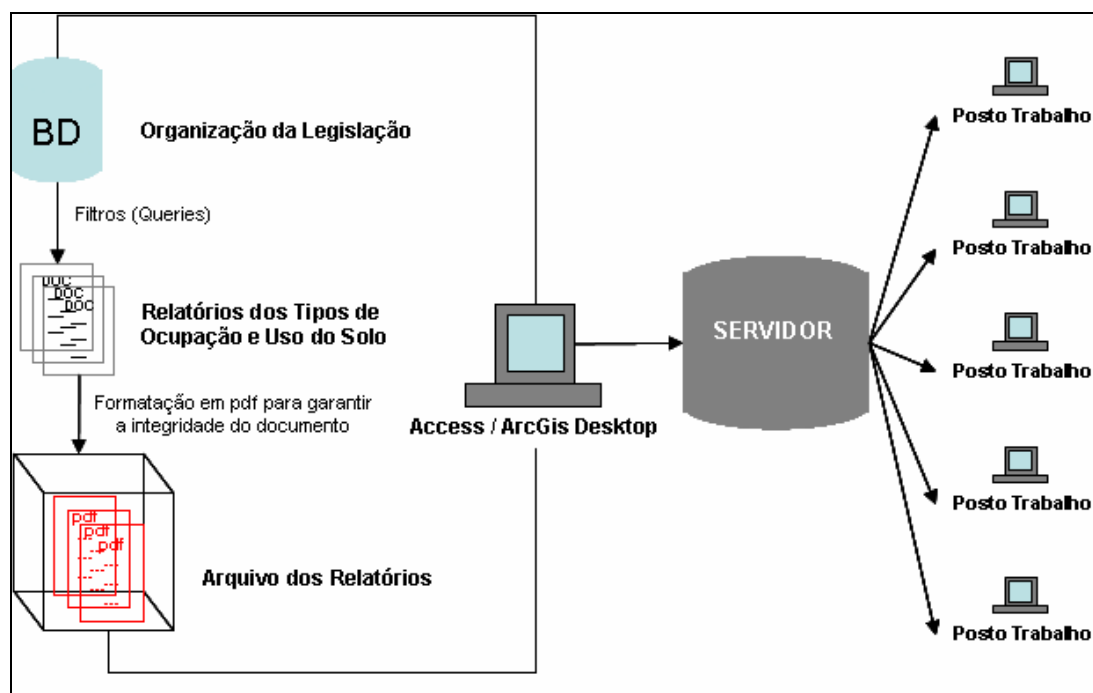


Fig. 6 - Organização Esquemática do “Assistente Jurídico”

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

O modelo conceptual da BD¹¹, deveria responder, entre outras a 4 questões concretas a respeito de um qualquer ponto do território da Orla Costeira, no município de Vila do Conde:

- Quais as formas de ocupação e uso do solo, permitidas, condicionadas e interditas nesse espaço;
- Quais os instrumentos de gestão do território que actuam juridicamente sobre a área em que se localiza esse ponto;
- Quais as condicionantes (servidões administrativas e restrições de utilidade pública) com vínculo jurídico sobre o espaço em que se insere o ponto referido e,
- Quais as entidades administrativas com responsabilidade no planeamento, gestão e ordenamento desse território.

Para o efeito, o modelo conceptual materializado na sua expressão, pelo Diagrama de Entidade–Relacionamento (DER) (Anexo I) teve em consideração

¹¹ Existem vários métodos para projectar bases de dados. Os mais utilizados são os métodos hierárquicos, os métodos em rede e os métodos relacionais. Neste trabalho, optou-se por um modelo relacional, conforme as técnicas apresentadas por Peter Chen, em meados dos anos 70 e cuja abordagem centra-se na *Entidade-Relacionamento*.

precisamente as entidades supracitadas ¹² (IGT, Condicionantes e Entidades Administrativas).

Uma primeira leitura do DER identifica desde logo um tipo de relacionamento complexo, entre as diversas entidades, isto é, um relacionamento com *cardinalidade m:n*.¹³

Após a identificação das entidades¹⁴ e dos respectivos atributos que caracterizam aquelas e, considerando os objectivos a que o “assistente jurídico” deveria responder, optou-se por definir relacionamentos múltiplos, uma vez que entendemos que eles aumentariam as suas capacidades de análise, resultando no modelo lógico da BD, com representação esquemática no diagrama de estrutura de dados (Anexo II).

Com a opção deste modelo, a BD estaria em condições de responder, através de uma consulta¹⁵ ou de consultas sucessivas a questões de elevada complexidade, ou ainda que pudesse evidenciar, do ponto de vista da evolução da legislação, como as entidades jurídicas em questão - instrumentos de gestão, condicionantes e instituições com competência jurídica no território - se têm relacionado entre elas, ao longo do tempo.

A este propósito é interessante verificar, através da legislação existente, como ao longo do séc. XX e até ao presente, as orientações e prioridades das políticas incidentes na Orla Costeira evoluíram, variando quer os instrumentos, quer as entidades administrativas com competência naquele território.

O modelo lógico ou físico traduz a estrutura definitiva da BD. Este modelo, para além de descrever os atributos de cada entidade (tabela), mostra o sentido das

¹² As *entidades* da DB correspondem às Tabelas e os *atributos* às Colunas de cada Tabela da BD.

¹³ Um relacionamento diz-se de cardinalidade **m:n** (muitos para muitos), quando uma “Entidade A” possui mais que um relacionamento com uma “Entidade B” e, o mesmo acontece no sentido inverso. Exemplificando com a presente BD, podemos afirmar que a CCDR [Entidade Administrativa] relaciona-se juridicamente com várias [Condicionantes] como sejam a REN e a RAN entre outras, e a REN [Condicionantes] possui relacionamento jurídico com várias [Entidades Administrativas], nomeadamente com a CCDR e as Câmaras Municipais, entre outras entidades administrativas.

¹⁴ As “entidades” de uma BD correspondem às tabelas e os “atributos” às colunas que integram as tabelas.

¹⁵ As consultas são realizadas por linguagem estruturada, através de instruções SQL (linguagem de consulta estruturada).

migrações das respectivas chaves¹⁶, permitindo ainda distinguir as tabelas de entidades (nomes a negro) das tabelas de relacionamento (nomes a azul).

No caso concreto, o Diagrama de Estrutura de Dados (DED) não integra os atributos por opção nossa, privilegiando antes os relacionamentos existentes na BD com o sentido das migrações das chaves, conforme já foi referido, reservando-se a descrição dos atributos para um terceiro e último diagrama, este gerado na própria aplicação “Access”.

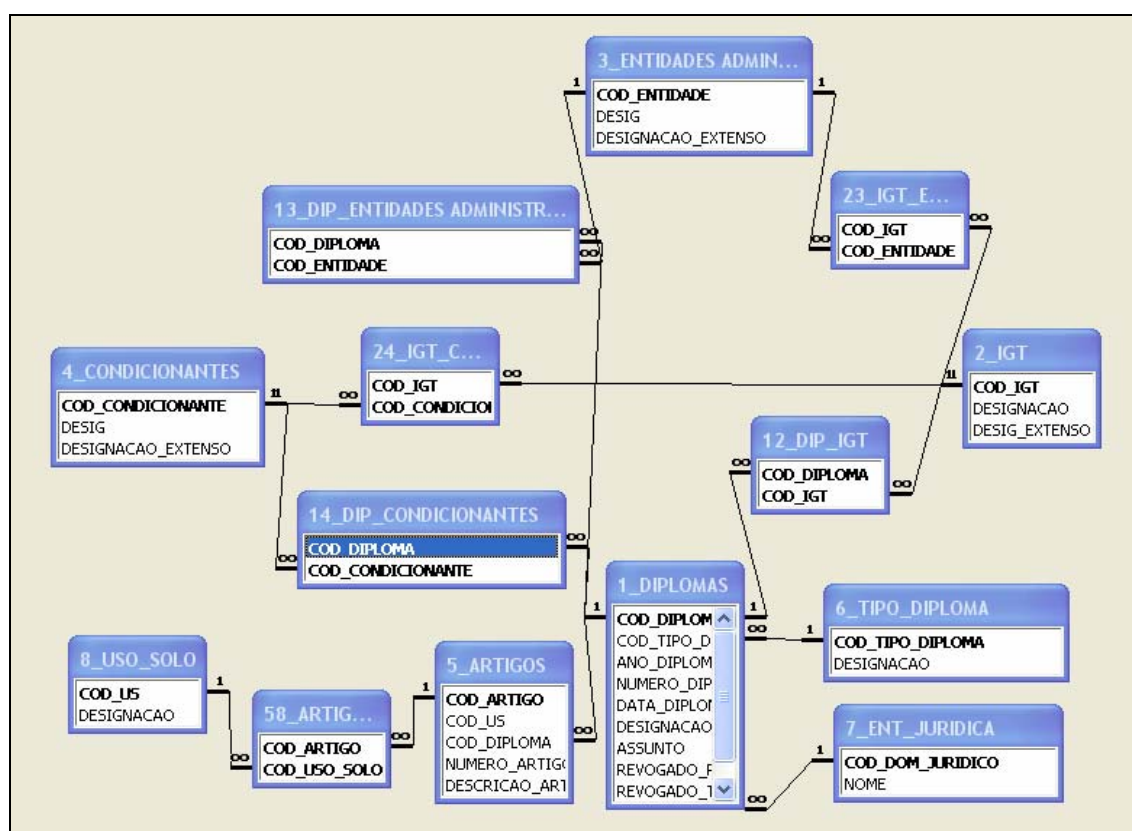


Fig. nº 7 - Relacionamentos da BD

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão Orla Costeira”, 2009

Numa observação atenta ao DED, verifica-se a existência de várias novas tabelas, resultantes da transformação da cardinalidade m:n numa cardinalidade 1:n ou 1:1, garantindo deste modo todos os relacionamentos existentes entre

¹⁶ A chave de uma dada tabela pode ser designada de primária, quando localizada na sua tabela e, de externa ou estrangeira, quando migra para outra tabela. É através destas chaves que é imposta a integridade relacional entre duas tabelas.

um registo de tabelas diferentes. Estas novas tabelas são designadas por tabelas de relacionamento¹⁷.

Finalmente elaborou-se um dicionário da BD, constante no (Anexo III) que visa clarificar o significado de cada entidade, atributo e relacionamento constantes na BD. Deste modo pretendeu-se eliminar eventuais ambiguidades no significado dos elementos da BD e facilitar a leitura dos potenciais utilizadores desta base de dados.

¹⁷ As tabelas das entidades distinguem-se das tabelas de relacionamentos, pela existência de um dígito cardinal no nome das primeiras e dois dígitos cardinais no nome das segundas.

2.2 – Aquisição de Dados e Carregamento da BD

A metodologia adoptada para a aquisição, tratamento e armazenamento da informação consistiu num conjunto de etapas, que a fig. nº8 procura sintetizar. Não foi um processo linear, tendo-se verificado a necessidade de se proceder a ajustamentos, por forma a ultrapassar as dificuldades que iam surgindo com o desenvolvimento do processo.

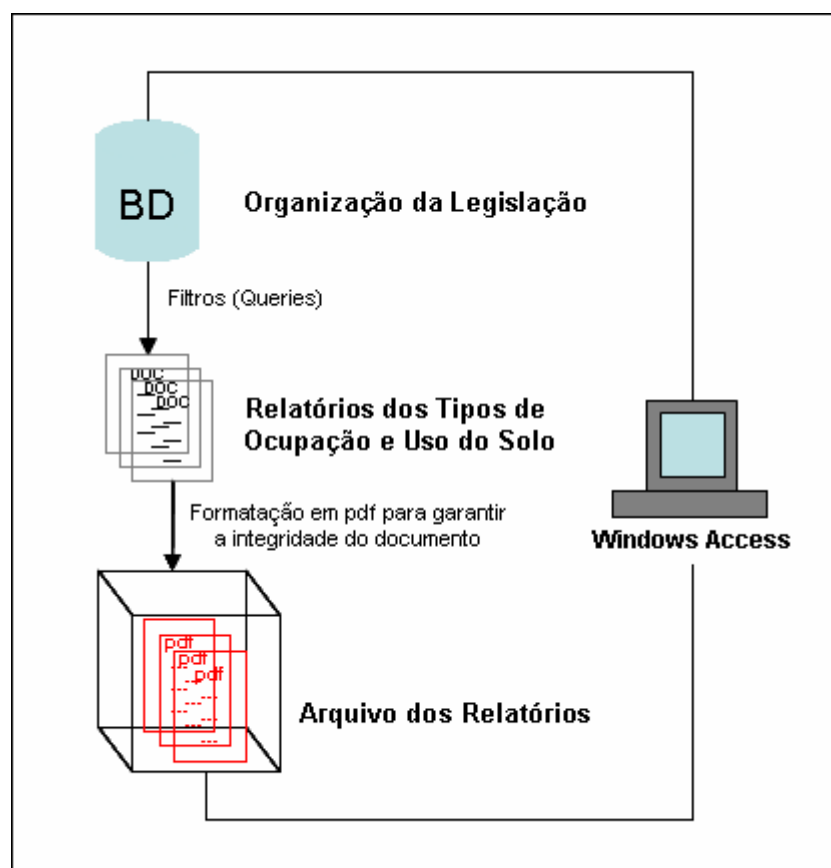


Fig. nº 8 - Organização da Informação Jurídica

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

O critério para a recolha dos documentos legislativos foi a sua relação jurídica com a Orla Costeira. Mesmo sabendo de antemão que muitos dos diplomas recolhidos estariam seguramente já revogados e que já não teriam vínculo jurídico sobre o território, esses documentos revelavam um significativo interesse para eventuais investigações sobre a evolução da ordem jurídica do litoral em Portugal, pelo que entendemos que este trabalho constituiria uma oportunidade para compilar uma base normativa que pudesse abranger também essa matéria.

Todos os diplomas foram recolhidos através da Internet, em suporte digital, permitindo desde logo o seu arquivo directo na BD, sem necessidade de digitalizá-los. A legislação com data de 1960 e posterior foi retirada do portal do Diário da República Electrónico (DRE). Os restantes diplomas, com data anterior a 1960 foram colectados de páginas da Internet pertencentes a diversas instituições do Estado, mas sempre que possível em formato pdf (*Portable Document Format*).

Esta técnica permitiu desde logo obter uma biblioteca com os documentos integrais da legislação actuante sobre a Orla Costeira em formato *pdf*, que a qualquer momento poderá ser alargada a outras eventuais temáticas de estudo. A estas facilidades permitidas pelas novas tecnologias de informação, na aquisição da legislação contrapôs-se outras dificuldades, como a inexistência de um portal que permitisse investigar legislação, pelo menos de forma minimamente eficaz, pelos descritores de pesquisa – orla costeira ou litoral. Recorde-se a este respeito que as pesquisas de legislação no portal do DRE são realizadas pelo tipo e pelo número do diploma. Por tudo isto, a aquisição de dados revelou-se uma tarefa mais morosa do que seria expectável.

O carregamento de uma base de dados seja uma BD alfanumérica (ex: Access), seja uma BD de SIG (alfanumérica e gráfica) constitui sempre uma tarefa morosa e exigente em termos de atenção. Contudo, as vantagens que delas podemos obter justificam plenamente o trabalho. Estas ferramentas uma vez carregadas possuem elevadas potencialidades de organização e análise da informação compilada.

Após a recolha da legislação, a etapa seguinte consistiu em preencher as várias tabelas da BD. As primeiras seriam as tabelas das entidades¹⁸ e posteriormente as tabelas dos relacionamentos. Mesmo dentro de cada um destes 2 grupos haveria prioridades a seguir.

As primeiras tabelas a serem preenchidas foram as tabelas [TIPO_DIPLOMA], [ENTID_JURIDICA] e [DIPLOMAS]. Para o efeito, analisou-se documento a

¹⁸ No Diagrama de Estrutura de Dados (DED), as tabelas das entidades diferem das tabelas dos relacionamentos, pela cor da letra das suas designações, negro para as primeiras e azul para as segundas.

documento, com particular ênfase para o texto introdutório, que geralmente antecede o articulado, permitindo deste modo classificar o diploma, quer pelo tipo de documento (lei, decreto-lei, portaria, etc), quer pelo seu conteúdo legal, agrupando-os segundo entidades jurídicas¹⁹. Para este trabalho foram identificadas 7 entidades jurídicas:

1. Reserva Agrícola Nacional (RAN);
2. Reserva Ecológica Nacional (REN);
3. Domínio Público Hídrico (DPH);
4. Áreas Protegidas (AP);
5. Instrumentos de Gestão do Território (IGT)
6. Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)
7. Geral

Uma vez registados os diplomas na tabela [DIPLOMAS] da BD, preencheram-se as tabelas [USO DO SOLO] e [ARTIGOS]. A tabela [USO DO SOLO] procura classificar o ordenamento jurídico da Orla Costeira, aplicado ao caso do município de Vila do Conde, segundo das diversas formas de ocupação e uso do solo.

O preenchimento destas tabelas exigiu então, uma verificação previa, da legislação que reunisse os requisitos acima referidos, isto é, com acção directa e carácter determinante no tipo de ocupação e uso do solo, sobre a Orla Costeira do município de Vila do Conde, concluindo-se existirem os seguintes instrumentos de gestão do território e condicionantes que, de forma articulada definem o quadro jurídico em que se rege a ocupação e o uso do solo na Orla Costeira do município de Vila do Conde, nomeadamente:

- Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)
- Plano Director Municipal de Vila do Conde (PDM)
- Reserva Ecológica Nacional (REN)
- Reserva Agrícola Nacional (RAN)
- Domínio Público Hídrico (DPH)
- Servidão de Sinalização Marítima (SM)

¹⁹ Considerou-se uma entidade jurídica o conjunto de diplomas legais referentes a um tema jurídico, tendo em vista os objectivos do presente trabalho.

A legislação referente a estes 6 instrumentos jurídicos, foi analisada e classificada artigo a artigo, alínea a alínea, segundo as tipologias de ocupação e uso do solo, de que resultou a tabela [USO DO SOLO].

A quadro nº 2 procura de forma esquemática mostrar como se organiza o ordenamento jurídico dos temas cartográficos do referido projecto.

Quadro nº 2 - Esquema da Organização do Ordenamento Jurídico no Projecto SIG

ORDENAMENTO JURÍDICO DOS TEMAS CARTOGRÁFICOS DO PROJECTO DE SIG						
Instrumentos Jurídicos	Codigo	Classes Jurídicas de Uso do Solo	Codigo	Categorias Jurídicas de Uso do Solo	Codigo	
PDM (PMOT)	35	Áreas Construção	36	Zona Construção Tipo I	1	
				Zona Construção Tipo II	2	
				Zona Construção Tipo III	3	
				Zona Equipamentos	4	
				Sona Sujeta Plano Específico	5	
				Zona Industrial	6	
				Zona Industrial Condicionada	7	
		Áreas Ocupação Condicionada			8	
		Áreas Salvaguarda	37	Área Agro-florestal e Enquadramento	11	
				RAN	39	
				REN	43	
Património Arquitectónico e Arqueológico		Imoveis Interesse Arquitectónico	13			
		Património Arqueológico	13			
			UOPG	12		
POOC (PEOT)	32	Area Protecção Costeira	28	Area Vegetação Rasteira e Arbustiva	15	
				Área Florestal	16	
				Área Agrícola	17	
				Rochedos	18	
				Equipamentos	19	
				Estuários	30	
				Praias	33	
		UOPG's	20			
		Area Aplicação PMOT	21			
		Zonas Ameaçadas Mar	31	Barreira de Protecção	22	
				Zona de Risco	23	
					Obras Marítimas (1)	24
					Patrimonio Edificado	29
RAH		Disposições Gerais	38			
		Regime	39			
		Delimitação	40			
REH		Disposições Gerais	41			
		Delimitação	42			
		Regime	43			
DPH	10	DPM - Domínio Público Marítimo	27	Delimitação DPM	44	
(Delimitação DPH)	25			Zonas Portuárias	26	
				Sinalização Marítima	9	

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Esta tabela tem a particularidade de fazer a correspondência entre a classificação da ocupação e uso do solo da BD, e a respectiva expressão cartográfica do projecto de SIG da Orla Costeira.

A tabela [ARTIGOS] foi carregada praticamente em simultâneo com a tabela [USO DO SOLO], isto porque só era possível inserir registos na tabela [ARTIGOS] desde que o respectivo tipo de ocupação e uso do solo já constasse na tabela [USO DO SOLO]. Como tal, o procedimento de carregamento das duas tabelas foi em tudo semelhante.

Microsoft Access - [5_ARTIGOS]

E Ficheiro Editar Ver Inserir Formatar Registos Ferramentas Janela Ajuda

MS Sans Serif 8

DIPLOMA 95 | Aprovação do POOC Caminha-Espinho

COD_ARTIGO 1

COD_DIPLOMA 95

COD_US: 32

NUMERO_ARTIGO 1

DESCRICAO

Artigo 1.º
 Natureza jurídica e âmbito
 1 - O Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Caminha e Espinho, adiante designado por POOC, tem a natureza de regulamento administrativo e com ele se devem conformar os planos municipais e intermunicipais de ordenamento de território, bem como os programas e projectos a realizar na sua área de intervenção.
 3 - Excluem-se do âmbito de aplicação do POOC as áreas sob jurisdição portuária inseridas na área mencionada no número anterior.
 4 - Nas áreas actualmente sob jurisdição portuária aplicar-se-á o disposto no POOC caso venham a ser integradas na faixa abrangida pela jurisdição dos serviços dependentes do Ministério do Ambiente.

Fig. nº 9 - Formulário de Preenchimento da BD

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

A fig. nº 9 reproduz o formulário de preenchimento da tabela [ARTIGOS]. Foi o primeiro registo a ser preenchido (Cod_Artigo 1) e corresponde ao artigo 1º da "Aprovação do POOC de Caminha-Espinho". Dado o carácter abrangente do seu conteúdo, este artigo foi classificado do ponto de vista do uso do solo como "Área de Intervenção do POOC" cujo código unívoco é o 32 (Cod_US).

Mas o preenchimento da tabela [ARTIGOS] exigiu algumas atenções suplementares. Recorde-se a este respeito que o objectivo desta base de dados era classificar e organizar a informação jurídica, constituindo-se uma espécie de “assistente jurídico”. Este assistente jurídico tinha por objectivo criar relatórios com a normativa jurídica que incidia sobre cada uma das categorias e classes de ocupação e uso do solo, mesmo que essa legislação estivesse distribuída por vários diplomas legais.

Para atingir esse objectivo foram seguidos alguns procedimentos, após uma rigorosa análise de cada alínea e parágrafo dos artigos, nomeadamente:

- Supressão das partes dos artigos da legislação (números, alíneas, parágrafos) que de forma inequívoca, não produzisse efeito jurídico no município de Vila do Conde (como exemplo podemos citar os conteúdos da legislação dirigidos exclusivamente a determinados territórios como sejam as Regiões Autónomas);
- Adição de legislação complementar, sempre que um artigo remetia competências jurídicas para o articulado doutros diplomas, o conteúdo desse articulado era inserido logo após a descrição do artigo em registo, tornando deste modo mais cómoda a leitura e interpretação da normativa referente a qualquer classe de ocupação e uso do solo.
- Outro procedimento, foi a necessidade de criar temas cartográficos para fazer corresponder a conteúdos jurídicos de carácter mais generalizado que não se inseriam numa única categoria ou classe de uso do solo. A figura anterior, ilustra precisamente um desses casos. A classe de ocupação e uso do solo nº 32 da tabela [USO DO SOLO] que é designada por “Área de Intervenção do POOC” foi criada para corresponder ao articulado de carácter genérico, que não tinha correspondência unívoca com as classes previstas na planta de síntese do POOC em questão. Para o efeito foi criado no projecto de SIG, um novo polígono correspondente a toda a área de intervenção do POOC, conforme será referido mais adiante aquando da explicitação da metodologia do projecto de SIG.

Na fig. nº 10 é visível o segundo dos procedimentos acima descritos, usando como exemplo o registo do Artigo 5º da “Alteração ao POOC de Caminha-Espinho”.

O nº3 deste artigo refere as áreas do domínio hídrico, remetendo para o DL 54/ 2005 a definição de alguns conceitos, cujo articulado foi inserido, logo após o texto integral do Artigo 5º.

Deste modo é evitada uma nova pesquisa de legislação complementar, com evidente economia de tempo e facilidade de leitura.

5_ARTIGOS

DIPLOMA 159 Alteração ao POOC Caminha-Espinho

COD_ARTIGO 3

COD_DIPLOMA 159

COD_US 32

NUMERO_ARTIGO 5

Artigo 5.º

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

1- Na área de intervenção do POOC aplicam -se todas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública constantes da legislação em vigor, nomeadamente as decorrentes dos seguintes regimes jurídicos:

- a) Reserva Ecológica Nacional (REN);
- b) Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- c) Domínio hídrico;
- h) Protecção a imóveis classificados e em vias de classificação;
- i) Protecção a infra -estruturas de abastecimento e saneamento;
- l) Protecção à rede rodoviária;
- p) Servidões de sinalização marítima;
- r) Marcos geodésicos.

2 - Em áreas da Reserva Ecológica Nacional, salvo as acções devidamente identificadas nos planos de praia, plano de intervenções e presente Regulamento, não são permitidas quaisquer outras acções que não sejam compatíveis com o respectivo regime.

3 - As áreas do domínio hídrico são constituídas pelo leito e margem do mar, ajustável em função da variação da linha de costa, leito e margem das águas navegáveis ou flutuáveis e leito e margem das águas não navegáveis nem flutuáveis, tal como se encontram definidos nos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro;

a delimitação destas áreas no âmbito do POOC tem um carácter indicativo, não substituindo a delimitação prevista neste diploma legal.

Lei Nº 54/2005

Artigo 10.º

Noção de leito; seus limites

1- Entende-se por leito o terreno coberto pelas águas quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades. No leito compreendem-se os mouchões, lodeiros e areais nele formados por deposição aluvial.

Registo: 3 de 225

Fig. nº 10 - Formulário de Preenchimento da BD (2ª fase)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

Nas situações como a descrita anteriormente, em que foi adicionada legislação complementar (Artigo 10º do DL Nº 54/2005), esta normativa foi destacada com o fundo azul (no documento de consulta), precisamente para referenciar que se tratava de legislação adicional.

Para facilitar o preenchimento das tabelas [CONDICIONANTES], [IGT] e [ENTIDADES ADMINISTRATIVAS], criou-se previamente um formulário de registo destas tabelas, para cada diploma, após o qual foram registados também todos os relacionamentos, nas respectivas tabelas da BD.

O quadro nº 3 representa um dos formulários produzidos, para registar os relacionamentos nas respectivas tabelas. Neste exemplo, os diplomas referentes à aprovação do POOC de Caminha-Espinho, que estabelecem as formas de ocupação e uso do solo naquele território, considera 5 entidades administrativas com competências jurisdicionais e 8 tipos de condicionantes que impõem restrições diversas às formas de ocupação e uso do solo.

Quadro nº 3 - Registo dos Relacionamentos

FOLHA DE RELACIONAMENTOS				
1_DIPLOMAS	2_IGT	3_ENTIDADES ADMIN.	4_CONDICIONANTES	OBS.
POOC CAMINHA-ESPINHO [RCM Nº 25/99 e RCM Nº 154/2007]				
95 - POOC Caminha-Espinho	4 POOC Caminha-Espinho	1 - CM	1 - Domínio Hídrico	Ver DL 139/89
159 - POOC Caminha-Espinho		2 - CCDR	2 - RAN	
		5 - ICNB	3 - REN	
		4 - INAG	5 - Regime Florestal	
		35 - MAOTDR	6 - Património Classificado	
			8 - ZAAM	
			9 - DPM	
			11 - Sinalização Marítima	

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Uma vez concluído o preenchimento da base de dados, o passo seguinte seria criar um documento para cada categoria de ocupação e uso do solo, com a legislação que incorria nessa categoria. Como foram identificadas 44 categorias de ocupação e uso do solo, criaram-se 44 documentos de texto com extensão ".doc". Para que estes documentos garantissem a integridade dos seus conteúdos, foram posteriormente convertidos para formato "pdf", evitando deste modo, eventuais alterações acidentais.

Para gerar os relatórios ou documentos referidos, criaram-se consultas na BD, uma para cada tipo de uso do solo. A fig. nº 12 representa a estrutura da consulta que gerou o relatório da "Área de Protecção Costeira", filtrando os registos com o código unívoco 28 da tabela [USO DO SOLO].

O Anexo Nº IV reúne os 44 documentos que reproduzem o ordenamento jurídico da Orla Costeira, no concelho de Vila do Conde, classificados segundo os critérios do presente trabalho.

2.3 – Criação de um Projecto SIG da Orla Costeira (Concelho de Vila do Conde)

Concluída a construção e o preenchimento da BD, deu-se início à construção do projecto de SIG, com a aquisição dos dados cartográficos. A cartografia existente e disponibilizada pela Câmara Municipal de Vila do Conde foi a seguinte:

- Base da Carta Administrativa de Portugal e Carta Administrativa do concelho de Vila do Conde, para enquadrar a área de trabalho.
- Planta de Ordenamento do PDM de Vila do Conde. Uma vez que as condicionantes que actuavam na área de trabalho, constavam nesta planta, prescindiu-se da planta de condicionantes.
- Planta de Síntese²⁰ do POOC, que determina a delimitação a área de trabalho. A planta de condicionantes deste instrumento de gestão, no caso de Vila do Conde nada acrescenta à planta de condicionantes do PDM, pelas mesmas razões desta, não foi utilizada no projecto.
- Carta da Reserva Agrícola Nacional do concelho, extraída da Planta de Ordenamento do PDM de Vila do Conde.
- Carta da Reserva Ecológica Nacional do concelho, também extraída da Planta de Ordenamento do PDM de Vila do Conde.

Uma vez que não existe cartografia oficial do Domínio Público Marítimo (DPM), optou-se por efectuar uma delimitação, com base nos critérios determinados pela lei²¹, o mesmo tendo acontecido para a Servidão de Sinalização Marítima²².

O quadro da pág. 28 procura sintetizar a classificação dada aos diversos tipos de ocupação e uso do solo registados na BD, e aos quais deveria corresponder

²⁰ A cartografia do POOC foi disponibilizada à Câmara Municipal em formato de Autocad (dwg) no contexto de um protocolo entre a entidade promotora do POOC e a Câmara Municipal. A Carta de Síntese foi posteriormente reformatada para ambiente de SIG (formato shapefile).

²¹ Foram solicitadas informações sobre eventuais delimitações oficiosas do DPM ou de Zonas Adjacentes, no município de Vila do Conde, quer ao Instituto da Água (INAG), quer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-n), contudo não foi possível recolher em tempo útil qualquer informação objectiva. Tanto quanto se pode apurar, na Câmara Municipal de Vila do Conde também não há conhecimento de delimitações oficiosas do DPM.

²² Foram efectuadas tentativas de localização de um pretenso documento legal que delimitasse a servidão de Sinalização Marítima, existente na foz do rio Ave contudo, pelas informações recolhidas na Capitania do Porto tal documento nunca terá existido.

um tema cartográfico no projecto. Os regimes jurídicos da RAN, REN e DPH como possuem legislação vasta, optou-se por fragmentar em vários documentos por mera comodidade de trabalho. Por exemplo, ao seleccionarmos um ponto da cartografia da REN, podemos optar por consultarmos o articulado referente ao processo de delimitação ou ao regime ou à totalidade da legislação, conforme a nossa necessidade.

Pela mesma razão e por uma questão de objectividade, que ao seleccionarmos um ponto da cartografia que corresponda a uma zona portuária, o articulado legislativo que nos é apresentado, logicamente que é parte integrante da legislação respeitante ao DPM e consequentemente ao DPH.

Identificadas as categorias e classes de ocupação e uso do solo, deu-se início à construção do projecto de SIG, introduzindo-se a cartografia existente, já referenciada.

Uma vez que a área de trabalho limitava-se à área de intervenção do POOC, optou-se por “recortar” desde logo, a cartografia de todos os temas à forma da área de trabalho, com excepção das Cartas Administrativas, cuja função era de enquadrar essa mesma área de trabalho.

Para o efeito utilizou-se a ferramenta “Clip” do ArcInfo para “recortar” todos os temas, na forma dada pela área do POOC. As imagens da fig. nº 13 ilustram precisamente o resultado de uma dessas operações realizadas, neste caso para o tema das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG's), reproduzindo o momento anterior e posterior ao “Clip”.

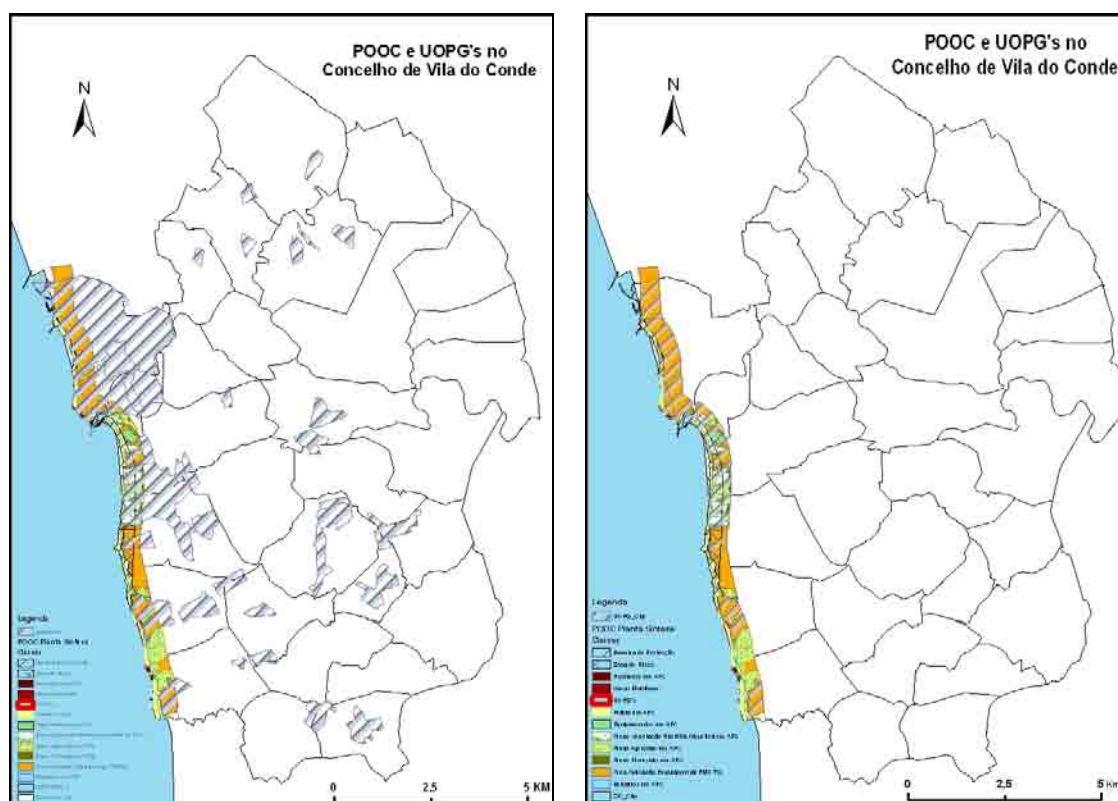


Fig. nº 13 - Utilização da Ferramenta “Clip”. (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

Após introdução dos diversos temas cartográficos no projecto, foi necessário criar novos temas cartográficos provenientes, quer do POOC, quer do PDM e que correspondiam ao agrupamento de várias categorias de ocupação e uso do solo, para as quais existia legislação de carácter genérico, mas não possuíam o correspondente tema cartográfico, nomeadamente:

- A classe da “Área de Intervenção do PDM”, à qual foi atribuído o código nº 35 da BD que corresponde à normativa de carácter genérico a aplicar em toda a área de intervenção do PDM;
- A classe de “Áreas de Construção” (PDM), com o código nº 36 da BD, e que corresponde ao conjunto das três “Zonas de Construção”, das “Zonas de Equipamentos”, das “Zonas Sujeitas a Plano Específico”, das “Zonas industriais” e das “Zonas Industriais Condicionadas”;
- A classe da “Área de Intervenção do POOC” com o código nº 32 atribuído pela BD, a que corresponde a legislação também, de carácter genérico.

Para gerar a primeira e a última das classes acima apontadas utilizou-se a ferramenta “dissolve”, que reduz os polígonos contíguos de um tema a um único polígono, com a forma geométrica do conjunto inicial (fig. nº 14).

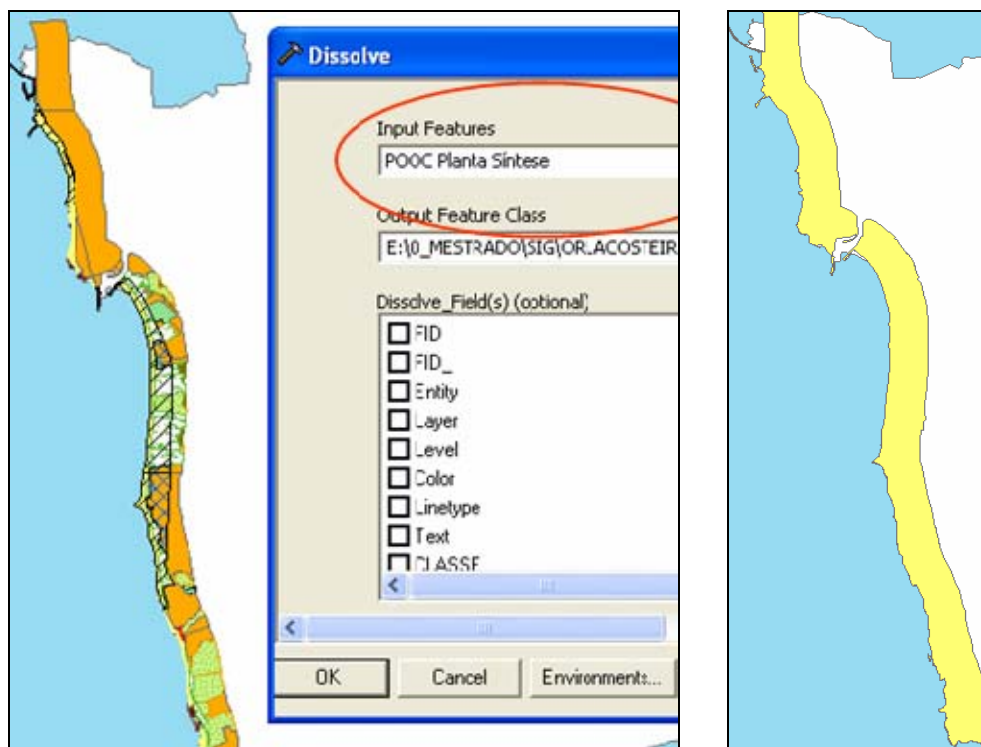


Fig. nº 14 - Utilização da ferramenta “dissolve”. (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

As imagens anteriores representam a área de intervenção do POOC, antes e depois da operação “dissolve”. Na primeira imagem são visíveis as diversas classes e categorias de ocupação e uso do solo, enquanto na segunda figura surgem apenas 2 polígonos divididos pelo rio Ave.

Dado que a “Área de Intervenção do POOC” correspondia à área de trabalho do projecto, a “Área de Intervenção do PDM”, que na sua origem abrange todo o concelho, neste caso particular teria que integrar toda a área de trabalho, logo ser coincidente com a “Área de Intervenção do POOC”, pelo que uma simples cópia do shapefile²³ foi suficiente para criar este novo tema cartográfico.

²³ Shapefile – ficheiro de arquivo nativo do ArcMap.

A classe de “Áreas de Construção” definia-se, segundo o Plano Director Municipal de Vila do Conde, pelo conjunto das seguintes categorias de ocupação e uso do solo:

- “Zonas de Construção”,
- “Zonas de Equipamentos”,
- “Zonas Sujeitas a Plano Específico”,
- “Zonas industriais” e
- “Zonas Industriais Condicionadas”.

Uma vez que estas categorias de uso do solo correspondiam a 5 temas cartográficos distintos, para criar uma nova classe que se designaria por “Áreas de Construção” foi necessário diluir esses 5 temas num único. Para o efeito utilizou-se a ferramenta “Merge” que pelo processo acima descrito, criou o novo tema cartográfico.

Na fig. nº 15 que ilustra a cartografia antes da concretização do “Merge” são visíveis as diferentes categorias da ocupação e uso do solo, correspondentes aos respectivos temas cartográficos.

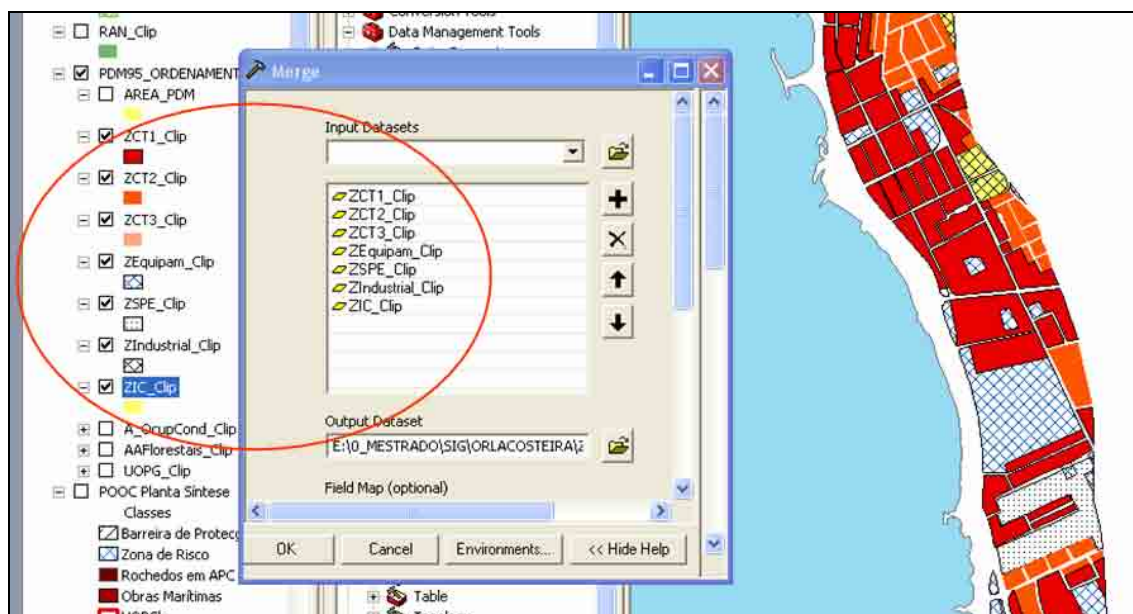


Fig. nº 15 - Utilização da ferramenta “Merge” (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

Na fig. nº 16 a mesma área surge já com uma única classe. A legislação que incorre nesta classe é comum para as categorias que lhe deram origem.

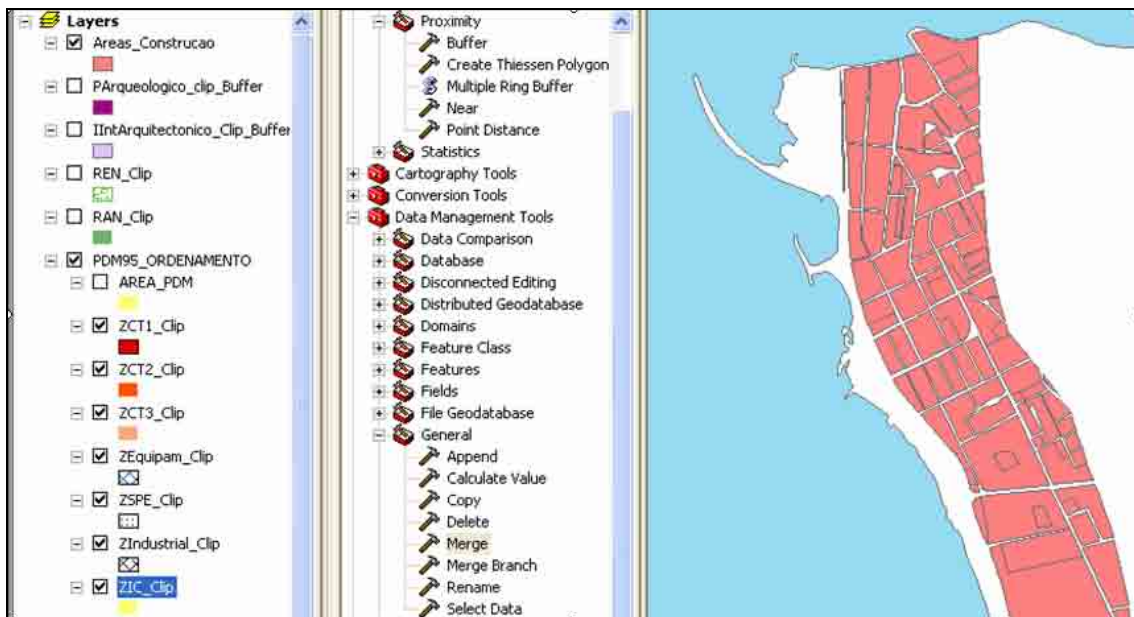


Fig. nº 16 - Efeito Visual após a Utilização da ferramenta “Merge” (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

A “Área de Protecção Costeira” (código nº 28) era outra classe sobre a qual incidia legislação específica, mas para a qual não havia correspondência cartográfica no projecto, como classe própria.

Para construir esta classe de uso do solo efectuou-se previamente uma cópia do shapefile da planta de síntese do POOC, sobre a qual se eliminaria as categorias de uso do solo, não pertencentes à classe “Área de Protecção Costeira”, permanecendo as restantes que constituiriam a referida classe.

A eliminação das categorias que não pertenciam à “Área de Protecção Costeira” poderia ser realizado de várias formas, contudo optou-se por criar um filtro através da ferramenta “Query Builder” para deixar activas somente as categorias a eliminar. Seguidamente, com o projecto em edição seleccionaram-se todas as categorias activas e eliminaram-se com um simples “Delete”.

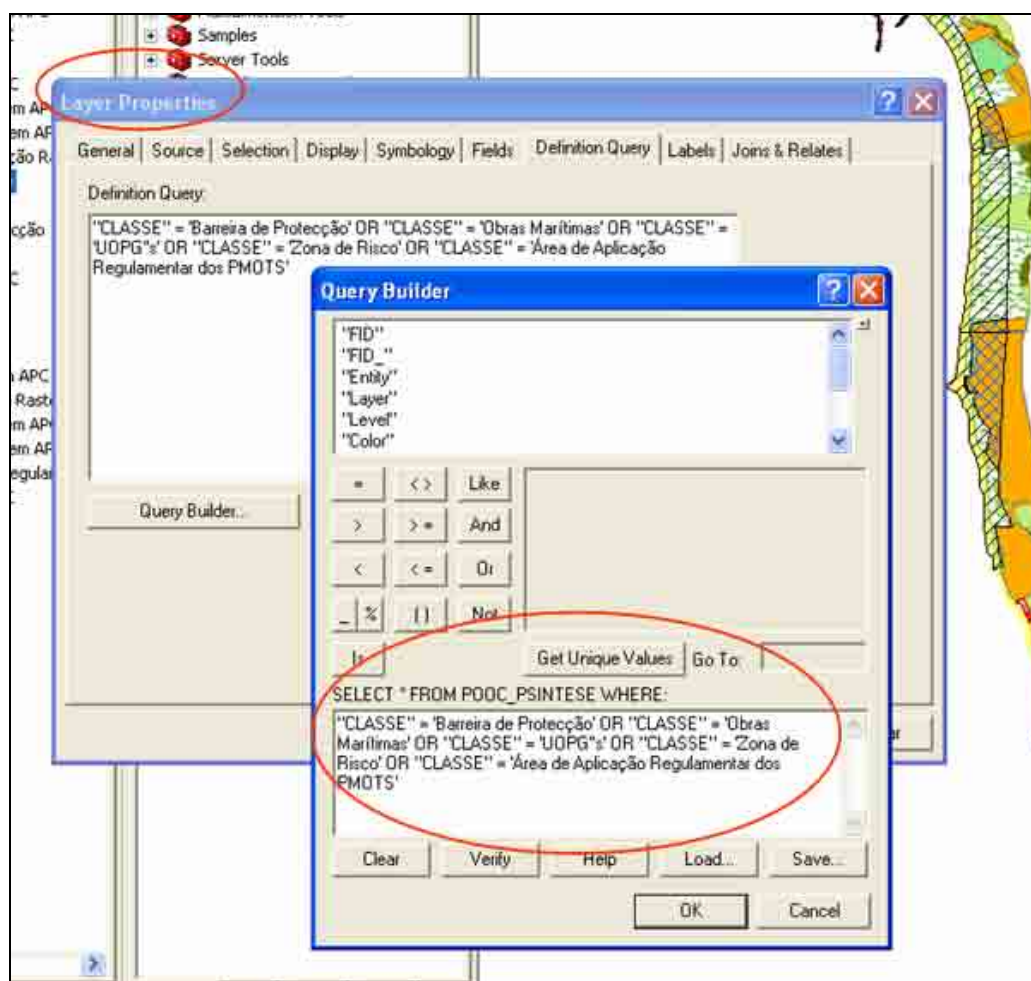


Fig. nº 17 - Utilização da ferramenta “Query Builder” (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

Inseridos no projecto os temas cartográficos resultantes dos instrumentos de gestão territorial (PDM e POOC), bem como as principais condicionantes que também já se encontravam definidas por estes planos, nomeadamente a RAN e a REN, faltava tratar o Domínio Público Marítimo (DPM) e as servidões administrativas e restrições de utilidade pública que lhe andam associadas.

O regime jurídico do DPM, que se insere no regime mais abrangente do Domínio Público Hídrico remonta a meados do séc. XIX. Tem sido referenciado em múltiplos diplomas legais, objecto de múltiplos conflitos e de outros tantos pareceres e acórdãos jurídicos. Tal situação deve-se muito ao facto de não estar cartografada a sua delimitação.

No planeamento local a situação de indefinição da delimitação deste espaço costeiro tem originado alguns inconvenientes aos intervenientes no processo

de licenciamento, suscitando situações de dubiedade quanto aos critérios adoptados pela entidade competente nas decisões sobre as pretensões neste domínio²⁴.

Uma das dificuldades da delimitação do DPM consiste em determinar a “linha da máxima preia-mar das marés vivas equinociais”, conforme preconiza o artº 10º do DL nº 54/2005.

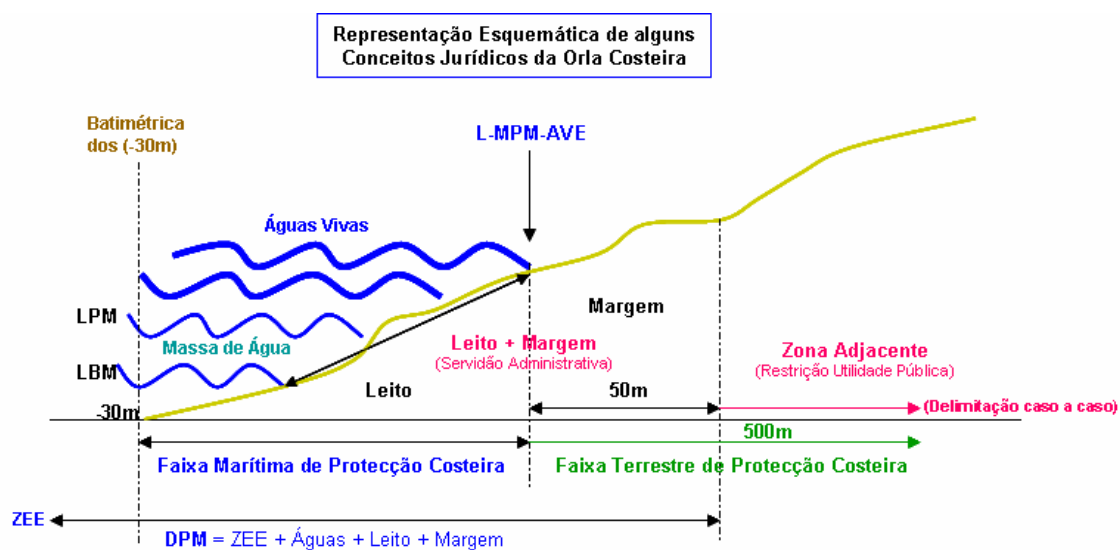


Fig. nº 18 - Representação Esquemática de Alguns Conceitos Jurídicos da Orla Costeira

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

Conforme sugere a fig. nº 18, o DPM integra as águas e os fundos marinhos até ao limite da Zona Económica Exclusiva (ZEE), o leito e a margem²⁵.

Dada a importância que o DPM ainda confere ao ordenamento jurídico que incide sobre os terrenos da Orla Costeira, apesar da existência dos planos de ordenamento, optou-se por realizar uma delimitação personalizada deste espaço, com carácter meramente académico. A metodologia seguida para o efeito teve em consideração os critérios determinados pela legislação existente.

²⁴ A inexistência de uma delimitação do Domínio Público Marítimo (DPM), materializada numa carta oficial tem constituído motivo de conflito entre “proprietários” de prédios, pretensamente localizados em terrenos dominiais, e as entidades com competências jurisdicionais sobre os terrenos do DPM.

²⁵ Cf. LEI Nº 54/2005, artº 3.

Para delimitar a Linha da Máxima Preia-Mar das Águas Vivas Equinociais (LMPMAVE), utilizaram-se como suporte de apoio os ortofotomapas e tomaram-se em consideração 3 tipos de situação existentes na orla costeira do município de Vila do Conde, que resultam da actual dinâmica costeira: áreas intervencionadas, espaços com características dunares e zonas com afloramentos rochosos.

Da observação que vimos fazendo da dinâmica do litoral no concelho de Vila do Conde nestes últimos anos, nas áreas intervencionadas com obras de protecção costeira, a LMPMAVE atinge a base dessas mesmas obras, pelo que nestas áreas determinamos a LMPMAVE, pela linha de perfil da base dos enrocamentos de protecção.

A fig. nº 19 mostra o limite da LMPMAVE na frente urbana da cidade, acompanhando a linha de base do muro de protecção costeira.



Fig. nº 19 - Delimitação da LMPMAVE em Frente Urbana Intervencionada

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Nas áreas dunares utilizamos como referência a base da duna primária (fig. nº 20). São perceptíveis em ambas as imagens, os limites do espraiamento das ondas, não sendo difícil de prever que, com as marés vivas, as ondas possam aproximar-se bastante mais da linha cartografada como LMPMAVE.

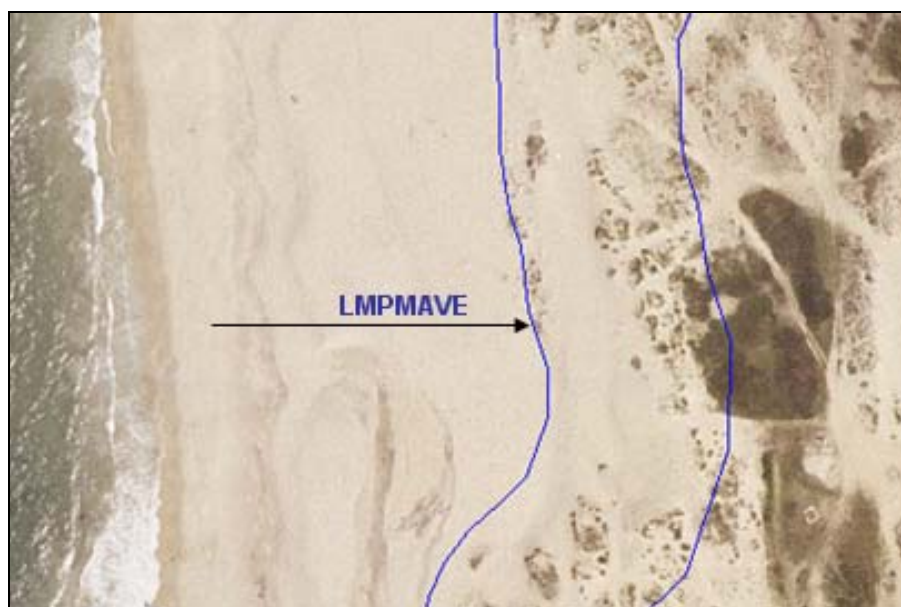


Fig. nº 20 - Delimitação da LPMVAE em Áreas Dunares

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Efectivamente, os efeitos da escassez de sedimentos já se fazem sentir em toda a costa do município, resultado entre outros factores, da acção de retenção das areias pelo molhe do porto de pesca da Póvoa de Varzim, que impede a natural deriva das areias.

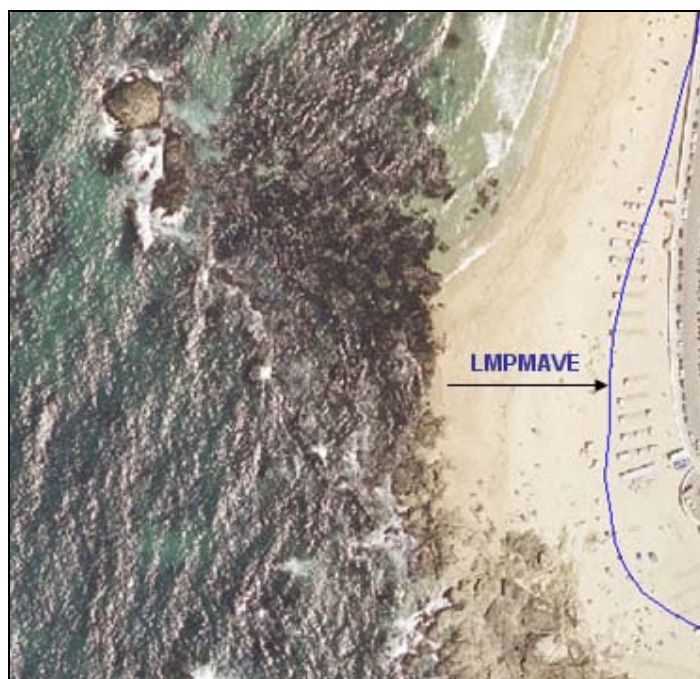


Fig. nº 21 - Delimitação da LPMVAE em Áreas com Afloramentos Rochosos

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Os afloramentos rochosos emersos ao longo da costa, constituem uma das formas mais eficazes da protecção costeira, perfeitamente observável pela maior acumulação de areias na sua envoltória. Tal facto foi também considerado na delimitação da LMPMAVE (fig. nº 21).

Uma vez definida a LMPMAVE para toda a costa do concelho de Vila do Conde, criou-se uma linha paralela a esta, espaçada em 50m para o interior e fechada nos topos ficando delimitada a zona terrestre do Domínio Público Marítimo. Uma vez que este espaço era mais estreito que a área do POOC, não houve necessidade de ajustar este tema cartográfico ao do POOC.

Contudo, foi ainda necessário delimitar o Domínio Público Hídrico, resultante das linhas de água que cruzassem a área de intervenção do POOC (fig. nº 22). No caso do estuário do rio Ave, estava em causa exclusivamente o DPM e nos casos do rio Onda e ribeira de Silvares estava em causa o Domínio Público Fluvial (DPF).



Fig. Nº 22 - Foz da Rib^a de Silvares, confluência do DPM com o DPF

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Para delimitar o DPM no estuário do Ave, e na foz do rio Onda definiu-se a LMPMAVE em cada uma das margens, tendo-se projectado uma linha paralela

àquela, com distância de 50m para o estuário do Ave e 10m para a foz do Onda²⁶.

No caso da ribeira de Silvares o facto de o diâmetro da secção desta linha de água ser pouco significativo, aliado à dificuldade de estabelecer com rigor o limite do leito levou-nos a optar por delimitar o “eixo” daquela linha água, à qual foram projectadas linhas paralelas para cada lado do “eixo” com uma distância de 15m, em alternativa aos 10m medidos a partir do limite do leito, conforme determina a legislação.

A delimitação do DPM foi realizada num tema de “linhas”, pelo que foi necessário transformar esta área num verdadeiro polígono. Para o efeito utilizou-se a ferramenta “Feature To Polygon”, transformando de imediato numa área poligonal (fig. 23).



Fig. nº 23 - Conversão (linear / poligonal) da Cartografia do DPM. (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

A fig. nº 24 mostra a mesma área do DPM já transformada em polígonos. Seguidamente aplicou-se a ferramenta “Aggregate” para transformar os vários polígonos gerados, num só polígono que traduz a área do DPH, que neste caso compreende as áreas do DPM e do Domínio Público Fluvial (DPF).

²⁶ A Lei 54/2005 no seu artº 11º define a largura da margem de 50m para as águas navegáveis sobre jurisdição das autoridades marítimas e portuárias, que é o caso do estuário do rio Ave e de 10m para as águas não navegáveis, em cujo situação se inserem o rio Onda e a ribeira de Silvares.

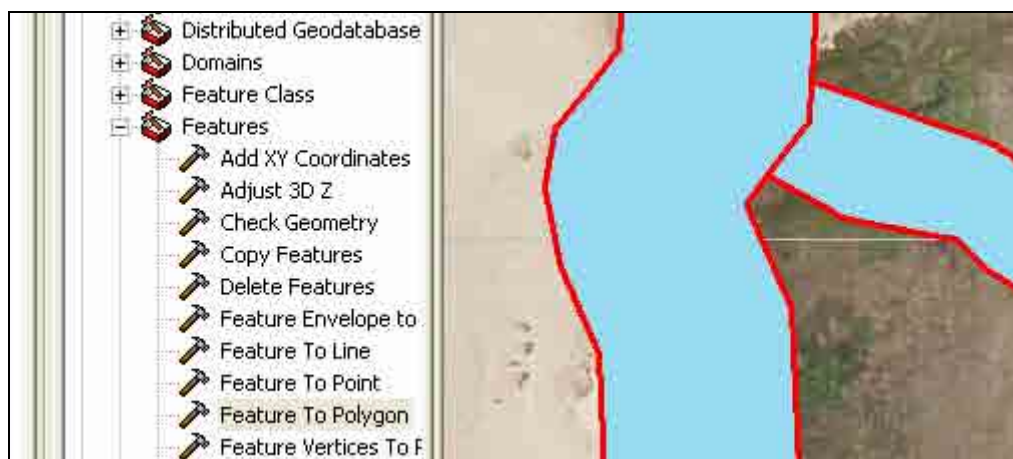


Fig. nº 24 - Resultado da Conversão do DPM em Tema Poligonal (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Para finalizar os temas cartográficos faltava registar na cartografia a servidão alusiva à Sinalização Marítima, de que, conforme já foi referenciado, não foi possível detectar qualquer documento com a respectiva delimitação.

Este tipo de sinalização marítima integra um conjunto de dois faróis de alinhamento para facilitar a entrada das embarcações na barra do porto de mar.

Considerando que:

- a legislação consultada não especifica valores para as áreas de protecção;
- as autoridades locais consultadas também não indicaram quaisquer valores concretos para a área de servidão;
- a funcionalidade daquele instrumento de sinalização necessitava de uma área livre de construções de qualquer natureza, que pudesse pôr em causa a eficiência da sinalização marítima, tendo em conta a orientação dada pelos 2 faróis.



optou-se por criar uma área de protecção com 25m de raio, com origem no eixo que liga os 2 faróis (fig. 25).

O farol anterior, para quem entra na barra, já teve outra localização, tendo sido alterada devido a imperativos do processo de urbanização, de que os terrenos a norte foram alvo, conforme se pode verificar na imagem.

Fig. nº 25 - Zona de Servidão de Sinalização Marítima

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

2.4 – Ligação do “Assistente Jurídico” ao Projecto SIG da Orla Costeira

Concluída a BD com o principal ordenamento jurídico, devidamente organizado e classificado para responder às necessidades da realidade da Orla Costeira de Vila do Conde e criados e inseridos num projecto de SIG todos os temas cartográficos, com integral correspondência entre os primeiros e os segundos, estavam reunidas as condições para criar a ligação entre a informação jurídica constante na BD, com a sua correspondente expressão territorial.

Para concretizar esta ligação foi necessário percorrer três passos. Recorde-se entretanto que os documentos em formato pdf, ao serem ligados aos respectivos temas cartográficos, encontram-se todos arquivados numa única pasta.

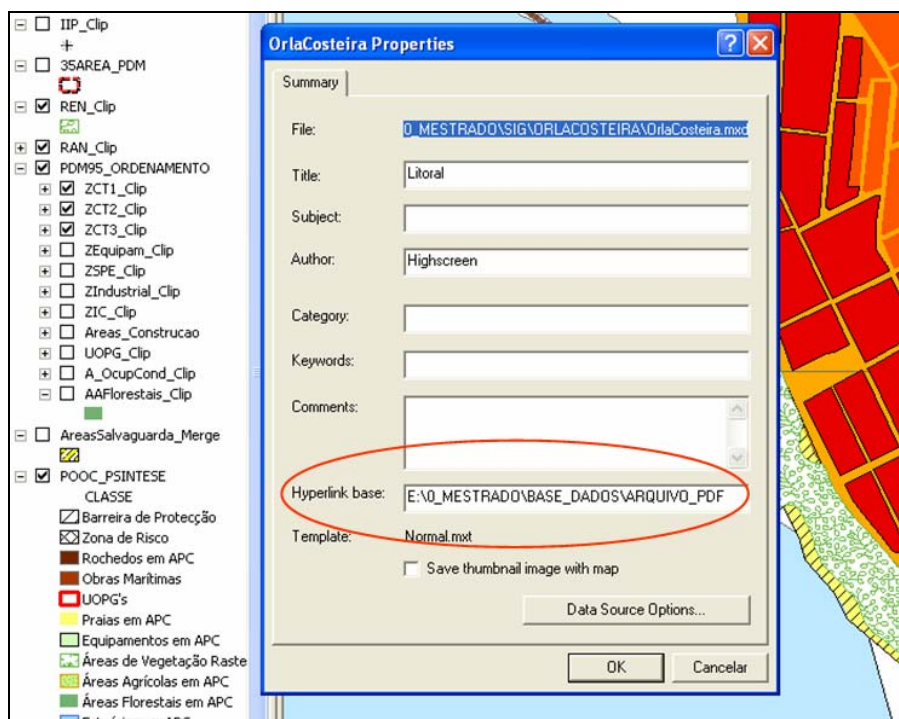


Fig. nº 26 - Ligação ao SIG (1): Inserção do Caminho (path) dos Relatórios com a Legislação (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Uma das três tarefas de ligação é precisamente inserir no ArcMap, o caminho (path) para esse arquivo. Para o efeito, no menu principal, em "File", escolhe-se "Document Properties" e digitando-se o caminho, no campo "Hyperlink base", conforme fig. nº 26.

Outra das tarefas necessárias é registar o nome do ficheiro a ligar ao tema cartográfico correspondente. Para isso deve-se previamente criar um novo campo²⁷ (texto) onde será registado o nome do ficheiro, conforme se pode verificar na fig. nº 27.

²⁷ O preenchimento deste campo é automático, com a utilização da ferramenta "Field Calculator"

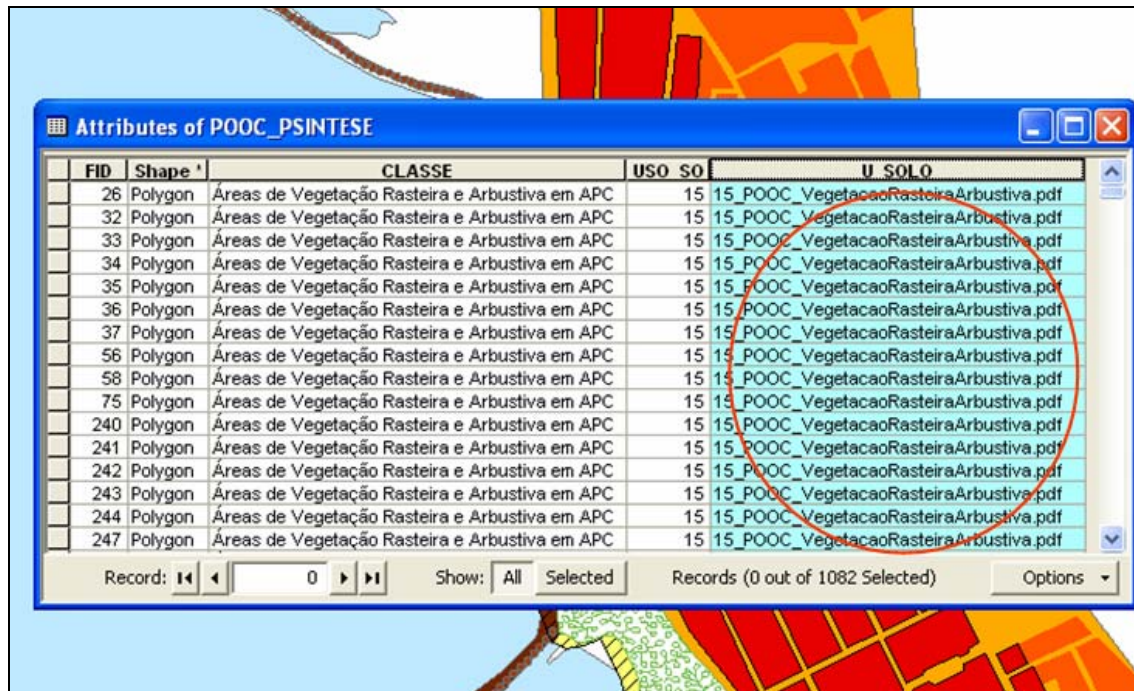


Fig. nº 27 - Ligação ao SIG (2): Preenchimento do Nome do Ficheiro e Caminho (path) dos Relatórios com a Legislação (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Finalmente a última das três etapas: na tabela de conteúdos do ArcMap, abrindo a janela das propriedades do tema (Layer Properties) é preciso efectuar três operações, conforme ilustra a fig. nº 28:

- activar a janela do Hyperlink;
- escolher o campo do tema onde está inserido o nome do ficheiro a abrir;
- seleccionar a opção "document";
- confirmar com "Ok".

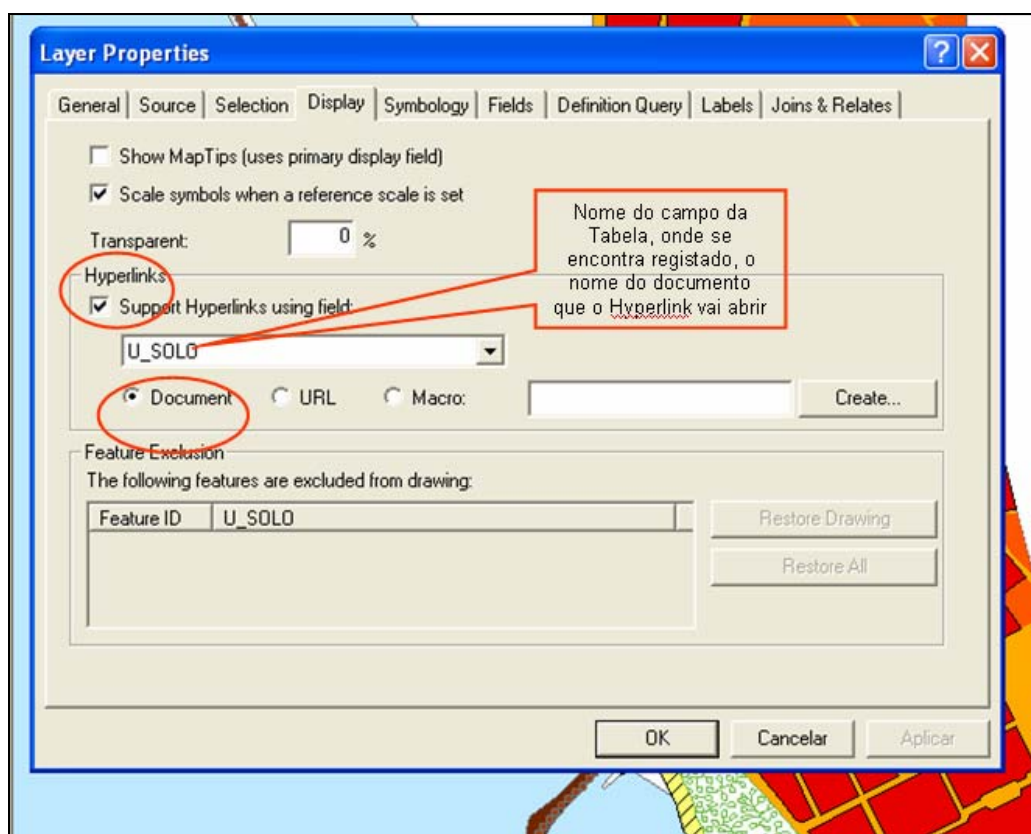


Fig. nº 28 - Ligação ao SIG (3): Definição das Configurações para a Activação do Hyperlink (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Após a ligação dos temas cartográficos aos correspondentes documentos com legislação organizada, para efectuar uma consulta legislativa, basta accionar o ponteiro do hyperlink sobre o tema pretendido do projecto, que de imediato abre uma janela com todos os temas cartográficos que incidem sobre o ponto seleccionado, conforme indica o nº 1 da fig. nº 29. Após a selecção do tema jurídico a consultar, clica-se no botão "jump", indicado na mesma figura, que abrirá o documento seleccionado. Caso se deseje consultar toda a legislação que recai sobre o ponto seleccionado, teremos que repetir a operação indicada para cada tema.

O ponto seleccionado está classificado pelo POOC, como "área de aplicação do PMOT" e pelo PDM como "zona de construção do tipo 1"

Uma vez que o ponto seleccionado se localiza em área abrangida pelo POOC, ainda poderá ser consultada a legislação de carácter geral, correspondente a

toda a zona de intervenção do POOC. A mesma observação serve também para o caso do PDM.

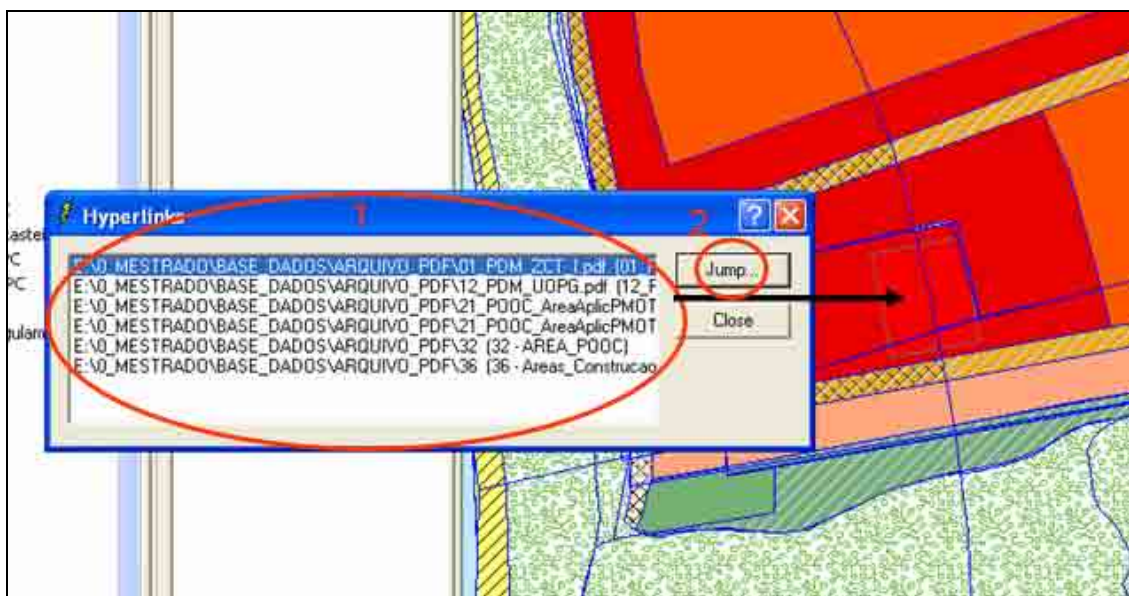


Fig. nº 29 - Activação do Hyperlink (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Para finalizar esta alínea pensamos ser oportuno referir que a forma de ligação da base de dados ao projecto SIG agora descrita e por nós utilizada não é exclusiva.

Efectivamente o ArcInfo permite manipular por meio de “macros”²⁸ a base de dados. Se o objectivo fosse criar um “assistente jurídico” para utilizar exclusivamente num único posto de trabalho, seria provavelmente a opção mais indicada, permitindo agilizar respostas e evitar o longo trabalho da produção dos formulários de legislação correspondente aos temas cartográficos.

Contudo, e dado que o objectivo deste “assistente jurídico” consiste em servir “em rede” o maior número de pessoas, da forma mais acessível possível, optou-se por este método, adaptado ao facto de que grande parte dos funcionários municipais ainda não estão familiarizados com as bases de dados.

²⁸ As “macros” são acções programadas com a finalidade de automatizar tarefas comuns. O MSAccess possui um construtor de “macros” que facilita bastante a tarefa de programação das mesmas.

2.5 – Visualização e Discussão dos Resultados

Para testarmos o funcionamento do assistente jurídico e visualizarmos os resultados obtidos, efectuou-se uma simulação, relativa a um ponto aleatório da Orla Costeira do município de Vila do Conde e que se traduziria no seguinte exercício.

Um pedido de informação prévia do sujeito “A” que possui o lote assinalado na imagem anexa e que pretende saber se poderá construir a sua residência de férias com piscina, nesse mesmo lote.

Conforme é possível verificar o terreno insere-se em área abrangida pelo POOC e, pela proximidade da praia, muito provavelmente em terreno do DPM.



Fig. nº 30 - Localização do Lote do Exercício Proposto

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

Se activarmos no projecto de SIG os temas cartográficos referentes ao PDM em vigor, e o tema do “Domínio Público Marítimo”, o resultado visível é o que consta na fig. nº 31.



Fig. nº 31 - Enquadramento do Lote com o PDM. (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

O lote insere-se numa “zona de construção do tipo 1” mas, muito provavelmente, uma parte do respectivo lote localiza-se em terreno do Domínio Público Marítimo²⁹.

Seguidamente, activou-se a cartografia referente ao POOC e desactivou-se a cartografia do PDM para dar maior legibilidade aquela, e o resultado foi o seguinte. Uma pequena parte do lote localiza-se em “Área de Aplicação Regulamentar de PMOT” e uma parte substancial em área classificada como “Equipamentos em APC”. Ainda segundo o mesmo Plano de Ordenamento, o lote insere-se integralmente em “Zona de Risco”.

²⁹ Recorde-se que não existe presentemente cartografia oficial do Domínio Público Marítimo. Existem troços cartografados oficiosamente, resultantes de pedidos específicos de delimitação, geralmente para dirimir situações conflituosas. A delimitação que se apresenta neste trabalho é meramente referencial.

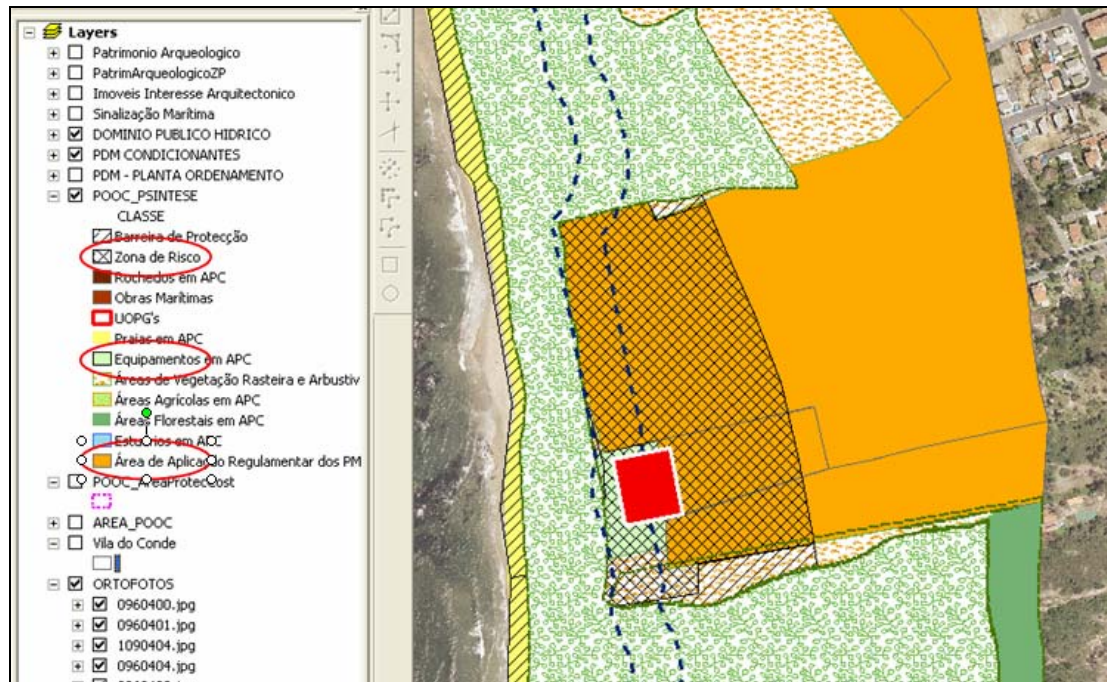


Fig. nº 32 - Enquadramento do Lote com o POOC. (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Naturalmente quanto maior for a área do terreno, maior é a probabilidade de actuarem sobre ele maior número de categorias e classes jurídicas de uso do solo. Quando assim acontece, o "hyperlink" activado abre uma janela com todas as categorias e classes jurídicas de uso do solo existentes no ponto escolhido, conforme ilustra a imagem da fig. 33.

Após seleccionarmos a categoria jurídica que pretendemos consultar, utiliza-se a tecla "Jump", assinalada na figura com um círculo vermelho e imediatamente abre um documento com a legislação respectiva. Caso se pretenda consultar mais categorias e classe jurídicas, teremos que repetir o procedimento. Como os documentos estão alojados em ficheiros independentes podem-se manter abertos, tantos quantos desejarmos.

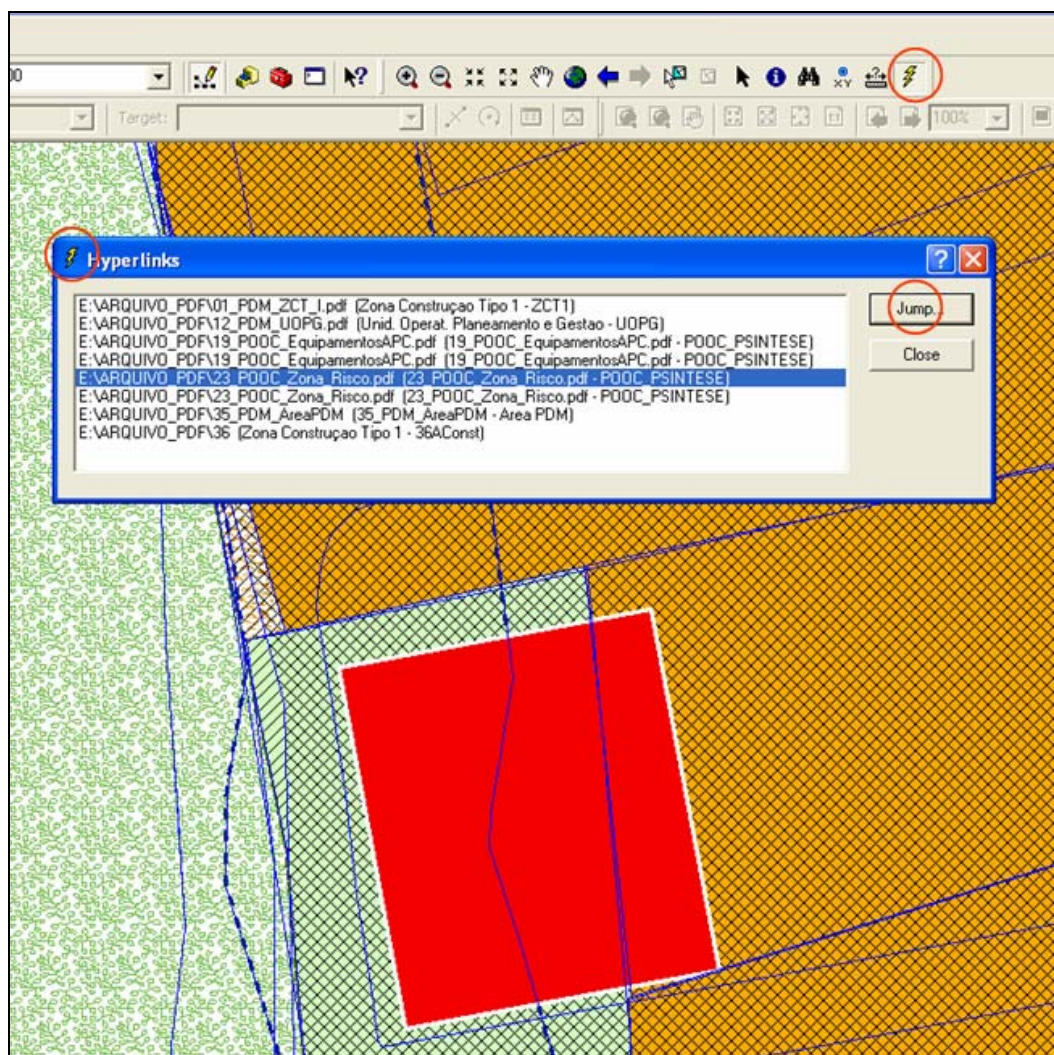


Fig. nº 33 - Janela de Visualização do Hyperlink. (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

A operação seguinte consistiria então em utilizar o “hyperlink” para activar a legislação específica correspondente às categorias e classes jurídicas do uso do solo, acima identificadas. Contudo, quando se activa o “hyperlink” verifica-se o surgimento de umas linhas finas de cor azul, que correspondem aos polígonos dos temas cartográficos, que podem estar adjacentes ou sobrepostos.

No caso do terreno em análise é perfeitamente visível que essas linhas dividem o lote em 3 secções que designamos por “nascente”, “centro” e “poente”, conforme se pode verificar na fig. nº 34.

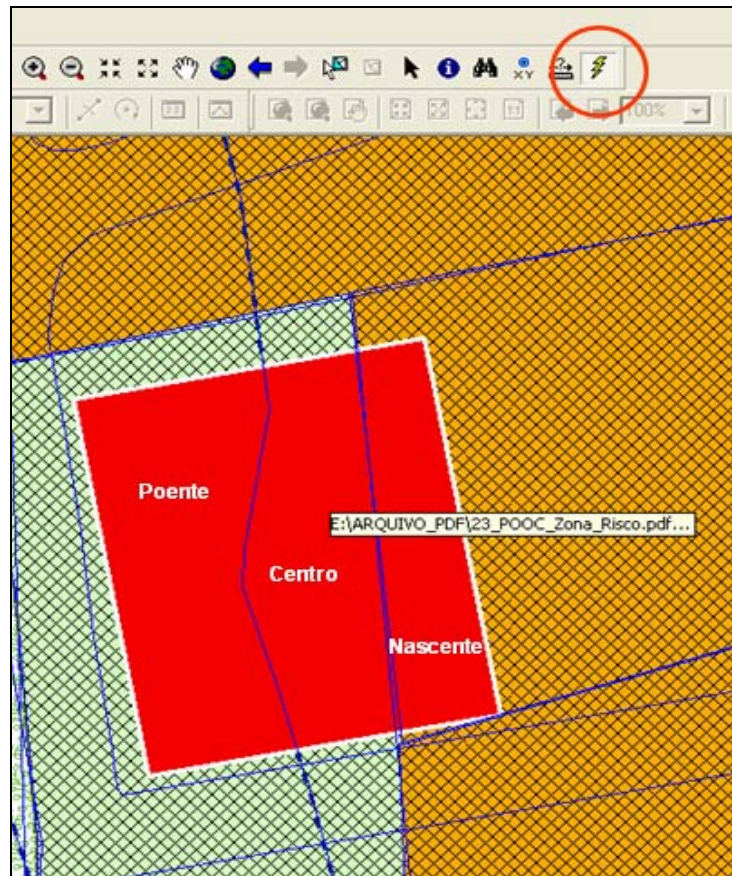


Fig. Nº 34 - Análise das Secções do Lote. (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

Quando apontamos o ponteiro do “Hyperlink” sobre um ponto localizado na secção nascente do lote, o resultado da consulta foi a que se verifica na fig. nº 35. Segundo o PDM, trata-se de uma área destinada à construção do tipo I, mas inserida numa unidade operativa de planeamento e gestão (UOPG). Para o POOC, esta fracção, insere-se numa “Área de Aplicação de PMOT”, classificada como “Zona de Risco”.

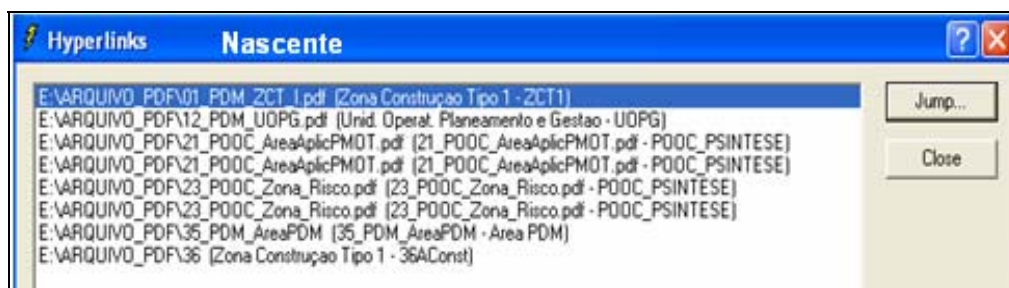


Fig. 35 - Janela de Consulta do Hyperlink, na Secção Nascente. (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

O ponteiro do “Hyperlink”³⁰ se apontado para a secção centro do lote, o resultado da consulta apresentou uma ligeira variação relativamente à secção nascente, conforme é perceptível na fig. nº 36. Esta fracção do lote, no âmbito do POOC já não é considerada “Área de Aplicação de PMOT” mas sim área de “Equipamentos em APC”.

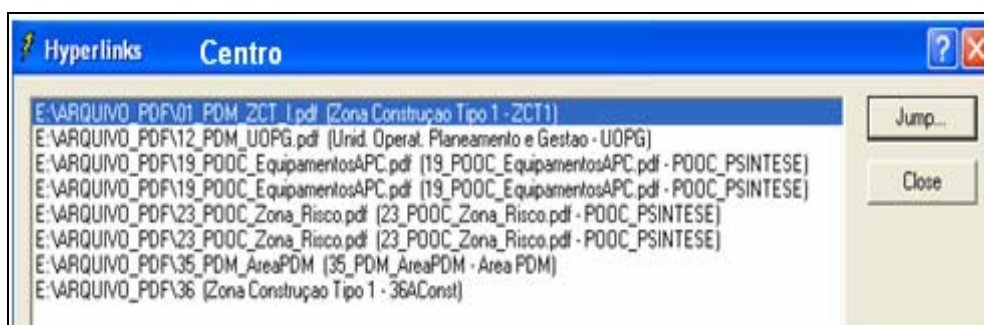


Fig. nº 36 - Janela de Consulta do Hyperlink, na Secção Centro. (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

Apontando o ponteiro do “Hyperlink” para a secção poente do lote, obteríamos um terceiro resultado hipoteticamente distinto, caso se confirmasse a delimitação do domínio público marítimo. (fig.nº 37).

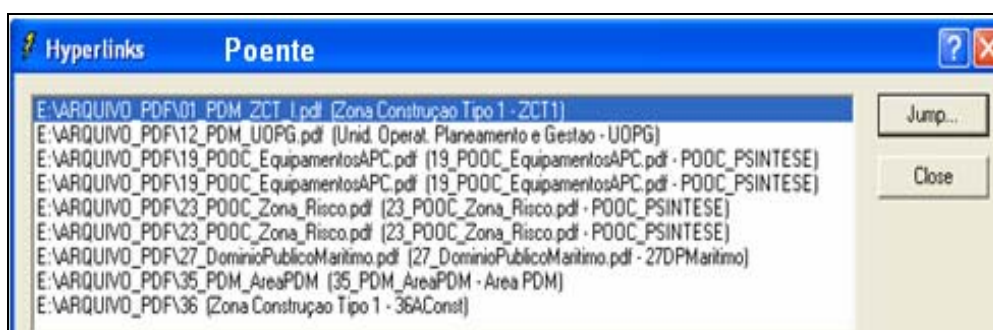


Fig. nº 37 - Janela de Consulta do Hyperlink, na Secção Poente. (ESRI-ArcInfo)

Fonte Própria. “Os SIG e a Gestão da Orla Costeira”, 2009

Para sintetizar a leitura quanto às categorias e usos jurídicos do solo apontados pelos diferentes instrumentos de gestão territorial, elaborou-se a seguinte tabela:

³⁰ As janelas do “Hyperlink” traduzem as consultas que resultam do contacto do ponteiro (do hyperlink) com um ponto da cartografia, permitindo visualizar todos os temas que aos quais aquele ponto do espaço pertencem. Nas 3 consultas apresentadas nas fig. 35, 36 e 37 verifica-se uma duplicação dos temas do POOC. Tal deve-se, certamente, ao facto da transformação do formato de origem “dgn” para o formato “shapefile”, que terá provocado uma duplicação de polígonos. Foram também verificadas outras situações cartográficas análogas, resultantes provavelmente da utilização de diversas cartografias produzidas a escalas diferentes. Recorde-se a este respeito que a Carta de Síntese do POOC resultou do contributo de diversas cartografias preexistentes (RAN, REN, múltiplos PDM’s, etc). As eventuais correcções a realizar iria resultar numa adulteração da carta original, pelo que se optou por não as realizar.

Quadro nº 4 - Análise das Categorias e Classes Jurídicas de Uso do Solo, no Lote.

Categorias e Classes Jurídicas Incidente no Lote			
	Secção Nascente	Secção Central	Secção Poente
PDM	35 - Área Intervenção PDM	35 - Área Intervenção PDM	35 - Área Intervenção PDM
	36 - Área de Construção	36 - Área de Construção	36 - Área de Construção
	1 - Zona Construção Tipo I	1 - Zona Construção Tipo I	1 - Zona Construção Tipo I
	12 - UOPG	12 - UOPG	12 - UOPG
POOC	23 - Zona de Risco	23 - Zona de Risco	23 - Zona de Risco
	21 - Área Aplicação PMOT	19 - Equipamentos em APC	19 - Equipamentos em APC
DPM			27 - Domínio Público Marítimo
Legenda	Legislação de carácter genérica e de enquadramento. Legislação de carácter Indicativo ou Vinculativo.		

Fonte Própria. "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

de onde se conclui que:

- No âmbito do PDM todo o Lote insere-se numa área que deveria caracterizar-se por construção do tipo I (edifícios multifamiliares), embora sujeita a uma unidade operativa de planeamento e gestão;
- No âmbito do POOC, a mesma área é considerada "Zona de Risco", onde as novas construções de carácter fixo ou amovível são proibidas.
- Considerando os itens anteriores, e tendo presente as relações entre instrumentos de gestão territorial no âmbito do Sistema Nacional de Gestão do Território, o PEOT (leia-se POOC) prevalece sobre o PMOT (leia-se PDM), para concluir que o sujeito "A" não vai poder concretizar a construção pretendida.

Para concluir este ponto parece-nos oportuno fazer um balanço sobre esta aplicação, a que designamos por "assistente jurídico" que recorde-se, resultou da associação entre uma base de dados e uma ferramenta (Hyperlink) do ArcInfo, permitindo ligar objectos externos a um projecto de SIG.

Perante o tendencial aumento do volume e da complexidade da legislação que actualmente incide sobre o ordenamento do território em geral, parece-nos bastante actual e pertinente a ideia de criar e/ ou melhorar processos organizativos da informação jurídica, de modo que as organizações de trabalho possam tirar proveitos da implementação desses processos, por forma a permitir que todos os que trabalham com legislação possam acedê-la sem dificuldades de maior e, evitando deste modo,

certos inconvenientes como seja o caso da necessidade de “especialização” dos recursos humanos para este efeito.

A facilidade de utilização e a inexistência de custos adicionais com programas informáticos constituem, desde logo, dois factores que merecem serem considerados. O acesso oportuno à informação jurídica, com a consequente economia de tempo dos utilizadores, será outro importante factor.

A possibilidade deste “assistente jurídico” poder ser construído pelos próprios utilizadores constitui provavelmente a maior das suas virtudes. A este respeito recorde-se que a conceptualização da base de dados e a classificação dos diplomas e do respectivo articulado são factores determinantes para o sucesso do produto final, pelo que deverá contar com a participação mais alargada possível dos futuros utilizadores.

Finalmente é importante recordar que nenhuma tecnologia vale por si, pelo que o real valor que pode ser atribuído ao protótipo, aqui apresentado, será sempre em função da sua utilização e desempenho, pelo que representa também um desafio aos modos de agir de cada indivíduo, como parte integrante e fundamental na organização da instituição a que pertence, pela abertura, partilha e participação num trabalho que visa servir um colectivo. O que significa, na actualidade, que o valor deste protótipo vai depender das boas práticas de governança na gestão da instituição.

III Parte – Governança: Um Novo Modelo de Gestão para a Orla Costeira Portuguesa.

Não se pretende neste momento teorizar sobre o recente conceito de governança, tema que já mereceu a atenção de inúmeros textos académicos e alguns institucionais, nem tão pouco efectuar uma análise profunda sobre modelos de gestão (tradicionais e emergentes), para o território. O propósito deste capítulo é tentar contribuir para a percepção da importância que a governança possa ter para o ordenamento e o planeamento do território, particularmente para a Orla Costeira, num quadro de referência de desenvolvimento sustentável.

1 – Considerações sobre as novas tendências de Gestão da Causa Pública

O conceito de Governança, não possuindo um significado unívoco, surge como alternativa aos tradicionais modelos de gestão da causa pública, sobretudo ao nível da organização eclética que caracteriza a generalidade das entidades públicas.

Os princípios fundamentais que orientam a boa governança, segundo o “White Paper on European Governance” (2001), são os seguintes³¹:

- Abertura, pela necessidade das instituições (públicas) tornarem mais abertos e transparentes os seus processos de trabalho e de comunicação com o público em geral;
- Participação, pela pertinência das ideias, do conhecimento e das capacidades que as pessoas e instituições possam disponibilizar para a formação de sinergias, necessárias para a resolução de problemas de maior ou menor complexidade, ou para a elaboração de projectos inovadores;
- Responsabilização, que advém da partilha de competências;
- Eficácia, pela necessidade que as políticas e as medidas adoptadas atinjam cabalmente os objectivos para as quais foram concebidas e;
- Coerência, pela necessidade que as políticas, e as medidas adoptadas não sejam ambíguas e que se tenha em consideração as prioritárias.

Num contexto de rápidas transformações económicas, tecnológicas e sociais, caracterizadas pelo reforço e valorização do local, em paralelo com a emergência de

³¹ Estes são os princípios que constam no Livro Branco para a Governança na UE ((2001)COM, 2001). As referências que a eles se fazem são da nossa responsabilidade.

uma cultura tendencialmente global, a governabilidade, nos dias de hoje, passa pela procura de estratégias comuns que reforcem a coesão sócio-territorial em diferentes escalas espaciais.

A gestão do interesse público passa, assim, por conceber espaços de participação, concertação e acção, a diferentes escalas, para que, com o envolvimento dos diversos agentes económicos, sociais e culturais, se possam encontrar soluções consensuais, para os problemas ou para desenvolver projectos de interesse comum.

Ao direito de participar deve corresponder o dever de seguir os princípios éticos da boa governança que se reivindica aos decisores, aumentando a responsabilidade de todos os participantes no processo de gestão do interesse público.

Considerando os pressupostos apontados, facilmente se depreende que o actual modelo de coordenação vertical que caracteriza a Administração Pública não responde cabalmente às necessidades de gestão que um território tão frágil e singular como é o da Orla Costeira exige.

2 – Um Desenho Possível para a Gestão da Orla Costeira Portuguesa

A gestão da Orla Costeira Portuguesa debate-se fundamentalmente com dois tipos de problemas essenciais. Um que resulta das dificuldades de conciliar o desenvolvimento económico e social com a permanência dos recursos naturais ao longo do tempo. O outro resulta das dificuldades intrínsecas do próprio modelo de gestão.

Efectivamente, até ao presente não se pode falar na existência de um verdadeiro modelo de gestão da Orla Costeira. A inexistência de políticas de curto, médio e longo prazo, a distribuição das competências de gestão por diversas instituições, bem como a inexistência de um fundo financeiro próprio, anula quaisquer veleidades a esse respeito. A gestão da Orla Costeira e do Litoral em geral tem sido muito orientada para a elaboração de legislação, quase sempre de carácter restritivo.

Mesmo na implementação de planos, como é o caso dos POOC que, para além da implementação dos planos de praia, revelam-se pouco operativos, para além de não disporem de uma visão estratégica e integrada para a Orla Costeira.

Recentemente, foram dados passos importantes com a elaboração de duas Estratégias Nacionais, quer para a Orla Costeira, quer para o Mar.

Contudo, não se pense que a existência desses importantes documentos, para uma verdadeira política de gestão da Orla Costeira se revele suficiente. O mais importante e complexo de realizar é a implementação das propostas e acções sugeridas pelas respectivas estratégias.

Ao longo das últimas décadas, as questões da Orla Costeira não tem merecido a atenção dos governos para serem inseridas na agenda da governação. Será que com a existência da Estratégia vai alterar comportamentos da governação? Como irá ser reorganizada a actual estrutura administrativa?

Entendemos que a gestão da Orla Costeira deve ser assumida como uma causa pública, que como tal necessita de uma política pública.

A fig. nº 38 sugere um modelo simplificado de Governança do interesse público, neste caso, adaptado à Orla Costeira. Na realidade, o esquema contempla implicitamente os cinco pressupostos avançados pelo Livro Branco da Governança – abertura, participação, responsabilidade, eficácia e coerência.

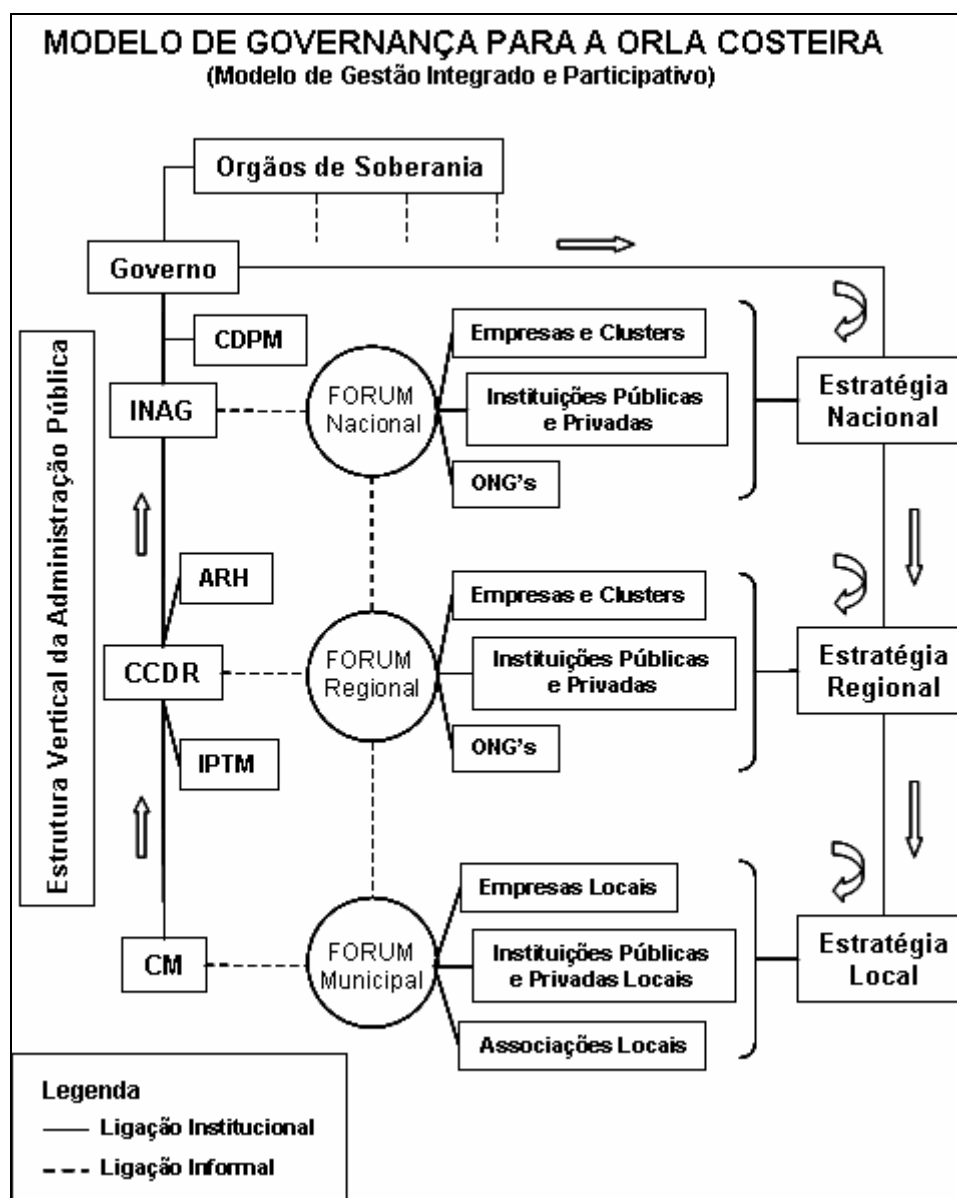


Fig. nº 38 - Proposta de Modelo de Governança para a Orla Costeira

Fonte Própria: "Os SIG e a Gestão da Orla Costeira", 2009

Trata-se de um modelo de grande simplicidade, mas suficiente para iniciar qualquer processo que se deseje realmente exequível. Entendemos que, neste preciso momento, a primeira das prioridades do país é colocar as pessoas no centro das políticas, dar-lhes a possibilidade de exercerem a sua plena cidadania, discutindo os problemas, contribuindo para as soluções e co-responsabilizando-as pelos resultados.

A política de ordenamento do território está organizada em três âmbitos territoriais – nacional, regional e municipal, com as respectivas estruturas administrativas.

O modelo apresentado sugere a criação de uma estrutura público-privada paralela, de cariz informal na figura de um fórum, que se pretende como um espaço de participação, concertação e acção, onde seja possível atingir consensos mínimos, que permitam a implementação de projectos úteis para o desenvolvimento deste território e do país em geral.

3 – Conclusões Finais

A gestão do litoral deve constituir um processo singular de administração pública do território, dirigida ao desenvolvimento humano e à conservação dos recursos naturais e culturais.

O modelo de governança com o carácter horizontal das relações institucionais, contrariando a tradicional estrutura hierárquica da administração pública, parece configurar o modelo mais indicado, para a gestão de um território que apresenta características de encruzilhada de legislação, de entidades administrativas e de agentes sociais com interesses diversos, alguns mesmo contraditórios.

Por outro lado, aparenta ser o modelo de gestão que maiores garantias oferece à sustentabilidade do desenvolvimento territorial que a Orla Costeira necessita, tendo em conta a elevada fragilidade do meio físico, e a importância social³² que este espaço detém, dada a sua natureza dominial.

A implementação de políticas integradas, sejam sobre a forma de planos, estratégias ou programas, devem ser sempre coordenadas pela Administração Pública, contar com a participação o mais alargada possível da sociedade civil e, no estrito respeito pelas populações locais.

O trabalho que acabamos de apresentar pode constituir um primeiro passo na criação de um acervo de informação sobre a Orla Costeira, para servir a instituição e um eventual fórum de âmbito municipal. A este respeito, a BD deverá ser expandida e constantemente actualizada.

³² Recorde-se que o turismo de sol e praia, continua a ser uma das principais formas de turismo mundial, envolvendo a deslocação a este espaço, de milhões de pessoas, todos os anos.

Para além do ordenamento jurídico, outras temáticas deverão ser consideradas neste acervo documental, nomeadamente ao nível do levantamento dos recursos naturais. A este respeito, eventuais parcerias com a Universidade e com agentes económicos decididos a apostar na fileira Mar produziriam sinergias que levariam certamente a resultados muito profícuos.

O Sistema de Informação Geográfica que a Câmara Municipal possui, poderá constituir uma ferramenta de apoio ao diagnóstico e à tomada de decisão, quer no âmbito da instituição, quer no apoio a eventuais órgãos de trabalho informais, que possam vir a constituir-se.

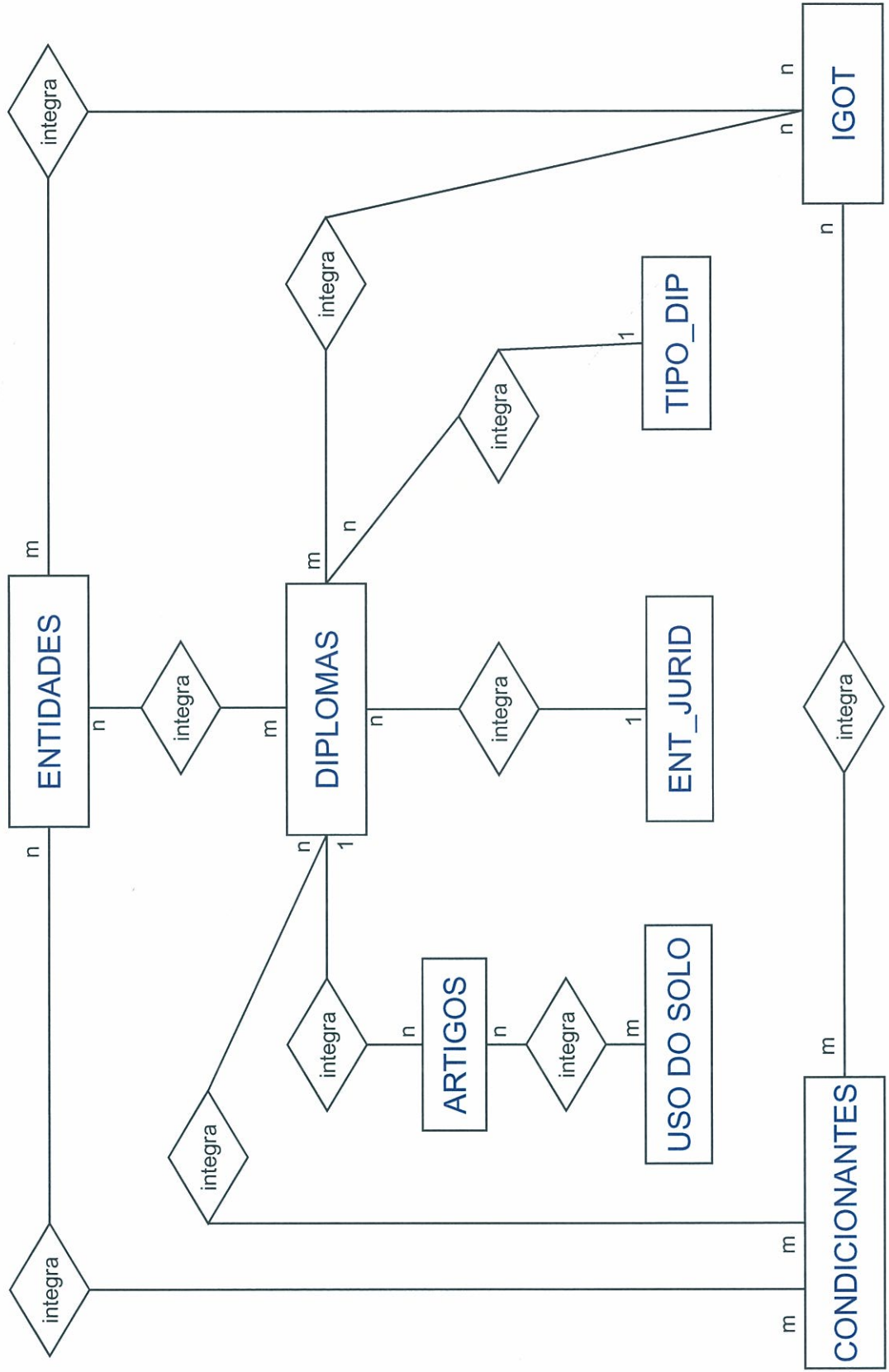
Independentemente do rótulo que possa ser dado ao modelo de gestão, os princípios elementares da boa governança são incontornáveis para o processo de desenvolvimento, pelo que, no que toca à Orla Costeira, é da nossa competência continuarmos a aprofundar este trabalho para criar as bases de um compromisso que se aproxima inexoravelmente.

Referências Bibliográficas

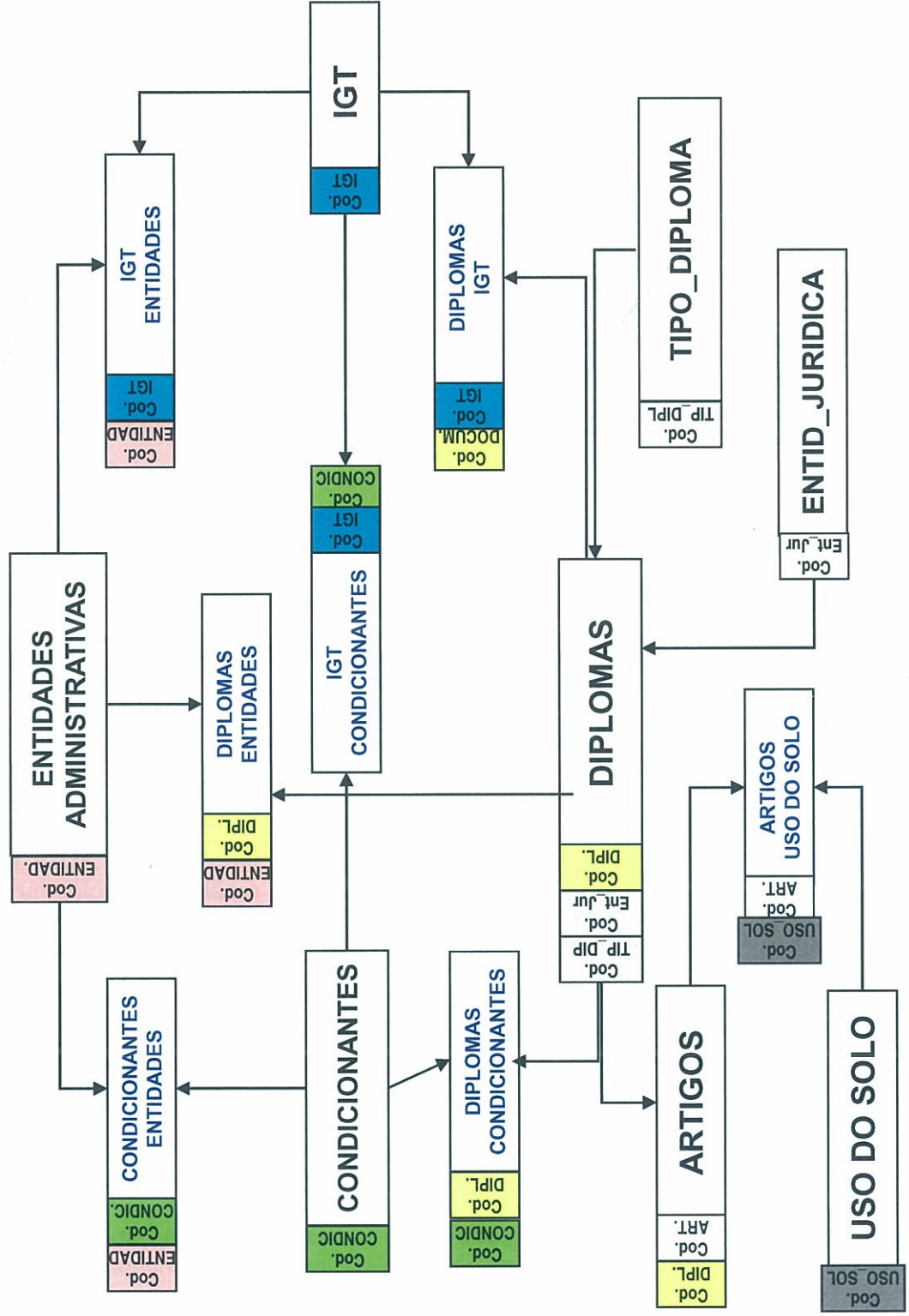
- Estratégia para la Sostenibilidad de la Costa (documento de inicio), 2007, *in*
- AMBIENTE, Ministério Médio - www.mma.es/secciones/medios_comunicacion/prensa/noticias/pdf/
- AAVV - Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, Associação Eurocoast Portugal, 2000, 135pp.
- BARRAGÁN MUÑOZ, J.M. - La Gestión de Áreas Litorales en España y Latinoamérica, Universidade de Cádiz, 2005, 193pp.
- BARRAGÁN MUÑOZ, J.M. - Ordenación, Planificación Y Gestión del Espacio Litoral, Oikos-Tau, Barcelona, 1994, 298 pp.
- CANCELA FONSECA, L. - A Saga do Litoral Português, *in* Revista de Gestão Costeira Integrada 7(1):5-16, 2007, 12 pp.
- CARMO, J.; MARQUES, J. - Proposta de Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Sustentável da Zona Costeira Portuguesa, s/d, *in* <https://webserv.dec.uc.pt/weboncampus/getFile.do?tipo=2&id=6191>
- CHEN, Peter - *Modelagem de dados: A abordagem entidade – Relacionamento para Projecto Lógico*, São Paulo, 1990, Makron, 80 p
- CNADS - Parecer sobre o Documento Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, 2009, 13pp
- COMISSÃO COMUNIDADES EUROPEIAS - Governança e Desenvolvimento, COM (2003) 615 Final, Bruxelas, 2003
- CORREIA, P. - Governança do Território, Relatório Final, CCDR-N, 2005
- CURADO, J.M. - Estruturas de Governança – Assunto Velho e Ignorância Nova, CDN2006, Instituto de Defesa Nacional, Porto, 2005
- DGOTDU - Servidões e Restrições de Utilidade Pública, 1999, 230pp.
- EUROPEAN, COMMISSION - ESDP European Spatial Development Perspective, Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union. Luxemburgo, EC., 1999 *in* http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/pdf/sum_en.pdf
- EUROPEIA, UNIÃO - Viver com a Erosão Costeira na Europa. Resultados do Estudo EUROSION, 2006, 38pp
- FERRÃO, J. - A Emergência de Estratégias Transnacionais de Ordenamento do Território na União Europeia: reimaginar o espaço europeu para criar formas de governança territorial *in* Revista eure (Vol. XXIX, Nº 89). Pp. 43-61, Santiago do Chile, 2004
- LOPES, A. S. - Desenvolvimento Regional, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995
- MACHADO, J.A.R. - A Emergência dos Sistemas de Informação Geográfica, na Análise e Organização do Espaço, F. C. Gulbenkian, 2000, 540pp.
- MAOTDR - GIZC - Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, 2007 *in* <http://www.maotdr.gov.pt/Admin/Files/Documents/GIZC.pdf>
- MATOS, J. - Fundamentos de Informação Geográfica, Lidel, 2001, 326pp.
- NACIONAL, Ministério Defesa - Estratégia Nacional para o Mar, 2007 *in* <http://www.emam.com.pt/>
- NETO, P. - Sistemas de Informação Geográfica, FCA – Editora de Informática, 1998, 224pp.
- PARDAL, S. - A Apropriação do Território, Críticas aos Diplomas da RAN e da REN, Edicção Ordem dos Engenheiros, Ingenium Edições, Lda., 2006, 167pp
- PARDAL, S.; LOBO, M.C e CORREIA, P - Normas Urbanísticas Vol.IV – Planeamento Integrado do Território, 2000, 287pp
- VELOSO GOMES, F. - A Gestão da Zona Costeira Portuguesa, *in* Revista da Gestão Costeira Integrada 7(2):83-95 (2007)

ANEXOS

ANEXO I DIAGRAMA DE ENTIDADES-RELAÇÕES



ANEXO II - DIAGRAMA DE ESTRUTURA DE DADOS



ANEXO III – Dicionário da BD

ENTIDADES E ATRIBUTOS

1_DIPLOMAS: conjunto dos documentos que constituem a legislação, que de modo directo ou indirecto, total ou parcialmente incide sobre o território da orla costeira. Esses documentos podem ser de diversos tipos, nomeadamente decretos-leis, resoluções de conselho de ministros, portarias, etc.

Cod_Diploma: Número atribuído automaticamente pela base de dados ao Diploma.

Ano_Diploma: Ano civil em que o Diploma foi publicado em Diário da República.

Numero_Diploma: número do Diploma que antecede o ano e, em conjunto com este e com o tipo de diploma identifica o Diploma. (Ex: DL nº **274/88**, que corresponde ao diploma do tipo decreto-lei que possui o número 274 do ano de 1988)

Data_Diploma: Data de publicação do Diploma.

Designação: Breve referência, com que se pretende titular o Diploma.

Assunto: Descrição sucinta do tema legislativo que o Diploma trata.

Revogações: Registo da identificação dos diplomas revogados ou dos diplomas pelos quais é parcial ou totalmente revogado. Um diploma em registo pode tratar-se de um diploma revogado parcial ou totalmente por outro ou outros diplomas e revogar também um ou mais diplomas, de forma parcial ou total.

2_IGOT: Abreviatura de Instrumentos de Gestão e Ordenamento do Território, correspondendo à tabela dos que actuam na orla costeira do município de Vila do Conde.

Cod_IGOT: Número atribuído automaticamente pela base de dados, aos Instrumentos de Gestão e Ordenamento do Território.

Designacao: Nome abreviado pelo qual é designado o Instrumento de Gestão e Ordenamento do Território.

Desig_Extenso: Nome por extenso pelo qual é designado o Instrumento de Gestão e Ordenamento do Território.

3_ENTIDADES_ADMINISTRATIVAS: Nome da Instituição Administrativa com qualquer tipo de competência jurídica sobre a orla costeira, no município de Vila do Conde.

Cod_Entidade: Número atribuído automaticamente pela base de dados, às Instituições administrativas com qualquer tipo de competência jurídica sobre a orla costeira, no município de Vila do Conde.

Designacao: nome abreviado pelo qual é designada a instituição administrativa com qualquer tipo de competência jurídica sobre a orla costeira, no município de Vila do Conde.

Desig_Extenso: nome por extenso pelo qual é designada a instituição administrativa com qualquer tipo de competência jurídica sobre a orla costeira, no município de Vila do Conde.

4_CONDICIONANTES: Servidões administrativas e restrições de utilidade pública que incidem sobre a orla costeira do município de Vila do Conde.

Cod_Condicionante: Número atribuído automaticamente pela base de dados, às condicionantes que incidem sobre a orla costeira, no município de Vila do Conde.

Designacao: nome abreviado pelo qual é designada a condicionante.

Desig_Extenso: nome por extenso pelo qual é designada a condicionante.

5_ARTIGOS: Corpo de texto dos Diplomas, geralmente classificado numa sequência numérica ordinal.

Cod_Artigo: Número atribuído automaticamente pela base de dados, a um Artigo de um dado Diploma.

Cod_Diploma: Número atribuído automaticamente pela base de dados ao Diploma.

Numero_Artigo: Corresponde ao número do Artigo de um dado Diploma.

Descricao_Artigo: Transcrição integral do Artigo.

Revoga: Descrição dos Artigos e respectivos Diplomas que são revogados por um Artigo.

Revogado: Descrição do(s) Artigo(s) e respectivo(s) Diploma(s) que revoga um Artigo.

6_TIPO_DIPLOMA: Designação do tipo de classificação do Diploma. (Ex: Decreto-Lei; Decreto; Portaria; Resolução de Conselho de Ministros, etc.)

Cod_Tipo_Diploma: Número atribuído automaticamente pela base de dados, a cada Tipo de Diploma.

Designacao: Nome que designa o Tipo de Diploma (Ex: Decreto-Lei; Decreto; Portaria; Resolução de Conselho de Ministros, etc.)

7_ENT_JURIDICA: Classificação dos Diplomas adoptada para esta BD, tendo em conta o assunto fundamental do respectivo Diploma. Uma Entidade Jurídica pode compreender um ou mais Diplomas relativos ao mesmo assunto jurídico. Como exemplo, pertencem à Entidade Jurídica REN, todos os Diplomas que têm esta restrição de utilidade pública como tema fundamental do Diploma, nomeadamente os Diplomas que tratam da aplicabilidade do seu regime, bem como das respectivas revogações.

Cod_Ent_Juridica: Número atribuído automaticamente pela base de dados, na tabela ENT_JURÍDICA.

Nome: Designação pela qual é conhecida a Entidade Jurídica.

8_USO_SOLO: Classificação dos Artigos, parágrafos e alíneas que constituem o articulado dos Diplomas, segundo o tipo de ocupação ou uso do solo definidos ou sugeridos por aqueles.

Cod_US: Número atribuído automaticamente pela base de dados, na tabela USO_SOLO aos diversos tipos de ocupação e uso do solo.

Designacao: Denominação pela qual é conhecido o tipo de ocupação ou uso do solo.

RELACIONAMENTOS

Na presente base de dados, a que se deu o nome de Orla Costeira, existem 7 relacionamentos do tipo **m:n** (muitos para muitos), como a representada na imagem, em que um Diploma pode conter referências a várias Entidades Administrativas e uma Entidade Administrativa pode ser referenciada em vários Diplomas.



Esta situação, exige a criação de uma "tabela de relacionamento" para transformar a cardinalidade de "**m:n**" em "**1:n**". As chaves-primárias das tabelas Diplomas e Entidades_Administrativas migram para a tabela de relacionamento.



O exemplo seguinte mostra-nos uma das duas situações em que o relacionamento é de "**1:n**". Assim, cada Tipo de Diploma contém vários Diplomas, mas cada Diploma só pertence a um único Tipo de Diploma. Neste caso, a chave-primária da tabela TIPO_DIPLOMA migra para a tabela DIPLOMAS.



PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

Secção II - ZONAS DE CONSTRUÇÃO DO TIPO I

Artigo 23º - Designação

Consideram-se zonas de construção do tipo I, as áreas como tal delimitadas nas plantas de ordenamento do PDM.

Artigo 24º - Caracterização

1 -Estas zonas destinam-se preferencialmente à construção de edifícios multifamiliares, não obstando, no entanto, à construção de habitação unifamiliar, comércio e serviços, ou, quando devidamente justificada, à construção ou utilização para outros usos, de acordo com o estabelecido na Secção I do presente Capítulo.

2 - Nesta zona as cérceas serão definidas através de planos de pormenor ou planos de urbanização, sem prejuízo do disposto no Regulamento Geral das Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

3 - Enquanto não forem elaborados e aprovados os planos referidos no número anterior, adoptar-se-ão as cérceas e alinhamentos predominantes nos respectivos arruamentos, sem prejuízo do disposto no Regulamento Geral de Edificações Urbanas.

Artigo 25º - Afastamentos laterais

1 - Sem prejuízo do definido no Regulamento Geral de Edificações Urbanas, o afastamento das construções isoladas ou geminadas, com três ou mais pisos acima do solo, relativamente aos limites laterais do lote ou parcela em que se implanta, será igual ou superior a metade da altura da fachada correspondente, não podendo ser inferior a 5 metros, contando para o efeito qualquer saliência relativamente ao perímetro de implantação do rés-do-chão, excepto varandas não encerradas com balanço máximo de 0,8 metros em relação ao plano da fachada.

2 - O afastamento das construções isoladas ou geminadas com um ou dois pisos acima do solo, relativamente aos limites laterais do lote ou parcela em que se implanta, não poderá ser inferior a 3 metros, contando para o efeito qualquer saliência relativamente ao perímetro do rés-do-chão, incluindo varandas, escadas exteriores ou qualquer outro elemento construtivo.

3 - Admitem-se excepções em situações decorrentes de loteamento com alvará em vigor, de parcelas já constituídas que pelas suas dimensões não permitam observar o definido nos números anteriores e de soluções justificadas por estudo conjunto de enquadramento na envolvente que garanta adequadas condições de integração urbanística, nos aspectos arquitectónico, paisagístico e funcional.

Artigo 26º - Dimensões dos lotes ou parcelas

Nesta zona as dimensões de lotes ou parcelas garantirão que as construções a implantar cumpram o estipulado no presente Regulamento, nomeadamente no que se refere a afastamentos, alinhamentos e cérceas, e adequarem-se às propostas de ordenamento definidas ou a definir para o local.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

Secção III - ZONA DE CONSTRUÇÃO DO TIPO II

Artigo 27º - Designação

Consideram-se zonas de construção do tipo II as áreas como tal delimitadas nas plantas de ordenamento do PDM.

Artigo 28º - Caracterização

1 - Estas zonas destinam-se preferencialmente à construção de edifícios de habitação isolada, geminada e em banda contínua, com cêrcea máxima correspondente a dois pisos acima do solo, permitindo-se, no entanto, quando devidamente justificadas, a construção ou utilização para outros usos, de acordo com o estabelecido na Secção I do presente Capítulo.

2 - Poderão, ainda, ser licenciados edifícios com outras tipologias, nomeadamente de habitação multifamiliar, com cêrcea máxima correspondente a três pisos acima do solo desde que não resulte prejuízo para a área envolvente, quer do ponto de vista paisagístico, quer funcional, e sejam asseguradas as seguintes condições:

- a) Melhoria de acessos locais e, se necessário, ligação à rede viária municipal;
- b) Criação de todas as redes de infra estruturas básicas e dos sistemas de tratamento de efluentes necessários ao funcionamento do empreendimento, garantindo adequadas condições de salubridade, procedendo à sua ligação às redes públicas existentes ou prevendo a futura ligação a eventuais redes públicas a criar.
- c) Localização nas imediações de áreas de comércio ou de equipamento básico julgados indispensáveis, ou a sua criação no âmbito da própria operação;

Artigo 29º - Afastamentos laterais

1 - Sem prejuízo do definido no Regulamento Geral de Edificações Urbanas, o afastamento das construções isoladas ou geminadas, com três pisos acima do solo, relativamente aos limites laterais do lote ou parcela em que se implanta, será igual ou superior a metade da altura da fachada correspondente, não podendo ser inferior a 5 metros, contando para o efeito qualquer saliência relativamente ao perímetro de implantação do rés-do-chão, excepto varandas não encerradas com balanço máximo de 0,8 metros em relação ao plano da fachada.

2 - O afastamento das construções isoladas ou geminadas com um ou dois pisos acima do solo, relativamente aos limites laterais dos lotes ou parcela em que se implanta, não poderá ser inferior a 3 metros, contando para o efeito qualquer saliência relativamente ao perímetro do rés-do-chão, incluindo varandas, escadas exteriores ou qualquer outro elemento construtivo.

3 - Admitem-se excepções em situações decorrentes de loteamento com alvará em vigor, de parcelas já constituídas que pelas suas dimensões não permitam observar o definido nos números anteriores e de soluções justificadas por estudo conjunto de enquadramento na envolvente que garanta adequadas condições de integração urbanística, nos aspectos arquitectónico, paisagístico e funcional.

Artigo 30º - Dimensões dos lotes ou parcelas

1 - Nesta zona as dimensões dos lotes ou parcelas garantirão que as construções a implantar cumpram o estipulado no presente Regulamento, nomeadamente no que se refere a afastamentos, alinhamentos e cêrceas, e adequem-se às propostas de ordenamento definidas ou a definir para o local.

2 - No caso de loteamentos em que não se efectuem as redes de infra-estruturas de abastecimento de água e drenagem de esgotos, nos termos do definido no Artigo 20º deste Regulamento, só serão admitidos lotes para moradias isoladas ou geminadas, com áreas mínimas de 500 m².

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Artigo 1º - Natureza jurídica e âmbito

1 - O Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Caminha e Espinho, adiante designado por POOC, tem a natureza de regulamento administrativo e com ele se devem conformar os planos municipais e intermunicipais de ordenamento de território, bem como os programas e projectos a realizar na sua área de intervenção.

3 - Excluem-se do âmbito de aplicação do POOC as áreas sob jurisdição portuária inseridas na área mencionada no número anterior.

4 - Nas áreas actualmente sob jurisdição portuária aplicar-se-á o disposto no POOC caso venham a ser integradas na faixa abrangida pela jurisdição dos serviços dependentes do Ministério do Ambiente.

Artigo 2º - Objectivos

Constituem objectivos do POOC:

- a) O ordenamento dos diferentes usos e actividades específicos da orla costeira;
- b) A classificação das praias e a regulamentação do seu uso balnear;
- c) A valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos;
- d) A orientação do desenvolvimento de actividades específicas da orla costeira;
- e) A defesa e conservação da natureza.

Artigo 5 - Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

1 - Na área de intervenção do POOC aplicam -se todas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública constantes da legislação em vigor, nomeadamente as decorrentes dos seguintes regimes jurídicos:

- a) Reserva Ecológica Nacional (REN);
- b) Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- c) Domínio hídrico;
- h) Protecção a imóveis classificados e em vias de classificação;
- i) Protecção a infra -estruturas de abastecimento e saneamento;
- l) Protecção à rede rodoviária;
- p) Servidões de sinalização marítima;
- r) Marcos geodésicos.

2 - Em áreas da Reserva Ecológica Nacional, salvo as acções devidamente identificadas nos planos de praia, plano de intervenções e presente Regulamento, não são permitidas quaisquer outras acções que não sejam compatíveis com o respectivo regime.

3 - As áreas do domínio hídrico são constituídas pelo leito e margem do mar, ajustável em função da variação da linha de costa, leito e margem das águas navegáveis ou flutuáveis e leito e margem das águas não navegáveis nem flutuáveis, tal como se encontram definidos nos **artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro**; a delimitação destas áreas no âmbito do POOC tem um carácter indicativo, não substituindo a delimitação prevista neste diploma legal.

Lei Nº 54/2005

Artigo 10º - Noção de leito; seus limites

1- Entende-se por leito o terreno coberto pelas águas quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades. No leito compreendem-se os mouchões, lodeiros e areais nele formados por deposição aluvial.

2—O leito das águas do mar, bem como das demais águas sujeitas à influência das marés, é limitado pela linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais. Essa linha é definida, para cada local, em função do espraimento das vagas em condições médias de agitação do mar, no primeiro caso, e em condições de cheias médias, no segundo.

3—O leito das restantes águas é limitado pela linha que corresponder à estrema dos terrenos que as águas cobrem em condições de cheias médias, sem transbordar para o solo natural, habitualmente enxuto. Essa linha é definida, conforme os casos, pela aresta ou crista superior do talude marginal ou pelo alinhamento da aresta ou crista do talude molhado das motas, cômoros, valados, tapadas ou muros marginais.

Artigo 11º - Noção de margem; sua largura

1—Entende-se por margem uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas.

2—A margem das águas do mar, bem como a das águas navegáveis ou flutuáveis que se encontram à data da entrada em vigor desta lei sujeitas à jurisdição das autoridades marítimas e portuárias, tem a largura de 50 m.

3—A margem das restantes águas navegáveis ou flutuáveis tem a largura de 30 m.

4—A margem das águas não navegáveis nem flutuáveis, nomeadamente torrentes, barrancos e córregos de caudal descontínuo, tem a largura de 10 m.

5—Quando tiver natureza de praia em extensão superior à estabelecida nos números anteriores, a margem estende-se até onde o terreno apresentar tal natureza.

6—A largura da margem conta-se a partir da linha limite do leito. Se, porém, esta linha atingir arribas alcantiladas, a largura da margem é contada a partir da crista do alcantil.

7—Nas Regiões Autónomas, se a margem atingir uma estrada regional ou municipal existente, a sua largura só se estende até essa via.

Artigo 6º - Classes e categorias de espaços

1 — São consideradas no POOC as seguintes classes e categorias de espaços, identificadas na planta de síntese:

a) Classe 1 — área de protecção costeira (APC), que compreende as seguintes categorias:

- 1) Categoria 1.1 — praias em APC;
- 2) Categoria 1.2 — áreas de vegetação rasteira e arbustiva em APC;
- 3) Categoria 1.3 — áreas florestais em APC;
- 4) Categoria 1.4 — áreas agrícolas em APC;
- 5) Categoria 1.5 — rochedos em APC;
- 6) Categoria 1.6 — zonas húmidas em APC;
- 7) Categoria 1.7 — estuários em APC;
- 8) Categoria 1.8 — equipamentos em APC;

b) Classe 2 — área de aplicação regulamentar dos planos municipais de ordenamento do território (adiante designados por PMOT).

2 — São ainda consideradas áreas a sujeitar a planos específicos, que constituem unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG).

3 — Independentemente das classes de espaços referidas nos números anteriores, são ainda delimitadas na planta de síntese faixas de restrição específica, que traduzem a influência da erosão costeira na faixa litoral e que se designam por:

- a) Barreira de protecção; e
- b) Zona de risco.

Artigo 7º **Acessos à orla costeira**

1 — Na faixa abrangida pelo POOC não é permitida a abertura de novas vias de distribuição de tráfego regional e nacional.

2 — É interdita a construção de vias de tráfego local sobre praias, áreas de vegetação rasteira e arbustiva, rochedos, zonas húmidas, estuários e barreira de protecção, bem como a construção de vias marginais.

3 — A construção de acessos ao litoral só é admitida quando realizada através de vias perpendiculares à linha de costa, que terminarão em áreas de estacionamento ou de retorno localizadas atrás da barreira de protecção e áreas de vegetação rasteira e arbustiva e impedindo o atravessamento de outras zonas ecologicamente sensíveis.

4 — Os troços finais das vias de comunicação de acesso à linha de costa e dos parques de estacionamento associados serão delimitados fisicamente, impedindo a utilização de caminhos de acesso alternativos, ainda que mediante veículos todo o terreno.

5 — Os parques de estacionamento de apoio às praias serão localizados, sempre que possível, em clareiras existentes e pavimentados com materiais permeáveis.

6 — A transposição das dunas terá de ser feita através de passadiços sobrelevados, simples, confortáveis e delimitados fisicamente.

7 — As áreas mais intensamente utilizadas, delimitadas no plano de intervenções, serão objecto de projectos específicos de valorização que incluam o reordenamento do trânsito automóvel, a limitar ao estritamente necessário.

Artigo 8º **Actividades interditas**

1 — Na área de intervenção do POOC é interdito:

- a) O vazamento de entulho, lixo e sucata;
- b) A instalação de lixeiras, depósitos de ferro-velho e de produtos tóxicos ou perigosos;
- c) A instalação de aterros sanitários;
- d) A instalação de indústrias;
- e) O lançamento de efluentes sem tratamento prévio adequado, de acordo com as normas legais em vigor, nomeadamente com o Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto;
- f) Qualquer actividade que comprometa a qualidade do ar, de acordo com o disposto na legislação em vigor aplicável à gestão da qualidade do ar;
- g) Toda a circulação motorizada, nas áreas identificadas no Decreto-Lei n.º 218/95, de 26 de Agosto, salvo a de viaturas em missão de manutenção, urgência, socorro e de fiscalização e a de meios mecânicos de limpeza do areal e do plano de água.

2 — Exceptua-se do disposto na alínea d) do número anterior o exercício de actividades agrícolas, florestais e piscatórias.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

Secção VI - ZONA DE EQUIPAMENTOS

Artigo 39º - Designação

Consideram-se como zonas de equipamentos as áreas como tal delimitadas nas plantas de ordenamento do PDM.

Artigo 40º - Caracterização

1- Nas plantas de ordenamento do PDM indicam-se as áreas de equipamento existentes e previstas, de dimensão relevante, destinadas à construção ou ampliação de infra estruturas desportivas, de ensino, de saúde, culturais, de segurança e protecção civil, zonas verdes, cemitérios e outros serviços de interesse público e utilização colectiva.

2 - Incluem-se no conceito de equipamentos os empreendimentos de carácter hoteleiro e turístico bem como os parques de campismo.

3 - A viabilização de instalação de equipamentos, de iniciativa pública ou privada, estará sujeita a uma análise individualizada, atendendo à sua adequação funcional, integração urbana, arquitectónica, ambiental e paisagística na envolvente, e à legislação específica aplicável.

Artigo 41º - Estacionamento

Todos os equipamentos, públicos ou privados, devem assegurar, no interior do seu espaço de implantação, capacidade de estacionamento suficiente ao seu normal funcionamento.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

Secção V - ZONAS SUJEITAS A PLANOS ESPECÍFICOS

Artigo 36º - Designação

Consideram-se como Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara e Zona das Avenidas da Expansão Balnear do Século XIX as áreas como tal delimitadas nas plantas de ordenamento do PDM.

Artigo 37º - Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara

1 - Nesta zona e sem prejuízo do estabelecido na legislação aplicável, a apreciação, aprovação ou licenciamento de qualquer construção, reconstrução, recuperação, ampliação, instalação, alteração de uso, destaque de parcela, bem como de loteamentos, obras de urbanização ou outras acções, de iniciativa pública ou equiparada, privada e cooperativa, que tenham por finalidade ou consequência a ocupação, uso ou transformação do solo, ficam sujeitas às disposições específicas do Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara.

2 - Até à aprovação do plano referido no número anterior, aplicam-se as disposições do Regulamento para as Intervenções no Perímetro do Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara, que constitui anexo a este Regulamento.

Artigo 38º - Zona das Avenidas da Expansão Balnear do Século XIX

1 - Nesta zona e sem prejuízo do estabelecido na legislação aplicável, a apreciação, aprovação ou licenciamento de qualquer construção, reconstrução, recuperação, ampliação, instalação, alteração de uso, destaque de parcela, bem como de loteamentos, obras de urbanização ou outras acções, de iniciativa pública, ou equiparada, privada e cooperativa, que tenham por finalidade ou consequência a ocupação, uso ou transformação do solo, ficam sujeitas às disposições específicas do Regulamento para as Intervenções no Perímetro do Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara, até à aprovação do plano de pormenor a elaborar para a zona.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

Artº 6º - Uso Dominante do Solo

3 - As áreas industriais destinam-se preferencialmente à localização de actividades industriais ou de armazenagem e à exploração de recursos minerais, subdividindo-se em três categorias, delimitadas nas plantas de ordenamento, e que tomam as seguintes designações:

- a) Zonas industriais;
- b) Zonas industriais condicionadas;
- c) Zonas para indústrias extractivas.

Capítulo IV - ESPAÇOS INDUSTRIAIS

Secção I - ZONAS INDUSTRIAIS

Artigo 42º - Designação

Consideram-se como zonas industriais as áreas como tal delimitadas nas plantas de ordenamento do PDM.

Artigo 43º - Caracterização

Estas zonas destinam-se preferencialmente à instalação de actividades industriais ou de armazenagem, podendo admitir-se a instalação de outras actividades, nomeadamente comerciais, de equipamento e de serviços, compatíveis com as referidas actividades.

Artigo 44º - Viabilidade de localização

1 - A localização de unidades industriais observará o disposto nas disposições legais vigentes sobre o exercício da actividade industrial, devendo o pedido de viabilidade de localização caracterizar o tipo de indústria a instalar, designadamente nos seus eventuais efeitos negativos relacionados com o ambiente.

2 - A instalação de unidades industriais em edifícios existentes deverá ser precedida de projecto ou programa funcional que permita avaliar a sua adequação ao local, sem prejuízo da aplicação da legislação em vigor sobre a actividade industrial e o disposto na Secção I do Capítulo III.

3 - A Câmara Municipal poderá recusar a instalação de indústrias que considere prejudiciais para a zona industrial ou para o território envolvente, devendo a recusa ser tecnicamente fundamentada.

Artigo 45º - Especificações técnicas

1 - A elaboração de novos projectos de loteamento industrial respeitará o disposto nos artigos 9º e 18º deste Regulamento.

2 - Nesta zona é exigida a execução de todas as infra estruturas básicas, procedendo-se à sua ligação às redes públicas existentes ou prevendo-se a futura ligação a eventuais redes públicas a criar.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

Artigo 6º - Uso Dominante do Solo

3- As áreas industriais destinam-se preferencialmente à localização de actividades industriais ou de armazenagem e à exploração de recursos minerais, subdividindo-se em três categorias, delimitadas nas plantas de ordenamento, e que tomam as seguintes designações:

- a) Zonas industriais;
- b) Zonas industriais condicionadas;
- c) Zonas para indústrias extractivas.

Secção II - ZONAS INDUSTRIAIS CONDICIONADAS

Artigo 46º - Designação

Consideram-se como zonas industriais condicionadas as áreas como tal delimitadas nas plantas de ordenamento do PDM.

Artigo 47º - Caracterização

1 - Esta zona destina-se preferencialmente à instalação de actividades industriais ou de armazenagem, podendo admitir-se a instalação de outras actividades, nomeadamente comerciais, de equipamento e de serviços, compatíveis com as referidas actividades.

2 - Para cada uma das zonas definidas será elaborado um plano de pormenor a aprovar pela Assembleia Municipal, cujas características de ocupação observarão o estabelecido no número anterior e as orientações estabelecidas nos artigos 9º e 18º deste Regulamento.

3 - Enquanto não forem aprovados os planos de pormenor referidos no número anterior, poderá permitir-se a construção de unidades industriais e de armazenagem, desde que não prejudiquem a sua implementação e satisfaçam o disposto na Secção I do presente Capítulo.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

Artº 6º - Uso Dominante do solo

4- As áreas de ocupação condicionada, delimitadas nas plantas de ordenamento, correspondem a áreas que actualmente apresentam ocupação agrícola, florestal, de matas ou sem utilização específica, que não se integram na Reserva Agrícola Nacional nem na Reserva Ecológica Nacional, onde, atendendo às suas características, é permitida a ocupação construtiva, em situações de carácter excepcional, conforme o disposto na Secção I do Capítulo V do presente Regulamento.

Capítulo V - ESPAÇOS NÃO URBANIZÁVEIS

Secção I - ÁREAS DE OCUPAÇÃO CONDICIONADA

Artigo 50º - Designação

Estão incluídas neste capítulo as áreas delimitadas nas plantas de ordenamento do PDM, designadas por área de ocupação condicionada, e que correspondem a espaços de natureza agrícola e florestal, com ocupação de matas ou sem utilização específica, não incluídos na Reserva Agrícola Nacional nem na Reserva Ecológica Nacional.

SINALIZAÇÃO MARÍTIMA (DL Nº 537/ 71 e DL Nº 335/73)

Artigo 1º

1. São da competência da Direcção de Faróis (D. F.), da Direcção-Geral dos Serviços de Fomento Marítimo, todos os assuntos relativos à sinalização marítima na metrópole, sem prejuízo para o porto de Lisboa, do disposto no Decreto nº 39723, de 8 de Julho de 1954, em tudo o que não contrarie o presente diploma.

2. A Direcção de Faróis ouvirá o Instituto Hidrográfico em todos os assuntos relativos à segurança da navegação.

3. O disposto neste diploma não é aplicável à sinalização de águas interiores fora da jurisdição marítima desde que essa sinalização não afecte a navegação em águas sujeitas àquela jurisdição.

4. Para os fins deste diploma, entende-se como sinalização marítima os faróis, farolins, marcas e destinados a permitir que a navegação e manobra das embarcações se realizem condições de segurança.

Artigo 2º

A instalação de sinalização marítima própria de qualquer entidade oficial ou privada depende de autorização do director-geral dos Serviços de Fomento Marítimo.,

Artigo 3º

1. A Direcção de Faróis poderá instalar dispositivos de sinalização marítima em vias de comunicação, obras de arte, terrenos e telhados ou paredes de quaisquer construções.

2. A instalação a que se refere o número anterior será feita mediante acordo com a entidade competente, o qual incluirá a indemnização que eventualmente for devida, ou por meio de expropriação do direito necessário à sua execução, quando se trate de bens do domínio privado.

Artigo 4º

As expropriações necessárias à instalação ou à ampliação de dispositivos de sinalização marítima são consideradas de utilidade pública.

Artigo 5º

1. As zonas adjacentes a qualquer dispositivo de sinalização marítima, existente ou a estabelecer, e as incluídas na linha de enfiamento dos referidos dispositivos ficam sujeitas a servidão nos termos deste diploma.

2. As zonas referidas no número anterior são definidas e demarcadas caso por caso em decreto referendado pelo ministro da Marinha, ouvidas as entidades a cuja jurisdição pertençam.

3. As servidões referidas neste preceito designam-se servidões de sinalização marítima e destinam-se a garantir a segura e eficiente utilização da mesma sinalização.

Artigo 6.º

É aplicável às servidões de sinalização marítima o disposto no Decreto-Lei nº 181/70, de 28 de Abril, e, nos casos omissos, a legislação referente a servidões militares.

Artigo 7.º

1. As servidões de sinalização marítima podem ser particulares ou gerais.

5 - As entidades competentes para o licenciamento de quaisquer obras em zonas sujeitas a servidão de sinalização marítima não podem conceder as suas licenças sem se mostrarem cumpridas as disposições do presente decreto.

6. O processo para a concessão das autorizações a que se refere o nº 2 será regulado por portaria do Ministro da Marinha.

Domínio Público Hídrico

[DL Nº 54/2005; DL Nº 58/2005; DL Nº 226-A/2007 e DL Nº100/2008]

(Decreto-Lei Nº 54/2005)

Artigo 1º

Âmbito

1—Os recursos hídricos a que se aplica esta lei compreendem as águas, abrangendo ainda os respectivos leitos e margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas.

2—Em função da titularidade, os recursos hídricos compreendem os recursos dominiais, ou pertencentes ao domínio público, e os recursos patrimoniais, pertencentes a entidades públicas ou particulares.

Artigo 2º

Domínio público hídrico

1—O domínio público hídrico compreende o domínio público marítimo, o domínio público lacustre e fluvial e o domínio público das restantes águas.

2—O domínio público hídrico pode pertencer ao Estado, às Regiões Autónomas e aos municípios e freguesias.

Artigo 6º

Titularidade do domínio público lacustre e fluvial

1—O domínio público lacustre e fluvial pertence ao Estado ou, nas Regiões Autónomas, à respectiva Região, salvo nos casos previstos nos números seguintes.

2—Pertencem ao domínio público hídrico do município os lagos e lagoas situados integralmente em terrenos municipais ou em terrenos baldios e de logradouro comum municipal.

3—Pertencem ao domínio público hídrico das freguesias os lagos e lagoas situados integralmente em terrenos das freguesias ou em terrenos baldios e de logradouro comum paroquiais.

4—O disposto nos números anteriores deve entender-se sem prejuízo dos direitos reconhecidos nas alíneas d), e) e f) do n.º 1 do artigo 1386.º e no artigo 1387.º do Código Civil.

Artigo 8º

Titularidade do domínio público hídrico das restantes águas

1—O domínio público hídrico das restantes águas pertence ao Estado ou, nas Regiões Autónomas, à Região, no caso de os terrenos públicos mencionados nas alíneas a) e c) do artigo anterior pertencerem ao Estado ou à Região, ou no caso de ter cabido ao Estado ou à Região a construção das fontes públicas.

2—O domínio público hídrico das restantes águas pertence ao município e à freguesia conforme os terrenos públicos mencionados nas citadas alíneas pertençam ao concelho e à freguesia ou sejam baldios municipais ou paroquiais ou consoante tenha cabido ao município ou à freguesia o custeio e administração das fontes, poços ou reservatórios públicos.

3—O disposto nos números anteriores deve entender-se sem prejuízo dos direitos reconhecidos nas alíneas d), e) e f) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 1386.º, bem como no artigo 1397.º, ambos do Código Civil.

Artigo 12º
Leitos e margens privados de águas públicas

1—São particulares, sujeitos a servidões administrativas, os leitos e margens de águas do mar e de águas navegáveis e flutuáveis que forem objecto de desafecção e ulterior alienação, ou que tenham sido, ou venham a ser, reconhecidos como privados por força de direitos adquiridos anteriormente, ao abrigo de disposições expressas desta lei, presumindo-se públicos em todos os demais casos.

2—No caso de águas públicas não navegáveis e não flutuáveis localizadas em prédios particulares, o respectivo leito e margem são particulares, nos termos do artigo 1387.º do Código Civil, sujeitos a servidões administrativas.

Artigo 29º
Norma revogatória

São revogados o artigo 1.º do Decreto n.º 5787-III, de 18 de Maio de 1919, e os capítulos I e II do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro.

(Decreto-Lei Nº 58/2005)

Artigo 58º
Utilização comum dos recursos hídricos do domínio público

Os recursos hídricos do domínio público são de uso e fruição comum, nomeadamente nas suas funções de recreio, estadia e abeberamento, não estando este uso e fruição sujeito a título de utilização, desde que seja feito no respeito da lei geral e dos condicionamentos definidos nos planos aplicáveis e não produza alteração significativa da qualidade e da quantidade da água.

Artigo 59º
Utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público

1—Considera-se utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público aquela em que alguém obter para si a reserva de um maior aproveitamento desses recursos do que a generalidade dos utentes ou aquela que implicar alteração no estado dos mesmos recursos ou colocar esse estado em perigo.

2—O direito de utilização privativa de domínio público só pode ser atribuído por licença ou por concessão qualquer que seja a natureza e a forma jurídica do seu titular, não podendo ser adquirido por usucapião ou por qualquer outro título.

Artigo 60º
Utilizações do domínio público sujeitas a licença

1—Estão sujeitas a licença prévia as seguintes utilizações privativas dos recursos hídricos do domínio público:

- a) A captação de águas;
- b) A rejeição de águas residuais;
- c) A imersão de resíduos;
- d) A ocupação temporária para a construção ou alteração de instalações, fixas ou desmontáveis, apoios de praia ou similares e infra-estruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária, incluindo estacionamento e acessos ao domínio público hídrico;
- e) A implantação de instalações e equipamentos referidos na alínea anterior;
- f) A ocupação temporária para construção ou alteração de infra-estruturas hidráulicas;
- g) A implantação de infra-estruturas hidráulicas;
- h) A recarga de praias e assoreamentos artificiais e a recarga e injeção artificial em águas subterrâneas;

- i) As competições desportivas e a navegação, bem como as respectivas infra-estruturas e equipamentos de apoio;
- j) A instalação de infra-estruturas e equipamentos flutuantes, culturas biogenéticas e marinhas;
- l) A sementeira, plantação e corte de árvores e arbustos;
- m) A realização de aterros ou de escavações;
- n) Outras actividades que envolvam a reserva de um maior aproveitamento desses recursos por um particular e que não estejam sujeitas a concessão;
- o) A extracção de inertes;
- p) Outras actividades que possam pôr em causa o estado dos recursos hídricos do domínio público e que venham a ser condicionadas por regulamentos anexos aos instrumentos de gestão territorial ou por regulamentos anexos aos planos de gestão da bacia hidrográfica.

2—No caso de a utilização estar também sujeita no todo ou em parte a concessão, aplicar-se-á unicamente este último regime a toda a utilização.

3—A extracção de inertes em águas públicas deve passar a ser executada unicamente como medida necessária ou conveniente à gestão das águas, ao abrigo de um plano específico de gestão das águas ou de uma medida tomada ao abrigo dos artigos 33º ou 34º

Artigo 61º

Utilizações do domínio público sujeitas a concessão

Estão sujeitas a prévia concessão as seguintes utilizações privativas dos recursos hídricos do domínio público:

- a) Captação de água para abastecimento público;
- b) Captação de água para rega de área superior a 50 ha;
- c) Utilização de terrenos do domínio público hídrico que se destinem à edificação de empreendimentos turísticos e similares;
- d) Captação de água para produção de energia;
- e) Implantação de infra-estruturas hidráulicas que se destinem aos fins referidos nas alíneas anteriores.

(Decreto-Lei Nº 226-A/2007)

CAPÍTULO I

Títulos de utilização de recursos hídricos

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Títulos

A autorização, licença ou concessão constituem títulos de utilização dos recursos hídricos, e são reguladas nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, e do presente decreto-lei.

Artigo 12º

Autoridade competente

1—Os títulos de utilização são atribuídos pela administração da região hidrográfica territorialmente competente, abreviadamente designada ARH.

2—No caso em que a utilização se situe em mais do que uma área territorial, a competência para o licenciamento cabe à ARH onde se situar a maior área ocupada pela utilização ou, na impossibilidade de seguir este critério, é competente a entidade que tiver jurisdição na área onde se localiza a intervenção principal.

4—Compete ao INAG definir e harmonizar os procedimentos necessários à atribuição dos títulos de utilização dos recursos hídricos.

Artigo 15º **Consultas**

1—Sem prejuízo do disposto noutros diplomas legais ou regulamentares, a emissão dos seguintes títulos carece da realização das seguintes consultas:

- d) A emissão da licença para efeitos de utilização de embarcações atracadas ou fundeadas, sem meios de locomoção próprio ou seladas, carece de parecer do organismo competente em matéria de segurança do material flutuante e de navegação;

SUBSECÇÃO IV **Concessão**

Artigo 23º **Utilizações do domínio público sujeitas a concessão**

1—Estão sujeitas a prévia concessão as utilizações privativas dos recursos hídricos referidas na Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, bem como:

- a) A implantação de serviços de apoio à navegação marítima ou fluvial, desde que impliquem investimentos avultados e integrem a prestação de serviços tais como, postos de venda para combustíveis, zona destinada à manutenção de embarcações, postos de socorros e vigilância e ou comunicações;

Artigo 64.º **Estacionamentos e acessos ao domínio público hídrico**

1—As áreas de estacionamento e acessos só são permitidas nos locais demarcados em plano específico e que respeitem as características construtivas definidas em função da classificação tipológica da praia ou, na ausência de plano, desde que:

- a) Salvaguardem os ecossistemas em presença, nomeadamente zonas húmidas e sistemas dunares;
- b) Não afectem a integridade biofísica e paisagística do meio;
- c) Não se incluam em áreas de riscos naturais, nomeadamente de erosão, inundação ou sujeitas a instabilidade geomorfológica, como abatimentos e escorregamentos;
- d) Não sejam incompatíveis com outros usos licenciados;
- e) Salvaguardem o livre acesso ao domínio público;
- f) Cumpram o disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto.

2—Sem prejuízo do disposto no número anterior, a abertura de novos acessos deve ser efectuada, preferencialmente, na perpendicular à linha de água, sendo interdita a abertura de acessos que incidam:

- a) Em zonas húmidas e sistemas dunares;
- b) Em zonas associadas a riscos naturais, nomeadamente erosão ou instabilidade geomorfológica.

3—Os acessos que atravessem as zonas ameaçadas pelas cheias devem acautelar a circulação das águas em cheia, sempre sem recurso à construção de aterros.

4—Nos pavimentos dos estacionamentos são sempre utilizados materiais permeáveis ou semipermeáveis.

5—Nos locais que impliquem ou que representem potencial risco é colocada sinalização adequada.

SECÇÃO IX **Competições desportivas e navegação marítimo-turística, infra-estruturas e equipamentos de apoio à navegação**

Artigo 70.o

Competições desportivas e navegação marítimo-turística

1—A exploração de embarcações atracadas ou fundeadas, sem meios de locomoção próprios ou seladas só é permitida desde que não afecte:

- a) Os usos principais dos recursos hídricos;
- b) A compatibilidade com outros usos secundários;
- c) O estado da massa de água;
- d) A integridade dos leitos e das margens e dos ecossistemas em presença;
- e) A integridade de infra-estruturas e equipamentos licenciados.

2—O titular da licença apresenta à autoridade competente, no prazo de 30 dias após a emissão do título, uma apólice de seguro ou documento comprovativo da prestação de caução, cujo regime e montante consta do anexo I ao presente decreto-lei, por conta das actividades tituladas.

3—O disposto no presente artigo não prejudica a aplicação do regulamento da actividade marítimo-turística, devendo a licença a emitir ao abrigo desse regulamento observar o estabelecido no presente decreto-lei e ser precedida de parecer favorável da autoridade competente para licenciar a utilização do recurso hídrico, sempre que a mesma caiba a entidade diversa da entidade competente para emitir o título de utilização dos recursos hídricos.

Artigo 71.o

Infra-estruturas e equipamentos de apoio à navegação

1—Entende-se por infra-estruturas e equipamentos de apoio à navegação as edificações que se destinem à instalação de serviços, nomeadamente cais, marinas, docas, portos de recreio, ancoradouros, pontos de amarração, pontão ou embarcadouro e acessos das embarcações ao plano de água, por meios mecânicos de alagem ou rampa varadouro.

2—A implantação de infra-estruturas e equipamentos de apoio só é permitida desde que não afecte:

- a) Os usos principais dos recursos hídricos;
- b) A compatibilidade com outros usos secundários;
- c) O estado da massa de água;
- d) A integridade biológica dos ecossistemas em presença;
- e) A integridade de infra-estruturas e equipamentos licenciados;
- f) A hidrodinâmica e a dinâmica sedimentar.

SECÇÃO X

Instalação de infra-estruturas e equipamentos flutuantes, culturas biogenéticas e marinhas

Artigo 72.o

Equipamentos flutuantes

1—A utilização dos recursos hídricos para transporte de madeiras ou peças soltas flutuantes que, pela sua dimensão e características, não sejam considerados complementos de usos recreativos e a instalação de estruturas flutuantes fixas, nomeadamente jangadas, piscinas, cais, balizagem e sinalização qualquer que seja a sua finalidade, incluindo as zonas de apoio balnear, só são permitidas desde que não afectem:

- a) Os usos principais da albufeira ou linha de água;
- b) Outros usos secundários, nomeadamente a navegação;
- c) O estado da massa de água;
- d) A integridade dos leitos e margens, bem como de infra-estruturas hidráulicas;
- e) A integridade biológica dos ecossistemas em presença.

2—O titular da licença apresenta à autoridade competente, no prazo de 30 dias após emissão do título, uma apólice de seguro ou documento comprovativo da prestação de caução, cujo

regime e montante consta do anexo I ao presente decreto-lei, por conta das actividades tituladas.

Artigo 73º **Culturas biogenéticas**

1—Entende-se por culturas biogenéticas as actividades que tenham por finalidade a reprodução, o crescimento, a engorda, a manutenção ou afinação de espécies aquáticas de água doce, salobra ou salgada.

2—A utilização dos recursos hídricos para o estabelecimento de culturas biogenéticas em água doce, salobra ou salgada e seus leitos, bem como de quaisquer artefactos, infra-estruturas ou equipamentos flutuantes ou submersos e instalações em terra firme que lhes estejam associados, só é permitida desde que:

- a) Estejam devidamente demarcadas;
- b) Não alterem o sistema de correntes;
- c) Não prejudiquem a navegação ou outros usos licenciados;
- d) Não alterem o estado da massa de água onde se localizem;
- e) Não afectem a integridade biológica dos ecossistemas em presença.

SECÇÃO XIII **Extracção de inertes**

Artigo 77º **Intervenções**

1—Entende-se por extracção de inertes a intervenção de desassoreamento das zonas de escoamento e de expansão das águas de superfície, quer correntes, quer fechadas, bem como da faixa costeira, da qual resulte a retirada de materiais aluvionares granulares depositados ou transportados pelo escoamento nas massas de água de superfície, em suspensão ou por arrastamento, independentemente da granulometria e composição química, nomeadamente siltes, areia, areão, burgau, godo, cascalho, terras arenosas e lodos diversos.

2—As intervenções que vierem a ser realizadas ficam obrigadas ao cumprimento de um conjunto de normas ambientais a estabelecer em legislação própria.

3—A extracção de inertes, em águas públicas, só é permitida quando se encontre prevista em plano específico de gestão das águas ou enquanto medida de conservação e reabilitação da rede hidrográfica e zonas ribeirinhas ou medida de conservação e reabilitação de zonas costeiras e de transição, ou ainda como medida necessária à criação ou manutenção de condições de navegação em segurança e da operacionalidade do porto, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 38.º do presente decreto-lei.

4—Os planos específicos de gestão de inertes em domínio hídrico, elaborados de acordo com as normas técnicas definidas pelo Despacho Normativo n.º 14/2003, de 14 de Março, equivalem aos planos específicos de gestão das águas referidos no número anterior.

Artigo 78º **Requisitos específicos**

1—O exercício da actividade de extracção de inertes em margens e leitos conexos com águas públicas tem como requisito necessário, tal como no caso de ser realizada em águas ou margens públicas, a confirmação de que a mesma constitui uma intervenção de desassoreamento.

2—Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo anterior, o exercício da actividade de extracção de inertes em margens e leitos conexos com águas públicas só é permitido para locais que garantam:

- a) A manutenção do sistema de correntes, a navegação, a flutuação, o escoamento e o espraçamento de cheias;

- b) O equilíbrio dos cursos de água, praias e faixa litoral;
- c) A integridade dos ecossistemas e o estado da(s) massa(s) de água afectada(s);
- d) A preservação de águas subterrâneas;
- e) A preservação de áreas agrícolas envolventes;
- f) O uso das águas para diversos fins, recreativos, de lazer, a navegação e infra-estruturas de apoio, captações, represamentos, derivação e bombagem;
- g) A integridade dos leitos e margens, bem como de estruturas nelas licenciadas;
- h) A segurança de obras marginais ou de transposição dos leitos.

3—A licença que titule a extracção de inertes pode impor como condição que uma parte dos inertes extraídos sejam depostos em locais a indicar pela autoridade competente, para efeitos de reforço da protecção de margens, praias ou infra-estruturas que sejam identificadas como estando em desequilíbrio.

4—À extracção de inertes que fiquem na posse dos particulares em resultado de uma operação de extracção, é aplicada a correspondente taxa de utilização dos recursos hídricos.

5—Na situação a que se refere o n.º 3 do presente artigo, pode o particular que ficar sujeito à obrigação de deposição de inertes, em resultado do cumprimento de uma condição da licença, ser compensado dos custos inerentes a tal operação mediante desconto na taxa de recursos hídricos, em termos que devem constar da mesma licença.

6—A extracção periódica de inertes, destinada a assegurar as condições de navegabilidade e acessibilidade a portos comerciais, de pesca, marinas, cais de acostagem ou outras infra-estruturas de apoio à navegação, será executada de acordo com planos de desassoreamento, aprovados pela ARH, que definem, entre outros, a periodicidade das intervenções, os volumes de inertes a retirar, a caracterização física, química e biológica do material a dragar, locais de deposição e medidas de minimização de impactes e identificação e forma de implementação de mecanismos de controlo dos volumes dragados.

7—Sem prejuízo do disposto nos números anteriores e sempre que não for possível a reposição dos inertes em domínio hídrico, a autoridade competente pode aliená-los em hasta pública, excepto quando os volumes em causa não justifiquem o recurso a este procedimento.

CAPÍTULO IV

Disposições complementares, transitórias e finais

Artigo 86º

Regimes jurídicos especiais

4—As áreas que entraram ou vierem a entrar no domínio público ou privado do Estado, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, e do artigo 13º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, são administradas pela ARH em que cuja área de jurisdição se situem, sem prejuízo do disposto no artigo 13º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro.

(Decreto-Lei Nº 100/2008)

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1º

Objecto

1 — O presente decreto -lei estabelece os procedimentos relativos ao destino a dar às áreas compreendidas no domínio público hídrico do Estado em relação a usos com este compatíveis, nos termos legais, ou quando deixem de estar afectas exclusivamente ao interesse público do uso das águas.

CAPÍTULO II

Regime de utilização e de reafecção do domínio público hídrico

Artigo 3º

Definição de usos compatíveis com o domínio público hídrico

1 — Os bens do domínio público hídrico podem ser objecto dos usos estabelecidos no regime jurídico aplicável aos recursos hídricos, nomeadamente:

- a) Delegação de poderes de licenciamento e fiscalização de utilização de águas e de poderes para elaboração e execução de planos específicos de gestão das águas, mediante a prévia celebração de protocolo ou contrato de parceria, nos termos do n.º 7 do artigo 9.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro;
- b) Utilização privativa por autorização, licença ou concessão atribuída nos termos do capítulo V da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, e do Decreto-Lei n.º 226-A/2006, de 31 de Maio.

Artigo 4º

3 — O decreto-lei referido no n.º 1 determina necessariamente o ingresso no domínio público geral dos bens desafectados do domínio público hídrico, aplicando-se-lhes o regime previsto no Decreto -Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto.

Artigo 8º

Cedência ou mutação dominial subjectiva

1 — Os bens imóveis³ integrados no domínio público geral do Estado podem ser objecto de cedência de utilização ou mutação dominial subjectiva nos termos do Decreto -Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto.

2 — Nos casos de cedência de utilização, o acto ou contrato administrativo que a concretize é da competência dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

3 — Nos casos de mutação dominial subjectiva para a titularidade de outras pessoas colectivas públicas territoriais, o acto de mutação dominial implica a aprovação de resolução do Conselho de Ministros.

4 — Os actos a que se referem os números anteriores estabelecem as condições a observar com a cedência ou a mutação dominial, nomeadamente no que respeita a quaisquer ónus ou encargos que devam ser considerados.

5 — A alteração da natureza pública dos bens objecto de mutação dominial subjectiva determina a sua imediata reversão para o Estado.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

Artigo 6º - Uso Dominante do Solo

5- As áreas de salvaguarda, delimitadas nas plantas de ordenamento, correspondem a áreas de predominante utilização agrícola e florestal, de enquadramento paisagístico, de preservação das condições naturais e ambientais, englobando as seguintes categorias de espaços:

- a) Espaços agrícolas, incluindo os solos integrados na Reserva Agrícola Nacional;
- b) Espaços naturais, incluindo os solos integrados na Reserva Ecológica Nacional;
- c) Espaços agro-florestais e de enquadramento, incluindo áreas de ocupação agrícola, florestal e de matas que não se integram na Reserva Agrícola Nacional nem na Reserva Ecológica Nacional, e que apresentam significativa importância produtiva ou paisagística;

Artigo 55º - Áreas agro-florestais e de enquadramento

1 - Estão incluídos nesta classificação os solos de ocupação florestal e agrícola, não incluídos na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional, que constituem elementos fundamentais de ordenamento florestal e paisagístico do município, regendo-se a sua exploração pelo disposto na legislação específica vigente aplicável.

2 - Aplica-se a estas áreas o estipulado no **artigo 51º deste Regulamento**, exceptuando o disposto na alínea e) do número 1 do referido artigo.

Artigo 51º - Condições de edificabilidade

1 - Em parcelas constituídas ou resultantes de fraccionamento rústico ou destaque de parcela de acordo com a legislação em vigor, é permitida a construção de:

- a) Habitação unifamiliar com cêrcea máxima correspondente a dois pisos acima do solo, quando a parcela disponha de adequadas condições de acessibilidade através de caminho público e a localização da construção pretendida se situe no perímetro definido pelos pontos distanciados 50 metros da via pública e de edifício, com ocupação habitacional, existente na data de entrada em vigor do PDM, aplicando-se os critérios de edificabilidade definidos na Secção IV do Capítulo III;
- b) Habitação unifamiliar isolada com cêrcea máxima correspondente a dois pisos acima do solo, quando a parcela disponha de adequadas condições de acessibilidade através de caminho público e a respectiva área seja igual ou superior a 5.000 m²;
- c) Instalações de apoio às actividades agrícolas, pecuária e silvícolas do prédio em que se situam, desde que devidamente justificadas;
- d) Equipamentos de interesse público e promoção de habitação de iniciativa municipal, nos termos da legislação em vigor;
- e) Unidades industriais isoladas, com programas específicos desde que apresentem interesse para o desenvolvimento social e económico do município, se assegurem as adequadas condições de acessibilidade e a área de implantação dos edifícios não exceda 40% da área total da parcela.

2 - As construções a edificar nas condições do número anterior só serão autorizadas se não prejudicarem as áreas envolventes, quer do ponto de vista paisagístico, quer em resultado de sua utilização, respeitando-se o disposto na legislação aplicável e no presente Regulamento, e podendo a Câmara Municipal impor condicionantes visando a salvaguarda ambiental e paisagística da envolvente.

3 - A apresentação de projecto deverá ser precedida de aprovação de pedido de viabilidade de localização com indicações da ocupação funcional e de estudo de implantação e volumétrico, explicitando o relacionamento da construção pretendida com o seu enquadramento e integração na envolvente.

4 - Será motivo para indeferimento de qualquer construção solicitada ao abrigo do disposto no presente artigo, a impossibilidade ou a inconveniência da execução de soluções individuais para as infra-estruturas, ou de se garantirem adequadas condições de acessibilidade.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

Capítulo VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 59º - Unidades operativas de planeamento e gestão

1 - As unidades operativas de planeamento e gestão, adiante designadas por UOPG, correspondem a espaços de intervenção cujas características exigem um tratamento mais detalhado ao nível de planeamento e gestão urbanística que tenha em conta as respectivas especificidades.

2 - Os parâmetros urbanísticos e de intervenção serão fixados, para cada uma das UOPG, através de planos de urbanização, planos de pormenor ou planos específicos, salvaguardando os critérios gerais definidos no presente Regulamento.

3 - Enquanto não estiverem aprovados os planos referidos no número anterior, aplicam-se as disposições e prescrições consignadas nas plantas de ordenamento do PDM e no presente Regulamento, desde que não prejudiquem a respectiva implementação.

4 - As UOPG encontram-se delimitadas nas plantas de ordenamento do PDM, conforme a seguir discriminadas:

UOPG1 - Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara;
UOPG2 - Zona das Avenidas de Expansão Balnear do Século XIX;
UOPG3 - Vila do Conde e Azurara;
UOPG4 - Zona Industrial Condicionada (Touguinha);
UOPG5 - Zona Industrial Condicionada (Touguinhó);
UOPG6 - Monte (Touguinhó);
UOPG7 - Igreja (Rio Mau);
UOPG8 - Barros (Junqueira);
UOPG9 - Real (Junqueira);
UOPG10 - Lamelas (Junqueira);
UOPG11 - Praia (Árvore);
UOPG12 - Aldeia Nova (Árvore);
UOPG13 - Vilarinho -- Norte (Macieira da Maia);
UOPG14 - Madalena / Vilarinho -- Sul (Vairão / Macieira da Maia);
UOPG15 - Silvares (Árvore / Mindelo);
UOPG16 - Zona Industrial Condicionada (Árvore / Mindelo);
UOPG17 - Praia (Mindelo);
UOPG18 - Estação (Mindelo);
UOPG19 - Igreja (Mindelo);
UOPG20 - Praia / Igreja (Vila Chã);
UOPG21 - Rio da Gândara (Vila Chã);
UOPG22 - Zona Industrial Condicionada (Modivas);
UOPG23 - Aldeia Nova (Modivas);
UOPG24 - Gião;
UOPG25 - Zona Industrial Condicionada (Gião / Vairão);
UOPG26 - Zona Industrial Condicionada (Gião / Canidelo);
UOPG27 - Malta;
UOPG28 - Praia (Labruge);
UOPG29 - Javalana (Labruge);
UOPG30 - Zona Industrial Condicionada (Labruge / Modivas);
UOPG31 - Estação (Vilar);
UOPG32 - Estação (Vilar do Pinheiro/Aveleda);
UOPG33 - Vilar do Pinheiro.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

**Capítulo VI - PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E
ARQUEOLÓGICO**

Artigo 57º - Imóveis e conjuntos edificados de interesse arquitectónico

1 - Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, o licenciamento das construções, reconstruções, ampliações, recuperações ou alterações de uso dos imóveis de interesse arquitectónico assinalados nas plantas de ordenamento do PDM, ficam, transitoriamente sujeitas às disposições do Regulamento para as Intervenções no Perímetro do Núcleo Antigo de Vila do Conde e Azurara, até à elaboração de regulamentação específica.

2 - Nas áreas de envolvimento imediata, onde se possam verificar afectações ao enquadramento dos imóveis e conjuntos edificados de interesse arquitectónico, qualquer pretensão será apreciada no que respeita à sua qualidade arquitectónica e de integração estética, pela Comissão de Defesa do Património Arquitectónico.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

Artigo 58º - Património arqueológico

1 - A localização de sítios arqueológicos classificados ou em vias de classificação e os locais passíveis de possuírem vestígios arqueológicos encontram-se indicados nas plantas de ordenamento do PDM, constando a respectiva caracterização do Relatório 11 - Arqueologia.

2 - O processo de autorização ou licenciamento de qualquer obra ou intervenção, nomeadamente o corte ou abate do coberto vegetal, nos locais referidos no número anterior serão obrigatoriamente instruídos com parecer dos Serviços de Arqueologia do Município ou de entidade exterior ao município com competência ou idoneidade reconhecidas sobre a matéria.

3 - Em face do teor dos pareceres referidos no número anterior a Câmara Municipal poderá não autorizar a obra ou intervenção requeridas, ou impor condicionamentos à sua execução, ou quando se justifique, por incumprimento das condições de licenciamento, proceder ao seu embargo, nos termos previstos na legislação.

4 - Quando se verificar a existência de vestígios arqueológicos em locais diferentes dos referidos no número 1 do presente artigo, a Câmara Municipal estabelecerá uma área de protecção preventiva, dando conhecimento dos factos aos organismos estatais competentes e providenciará a execução de trabalhos arqueológicos de emergência, com vista a determinar o seu interesse. No caso de se justificar, a Câmara Municipal estabelecerá uma área de protecção definitiva, que ficará subordinada às disposições do presente artigo.

5 - Nas intervenções nos locais referenciados nos números anteriores, atender-se-á aos seguintes condicionamentos, de acordo com a classificação estabelecida no Relatório 11 - Arqueologia.

- a) Tipo A - As áreas assinaladas terão de ser rigorosamente defendidas e só poderão ser objecto de intervenções arqueológicas. Quando aí já existam construções, qualquer remodelação ou revolvimento do terreno terá sempre que ter aprovação dos Serviços de Arqueologia do Município e do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico; para estes casos a área de interdição corresponde à extensão dos vestígios, acrescida dos 50 metros que a Lei de defesa e salvaguarda do património arqueológico prevê;
- b) Tipo B - Refere-se a locais que merecem uma protecção não rígida, isto é, onde apesar de se saber que há vestígios arqueológicos, poderão ser autorizadas obras desde que acompanhadas por arqueólogos ou precedidas de intervenções arqueológicas, caso os Serviços de Arqueologia do Município o considerem conveniente;
- c) Tipo C - Assinalam-se todos os achados avulsos que, à partida, não necessitam de ter uma área de protecção definida. Tal como para o Tipo D, haverá necessidade de prever a possibilidade de outros achados surgirem nestes sítios;
- d) Tipo D - Refere-se a locais que se reduzem a meros indícios toponímicos; quando assim acontecer a obrigação dos Serviços que superintenderão nas obras em tais locais será a de alertar para a possibilidade de existência de vestígios arqueológicos.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Artigo 14º

Áreas de vegetação rasteira e arbustiva em APC

1 — Integram esta categoria de espaço todas as áreas que ocupam fundamentalmente a antepaia e as zonas dunares.

2 — As intervenções a realizar nestas áreas, para além de cumprirem com as regras do POOC, incluirão prioritariamente objectivos de conservação e valorização dos sistemas presentes, admitindo-se apenas a alteração do coberto vegetal se esta visar a valorização ecológica e a conciliação com actividades de recreio que não impermeabilizem o solo.

3 — São interditas as acções que impliquem a impermeabilização, erosão ou poluição do solo, bem como outras capazes de alterar negativamente a estabilidade destes ecossistemas, nomeadamente:

- a) A execução de quaisquer novas edificações, com excepção das previstas nos planos de praia e plano de intervenções;
- b) A destruição de solo vivo e do coberto vegetal, salvo o disposto no nº 2;
- c) A alteração da topografia do solo;
- d) O pisoteio quando não sejam utilizados os caminhos definidos para o efeito;
- e) A circulação de veículos motorizados, com excepção dos veículos utilizados para a recolha do sargaço, desde que utilizem os espaços predefinidos para o efeito;
- f) A captação, o armazenamento, o desvio ou a condução de águas, bem como a drenagem, a impermeabilização ou a inundação de terrenos e demais alterações à rede de drenagem natural e ao caudal ou à qualidade das águas superficiais ou subterrâneas.

4 — Constitui excepção ao disposto no número anterior a ampliação de unidades de aquicultura e de estabelecimentos conexos, bem como a instalação de infra-estruturas e edifícios conexos destinadas ao aproveitamento da energia das ondas e do mar desde que respeitem o estabelecido no artigo 11º.

[Artº 11º Restrições Gerais]

1 — Nos espaços abrangidos pela APC são interditos os seguintes actos e actividades:

a)

2 — Constituem excepção ao disposto no número anterior:

- a) A construção de edifícios e acessos a equipamentos ou de infra-estruturas de interesse público, nomeadamente portuárias, de saneamento básico ou de interesse para a defesa nacional, desde que a sua localização seja criteriosamente estudada e analisados e minimizados os respectivos impactes ambientais;
- b) As construções necessárias a actividades económicas que exijam a proximidade da água, tais como unidades de aquicultura e estabelecimentos conexos, desde que a sua localização seja devidamente fundamentada, analisados e minimizados os respectivos impactes ambientais e se implantem fora do domínio público hídrico, de praias, de áreas de vegetação rasteira e arbustiva, de rochedos e zonas húmidas em APC e da barreira de protecção;
- c) A ampliação de unidades de aquicultura e estabelecimentos conexos, desde que essa ampliação seja devidamente justificada, analisados e minimizados os respectivos impactes ambientais, e se implantem fora de rochedos e zonas húmidas em APC, de barreira de protecção, e ainda sujeita às condicionantes decorrentes da sua localização no domínio público hídrico;
- d) A instalação de estufas e outros empreendimentos agro-pecuários, avícolas, agro-industriais, bem como as construções permitidas ao abrigo do disposto nos artigos 14º e 15º de apoio à actividade agrícola e florestal, desde que integradas em áreas agrícolas ou em áreas florestais, a sua localização seja devidamente justificada e permitida pelos respectivos PMOT, analisados e minimizados os respectivos impactes ambientais, e se localizem fora da barreira de protecção;
- e) Os apoios e equipamentos de praia nos locais determinados pelo POOC e sujeitos às condicionantes decorrentes da sua localização no domínio público hídrico.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Área de protecção costeira

Artigo 10º - Âmbito

1 — A área de protecção costeira (APC) constitui a parcela de território situada na faixa de intervenção do POOC considerada fundamental para a estabilidade do litoral, na qual se pretende preservar os locais e paisagens notáveis ou característicos do património natural e cultural da orla costeira, bem como os espaços necessários à manutenção do equilíbrio ecológico, incluindo praias, rochedos e dunas, áreas agrícolas e florestais, zonas húmidas e estuários.

2 — Na APC a alteração de usos terá um carácter marcadamente restritivo, devendo ser objecto de um programa de investimento público destinado à sua valorização e compatibilização com oportunidades recreativas.

Artigo 11º - Restrições específicas

1 — Nos espaços abrangidos pela APC são interditos os seguintes actos e actividades:

- a) A introdução de espécies zoológicas e botânicas exóticas;
- b) A alteração da morfologia do solo ou do coberto vegetal, com excepção da decorrente das normais actividades agrícolas ou florestais ou de solução constante do POOC;
- c) A extracção de materiais inertes, quando não se enquadrem em operações de dragagem necessárias à conservação das condições de escoamento das águas nos estuários e zonas húmidas ou à manutenção de áreas portuárias e respectivos canais de acesso;
- d) A destruição da compartimentação existente feita com sebes vivas ou mortas ou com muros de pedra e a sua substituição por soluções não tradicionais, salvo quando decorra da aplicação de normas legais vigentes relativas a áreas agrícolas;
- e) A circulação de qualquer veículo fora das estradas e caminhos existentes, com excepção da circulação de veículos utilizados no âmbito de actividades agrícolas, florestais ou de recolha de sargaço, acções de fiscalização, vigilância e combate a incêndios, bem como de veículos de limpeza das praias;
- f) A abertura de novas vias de comunicação ou de acessos, bem como o alargamento dos já existentes e obras de beneficiação quando estas impliquem a destruição do coberto vegetal;
- g) A construção ou ampliação de qualquer construção, salvo nos casos previstos no POOC;
- h) A instalação de painéis ou outros meios de suporte publicitário fora das áreas de implantação de apoios de praia;
- i) A prática de actividades desportivas susceptíveis de provocarem poluição ou ruído e perturbarem ou deteriorarem os valores naturais;
- j) A prática de campismo fora dos locais autorizados para esse efeito;
- l) A instalação de parques de campismo e similares, excepto em locais previstos no POOC para este efeito, nomeadamente em espaços de equipamento em APC;

- m) A prática de foguear, salvo nas áreas com infra-estruturas destinadas para o efeito, como os parques de merendas e as zonas de lazer, e nas áreas agrícolas quando a prática se insira no processo normal de produção;
- n) A utilização da área como local de descolagem ou aterragem para actividades desportivas que têm como suporte o ar, excepto nas áreas de equipamentos em APC;
- o) O sobrevoo de aeronaves com motor a menos de 1000 pés, com excepção das acções de vigilância, salvamento e combate a incêndios levadas a cabo pelas entidades competentes e na zona de aproximação/descolagem do aeródromo de Espinho;
- p) A instalação de vendas ambulantes ou quiosques, bem como o uso de altifalantes, salvo quando se integrem em manifestações religiosas, culturais ou desportivas ou quando previstos nos planos de praia.

2 — Constituem excepção ao disposto no número anterior:

- a) A construção de edifícios e acessos a equipamentos ou de infra-estruturas de interesse público, nomeadamente portuárias, de saneamento básico ou de interesse para a defesa nacional, desde que a sua localização seja criteriosamente estudada e analisados e minimizados os respectivos impactes ambientais;
- b) As construções necessárias a actividades económicas que exijam a proximidade da água, tais como unidades de aquicultura e estabelecimentos conexos, desde que a sua localização seja devidamente fundamentada, analisados e minimizados os respectivos impactes ambientais e se implantem fora do domínio público hídrico, de praias, de áreas de vegetação rasteira e arbustiva, de rochedos e zonas húmidas em APC e da barreira de protecção;
- c) A ampliação de unidades de aquicultura e estabelecimentos conexos, desde que essa ampliação seja devidamente justificada, analisados e minimizados os respectivos impactes ambientais, e se implantem fora de rochedos e zonas húmidas em APC, de barreira de protecção, e ainda sujeita às condicionantes decorrentes da sua localização no domínio público hídrico;
- d) A instalação de estufas e outros empreendimentos agro--pecuários, avícolas, agro-industriais, bem como as construções permitidas ao abrigo do disposto nos artigos 14.o e 15.o de apoio à actividade agrícola e florestal, desde que integradas em áreas agrícolas ou em áreas florestais, a sua localização seja devidamente justificada e permitida pelos respectivos PMOT, analisados e minimizados os respectivos impactes ambientais, e se localizem fora da barreira de protecção;
- e) Os apoios e equipamentos de praia nos locais determinados pelo POOC e sujeitos às condicionantes decorrentes da sua localização no domínio público hídrico.
- f) A abertura de novos acessos, bem como o alargamento e beneficiação dos já existentes, fora da área do Parque Natural do Litoral Norte, sob proposta da câmara municipal, quando se destinem a permitir a adequada infra-estruturação viária de parcelas com capacidade construtiva e contíguas à APC verificada a inexistência de alternativa viável e reduzindo-se os mesmos ao estritamente necessário;
- g) O alargamento e beneficiação de acessos, sob proposta da câmara municipal, quando se destinem a melhorar situações de segurança viária e ambiental e de acessibilidade às praias de veículos da protecção civil;
- h) A instalação de infra -estruturas e edifícios conexos destinadas ao aproveitamento de energias renováveis, desde que a sua localização seja devidamente fundamentada e ponderado o impacto ambiental.

3 — As excepções referidas nas alíneas f), g) e h) do número anterior estão dependentes da obtenção de parecer favorável vinculativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR) ou do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. (ICNB, I. P.)

Artigo 12.º

Actos condicionados

Sem prejuízo do cumprimento de outras condições legalmente fixadas, carecem de parecer favorável da CCDR ou do ICNB, I. P., nas respectivas áreas de jurisdição:

- a) A instalação de infra-estruturas eléctricas e telefónicas, aéreas ou subterrâneas, de telecomunicações, de saneamento básico, aerogeradores e a construção de barragens, açudes e postos de vigia, estaleiros temporários e permanentes;
- b) A concessão de zonas de caça e pesca, bem como a correcção de densidades de espécies cinegéticas nos termos da legislação aplicável.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Artigo 15.o **Áreas florestais em APC**

1 — Integram a categoria de áreas florestais os espaços constituídos por povoamentos florestais mistos com o objectivo de protecção e eventualmente compatíveis com a produção, podendo ou não estar incluídos na RAN.

2 — Nestes espaços não é permitida a fragmentação dos povoamentos, sendo interditas as seguintes acções:

- a) Execução de quaisquer novas edificações, com excepção de equipamentos de apoio à exploração e gestão florestal que não se localizem em barreira de protecção;
- b) Alteração da topografia do solo.

3 — Sem prejuízo do cumprimento de outras condições legalmente fixadas, nomeadamente no regime jurídico da RAN, carecem de parecer favorável, nos termos do Decreto-Lei n.º 139/89, de 28 de Abril:

- a) As arborizações a realizar, que serão sempre precedidas da apresentação de um plano de arborização;
- b) O corte de árvores em maciço nos povoamentos autóctones e de árvores de reconhecido estatuto, bem como a redução do coberto arbóreo ou arbustivo que não se enquadre na normal exploração agrícola ou florestal, salvo em situações de emergência, como as decorrentes de acções de protecção contra incêndios florestais;
- c) A instalação de novos povoamentos florestais.

DL Nº 139/89 de 28 de Abril
(página seguinte)

Artigo 1.º — 1 — Carecem de licença das câmaras municipais:

- a) As acções de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas;
- b) As acções de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável.

2 — As câmaras municipais, sempre que não disponham de serviços técnicos qualificados para se pronunciarem sobre as licenças a conceder para as acções referidas no número anterior, solicitarão, para o efeito, parecer aos serviços centrais, regionais ou locais dos ministérios competentes ou, nas regiões autónomas, aos órgãos regionais competentes.

Art. 2.º — 1 — Exceptuam-se do disposto no artigo anterior:

- a) As acções que, estando sujeitas a regime legal específico, já se encontrem devidamente autorizadas, licenciadas ou aprovadas pelos órgãos competentes;
- b) As acções preparatórias de outras que se encontrem na situação descrita na alínea anterior.

2 — Nos processos administrativos em que estejam em causa autorizações, licenças ou aprovações previstas no número anterior e que habilitem os interessados a praticar acções do tipo das referidas no n.º 1 do artigo anterior deve ser solicitado o parecer das câmaras municipais.

3 — As câmaras municipais devem emitir o parecer solicitado no prazo de 30 dias, sob pena da sua não exigibilidade.

Art. 3.º — 1 — A infracção ao disposto no n.º 1 do artigo 1.º constitui contra-ordenação punível com coima de 100 000\$ a 200 000\$.

2 — No caso de a responsabilidade pela contra-ordenação pertencer a pessoa colectiva, o valor máximo da coima é de 3 000 000\$.

3 — A negligência é punível.

Art. 4.º — 1 — A fiscalização do disposto no presente diploma compete, em especial, aos municípios.

2 — A instrução dos processos por contra-ordenações e a aplicação das coimas é da competência das câmaras municipais.

3 — O produto das coimas reverte para a respectiva autarquia local como receita própria.

Art. 5.º — 1 — Independentemente do processo das contra-ordenações e da aplicação das coimas, as câmaras municipais podem ordenar a cessação imediata das acções desenvolvidas em violação do disposto no presente diploma.

2 — O incumprimento da ordem referida no número anterior constitui crime de desobediência punível nos termos do artigo 388.º do Código Penal.

Art. 6.º O presente diploma aplica-se nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sem prejuízo das adaptações que lhe possam ser introduzidas por diploma das respectivas assembleias regionais.

Art. 7.º É revogado o Decreto-Lei n.º 357/75, de 8 de Julho.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Artigo 16.o **Áreas agrícolas em APC**

1 — Pertencem a esta categoria os espaços classificados nos PMOT como áreas da RAN, bem como as áreas que, embora não se encontrem integradas na RAN, têm um uso predominantemente agrícola.

2 — As áreas agrícolas classificadas e abrangidas pela RAN encontram-se sujeitas às restrições constantes do seu regime legal.

3 — Para além do disposto nos números anteriores, nestas categorias de espaço deverá ser observado o seguinte:

- a) São interditas todas as acções que impliquem alteração ao seu uso dominante, salvo quando não diminuam ou destruam as suas aptidões ou potencialidades para a prática agrícola;
- b) Em todas as intervenções, incluindo as acções integradas em projectos de emparcelamento, serão salvaguardadas as linhas de drenagem natural, a vegetação ribeirinha e a compartimentação existente de sebes vivas ou mortas e muros de pedra;
- c) A realização de acções relativas às práticas agrícolas tradicionais, incluindo o cultivo em masseiras e a adaptação dos terrenos a este tipo de cultura, bem como a abertura de poços, drenos e acessos, cuja largura não pode exceder 4 m, está sujeita a prévio parecer da CCDR ou do ICNB, I. P., quando localizadas nas áreas sob a respectiva jurisdição ou nas áreas agrícolas em APC que lhes são contíguas;
- d) As construções existentes no interior destes espaços que obstem a um melhor aproveitamento do recurso agrícola são consideradas, salvo proposta explícita do Plano, como obstáculos a remover

4 — Constituem excepção ao disposto no número anterior:

- a) A construção ou a remodelação de habitações para utilização própria e exclusiva dos seus proprietários e respectivos agregados familiares, desde que não existam alternativas viáveis de localização;
- b) A construção de edifícios de apoio à actividade agrícola e instalação de estufas e outros empreendimentos agro-pecuários, avícolas e agro-industriais;
- c) A reconstrução e remodelação de edifícios destinados a turismo rural, de acordo com a legislação específica aplicável, desde que não se localizem em barreira de protecção.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Artigo 17.º Rochedos em APC

1 — Os rochedos compreendem os afloramentos rochosos existentes ao longo da costa litoral, incluindo os que não se encontram ligados a terra e os submersos no mar.

2 — Na APC os rochedos devem manter-se no seu estado natural, visando a manutenção da estabilidade biofísica e da biodiversidade que lhe está associada, não sendo admitido o seu uso ou utilização, salvo nos casos previstos no POOC.

3 — Constituem ainda excepção ao disposto no número anterior a realização das obras de protecção previstas no POOC, a execução de tomadas de água para aquiculturas, bem como a recuperação de aquiculturas existentes, desde que a sua localização seja devidamente justificada e analisados e minimizados os respectivos impactes ambientais.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Artigo 20.º **Equipamentos em APC**

1 — Integram esta categoria de espaço as áreas destinadas a recreio, lazer e cultura, estabelecimentos hoteleiros, de saúde e infra-estruturas de estacionamento, saneamento básico, militares, de apoio à pesca e aquicultura, de aproveitamento da energia das ondas e do mar, e estabelecimentos conexos, existentes ou admitidos nos PMOT, e preferencialmente afectas ao uso e fruição da orla costeira.

2 — Quando o POOC preveja um uso específico e concreto, nomeadamente infra-estruturas de estacionamento, não são admitidos quaisquer outros usos, incluindo os identificados no número anterior.

3 — Salvo nos casos previstos no POOC, incluindo planos de praia e propostas de intervenção, é interdita:

- a) A sua utilização com actividades não compatíveis com as referidas no nº 1;
- b) A construção de edifícios e de infra -estruturas não relacionados com as actividades mencionadas no nº 1.

4 — As novas construções previstas no presente artigo, estão sujeitas à autorização da CCDR ou do ICNB, I. P., sem prejuízo das restantes autorizações e pareceres consoante o tipo de ocupação, e devem ter em conta os parâmetros constantes do **anexo I**.

ANEXO I

QUADRO N.º 1

Parâmetros para a área de equipamento em APC

Uso e tipologia	Cércea máxima	COS máximo
Definidas no artigo 20.º	Rés -do -chão mais um.	0,1
Equipamentos de saúde	Rés -do -chão mais um.	0,2

5 — Nas parcelas onde já existam construções que excedem os parâmetros constantes do **anexo I**, só são admitidas operações urbanísticas que não ultrapassem a área de implantação existente e cumpram a cércea de rés-do-chão mais um.

6 — Exceptuam-se do número anterior as obras de reconstrução e conservação de construções preexistentes, devidamente legalizadas.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Unidades operativas de planeamento e gestão

Artigo 26º - Âmbito

1 — As unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) constituem áreas que, pela sua dimensão, localização e especificidade, constituem áreas de planeamento e gestão integrada, a submeter a planos específicos, nomeadamente a PMOT (planos de urbanização ou planos de pormenor) ou a planos cuja iniciativa da respectiva elaboração compete ao Instituto da Água, I. P. (INAG, I. P.), incidindo estes últimos apenas sobre áreas do DPM.

2 — As UOPG podem integrar mais de uma classe ou categoria de espaço.

3 — São as seguintes as UOPG incluídas no POOC e assinaladas na planta de síntese:

h) Zona piscatória de Vila Chã;

Artigo 27º - Actos e actividades interditos

1 — Nas áreas identificadas como UOPG e até à entrada em vigor dos respectivos planos ficam interditos os seguintes actos e actividades:

- a) A criação de novos núcleos populacionais;
- b) A construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou outras instalações em barreira de protecção ou zona de risco sem a obtenção de prévio parecer favorável da CCDR ou do ICNB, I. P., consoante a obra se realize nas respectivas áreas de jurisdição ou nas áreas que lhes sejam contíguas, aplicando -se, nestes casos, o disposto nos artigos 24.º e 25.º do presente Regulamento;
- c) A instalação de explorações agrícolas, florestais e minerais ou a alteração das já existentes;
- d) A alteração do coberto vegetal, a destruição da compartimentação existente de sebes vivas ou mortas, bem como muros de pedra, e a sua substituição por soluções não tradicionais, salvo se devidamente justificado ou determinado nos planos de praia e propostas de intervenção;
- e) A abertura de novas vias de comunicação ou acessos, bem como o alargamento das já existentes, e obras de beneficiação que impliquem a destruição do coberto vegetal, salvo se devidamente justificado ou determinado nos planos de praia e propostas de intervenção;
- f) O derrube de árvores em maciço, com qualquer área, ou de espécies arbóreas singulares, identificadas como valor patrimonial, salvo se determinado por razões de segurança ou fitossanitárias.

2 — Sem prejuízo do disposto nos **artigos 24.º e 25.º**, a construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou instalações rege-se pelos parâmetros definidos nos artigos 28.º e seguintes. (no caso de Vila do Conde artº 35º - UOPG Nº9 – Zona Piscatória de Vila Chã)

Artigo 24º - Barreira de Protecção

Artigo 25º - Zona de Risco

Artigo 35º - UOPG nº 9 — Zona piscatória de Vila Chã

1 — A UOPG da zona piscatória de Vila Chã será objecto de um plano de intervenção na faixa de domínio hídrico e área de apoio à pesca, de iniciativa do INAG, a promover em articulação com a Câmara Municipal de Vila do Conde.

2 — Constituem objectivos do plano mencionado no número anterior:

- a) Requalificar a área, garantindo condições adequadas para as actividades agromarítimas (pesca, apanha e secagem do sargaço), avaliando as necessidades em infra-estruturas portuárias, nomeadamente acesso e abrigo de embarcações, lota, armazenagem e escoamento do pescado;
- b) Requalificar a imagem urbana e arquitectónica da área, reabilitando os imóveis tradicionais de aprestos, vocacionando-os eventualmente para outros usos turísticos ou culturais.

3 - O Plano deve ter em conta os parâmetros constantes do quadro n.º 8 do anexo II do presente Regulamento, devendo incidir, nomeadamente, sobre:

- a) A regulamentação geral da edificação, projectos específicos de reabilitação de armazéns de aprestos, equacionando a hipótese do seu aproveitamento turístico;
- b) A estruturação e qualificação dos espaços verdes e das áreas de estacionamento e espaços públicos urbanos.

QUADRO N.º 8
UOPG nº 9 — Zona piscatória de Vila Chã (artigo 35º)

Edificabilidade			Infra-estruturação		
Uso e tipologia	Cércea	COS máx.	Abastecimento de água	Recolha de efluentes	Recolha de resíduos sólidos
Habitação, equipamentos turísticos e De apoio à pesca.	Rés-do-chão mais um	0,5	A assegurar	A assegurar	A assegurar

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Área de aplicação regulamentar dos PMOT

Artigo 21º - Âmbito

1 — A área de aplicação regulamentar dos PMOT é a parte de território incluída na área de intervenção do POOC que integra os espaços classificados e definidos nos referidos planos como espaços urbanos, espaços urbanizáveis, espaços de equipamento e espaços industriais que lhes sejam contíguos.

2 — Integram esta categoria de espaço todas as áreas inseridas em perímetros urbanos delimitados nos PMOT e em que o POOC não introduza alterações aos respectivos parâmetros urbanísticos.

3 — Dos perímetros urbanos fixados nos PMOT foram retiradas e incluídas na APC do POOC as áreas de expansão que, pelo seu uso ou localização, foram consideradas fundamentais para a estabilidade do litoral, tais como:

- a) Zonas com elevado risco de erosão;
- b) Faixas de protecção a linhas de água;
- c) Conjuntos edificados sobre o cordão dunar;
- d) Áreas de equipamentos destinados ao recreio, desporto e lazer.

Artigo 22º - Restrições específicas

1 — Na área de aplicação regulamentar dos PMOT, salvo o disposto no número seguinte, mantêm-se os parâmetros urbanísticos definidos nestes planos, devendo ser tidos em conta os seguintes princípios de orientação:

- a) As edificações localizar-se-ão afastadas, tanto quanto possível, da linha de costa;
- b) A ocupação urbana próxima do litoral será desenvolvida preferencialmente em forma de cunha, ou seja, estreitar na proximidade da costa e alargar para o interior do território;
- c) Serão ocupadas prioritariamente as áreas livres, em estado de abandono ou sem uso específico relevante, situadas no interior dos aglomerados urbanos;
- d) Será contido o alastramento urbano desordenado;
- e) Serão recuperados, renovados ou reconvertidos os sectores urbanos degradados;
- f) Será reorganizado o tecido industrial e reabilitadas as antigas áreas industriais, atribuindo-lhes novos usos;
- g) Serão respeitadas as características e especificidades que confiram identidade própria aos centros, sectores ou aglomerados urbanos, nomeadamente no que se refere ao património arquitectónico, paisagístico, histórico ou cultural;
- h) Serão mantidas e valorizadas as linhas de água, nomeadamente leitos e margens;
- i) Será garantida a criação de espaços verdes de dimensão adequada;
- j) Não é admitida a instalação de indústrias dos tipos I e II de acordo com a classificação prevista na legislação aplicável;
- l) Nos perímetros urbanos considerados como zonas de risco aplica-se o disposto no artigo 25º do presente Regulamento.

2 — Sempre que uma área de aplicação regulamentar dos PMOT coincida com uma **zona de risco** identificada no POOC, ser-lhe-á aplicável o regime constante do presente Regulamento para estas zonas.

Artigo 25º - Zona de risco

1 — A zona de risco inclui as faixas de áreas de aplicação regulamentar dos PMOT e de UOPG, onde se prevê o avanço das águas do mar.

2 — Até à delimitação dessas áreas como zonas ameaçadas pelo mar, nos termos da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, observar-se-ão as seguintes restrições:

- a) São proibidas novas construções fixas na margem das águas do mar, entendida de acordo com o disposto no artigo 11.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, independentemente de se verificar sua coincidência com a margem fixada nas plantas que integram o POOC;

Lei n.º 54/2005

Artigo 11º - Noção de margem; sua largura

1—Entende-se por margem uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas.

2—A margem das águas do mar, bem como a das águas navegáveis ou fluviáveis que se encontram à data da entrada em vigor desta lei sujeitas à jurisdição das autoridades marítimas e portuárias, tem a largura de 50 m.

3—A margem das restantes águas navegáveis ou fluviáveis tem a largura de 30 m.

4—A margem das águas não navegáveis nem fluviáveis, nomeadamente torrentes, barrancos e córregos de caudal descontínuo, tem a largura de 10 m.

5—Quando tiver natureza de praia em extensão superior à estabelecida nos números anteriores, a margem estende-se até onde o terreno apresentar tal natureza.

6—A largura da margem conta-se a partir da linha limite do leito. Se, porém, esta linha atingir arribas alcantiladas, a largura da margem é contada a partir da crista do alcantil.

- b) A aprovação de planos de urbanização e de pormenor, o licenciamento municipal de quaisquer operações de loteamento urbano, bem como de quaisquer obras, dependem de parecer vinculativo da CCDR ou do ICNB, I. P., consoante a zona de risco se insira ou seja contígua às respectivas áreas de jurisdição;

- c) Dos alvarás de loteamento, de licença ou autorização de construção e de utilização deve constar obrigatoriamente a menção de que a edificação se localiza em zona de risco;

- d) A realização de quaisquer obras de protecção costeira, nomeadamente obras de retenção marginais e esporões, será precedida da realização de um estudo sobre as incidências ambientais nos troços da costa limítrofes e de uma análise de custo-benefício do respectivo projecto, quando a avaliação do impacte ambiental não seja já exigível nos termos da legislação em vigor.

3 — O parecer mencionado na alínea b) do número anterior será emitido no prazo de 30 dias, considerando-se a sua falta como parecer favorável.

4 — A delimitação de uma zona de risco como zona ameaçada pelo mar será acompanhada por um conjunto de medidas destinadas a equacionar, se for o caso, a retirada progressiva das construções existentes nessa área.

5 — Nas áreas actualmente sob jurisdição portuária, aplicar-se-á o disposto no presente artigo caso venham a ser integradas na faixa abrangida pela jurisdição do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Artigo 24.º

Barreira de protecção

1 — A barreira de protecção inclui as faixas de APC e de UOPG, consideradas indispensáveis para reter o avanço do mar, constituindo área non aedificandi.

2 — Nestas faixas aplicam-se as restrições específicas da classe de espaços APC e, dentro desta, das categorias praias, áreas de vegetação rasteira e arbustiva, zonas húmidas e estuários.

3 — Constituem excepção ao disposto nos números anteriores:

- a) As acções previstas e identificadas nos planos de praia e nas propostas de intervenção que fazem parte integrante do POOC;
- b) A abertura de acessos bem como o alargamento e beneficiação dos já existentes, fora da área do Parque Natural do Litoral Norte, sob proposta da câmara municipal, quando se destinem a permitir a adequada infra-estruturação viária de parcelas com capacidade construtiva e contíguas à APC, verificada a inexistência de alternativa viável e reduzindo-se os mesmos ao estritamente necessário;
- c) O alargamento e beneficiação de acessos, sob proposta da câmara municipal, quando se destinem a melhorar situações de segurança viária e ambiental e de acessibilidade às praias de veículos da protecção civil;
- d) A construção de infra -estruturas de saneamento básico.

4 — A realização e autorização das acções constantes no n.º 3 estão dependentes da obtenção de parecer favorável vinculativo da CCDR ou do ICNB, I. P.

5 - Na barreira de protecção será mantida a vegetação rasteira e arbustiva existente e, de acordo com os planos de praia e propostas de intervenção, serão elaboradas todas as acções consideradas necessárias para a sua manutenção, nomeadamente:

- a) Construção de passadiços sobrelevados e vedações que impeçam o pisoteio e destruição da vegetação;
- b) Construção de paliçadas com vista à acumulação de areias;
- c) Plantação de vegetação rasteira e arbustiva e arborização, por forma a auxiliar o processo de retenção de areias;
- d) Acções de enchimento artificial.

6 — As acções referidas no número anterior devem ser objecto de projectos de valorização, submetidos a parecer da CCDR ou do ICNB, I. P., consoante se realizem nas respectivas áreas de jurisdição ou nas áreas que lhes sejam contíguas.

7 - A realização de quaisquer obras de protecção costeira, nomeadamente de obras de retenção marginal e esporões, será precedida da realização de um estudo sobre as incidências ambientais nos troços da costa limítrofes e de uma análise de custo-benefício do respectivo projecto, quando a avaliação do impacte ambiental não seja já exigível nos termos da legislação em vigor.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Artigo 25º Zona de risco

1 — A zona de risco inclui as faixas de áreas de aplicação regulamentar dos PMOT e de UOPG, onde se prevê o avanço das águas do mar.

2 — Até à delimitação dessas áreas como zonas ameaçadas pelo mar, nos termos da **Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro**, observar-se-ão as seguintes restrições:

- a) São proibidas novas construções fixas na margem das águas do mar, entendida de acordo com o disposto no **artigo 11.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro**, independentemente de se verificar sua coincidência com a margem fixada nas plantas que integram o POOC;

Lei nº 54/2005

Artigo 11.º

Noção de margem; sua largura

1—Entende-se por margem uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas.

2—A margem das águas do mar, bem como a das águas navegáveis ou fluviáveis que se encontram à data da entrada em vigor desta lei sujeitas à jurisdição das autoridades marítimas e portuárias, tem a largura de 50 m.

3—A margem das restantes águas navegáveis ou fluviáveis tem a largura de 30 m.

4—A margem das águas não navegáveis nem fluviáveis, nomeadamente torrentes, barrancos e córregos de caudal descontínuo, tem a largura de 10 m.

5—Quando tiver natureza de praia em extensão superior à estabelecida nos números anteriores, a margem estende-se até onde o terreno apresentar tal natureza.

6—A largura da margem conta-se a partir da linha limite do leito. Se, porém, esta linha atingir arribas alcantiladas, a largura da margem é contada a partir da crista do alcantil.

7—Nas Regiões Autónomas, se a margem atingir uma estrada regional ou municipal existente, a sua largura só se estende até essa via.

- b) A aprovação de planos de urbanização e de pormenor, o licenciamento municipal de quaisquer operações de loteamento urbano, bem como de quaisquer obras, dependem de parecer vinculativo da CCDR ou do ICNB, I. P., consoante a zona de risco se insira ou seja contígua às respectivas áreas de jurisdição;
- c) Dos alvarás de loteamento, de licença ou autorização de construção e de utilização deve constar obrigatoriamente a menção de que a edificação se localiza em zona de risco;
- d) A realização de quaisquer obras de protecção costeira, nomeadamente obras de retenção marginais e esporões, será precedida da realização de um estudo sobre as incidências ambientais nos troços da costa limítrofes e de uma análise de custo-benefício do respectivo projecto, quando a avaliação do impacte ambiental não seja já exigível nos termos da legislação em vigor.

3 — O parecer mencionado na alínea b) do número anterior será emitido no prazo de 30 dias, considerando-se a sua falta como parecer favorável.

4 — A delimitação de uma zona de risco como zona ameaçada pelo mar será acompanhada por um conjunto de medidas destinadas a equacionar, se for o caso, a retirada progressiva das construções existentes nessa área.

5 — Nas áreas actualmente sob jurisdição portuária, aplicar-se-á o disposto no presente artigo caso venham a ser integradas na faixa abrangida pela jurisdição do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Delimitação do Domínio Público Hídrico **[Lei Nº 54/2005]**

Artigo 5º **Domínio público lacustre e fluvial**

O domínio público lacustre e fluvial compreende:

- a) Cursos de água navegáveis ou flutuáveis, com os respectivos leitos, e ainda as margens pertencentes a entes públicos;
- b) Lagos e lagoas navegáveis ou flutuáveis, com os respectivos leitos, e ainda as margens pertencentes a entes públicos;
- c) Cursos de água não navegáveis nem flutuáveis, com os respectivos leitos e margens, desde que localizados em terrenos públicos, ou os que por lei sejam reconhecidos como aproveitáveis para fins de utilidade pública, como a produção de energia eléctrica, irrigação, ou canalização de água para consumo público;
- d) Canais e valas navegáveis ou flutuáveis, ou abertos por entes públicos, e as respectivas águas;
- e) Albufeiras criadas para fins de utilidade pública, nomeadamente produção de energia eléctrica ou irrigação, com os respectivos leitos;
- f) Lagos e lagoas não navegáveis ou flutuáveis, com os respectivos leitos e margens, formados pela natureza em terrenos públicos;
- g) Lagos e lagoas circundados por diferentes prédios particulares ou existentes dentro de um prédio particular, quando tais lagos e lagoas sejam alimentados por corrente pública;
- h) Cursos de água não navegáveis nem flutuáveis nascidos em prédios privados, logo que transponham abandonados os limites dos terrenos ou prédios onde nasceram ou para onde foram conduzidos pelo seu dono, se no final forem lançar-se no mar ou em outras águas públicas.

Artigo 7º **Domínio público hídrico das restantes águas**

O domínio público hídrico das restantes águas compreende:

- a) Águas nascidas e águas subterrâneas existentes em terrenos ou prédios públicos;
- b) Águas nascidas em prédios privados, logo que transponham abandonadas os limites dos terrenos ou prédios onde nasceram ou para onde foram conduzidas pelo seu dono, se no final forem lançar-se no mar ou em outras águas públicas;
- c) Águas pluviais que caiam em terrenos públicos ou que, abandonadas, neles corram;
- d) Águas pluviais que caiam em algum terreno particular, quando transpuserem abandonadas os limites do mesmo prédio, se no final forem lançar-se no mar ou em outras águas públicas;
- e) Águas das fontes públicas e dos poços e reservatórios públicos, incluindo todos os que vêm sendo continuamente usados pelo público ou administrados por entidades públicas.

Artigo 10º **Noção de leito; seus limites**

1—Entende-se por leito o terreno coberto pelas águas quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades. No leito compreendem-se os mouchões, lodeiros e areais nele formados por deposição aluvial.

2—O leito das águas do mar, bem como das demais águas sujeitas à influência das marés, é limitado pela linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais.

Essa linha é definida, para cada local, em função do espraiamento das vagas em condições médias de agitação do mar, no primeiro caso, e em condições de cheias médias, no segundo.

3—O leito das restantes águas é limitado pela linha que corresponder à estrema dos terrenos que as águas cobrem em condições de cheias médias, sem transbordar para o solo natural, habitualmente enxuto. Essa linha é definida, conforme os casos, pela aresta ou crista superior do talude marginal ou pelo alinhamento da aresta ou crista do talude molhado das motas, cômoros, valados, tapadas ou muros marginais.

Artigo 11º **Noção de margem; sua largura**

1—Entende-se por margem uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas.

3—A margem das restantes águas navegáveis ou flutuáveis tem a largura de 30 m.

4—A margem das águas não navegáveis nem flutuáveis, nomeadamente torrentes, barrancos e córregos de caudal descontínuo, tem a largura de 10 m.

5—Quando tiver natureza de praia em extensão superior à estabelecida nos números anteriores, a margem estende-se até onde o terreno apresentar tal natureza.

6—A largura da margem conta-se a partir da linha limite do leito. Se, porém, esta linha atingir arribas alcantiladas, a largura da margem é contada a partir da crista do alcantil.

Artigo 23º **Zonas ameaçadas pelas cheias**

1—O Governo pode classificar como zona adjacente por se encontrar ameaçada pelas cheias a área contígua à margem de um curso de águas.

2—Tem iniciativa para a classificação de uma área ameaçada pelas cheias como zona adjacente:

- a) O Governo;
- b) O Instituto da Água, como autoridade nacional da água;
- c) O Instituto da Conservação da Natureza, nas áreas classificadas;
- d) O município, através da respectiva câmara municipal.

3—A classificação de uma área como zona adjacente é feita por portaria do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, ouvidas as autoridades marítimas em relação aos trechos sujeitos à sua jurisdição e as entidades referidas nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 se a iniciativa não lhes couber.

4—A portaria referida no número anterior contém em anexo uma planta delimitando a área classificada.

5—Podem ser sujeitas a medidas preventivas, nos termos do capítulo II do Decreto-Lei nº 794/76, de 5 de Novembro, as áreas que, de acordo com os estudos elaborados, se presumam venham a ser classificadas ao abrigo do presente artigo.

6—As acções de fiscalização e execução de obras de conservação e regularização a realizar nas zonas adjacentes podem ser exercidas em regime de parceria a que se refere o artigo 8º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

Artigo 24º **Zonas adjacentes**

1—Entende-se por zona adjacente às águas públicas toda a área contígua à margem que como tal seja classificada por se encontrar ameaçada pelo mar ou pelas cheias.

2—As zonas adjacentes estendem-se desde o limite da margem até uma linha convencional definida para cada caso no diploma de classificação, que corresponde à linha alcançada pela maior cheia, com período de retorno de 100 anos, ou à maior cheia conhecida, no caso de não existirem dados que permitam identificar a anterior.

3—As zonas adjacentes mantêm-se sobre propriedade privada ainda que sujeitas a restrições de utilidade pública.

4—O ónus real resultante da classificação de uma área como zona adjacente é sujeito a registo, nos termos e para efeitos do Código do Registo Predial.

Delimitação do Domínio Público Hídrico **[DL Nº 353/2007]**

Artigo 1º

Objecto

O presente decreto-lei estabelece o regime a que fica sujeito o procedimento de delimitação do domínio público hídrico.

Artigo 2º

Delimitação

1 — A delimitação do domínio público hídrico é o procedimento administrativo pelo qual é fixada a linha que define a estrema dos leitos e margens do domínio público hídrico confinantes com terrenos de outra natureza.

2 — A abertura de um procedimento de delimitação apenas ocorre quando haja dúvidas fundadas na aplicação dos critérios legais à definição no terreno dos limites do domínio público hídrico, devendo ser tidos ainda em consideração os recursos disponíveis e o interesse público da delimitação.

Artigo 3º

Iniciativa

1 — O procedimento de delimitação de iniciativa pública inicia-se sob impulso do Instituto da Água (INAG), I. P.

2 — Pode ainda ser requerida a abertura de um procedimento de delimitação de iniciativa pública:

- a) Pela Administração da Região Hidrográfica (ARH), I. P., com jurisdição na área em causa, ou do organismo regional com competência correspondente;
- b) Pela autoridade marítima, na área da sua jurisdição;
- c) Pelas entidades a quem for delegada competência para a gestão dos recursos hídricos envolvidos;
- d) Pelas autarquias locais, quanto à delimitação dos leitos e margens dominiais de que são titulares ou cuja gestão asseguram.

3 — Os proprietários, públicos e privados, de terrenos nas áreas confinantes com o domínio público hídrico podem requerer ao INAG, I. P., a delimitação do domínio público com os seus imóveis, preenchendo para esse efeito o modelo fornecido pelo INAG, I. P., no seu sítio na Internet, instruído com os elementos a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área do ambiente.

4 — A apresentação de requerimento para a abertura do procedimento de delimitação é objecto de publicitação mediante colocação de um aviso no sítio na Internet do INAG, I. P.

5 — O processo de delimitação é preparado pelo INAG, I. P., cabendo -lhe inventariar e avaliar de forma preliminar as questões que condicionam a delimitação, podendo, nos casos a que se referem os nº 2 e 3, notificar o requerente ou os proponentes para juntarem ao processo outros elementos e documentos julgados necessários.

6 — Na preparação do processo de delimitação, o INAG, I. P., pode solicitar a cooperação das autarquias locais afectadas, da ARH, I. P., do organismo regional com jurisdição na área ou das demais entidades com competência própria ou delegada para a gestão dos recursos hídricos em causa e da autoridade marítima no âmbito dos elementos ou informações técnicas de cariz oceânico ou hidrográfico.

Artigo 4º

Constituição da comissão de delimitação

1 — O INAG, I. P., elabora uma proposta de constituição da comissão de delimitação no prazo de dois meses, com indicação de quem deve exercer a respectiva presidência, devendo ainda, para os efeitos do disposto no número seguinte, solicitar às entidades participantes e aos interessados a indicação prévia dos seus representantes no prazo de 15 dias.

2 — A comissão de delimitação integra, em função das particularidades reveladas pela situação em apreço:

- a) Em posição majoritária, representantes do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, dos organismos e entidades dotadas de competência própria ou delegada para a gestão do domínio público hídrico envolvido, e ainda, consoante os casos, do Ministério da Defesa Nacional, quando esteja em causa o domínio público marítimo, e das autarquias locais afectadas;
- b) Em posição minoritária, representantes dos titulares de direitos privados e públicos nas áreas confinantes com o domínio público hídrico.

3 — A constituição da comissão de delimitação realiza-se mediante portaria aprovada pelo membro do Governo responsável pela área do ambiente e:

- a) Sempre que a comissão integre um representante do Ministério da Defesa Nacional, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional;
- b) Sempre que a comissão integre um representante de uma autoridade portuária, do membro do Governo responsável pela área dos transportes;
- c) Sempre que a comissão integre um representante de autarquias locais, do membro do Governo responsável pela área das autarquias locais.

Artigo 5º

Pareceres externos

1 — Sempre que à comissão de delimitação se deparem questões de índole técnica ou jurídica que não esteja em condições de decidir, pode o seu presidente solicitar:

- a) Ao Ministro da Defesa Nacional, a emissão de parecer da Comissão de Domínio Público Marítimo, no caso de estar em causa a delimitação de domínio público marítimo;
- b) Apoio jurídico, através de parecer ou a colaboração do delegado da Procuradoria -Geral da República da comarca onde se situem os terrenos a delimitar;
- c) O necessário apoio técnico do INAG, I. P.

2 — Não sendo os pareceres emitidos no prazo de 45 dias ou sempre que se revele inviável obter os referidos pareceres em tempo útil, deve a comissão de delimitação promover, por outras vias ao seu dispor, o esclarecimento das questões pendentes.

Artigo 6º

Apoio administrativo

O INAG, I. P., presta o necessário apoio administrativo às comissões de delimitação, suportando cada um dos organismos representados os encargos gerados pelo respectivo representante.

Artigo 7º

Tramitação subsequente

1 — A comissão de delimitação realiza as diligências necessárias ao apuramento dos termos concretos da delimitação, colhendo novos elementos de prova, documentais ou testemunhais, mas sempre sem prejuízo da observância das disposições legais aplicáveis e das presunções nela estabelecidas.

2 — A comissão de delimitação pode concluir os seus trabalhos propondo ao INAG, I. P., o arquivamento do processo ou a homologação de um auto de delimitação de que constem as

coordenadas dos vértices que definem a poligonal, ou poligonais se houver descontinuidade, que delimita o domínio público hídrico, sendo anexa a respectiva planta.

Artigo 8.º **Definição de procedimentos**

A comissão de delimitação observa em tudo o mais os procedimentos que venham a ser definidos pelo INAG, I. P., ouvida a Comissão do Domínio Público Marítimo.

Artigo 9.º **Homologação e arquivamento**

1 — A proposta de delimitação elaborada pela comissão de delimitação, instruída com parecer favorável do INAG, I. P., é submetida à homologação do Conselho de Ministros pelo membro do Governo responsável pela área do ambiente.

2 — A homologação da proposta de delimitação é publicada no Diário da República e no sítio na Internet do INAG, I. P., devendo este organismo comunicar aos intervenientes e aos organismos consultados o termo do processo.

3 — Os procedimentos iniciados por iniciativa particular são arquivados sempre que os interessados tenham instaurado acção judicial com o mesmo objecto.

4 — O membro do Governo responsável pela área do ambiente pode determinar o arquivamento do procedimento quando se verificarem razões que inviabilizem a conclusão da delimitação ou, no caso de procedimento de delimitação iniciado por interessado e sob proposta da comissão de delimitação ao INAG, I. P., sempre que o interessado ou o seu representante não prestem a colaboração adequada à rápida e eficiente conclusão dos trabalhos.

5 — O INAG, I. P., pode ainda determinar a todo o tempo o arquivamento antecipado do procedimento de delimitação com fundamento na existência de prioridades estabelecidas quanto ao interesse público em jogo, na indisponibilidade de meios ou na clarificação entretanto obtida.

6 — A decisão de arquivamento é objecto de notificação ao requerente do processo ou ao organismo que o propôs e deve ser publicitada no sítio na Internet do INAG, I. P.

Artigo 10º **Efeito vinculativo**

1 — A homologação da proposta de delimitação quando publicada no Diário da República é vinculativa para todas as autoridades públicas, sem prejuízo de decisão judicial que venha a ser proferida que vincule o Estado nos termos do número seguinte ou que anule o acto de delimitação nos termos do n.º 3 do presente artigo.

2 — A delimitação administrativa realizada nos termos do presente decreto-lei não preclui a competência dos tribunais comuns para decidir da demarcação das propriedades ou da propriedade ou posse dos leitos e margens ou suas parcelas, nos termos da lei processual civil.

3 — A impugnação judicial do acto de delimitação com fundamento em vícios próprios do acto que se não traduzam numa questão de propriedade ou posse realiza-se nos termos do Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Artigo 11º **Taxas**

1 — A apreciação dos processos de iniciativa dos particulares está sujeita ao pagamento de uma taxa destinada a custear os encargos administrativos inerentes ao procedimento, cujo

valor é fixado em portaria a aprovar pelo membro do Governo responsável pela área do ambiente.

2 — O pagamento da taxa é prévio à apresentação do requerimento, devendo o mesmo ser liminarmente rejeitado se não for instruído com o comprovativo de pagamento, sendo a taxa restituída por inteiro se o procedimento vier a ser arquivado antecipadamente nos termos do n.º 5 do artigo 9º

3 — A receita gerada pela cobrança da taxa constitui receita própria do INAG, I. P.

Artigo 12º

Regime transitório

1 — Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 54/2005, de 15 de Dezembro, os processos de delimitação pendentes à data da entrada em vigor do presente decreto-lei são apreciados ao abrigo e nos termos das normas procedimentais aplicáveis à data do seu início, excepto se vierem ser submetidos ao regime do presente decreto -lei por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da defesa nacional e do ambiente, considerando o período de tempo decorrido desde o seu início e desde que salvaguardados os actos praticados e as diligências efectuadas.

2 — A homologação da proposta de delimitação elaborada pela comissão de delimitação compete, em qualquer caso, ao Conselho de Ministros ou, por sua delegação, ao membro do Governo responsável pela área do ambiente.

3 — Os interessados nos processos de delimitação em curso devem ser notificados pelo INAG, I. P., para declararem, no prazo de um mês, se desejam continuar os processos respectivos, atento o disposto no n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, devendo os mesmos ser arquivados se os interessados assim o declararem.

Artigo 13º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

DPM – Zonas Portuárias
[LEI Nº 54/2005, Titularidade dos Recursos Hídricos]

Artigo 17º
Delimitação

1—A delimitação dos leitos e margens dominiais confinantes com terrenos de outra natureza compete ao Estado, que a ela procede oficiosamente, quando necessário, ou a requerimento dos interessados.

2—Das comissões de delimitação, que podem ser constituídas por iniciativa do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, fazem sempre parte representantes do Ministério da Defesa Nacional e das administrações portuárias afectadas no caso do domínio público marítimo, representantes dos municípios afectados e também representantes dos proprietários dos terrenos confinantes com os leitos ou margens dominiais a delimitar.

3—Sempre que às comissões de delimitação se depararem questões de índole jurídica que não estejam em condições de decidir por si, podem os respectivos presidentes requerer a colaboração ou solicitar o parecer do delegado do procurador da República da comarca onde se situem os terrenos a delimitar.

4—A delimitação, uma vez homologada por resolução do Conselho de Ministros, é publicada no Diário da República.

5—A delimitação a que se proceder por via administrativa não preclui a competência dos tribunais comuns para decidir da propriedade ou posse dos leitos e margens ou suas parcelas.

6—Se, porém, o interessado pretender arguir o acto de delimitação de quaisquer vícios próprios deste que se não traduzam numa questão de propriedade ou posse, deve instaurar a respectiva acção especial de anulação.

DPM – Zonas Portuárias
[LEI Nº 58/2005, Lei da Água]

Artigo 13.º
Administrações portuárias

1—Nas áreas do domínio público hídrico afectas às administrações portuárias, a competência da ARH para licenciamento e fiscalização da utilização dos recursos hídricos considera-se delegada na administração portuária com jurisdição no local, sendo definidos por portarias conjuntas dos Ministros das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional os termos e âmbito da delegação e os critérios de repartição das respectivas receitas.

2—As portarias previstas no número anterior constituem igualmente título de utilização dos recursos hídricos pela administração portuária, fixando as respectivas obrigações e condicionamentos, de acordo com um regime equiparado, para este efeito, ao regime dos empreendimentos de fins múltiplos previstos no artigo 76º

3—O exercício pelas administrações portuárias das competências delegadas nos termos do n.º 1 observa as regras decorrentes da presente lei e dos planos aplicáveis e as orientações do delegante, sem prejuízo da respectiva avocação em casos devidamente justificados e as regras especiais a definir nos termos do nº 4 do artigo 80º

Artigo 15.º
Consultas

1 - ...

- g) A emissão dos títulos de utilização que possa afectar a segurança portuária e de navegação carece de parecer favorável da administração portuária em cuja área de jurisdição se inscreve ou do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P., abreviadamente designado IPTM, sempre que o título não deva ser por ela emitido;
- h) A emissão de títulos que tenha impacto económico na exploração de infra-estruturas portuárias já existentes carece de parecer da administração portuária ou do IPTM, sempre que o título não deva ser por estes emitido;

DPM – Zonas Portuárias

[LEI Nº 226-A/2007, Novo Regime sobre as Utilizações dos Recursos Hídricos]

Artigo 38.º **Administrações portuárias**

1—Nos termos do nº 2 do artigo 13º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, nas áreas do domínio público hídrico afectas às administrações portuárias, englobando todos os organismos e entidades a quem a lei confira a administração das áreas portuárias, o título de utilização dos recursos hídricos de tais administrações é atribuído mediante portaria conjunta aprovada pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do Ambiente e dos Transportes, podendo as mesmas atribuir a terceiros títulos de utilização nessas áreas ao abrigo de competência delegada pela referida portaria.

Domínio Público Marítimo
[LEI Nº 54/2005, Titularidade dos Recursos Hídricos]

Artigo 3º
Domínio público marítimo

O domínio público marítimo compreende:

- a) As águas costeiras e territoriais;
- b) As águas interiores sujeitas à influência das marés, nos rios, lagos e lagoas;
- c) O leito das águas costeiras e territoriais e das águas interiores sujeitas à influência das marés;
- d) Os fundos marinhos contíguos da plataforma continental, abrangendo toda a zona económica exclusiva;
- e) As margens das águas costeiras e das águas interiores sujeitas à influência das marés.

Artigo 4.o
Titularidade do domínio público marítimo

O domínio público marítimo pertence ao Estado.

Artigo 9º
Administração do domínio público hídrico

1—O domínio público hídrico pode ser afecto por lei à administração de entidades de direito público encarregadas da prossecução de atribuições de interesse público a que ficam afectos, sem prejuízo da jurisdição da autoridade nacional da água.

2—A gestão de bens do domínio público hídrico por entidades de direito privado só pode ser desenvolvida ao abrigo de um título de utilização, emitido pela autoridade pública competente para o respectivo licenciamento.

Artigo 12.o
Leitos e margens privados de águas públicas

1—São particulares, sujeitos a servidões administrativas, os leitos e margens de águas do mar e de águas navegáveis e flutuáveis que forem objecto de desafectação e ulterior alienação, ou que tenham sido, ou venham a ser, reconhecidos como privados por força de direitos adquiridos anteriormente, ao abrigo de disposições expressas desta lei, presumindo-se públicos em todos os demais casos.

Artigo 13º
Recuo das águas

Os leitos dominiais que forem abandonados pelas águas, ou lhes forem conquistados, não acrescem às parcelas privadas da margem que porventura lhes sejam contíguas, continuando integrados no domínio público se não excederem as larguras fixadas no artigo 10.o e entrando automaticamente no domínio privado do Estado no caso contrário.

Artigo 14º
Avanço das águas

1—Quando haja parcelas privadas contíguas a leitos dominiais, as porções de terreno corroídas lenta e sucessivamente pelas águas consideram-se automaticamente integradas no domínio público, sem que por isso haja lugar a qualquer indemnização.

2—Se as parcelas privadas contíguas a leitos dominiais forem invadidas pelas águas que nelas permaneçam sem que haja corrosão dos terrenos, os respectivos proprietários conservam o seu direito de propriedade, mas o Estado pode expropriar essas parcelas.

Artigo 15.o

Reconhecimento de propriedade privada sobre parcelas de leitos e margens públicos

1—Quem pretenda obter o reconhecimento da sua propriedade sobre parcelas de leitos ou margens das águas do mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis pode obter esse reconhecimento desde que intente a correspondente acção judicial até 1 de Janeiro de 2014, devendo provar documentalmente que tais terrenos eram, por título legítimo, objecto de propriedade particular ou comum antes de 31 de Dezembro de 1864 ou, se se tratar de arribas alcantiladas, antes de 22 de Março de 1868.

2—Sem prejuízo do prazo fixado no número anterior, observar-se-ão as seguintes regras nas acções a instaurar nos termos desse número:

a) Presumem-se particulares, sem prejuízo dos direitos de terceiros, os terrenos em relação aos quais, na falta de documentos susceptíveis de comprovar a propriedade dos mesmos nos termos do n.º 1, se prove que, antes daquelas datas, estavam na posse em nome próprio de particulares ou na fruição conjunta de indivíduos compreendidos em certa circunscrição administrativa;

b) Quando se mostre que os documentos anteriores a 1864 ou a 1868, conforme os casos, se tornaram ilegíveis ou foram destruídos por incêndio ou facto semelhante ocorrido na conservatória ou registo competente, presumir-se-ão particulares, sem prejuízo dos direitos de terceiros, os terrenos em relação aos quais se prove que, antes de 1 de Dezembro de 1892, eram objecto de propriedade ou posse privadas.

3—Não ficam sujeitos ao regime de prova estabelecido nos números anteriores os terrenos que, nos termos da lei, hajam sido objecto de um acto de desafecção nem aqueles que hajam sido mantidos na posse pública pelo período necessário à formação de usucapião.

Artigo 16.º

Constituição de propriedade pública sobre parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas

1—Em caso de alienação, voluntária ou forçada, por acto entre vivos, de quaisquer parcelas privadas de leitos ou margens públicos, o Estado goza do direito de preferência, nos termos dos artigos 416.º a 418.º e 1410.º do Código Civil, podendo a preferência exercer-se, sendo caso disso, apenas sobre a fracção do prédio que se integre no leito ou na margem.

2—O Estado pode proceder à expropriação por utilidade pública de quaisquer parcelas privadas de leitos ou margens públicos sempre que isso se mostre necessário para submeter ao regime da dominialidade pública todas as parcelas privadas existentes em certa zona.

3—Os terrenos adquiridos pelo Estado de harmonia com o disposto neste artigo ficam automaticamente integrados no seu domínio público.

Artigo 18.º

Águas patrimoniais e águas particulares

1—Todos os recursos hídricos que não pertencerem ao domínio público podem ser objecto do comércio jurídico privado e são regulados pela lei civil, designando-se como águas ou recursos hídricos patrimoniais.

2—Os recursos hídricos patrimoniais podem pertencer, de acordo com a lei civil, a entes públicos ou privados, designando-se neste último caso como águas ou recursos hídricos particulares.

3—Constituem designadamente recursos hídricos particulares aqueles que, nos termos da lei civil, assim sejam caracterizados, salvo se, por força dos preceitos anteriores, deverem considerar-se integrados no domínio público.

Artigo 19.º

Desafecção

Pode, mediante diploma legal, ser desafectada do domínio público qualquer parcela do leito ou da margem que deva deixar de ser afecto exclusivamente ao interesse público do uso das águas que serve, passando a mesma, por esse facto, a integrar o património do ente público a que estava afecto.

Artigo 20º **Classificação e registo**

1—Compete ao Estado, através do Instituto da Água, como autoridade nacional da água, organizar e manter actualizado o registo das águas do domínio público, procedendo às classificações necessárias para o efeito, nomeadamente da navegabilidade e fluviabilidade dos cursos de água, lagos e lagoas, as quais devem ser publicadas no Diário da República.

2—Em complemento do registo referido no número anterior deve a autoridade nacional da água organizar e manter actualizado o registo das margens dominiais e das zonas adjacentes.

3—Os organismos que dispuserem de documentos ou dados relevantes para o registo referido no n.º 1 devem informar de imediato desse facto o Instituto da Água, coadjuvando-se na realização ou correcção do registo.

Artigo 21º **Servidões administrativas sobre parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas**

1—Todas as parcelas privadas de leitos ou margens de águas públicas estão sujeitas às servidões estabelecidas por lei e nomeadamente a uma servidão de uso público, no interesse geral de acesso às águas e de passagem ao longo das águas da pesca, da navegação e da flutuação, quando se trate de águas navegáveis ou fluviáveis, e ainda da fiscalização e policiamento das águas pelas entidades competentes.

2—Nas parcelas privadas de leitos ou margens de águas públicas, bem como no respectivo subsolo ou no espaço aéreo correspondente, não é permitida a execução de quaisquer obras permanentes ou temporárias sem autorização da entidade a quem couber a jurisdição sobre a utilização das águas públicas correspondentes.

3—Os proprietários de parcelas privadas de leitos e margens de águas públicas devem mantê-las em bom estado de conservação e estão sujeitos a todas as obrigações que a lei estabelecer no que respeita à execução de obras hidráulicas necessárias à gestão adequada das águas públicas em causa, nomeadamente de correcção, regularização, conservação, desobstrução e limpeza.

4—O Estado, através das administrações das regiões hidrográficas, ou dos organismos a quem estas houverem delegado competências, e o município, no caso de linhas de água em aglomerado urbano, podem substituir-se aos proprietários, realizando as obras necessárias à limpeza e desobstrução das águas públicas por conta deles.

5—Se da execução das obras referidas no nº 4 resultarem prejuízos que excedam os encargos resultantes das obrigações legais dos proprietários, o organismo público responsável pelos mesmos indemnizá-los-á.

6—Se se tornar necessário para a execução de quaisquer das obras referidas no nº 4 qualquer porção de terreno particular ainda que situado para além das margens, o Estado pode expropriá-la.

Artigo 25º **Restrições de utilidade pública nas zonas adjacentes**

1—Nas zonas adjacentes pode o diploma que procede à classificação definir áreas de ocupação edificada proibida e ou áreas de ocupação edificada condicionada, devendo neste último caso definir as regras a observar pela ocupação edificada.

2—Nas áreas delimitadas como zona de ocupação edificada proibida é interdito:

- a) Destruir o revestimento vegetal ou alterar o relevo natural, com excepção da prática de culturas tradicionalmente integradas em explorações agrícolas;
- b) Instalar vazadouros, lixeiras, parques de sucata ou quaisquer outros depósitos de materiais;
- c) Realizar construções, construir edifícios ou executar obras susceptíveis de constituir obstrução à livre passagem das águas;
- d) Dividir a propriedade em áreas inferiores à unidade mínima de cultura.

3 — Nas áreas referidas no número anterior, a implantação de infra-estruturas indispensáveis, ou a realização de obras de correcção hidráulica, depende de licença concedida pela autoridade a quem cabe o licenciamento da utilização dos recursos hídricos na área em causa.

4—Podem as áreas referidas no nº 1 ser utilizadas para instalação de equipamentos de lazer desde que não impliquem a construção de edifícios, mediante autorização de utilização concedida pela autoridade a quem cabe o licenciamento da utilização dos recursos hídricos na área em causa.

5—Nas áreas delimitadas como zonas de ocupação edificada condicionada só é permitida a construção de edifícios mediante autorização de utilização dos recursos hídricos afectados e desde que:

- a) Tais edifícios constituam complemento indispensável de outros já existentes e devidamente licenciados ou que se encontrem inseridos em planos já aprovados; e, além disso,
- b) Os efeitos das cheias sejam minimizados através de normas específicas, sistemas de protecção e drenagem e medidas para a manutenção e recuperação de condições de permeabilidade dos solos.

6—As cotas dos pisos inferiores dos edifícios construídos nas áreas referidas no número anterior devem ser sempre superiores às cotas previstas para a cheia com período de retorno de 100 anos, devendo este requisito ser expressamente referido no respectivo processo de licenciamento.

7—São nulos e de nenhum efeito todos os actos ou licenciamentos que desrespeitem o regime referido nos números anteriores.

8—As acções de fiscalização e a execução de obras de conservação e regularização a realizar nas zonas adjacentes podem ser efectuadas pelas autarquias, ou pelas autoridades marítimas ou portuárias, a solicitação e por delegação das autoridades competentes para a fiscalização da utilização dos recursos hídricos.

9—A aprovação de planos de urbanização ou de contratos de urbanização bem como o licenciamento de quaisquer operações urbanísticas ou de loteamento urbano, ou de quaisquer obras ou edificações relativas a áreas contíguas ao mar ou a cursos de água que não estejam ainda classificadas como zonas adjacentes, carecem de parecer favorável da autoridade competente para o licenciamento de utilização de recursos hídricos quando estejam dentro do limite da cheia com período de retorno de 100 anos ou de uma faixa de 100 m para cada lado da linha da margem do curso de água quando se desconheça aquele limite.

10—A autoridade competente para o licenciamento do uso de recursos hídricos na área abrangida pela zona adjacente é competente para promover directamente o embargo e demolição de obras ou de outras instalações executadas em violação do disposto neste artigo, observando-se o disposto nas alíneas seguintes:

- a) A entidade embargante intima o proprietário ou o titular de direito real de uso e fruição sobre o prédio, ou arrendatário, se for o caso, a demolir as obras feitas e a repor o terreno no estado anterior à intervenção no prazo que lhe for marcado. Decorrido o prazo sem que a intimação se mostre cumprida, proceder-se-á à demolição ou reposição por conta do proprietário, sendo as despesas cobradas pelo processo de execução fiscal e

- servindo de título executivo a certidão passada pela entidade competente para ordenar a demolição extraída dos livros ou documentos, donde conste a importância gasta;
- b) As empresas que prossigam obras ou acções que estejam embargadas, nos termos da alínea anterior, mesmo não sendo proprietárias, podem, sem prejuízo de outros procedimentos legais, ser impedidas de participar em concursos públicos para fornecimentos de bens e serviços ao Estado por prazo não superior a dois anos ou ser privadas de benefícios fiscais e financeiros;
- c) As sanções previstas na alínea anterior são comunicadas à Comissão de Classificação de Empresas de Obras Públicas e Particulares, a qual pode determinar a aplicação, como sanção acessória, da suspensão ou cassação do respectivo alvará.

Artigo 26º **Contra-ordenações**

- 1—A violação do disposto no artigo 25.o por parte dos proprietários, dos titulares de outros direitos reais de uso e fruição sobre os prédios, ou dos arrendatários, seus comissários ou mandatários, é punível como contra-ordenação, cabendo à autoridade competente para o licenciamento de utilização dos recursos hídricos na área em causa a instrução do processo, o levantamento dos autos e a aplicação das coimas.
- 2—O montante das coimas é graduado entre o mínimo e o máximo fixados pela Lei da Água.
- 3—O produto das coimas aplicadas ao abrigo da presente lei é repartido da seguinte forma:
- a) 55% para o Estado;
 - b) 35% para a autoridade que a aplique;
 - c) 10% para a entidade autuante.
- 4—A tentativa e a negligência são sempre puníveis.

Artigo 27º **Expropriações**

- 1—Sempre que, em consequência de uma infra-estrutura hidráulica realizada pelo Estado ou por ele consentida a um utilizador de recursos hídricos, as águas públicas passarem a inundar de forma permanente terrenos privados, o Estado deve expropriar, por utilidade pública e mediante justa indemnização, estes terrenos, que passam a integrar o domínio público do Estado.
- 2—Se o Estado efectuar expropriações nos termos desta lei ou pagar indemnizações aos proprietários prejudicados por obras hidráulicas de qualquer natureza, o auto de expropriação ou indemnização é enviado à repartição de finanças competente para que se proceda, se for caso disso, à correcção do valor matricial do prédio afectado.

Artigo 29º **Norma revogatória**

São revogados o artigo 1.o do Decreto n.o 5787-III, de 18 de Maio de 1919, e os capítulos I e II do Decreto-Lei n.o 468/71, de 5 de Novembro.

Domínio Público Marítimo **[DL Nº 226-A/ 2007 Novo Regime Utilização dos Bens do DPH]**

Artigo 12º **Autoridade competente**

- 3—Em áreas da jurisdição das autoridades marítimas compete aos capitães dos portos licenciar os apoios de praia previstos no n.o 2 do artigo 63.o

Artigo 15.o

Consultas

1 -

f) A emissão dos títulos de utilização do domínio público marítimo que possa afectar a segurança marítima, a preservação do meio marinho ou outras atribuições da Autoridade Marítima Nacional, deve ser precedida de parecer favorável desta;

SUBSECÇÃO IV Concessão

Artigo 23º

d) A utilização dos recursos hídricos do domínio público marítimo para produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas do mar com uma potência instalada superior a 25 MW;
e) A instalação e exploração simultânea de equipamentos e de apoios de praia referidos nos n.os 1 e 3 do artigo 63.o do presente decreto-lei.

Artigo 63º Apoios de praia e equipamentos

1—Entende-se por apoio de praia o núcleo básico de funções e serviços infra-estruturados que, completo, integra vestiários, balneários, instalações sanitárias, postos de socorros, comunicações de emergência, informação e assistência a banhistas, limpeza da praia e recolha de lixo, podendo ainda e complementarmente, assegurar outras funções e serviços, nomeadamente comerciais.

2—São ainda considerados apoios de praia as instalações com carácter temporário e amovível, designadamente, pranchas flutuadoras, barracas, toldos e chapéus de sol para abrigo de banhistas, estruturas para abrigo de embarcações, seus utensílios e aparelhos de pesca e outras instalações destinadas à prática de desportos náuticos e de diversões aquáticas, também designadas como apoios balneares.

3—Entende-se por equipamentos os núcleos de funções e serviços que não correspondam a apoio de praia, nomeadamente restaurantes e snack-bares, também designados por similares de empreendimentos turísticos.

4—Quando ao apoio de praia, apoio balnear ou equipamentos estiverem associados serviços de apoio, vigilância e segurança aos utentes é estabelecida a zona de apoio balnear, correspondente à frente de praia constituída pela faixa de terreno e plano de água adjacente ao apoio de praia, apoio balnear ou equipamento.

5—Os apoios de praia e equipamentos referidos nos números anteriores só são permitidos em locais definidos nos planos especiais de ordenamento de acordo com a classificação das praias ou, na sua ausência, em locais especificamente demarcados e desde que:

- a) Salvaguardem a integridade dos ecossistemas em presença, nomeadamente zonas húmidas e sistemas dunares;
- b) Não afectem a integridade biofísica e paisagística do meio;
- c) Não se incluam em áreas de riscos naturais, nomeadamente de erosão, inundação ou sujeitas a instabilidade geomorfológica, como abatimentos e escorregamentos;
- d) Não sejam incompatíveis com outros usos licenciados;
- e) Cumpram o disposto no Decreto-Lei n.o 163/2006, de 8 de Agosto.

Artigo 68.o Exploração de infra-estruturas hidráulicas

3—As intervenções de desassoreamento, realizadas por motivos de segurança e devidamente autorizadas pela autoridade competente, são da responsabilidade de quem tem a posse ou a propriedade da infra-estrutura, aplicando-se o disposto no n.o 7 do artigo 78.o do presente decreto-lei ao destino final dos inertes retirados.

SECÇÃO VIII

Recarga de praias e assoreamentos artificiais

Artigo 69.o **Requisitos específicos**

1—A recarga de praias e assoreamentos artificiais com o objectivo de criar condições para a prática balnear só podem ocorrer nas áreas identificadas em plano e são complementadas por um programa de monitorização que permita avaliar a evolução da intervenção.

2—Na recarga de praias e assoreamentos artificiais com vista à utilização balnear só podem ser utilizados materiais que se insiram na classe de qualidade 1, definida na portaria a que se refere a subalínea ii) da alínea a) do n.o 3 do artigo 14.o do presente decreto-lei e desde que apresentem granulometria compatível com a praia receptora.

3—Na ausência de planos, a recarga de praias e assoreamentos artificiais só podem ocorrer por razões de defesa costeira ou de pessoas e bens.

DL Nº 100/2008

Artigo 1.º

Objecto

2 — O presente decreto-lei estabelece ainda os procedimentos a que deve obedecer a reafecção do domínio público marítimo integrado em áreas sem utilização portuária reconhecida, bem como as modalidades de usos compatíveis dos recursos hídricos que se encontrem compreendidos nas referidas áreas.

Artigo 2.º

Áreas sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva

1 — Para efeitos do presente decreto -lei, consideram--se susceptíveis de serem declaradas áreas sem utilização portuária reconhecida aquelas onde não se verifique o tráfego marítimo de mercadorias e passageiros, a náutica de recreio, a pesca ou a construção e reparação de embarcações, bem como actividades logísticas ou que não se integrem nos programas de ordenamento e expansão dos portos.

Artigo 3.º

2 — Os usos referidos no número anterior podem igualmente ser estabelecidos em relação a áreas relativamente às quais não haja utilização portuária reconhecida ou exclusiva, verificada nos termos dos procedimentos previstos no presente decreto-lei.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Artigo 9.º

Património edificado — arqueológico e arquitectónico

1 — Nas áreas de protecção ao património edificado, quer de natureza arqueológica quer de natureza arquitectónica, não é permitida a execução de quaisquer obras de demolição, ampliação ou reconstrução de edifícios existentes, novas construções, criação ou alteração do enquadramento paisagístico, abertura ou alteração de arruamentos, movimentos de terras e plantação ou corte de árvore, sem o parecer favorável do Instituto Português do Património Arquitectónico ou do Instituto Português de Arqueologia, de acordo com as respectivas competências.

2 — A realização das obras mencionadas no nº 2 do artigo 11º, bem como de quaisquer outras que envolvam o leito ou o subsolo das águas ou de áreas do domínio público marítimo, permanente ou intermitentemente emersas, deve ser objecto de intervenção arqueológica antecipada e de acompanhamento, a definir, caso a caso, pelo Instituto Português de Arqueologia.

3 — Sempre que na realização de qualquer obra, pública ou particular, se verifiquem achados arqueológicos na terra ou no mar, tal facto será imediatamente comunicado, nos termos da legislação em vigor, ao Instituto Português de Arqueologia, que informará, nomeadamente, a câmara municipal da área.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Artigo 19.º Estuários em APC

1 — Pertencem a esta categoria de espaço os seguintes sistemas estuarinos:

- g) Estuário do rio Ave;
- h) Estuário do rio Onda;

2 — Os sistemas referidos no ponto anterior dividem-se em dois tipos:

- a) Sistemas estuarinos navegáveis, permitindo actividades do tipo portuário, que incluem os rios Minho, Lima, Cávado, Ave e Douro;
- b) Sistemas estuarinos não navegáveis, sem condições para a instalação de infra-estruturas portuárias, que abrangem os restantes rios.

3 — Nestes sistemas deverão ser incentivadas todas as acções que promovam a qualidade da água e minimizem os efeitos dos diversos tipos de poluição.

4 — Nos sistemas estuarinos navegáveis e de acordo com o disposto nos nº 3 e 4 do artigo 1º do presente Regulamento serão observadas as seguintes condições:

- a) Só serão permitidas dragagens de primeiro estabelecimento e de manutenção, desde que devidamente justificadas e sempre acompanhadas de análises dos sedimentos dragados e de estudos tendentes a minimizar os respectivos impactes ambientais, quando não seja exigida, por lei, a realização de uma avaliação de impacte ambiental;
- b) A totalidade ou, pelo menos, 50 % das areias dragadas nos termos da alínea anterior será reposta no trânsito litoral, de acordo com a legislação em vigor;
- c) A qualidade das areias repostas no trânsito litoral deverá cumprir os limites para os vários parâmetros, nomeadamente no que concerne a metais pesados, de acordo com o estabelecido no quadro legal em vigor;
- d) As operações de reposição terão lugar no fim do Verão, de forma que os lodos e matérias orgânicas possam ser lavados pelas águas do mar;
- e) Nas zonas não necessárias à actividade portuária não serão realizadas acções de alteração das margens, tais como terraplenagens, drenagens e obras de retenção.

5 — Nos sistemas estuarinos não navegáveis, as actividades no plano de água ficam limitadas à prática de natação e de desportos náuticos não motorizados e à pesca.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Zonas ameaçadas pelo mar

Artigo 23º - Âmbito

1 — A barreira de protecção e as zonas de risco coincidem com áreas sujeitas a erosão costeira, passíveis de virem a integrar zonas ameaçadas pelo mar, nos termos do disposto no artigo 22.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro.

Lei n.º 54/2005

Artigo 22º - Zonas ameaçadas pelo mar

1- Sempre que se preveja tecnicamente o avanço das águas do mar sobre terrenos particulares situados além da margem, pode o Governo, por iniciativa do Instituto da Água, como autoridade nacional da água, ou do Instituto da Conservação da Natureza, no caso de áreas classificadas, classificar a área em causa como zona adjacente.

2 - A classificação de uma área ameaçada pelo mar como zona adjacente é feita por portaria do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, ouvidas as autoridades marítimas em relação aos trechos sujeitos à sua jurisdição, devendo o referido diploma conter a planta com a delimitação da área classificada e definindo dentro desta as áreas de ocupação edificada proibida e ou as áreas de ocupação edificada condicionada.

2 — Enquanto não ocorrer a classificação das zonas ameaçadas pelo mar, observar-se-á nestas áreas o disposto no presente Regulamento relativamente à barreira de protecção e zonas de risco.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Artigo 1º - Natureza jurídica e âmbito

1 - O Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Caminha e Espinho, adiante designado por POOC, tem a natureza de regulamento administrativo e com ele se devem conformar os planos municipais e intermunicipais de ordenamento de território, bem como os programas e projectos a realizar na sua área de intervenção.

3 - Excluem-se do âmbito de aplicação do POOC as áreas sob jurisdição portuária inseridas na área mencionada no número anterior.

4 - Nas áreas actualmente sob jurisdição portuária aplicar-se-á o disposto no POOC caso venham a ser integradas na faixa abrangida pela jurisdição dos serviços dependentes do Ministério do Ambiente.

Artigo 2º - Objectivos

Constituem objectivos do POOC:

- a) O ordenamento dos diferentes usos e actividades específicos da orla costeira;
- b) A classificação das praias e a regulamentação do seu uso balnear;
- c) A valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos;
- d) A orientação do desenvolvimento de actividades específicas da orla costeira;
- e) A defesa e conservação da natureza.

Artigo 5 - Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

1 - Na área de intervenção do POOC aplicam -se todas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública constantes da legislação em vigor, nomeadamente as decorrentes dos seguintes regimes jurídicos:

- a) Reserva Ecológica Nacional (REN);
- b) Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- c) Domínio hídrico;
- h) Protecção a imóveis classificados e em vias de classificação;
- i) Protecção a infra -estruturas de abastecimento e saneamento;
- l) Protecção à rede rodoviária;
- p) Servidões de sinalização marítima;
- r) Marcos geodésicos.

2 - Em áreas da Reserva Ecológica Nacional, salvo as acções devidamente identificadas nos planos de praia, plano de intervenções e presente Regulamento, não são permitidas quaisquer outras acções que não sejam compatíveis com o respectivo regime.

3 - As áreas do domínio hídrico são constituídas pelo leito e margem do mar, ajustável em função da variação da linha de costa, leito e margem das águas navegáveis ou flutuáveis e leito e margem das águas não navegáveis nem flutuáveis, tal como se encontram definidos nos **artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro**; a delimitação destas áreas no âmbito do POOC tem um carácter indicativo, não substituindo a delimitação prevista neste diploma legal.

Lei Nº 54/2005

Artigo 10º - Noção de leito; seus limites

1- Entende-se por leito o terreno coberto pelas águas quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades. No leito compreendem-se os mouchões, lodeiros e areais nele formados por deposição aluvial.

2—O leito das águas do mar, bem como das demais águas sujeitas à influência das marés, é limitado pela linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais. Essa linha é definida, para cada local, em função do espraimento das vagas em condições médias de agitação do mar, no primeiro caso, e em condições de cheias médias, no segundo.

3—O leito das restantes águas é limitado pela linha que corresponder à estrema dos terrenos que as águas cobrem em condições de cheias médias, sem transbordar para o solo natural, habitualmente enxuto. Essa linha é definida, conforme os casos, pela aresta ou crista superior do talude marginal ou pelo alinhamento da aresta ou crista do talude molhado das motas, cômoros, valados, tapadas ou muros marginais.

Artigo 11º - Noção de margem; sua largura

1—Entende-se por margem uma faixa de terreno contígua ou sobranceira à linha que limita o leito das águas.

2—A margem das águas do mar, bem como a das águas navegáveis ou fluviáveis que se encontram à data da entrada em vigor desta lei sujeitas à jurisdição das autoridades marítimas e portuárias, tem a largura de 50 m.

3—A margem das restantes águas navegáveis ou fluviáveis tem a largura de 30 m.

4—A margem das águas não navegáveis nem fluviáveis, nomeadamente torrentes, barrancos e córregos de caudal descontínuo, tem a largura de 10 m.

5—Quando tiver natureza de praia em extensão superior à estabelecida nos números anteriores, a margem estende-se até onde o terreno apresentar tal natureza.

6—A largura da margem conta-se a partir da linha limite do leito. Se, porém, esta linha atingir arribas alcantiladas, a largura da margem é contada a partir da crista do alcantil.

7—Nas Regiões Autónomas, se a margem atingir uma estrada regional ou municipal existente, a sua largura só se estende até essa via.

Artigo 6º - Classes e categorias de espaços

1 — São consideradas no POOC as seguintes classes e categorias de espaços, identificadas na planta de síntese:

a) Classe 1 — área de protecção costeira (APC), que compreende as seguintes categorias:

- 1) Categoria 1.1 — praias em APC;
- 2) Categoria 1.2 — áreas de vegetação rasteira e arbustiva em APC;
- 3) Categoria 1.3 — áreas florestais em APC;
- 4) Categoria 1.4 — áreas agrícolas em APC;
- 5) Categoria 1.5 — rochedos em APC;
- 6) Categoria 1.6 — zonas húmidas em APC;
- 7) Categoria 1.7 — estuários em APC;
- 8) Categoria 1.8 — equipamentos em APC;

b) Classe 2 — área de aplicação regulamentar dos planos municipais de ordenamento do território (adiante designados por PMOT).

2 — São ainda consideradas áreas a sujeitar a planos específicos, que constituem unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG).

3 — Independentemente das classes de espaços referidas nos números anteriores, são ainda delimitadas na planta de síntese faixas de restrição específica, que traduzem a influência da erosão costeira na faixa litoral e que se designam por:

- a) Barreira de protecção; e
- b) Zona de risco.

Artigo 7º **Acessos à orla costeira**

1 — Na faixa abrangida pelo POOC não é permitida a abertura de novas vias de distribuição de tráfego regional e nacional.

2 — É interdita a construção de vias de tráfego local sobre praias, áreas de vegetação rasteira e arbustiva, rochedos, zonas húmidas, estuários e barreira de protecção, bem como a construção de vias marginais.

3 — A construção de acessos ao litoral só é admitida quando realizada através de vias perpendiculares à linha de costa, que terminarão em áreas de estacionamento ou de retorno localizadas atrás da barreira de protecção e áreas de vegetação rasteira e arbustiva e impedindo o atravessamento de outras zonas ecologicamente sensíveis.

4 — Os troços finais das vias de comunicação de acesso à linha de costa e dos parques de estacionamento associados serão delimitados fisicamente, impedindo a utilização de caminhos de acesso alternativos, ainda que mediante veículos todo o terreno.

5 — Os parques de estacionamento de apoio às praias serão localizados, sempre que possível, em clareiras existentes e pavimentados com materiais permeáveis.

6 — A transposição das dunas terá de ser feita através de passadiços sobrelevados, simples, confortáveis e delimitados fisicamente.

7 — As áreas mais intensamente utilizadas, delimitadas no plano de intervenções, serão objecto de projectos específicos de valorização que incluam o reordenamento do trânsito automóvel, a limitar ao estritamente necessário.

Artigo 8º **Actividades interditas**

1 — Na área de intervenção do POOC é interdito:

- a) O vazamento de entulho, lixo e sucata;
- b) A instalação de lixeiras, depósitos de ferro-velho e de produtos tóxicos ou perigosos;
- c) A instalação de aterros sanitários;
- d) A instalação de indústrias;
- e) O lançamento de efluentes sem tratamento prévio adequado, de acordo com as normas legais em vigor, nomeadamente com o Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto;
- f) Qualquer actividade que comprometa a qualidade do ar, de acordo com o disposto na legislação em vigor aplicável à gestão da qualidade do ar;
- g) Toda a circulação motorizada, nas áreas identificadas no Decreto-Lei n.º 218/95, de 26 de Agosto, salvo a de viaturas em missão de manutenção, urgência, socorro e de fiscalização e a de meios mecânicos de limpeza do areal e do plano de água.

2 — Exceptua-se do disposto na alínea d) do número anterior o exercício de actividades agrícolas, florestais e piscatórias.

POOC Caminha-Espinho

(Resolução do Conselho de Ministros Nº 25/99, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros Nº 154/2007)

Artigo 13º - Praias em APC

- 1 — Integram esta categoria de espaço todas as praias como tal identificadas na planta de síntese e as faixas de terreno com natureza de praia.
- 2 — Quaisquer acções de intervenção ou aproveitamento com incidência nestas áreas, para além do especificamente determinado no POOC, incluirão prioritariamente objectivos de conservação e valorização dos sistemas presentes, com destaque para a reposição de areias.
- 3 — São interditas as acções que possam vir a introduzir alterações na dinâmica costeira e consequente modificação da costa, tais como extracções de areias, implantação de estruturas fixas (espórões e muros) e outras, ainda que amovíveis, que causem obstáculo ao livre encaminhamento das areias ou introduzam alterações aos ventos e correntes existentes.
- 4 — São igualmente interditas todas as acções que impliquem a impermeabilização ou a poluição do solo, bem como outras capazes de alterar negativamente a estabilidade destes ecossistemas.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Artigo 3º - Regime

1 - Sem prejuízo do estabelecido na legislação aplicável, a apreciação, aprovação ou licenciamento de qualquer construção, reconstrução, recuperação, ampliação, instalação, alteração de uso, destaque de parcela, loteamento, obras de urbanização ou outras acções, de iniciativa pública ou equiparada, privada e cooperativa, que tenham por finalidade ou consequência a ocupação, uso ou transformação do solo, ficam sujeitas às disposições do presente Regulamento.

2 - Em qualquer situação que não se encontre prevista neste Regulamento observar-se-á o disposto na legislação vigente e nos regulamentos municipais aplicáveis.

Artigo 6º - Uso dominante do solo

1 - O território abrangido pelo PDM fica classificado em três classes de espaços a seguir discriminados:

- a) Espaços urbanos e urbanizáveis, correspondentes às áreas de construção;
- b) Espaços industriais, correspondentes às áreas industriais;
- c) Espaços não urbanizáveis, correspondentes às áreas de ocupação condicionada e áreas de salvaguarda.

Artigo 7º - Aglomerados urbanos

1 - As áreas de construção, ou espaços urbanos e urbanizáveis, e as áreas industriais que lhes sejam contíguas, definem o perímetro dos aglomerados urbanos para os efeitos do disposto na legislação aplicável.

2 - Nos casos em que os espaços integrados em áreas de construção correspondem a faixas marginantes da rede viária, em que as respectivas linhas de delimitação se desenvolvem paralelamente aos arruamentos ou vias públicas, a sua demarcação distará 35 metros da respectiva berma, excepto quando a existência de construções, anteriormente autorizadas, para além da faixa de terreno assim definida, justifique que a referida linha de delimitação contorne o perímetro já edificado.

3 - Nas situações integradas no número anterior e que respeitem a vias públicas que, não constando do Plano Rodoviário Nacional em vigor, tenham sido classificadas como estradas nacionais em anteriores planos rodoviários, a demarcação das referidas linhas de delimitação distará da berma da via o valor correspondente à largura da faixa "non aedificandi" estabelecida nos termos legais, acrescida de 30 metros.

Artigo 8º - Rectificações e ajustamentos

1 - As rectificações da delimitações dos espaços referenciados nas plantas de ordenamento do PDM poderão processar-se através de:

- a) Revisão do PDM nos termos da legislação aplicável;
- b) Planos de urbanização e planos de pormenor, aprovados de acordo com a legislação aplicável;

c) Ajustamentos e especificações de pormenor efectuados de acordo com o definido no número seguinte.

2 - Admite-se o acerto pontual dos limites entre espaços, apenas na contiguidade das respectivas manchas, por razões de conjugação com a delimitação cadastral e especificação das acções de gestão territorial, desde que não sejam alterados os limites das áreas de salvaguarda e a área a ampliar em cada acerto não seja superior à área da propriedade já contida na zona em causa.

3 - Nos casos em que os limites entre espaços ofereça dúvidas compete ao município a sua definição, que deverá ter por base elementos facilmente identificáveis.

Artigo 62º - Actualizações

1 - A legislação referida neste Regulamento será automaticamente actualizada ou substituída pela legislação que venha a ser publicada.

2 - A Câmara Municipal procederá à actualização permanente das plantas de condicionantes, em função de alterações da legislação em vigor ou da publicação de novas servidões administrativas.

Artigo 63º - Regime transitório

Os pedidos de licenciamento cuja tramitação processual decorra à data de entrada em vigor do PDM serão apreciados de acordo com as disposições legais vigentes à data de apresentação do pedido na Câmara Municipal e tendo em conta as deliberações e pareceres cuja validade se mantenha em vigor nos termos legais, não obstante a que, por comum acordo entre o requerente e a Câmara Municipal, se opte pelas normas consignadas em PDM.

Artigo 64º - Revisão

As disposições do presente Regulamento e das plantas de ordenamento serão válidas até à revisão do PDM que deverá ocorrer antes de decorridos dez anos sobre a sua entrada em vigor.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

CAPÍTULO III
Espaços Urbanos e Urbanizáveis

(Áreas de Construção)

Artigo 9º - Áreas predominantemente residenciais

1 - As zonas de construção do tipo I, II, III e as zonas sujeitas a planos específicos, delimitadas nas plantas de ordenamento do PDM, destinam-se preferencialmente a uso residencial, embora sejam permitidas outras actividades, nomeadamente comerciais, de serviços, equipamentos, industriais e de armazenagem, desde que estas não prejudiquem ou criem condições de incompatibilidade com as utilizações de uso principal.

2 - Sem prejuízo do estabelecido em legislação aplicável, considera-se que existem condições de incompatibilidade quando as actividades mencionadas:

- a) Produzam ruídos, vibrações, cheiros, fumos, resíduos poluentes, ou, de uma forma geral, não assegurem as adequadas condições de salubridade;
- b) Perturbem as condições de trânsito ou de estacionamento, nomeadamente com operações de carga e descarga;
- c) Acarretem agravados riscos de toxicidade, incêndio ou explosão;
- d) Apresentem dimensões ou outras características arquitectónicas, funcionais ou de enquadramento que não se integrem paisagisticamente ou não se coadunem com a ocupação e escala urbana envolvente.

3 - A Câmara Municipal inviabilizará a instalação de qualquer actividade desde que se verifique alguma das condições de incompatibilidade anteriormente mencionada.

4 - Relativamente às instalações existentes e sempre que se verifique qualquer condição de incompatibilidade referida no número 2 do presente artigo, a Câmara Municipal providenciará, no âmbito das suas competências, no sentido de ser revogada a respectiva licença de utilização, ou proporá, às competentes entidades de tutela, a revogação e cassação da licença de laboração.

5 - As alterações ao uso das construções serão apreciadas de acordo com o estipulado nos números anteriores, não sendo autorizadas no caso de se verificar qualquer condição de incompatibilidade anteriormente referida.

Artigo 10º - Alinhamentos e cérceas

1 - Nas zonas em que não existam planos de pormenor ou não se encontrem definidos os alinhamentos e cérceas, as edificações deverão observar os alinhamentos a fornecer pela Câmara Municipal e a cércea predominante do conjunto em que se inserem, sem prejuízo do disposto no Regulamento Geral das Edificações Urbanas e demais legislação aplicável, não sendo invocável a eventual existência de edifícios vizinhos ou envolventes que não respeitem o alinhamento ou a cércea predominante do conjunto.

2 - Nas zonas a que se refere o número anterior, em situações especiais decorrentes da existência de condicionamentos de ordem paisagística ou de integração urbana e arquitectónica, poderão ser fixadas outras cérceas, com base em planos de urbanização ou planos de pormenor a aprovar pela Assembleia Municipal, as quais não deverão ultrapassar as previstas neste Regulamento, nomeadamente nos artigos 24º, 28º e 32º.

3 - Em edifícios com fachadas marginantes ao espaço público não é admitido qualquer corpo balanceado relativamente ao plano da fachada, com excepção de varandas, palas ou elementos ornamentais, cuja integração arquitectónica e adequabilidade serão avaliadas na fase de apreciação do projecto de arquitectura.

Artigo 11º - Frentes de lotes e parcelas

1 - Só serão autorizadas construções em lotes ou parcelas constituídas desde que a frente confinante com a via de acesso público seja igual ou superior ao desenvolvimento horizontal da fachada principal da edificação, não sendo permitidas situações de interioridade.

2- Admitem-se excepções ao definido no número anterior desde que em solução justificada por estudo de conjunto de enquadramento na envolvente se garantam adequadas condições de integração urbanística, nos aspectos arquitectónico, paisagístico e funcional.

Artigo 12º - Profundidade das construções

1 - A profundidade máxima das construções geminadas ou em banda contínua não poderá exceder, no caso de habitação ou escritórios, 15 metros, incluindo qualquer saliência relativamente aos planos das fachadas, com excepção de varandas, palas e elementos ornamentais, cuja integração arquitectónica e adequabilidade serão avaliadas na fase de apreciação do projecto de arquitectura.

2 - Admitem-se excepções relativamente à profundidade máxima referida no número anterior, desde que em solução justificada por estudo conjunto de enquadramento na envolvente, garantindo adequadas condições de integração urbanística, nos aspectos arquitectónico, paisagístico e funcional e se observem as seguintes condições:

- a) Cumpra o disposto no Regulamento Geral de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável;
- b) Não origine, nos casos de habitação, compartimentos interiores com área útil superior a 5 m², com excepção das instalações sanitárias;
- c) Salvaguarde as condições de salubridade, insolação e servidão de vistas dos lotes ou parcelas confinantes.

Artigo 13º - Condições de edificabilidade

1- Sem prejuízo do disposto no Regulamento Geral de Edificações Urbanas, o afastamento posterior mínimo, medido entre a fachada posterior de cada edificação e o limite posterior do lote ou parcela, é de 5 metros, no caso de edifícios com um ou dois pisos acima do solo, e de 6 metros no caso de edifícios com mais de dois pisos acima do solo, devendo, no entanto, ser superior a metade da altura da referida fachada, contando para o efeito qualquer saliência relativamente ao perímetro de implantação do rés-do-chão, excepto varandas não encerradas com balanço máximo de 0,8 metros em relação ao plano da fachada.

2- Admitem-se excepções em situações especiais decorrentes de alvarás de loteamentos em vigor, de parcelas já constituídas que pelas suas dimensões não permitam observar o definido no número anterior e de soluções justificadas por estudo conjunto de enquadramento na envolvente que garantam adequadas condições de integração urbanística, nos aspectos arquitectónico, paisagístico e funcional, e cumpram as disposições do Regulamento Geral de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

3- Os pisos em cave destinam-se preferencialmente a estacionamento privativo e a áreas de arrumos, dos fogos, unidades ou fracções do próprio edifício.

Artigo 14º - Anexos

- 1 - Consideram-se anexos as construções destinadas a uso complementar de apoio ao edifício principal.
- 2- Só será permitida a construção de anexos após ou conjuntamente com a aprovação e licenciamento do edifício principal correspondente.
- 3- A área máxima de anexos em logradouros de lotes ou parcelas para habitação multifamiliar é de 30 m² por fogo ou fracção autónoma.
- 4 - No caso de habitação unifamiliar ou bifamiliar, a área máxima dos anexos não poderá exceder 10% da área do lote ou parcela, nem 50% da área de implantação do edifício principal.
- 5 - No caso de anexos que não sejam contíguos do edifício principal, o afastamento mínimo entre as respectivas fachadas, excluindo as laterais, é de 4 metros.
- 6 - Os anexos só poderão ter um piso, o pé-direito médio não poderá exceder 2,50 metros, a altura máxima não poderá ultrapassar 3 metros e a cobertura não poderá ser utilizável.
- 7 - A título excepcional poderá admitir-se a não observância do disposto na parte final do número anterior, relativamente à acessibilidade à cobertura, desde que nos lotes ou parcelas confinantes já existam situações com características idênticas, ou mediante o acordo expresso dos respectivos proprietários e se garantam adequadas condições de integração urbanística, nos aspectos arquitectónico, paisagístico e funcional.
- 8 - Admite-se a instalação em anexos de pequenas unidades oficiais, de armazenagem ou comerciais, desde que se cumpram as disposições da legislação aplicável e do presente Regulamento, nomeadamente no que se refere às condições de incompatibilidade estabelecidas no artigo 9º, e sejam salvaguardadas as condições de salubridades nos lotes ou parcelas limítrofes, não podendo, de qualquer forma, constituir-se como fracção independente do edifício principal.
- 9 - A Câmara Municipal em situações especiais, devidamente justificadas, decorrentes de condicionamentos de ordem paisagística, de integração urbana ou arquitectónica, poderá interditar a construção de anexos que não sejam contíguos ao edifício principal.

Artigo 15º - Altura das vedações

- 1 - Qualquer construção nova ou alteração de cota de logradouros não poderá criar alturas de vedação superiores a 3 metros relativamente a lotes ou parcelas limítrofes, excepto as situações em que se preveja a construção geminada ou em banda contínua.
- 2 - A altura dos muros de vedação não poderá, exceder 1,5 metros no perímetro confinante com lotes ou parcelas limítrofes e 1,2 metros no perímetro confinante com o espaço público.
- 3 - Ressalvam-se situações de muros existentes que pelas suas características constituem elementos notáveis no enquadramento paisagístico ou urbano, podendo a Câmara Municipal impor a sua manutenção.
- 4 - Poderão ser aceites soluções com alturas superiores às estabelecidas no número 2 deste artigo, desde que devidamente justificadas através de estudo de enquadramento e de definição de materiais que assegurem as adequadas condições de integração paisagística, urbana e arquitectónica.
- 5 - Em situações especiais de salvaguarda de valores visuais de ordem paisagística ou de integração urbana a Câmara Municipal poderá limitar a altura dos muros de vedação.

Artigo 16º - Estacionamento

1 - A cada construção deverá corresponder, dentro do lote ou parcela que ocupa, área de estacionamento privativo suficiente para assegurar as suas próprias necessidades, com os seguintes valores mínimos:

- a) Um lugar de estacionamento coberto por cada fogo;
- b) Um lugar de estacionamento coberto por cada 100 m² de área de construção destinada a comércio ou serviços, podendo em locais onde se verifiquem carências de estacionamento ser exigido um lugar de estacionamento por cada fracção;
- c) Um lugar de estacionamento por cada 200 m² de área bruta de construção destinada a indústria ou armazenagem.

2 - Sem prejuízo do espaço de estacionamento privativo, definido no número anterior, cada construção deverá dispor de área de estacionamento de uso público, com dimensões adequadas às suas necessidades, com os seguintes valores mínimos:

- a) Um lugar de estacionamento por cada 100 m² de área de construção destinada a comércio ou serviços, podendo em locais onde se verifiquem carências de estacionamento ser exigido um lugar por cada fracção;
- b) Um lugar de estacionamento por cada 100 m² de área de construção destinada a indústria ou armazenagem;
- c) Um lugar de estacionamento por cada dois quartos de estabelecimentos hoteleiros;
- d) Um lugar de estacionamento por cada 50 m² de área destinada a estabelecimento similares de hotelaria, exceptuando-se os casos em que, por razões de dimensões dos lotes ou parcelas, seja manifestamente inviável a sua criação.

3- O número de lugares de estacionamento definidos nos números anteriores poderá ser acrescido até 20%, quando a Câmara Municipal o considere necessário pela localização, dimensão e tipo de empreendimento.

4 - No interior das malhas urbanas consolidadas pode ser dispensada a criação de estacionamento no interior do lote ou parcela, sempre que se verifique a sua inconveniência ou impossibilidade, tecnicamente justificada por razões de ordem cadastral, topográfica, inadequabilidade de acesso ou salvaguarda do património edificado, podendo nestas situações a Câmara Municipal acordar com os proprietários a forma de materializar o estacionamento noutros locais, na proporção dos custos dispensados com a isenção admitida, a fixar em regulamento municipal.

Artigo 17º - Ocupações comerciais

A Câmara Municipal poderá impor, em situações devidamente justificadas, a criação de áreas comerciais nos pisos de rés-do-chão, em locais onde seja reconhecidamente necessário, ou que em face do desenvolvimento urbanístico previsto, venha a ser necessária a sua criação, permitindo uma adequada estruturação urbana.

Artigo 18º - Indústrias e armazéns

1 - Em edifícios habitacionais ou de escritórios, poderá admitir-se, a título excepcional, desde que salvaguardados os espaços necessários ao estacionamento privativo da construção, a instalação de indústrias ou armazéns, exclusivamente nos pisos de rés-do-chão, com eventual utilização complementar em cave, respeitando as seguintes condições:

- a) Cumpra o disposto no Regulamento Geral de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável;

- b) Salvaguarde as condições de salubridade, insolação e servidão de vistas dos lotes ou parcelas limítrofes;
- c) Não origine condições de incompatibilidade de acordo com o disposto no Artigo 9º do presente Regulamento.

2 - Nas áreas predominantemente residenciais poderá ser permitida a instalação de unidades industriais ou de armazenagem integradas em lotes ou parcelas próprias, desde que respeitem a legislação aplicável e demais disposições do presente Regulamento devendo, ainda, cumprir cumulativamente as seguintes exigências:

- a) Afastamento mínimo de 10 metros da construção à frente do lote ou parcela em arruamentos internos a loteamentos ou que não se integrem na rede viária principal, e de 15 metros nas restantes situações, sem prejuízo do disposto em legislação aplicável;
- b) Afastamentos mínimos de 5 metros entre a construção e os limites laterais do lote, no caso da construção com área de implantação igual ou inferior a 500 m², e de 7,5 metros no caso de construções com área de implantação superior a 500 m²;
- c) Quando os lotes ou parcelas para instalações industriais ou de armazenagem confinarem com lotes ou parcelas de uso residencial, deverão prever-se afastamentos mínimos de 10 metros entre a construção e os limites do lote ou parcela, e garantir-se uma faixa verde contínua de protecção, incluindo arborização, em toda a extensão da confinidade.
- d) Afastamento mínimo de 7,5 metros da construção relativamente ao limite posterior do lote ou parcela;
- e) Altura máxima de 8 metros medidos exteriormente ao cumeeiro ou platibanda, com excepção de estruturas técnicas devidamente justificadas;
- f) Prever o tratamento dos espaços exteriores envolventes da construção, garantindo o seu adequado enquadramento e preservação da qualidade ambiental;
- g) A área de implantação do edifício não poderá exceder 70% da área total do lote ou parcela;

3 - Em loteamentos habitacionais aprovados só será permitida a instalação de actividades industriais ou de armazenagem se essas utilizações estiverem previstas no respectivo alvará de loteamento.

4 - Só se admitem operações de loteamento para utilização industrial ou de armazenagem de parcelas com área mínima de 1000 m², aplicando-se o disposto nos números anteriores do presente artigo.

5 - As indústrias a instalar deverão proceder à conveniente recolha, armazenagem, transporte ou reutilização dos resíduos industriais, bem como ao tratamento de efluentes líquidos, eliminação de poeiras, isolamento acústico e protecção contra incêndios, cumprindo o disposto em legislação aplicável.

Artigo 19º - Acessos viários

1 - No licenciamento de construções em parcelas constituídas, destaques de parcela, ou de loteamento que não impliquem a criação de novos arruamentos, terão de assegurar-se adequadas condições de acessibilidade de veículos e de peões, prevendo-se, quando necessário, a beneficiação do arruamento existente, nomeadamente no que se refere ao respectivo traçado e largura de perfil transversal, à melhoria da faixa de rodagem e à criação de passeios, baías de estacionamento e pequenos espaços verdes.

2 - Em loteamentos, as características técnicas e dimensionamento da respectiva rede viária e espaços de estacionamento público, deverão ser previstas em conformidade com a legislação específica, regulamento de plano de urbanização ou plano de pormenor em vigor.

Artigo 20º - Infra-estruturas

1 - O licenciamento de construções ou operações de loteamento ficará condicionado à existência ou criação de redes de infra-estruturas básicas, prevendo a sua ligação e integração nas redes públicas.

2 - Nas zonas de construção do tipo II e do tipo III, nos casos de construção em parcelas constituídas, destaques de parcela ou loteamentos com o máximo de cinco lotes destinados a habitação unifamiliar, e sempre que não exista parte ou a totalidade das infra estruturas básicas, poderá aceitar-se a adopção de soluções individuais, lote a lote, para as infra estruturas em falta, devendo, no entanto, as respectivas instalações ficar preparadas para a futura ligação às redes públicas.

3 - Nas zonas de construção do tipo II e do tipo III, em loteamentos com o máximo de cinco lotes, destinados a habitação unifamiliar, localizados em área que não seja servida, ou a servir, por rede pública de saneamento, e que não prevejam sistemas colectivos de abastecimento de água, drenagem e tratamento de esgotos, a área dos lotes deverá ser suficiente para garantir a execução de fossas sépticas que distem, no mínimo, 20 metros dos pontos de captação de água do próprio lote e de lotes ou parcelas limítrofes.

4 - Na situação de loteamentos em áreas a servir por redes públicas de infra estruturas, poderá ser exigida a construção da totalidade das infra estruturas inerentes ao loteamento e a preparação da sua ligação às respectivas redes públicas, de acordo com indicações técnicas ou regulamentos municipais.

Artigo 21º - Equipamentos, espaços verdes e de utilização colectiva

1 - Nos loteamentos deverão ser previstas áreas para equipamentos, espaços verdes e de utilização colectiva, dimensionadas em conformidade com o disposto na legislação aplicável.

2 - No caso de em plano municipal de ordenamento do território não se estabelecer, e não se justificar, para o terreno objecto do loteamento, a localização de qualquer espaço destinado a equipamento, espaços verdes e de utilização colectiva, infra estruturas ou rede viária, não serão impostas cedências para esses fins, ficando o proprietário obrigado a compensar a Câmara Municipal em numerário ou espécie, de acordo com o estipulado em regulamento municipal, a aprovar pela Assembleia Municipal.

3 - A Câmara Municipal informará da eventual necessidade de cedência de área para equipamento, espaços verdes ou de utilização colectiva, quando seja solicitada informação prévia sobre a viabilidade de operação de loteamento.

Artigo 22º - Integração urbana e paisagística

1 - A Câmara Municipal poderá condicionar ou definir critérios para as características dos edifícios, sempre que esteja em causa a sua concreta integração paisagística ou urbana, e impedir obras que possam criar situações urbanísticas ou técnicas deficientes, desajustadas ou lesivas da qualidade ambiental.

2 - Quando se verificar a necessidade de especial tratamento de protecção paisagística ou ambiental para a realização de qualquer obra de construção ou de alteração do uso do solo, a Câmara Municipal poderá condicionar a aprovação dos projectos à apresentação de um estudo específico, que será designado por projecto de enquadramento e protecção ambiental, cujo conteúdo será definido em regulamento municipal.

PDM DE VILA DO CONDE
(Resolução Conselho Ministros Nº 166/95)

CAPÍTULO III
Ordenamento do Território Municipal

(Áreas de Salvaguarda)

Artº 6º

Uso Dominante do Solo

5 - As áreas de salvaguarda, delimitadas nas plantas de ordenamento, correspondem a áreas de predominante utilização agrícola e florestal, de enquadramento paisagístico, de preservação das condições naturais e ambientais, englobando as seguintes categorias de espaços:

- a) Espaços agrícolas, incluindo os solos integrados na Reserva Agrícola Nacional;
- b) Espaços naturais, incluindo os solos integrados na Reserva Ecológica Nacional;
- c) Espaços agro-florestais e de enquadramento, incluindo áreas de ocupação agrícola, florestal e de matas que não se integram na Reserva Agrícola Nacional nem na Reserva Ecológica Nacional, e que apresentam significativa importância produtiva ou paisagística;
- d) Espaços canais que correspondem aos corredores estabelecidos de acordo com a legislação aplicável, necessários à manutenção ou instalação dos sistemas de infra-estruturas, redes viárias e ferroviárias, que constituem uma barreira física relativamente aos espaços que os marginam, e que se encontram referenciados nas plantas de condicionantes.

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL
(Decreto-Lei Nº 73/2009)
Disposições Gerais

CAPÍTULO I
Disposições gerais

Artigo 1 – Objecto

O presente decreto-lei aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional, abreviadamente designada RAN.

Artigo 2º - Conceito

1 — A RAN é o conjunto das áreas que em termos agro-climáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a actividade agrícola.

2 — A RAN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objectivos do presente regime nos vários tipos de terras e solos.

Artigo 3 – Definições

Para efeitos do presente decreto-lei e legislação complementar, entende-se por:

- a) «Actividade agrícola» a actividade económica do sector primário que tem por fim a produção de bens de origem vegetal, lenhosa ou não lenhosa, ou animal utilizáveis como matérias-primas de diversas indústrias ou que chegam ao consumidor sem qualquer transformação;
- b) «Actividade conexas ou complementares à actividade agrícola» aquela que sendo realizada na exploração agrícola, utiliza os meios e as infra-estruturas à disposição da mesma, mas com objectivos distintos da produção de matérias primárias, nomeadamente as actividades relacionadas com a produção de outros bens ou serviços, que são parte integrante da economia da exploração, ou serviços de preservação do ambiente, do património e do espaço rural;
- c) «Agricultor» a entidade singular ou colectiva que exerça uma actividade agrícola, com ou sem recurso a trabalho assalariado e utilizando factores de produção próprios ou de terceiros, assumindo a responsabilidade jurídica e económica, como produtor agrícola, pela gestão de uma ou mais explorações agrícolas;
- d) «Alteração irreversível da topografia» a acção de aterro ou desaterro que modifique definitivamente a cota dos terrenos e o perfil dos solos, de forma que este deixe de estar apto para suportar determinadas actividades ou usos, nomeadamente os agrícolas;
- e) «Áreas cujo aproveitamento é determinante da viabilidade económica de explorações agrícolas» as áreas que, embora não correspondendo a solos com elevada ou moderada aptidão para a agricultura, ou seja, às classes A, B, e Ch da capacidade de uso do solo e A1 e A2 da metodologia da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), tenham uma ocupação cultural tal que as torne indispensáveis à economia da exploração;
- f) «Áreas submetidas a importantes investimentos destinados a aumentar a capacidade produtiva dos solos» as que sejam, ou tenham sido, abrangidas por acções tendentes a atenuar ou eliminar as suas limitações naturais e das quais resultem benefícios evidentes, quer para o empresário agrícola, quer para a comunidade rural, nomeadamente obras de rega, drenagem, enxugo, defesa e conservação do solo e despedregas;
- g) «Assento de lavoura» a área onde estão implantadas as instalações necessárias para atingir os objectivos da exploração agrícola;

- h) «Exploração agrícola» a unidade técnico-económica de produção, submetida a uma gestão única, com uma localização determinada, constituída por um ou mais blocos de terras, que integra, além das actividades agrícolas, as outras actividades produtivas directamente relacionadas com a actividade agrícola e que utilizem terras ou outros recursos da exploração;
- i) «Manchas de estrutura complexa» as áreas constituídas por solos de duas ou de três classes, cuja identificação cartográfica individual não é possível em virtude do seu modo de ocorrência;
- j) «Prédio misto» o terreno constituído por parte rústica e parte urbana, sem que qualquer das partes possa separadamente ser classificada como prédio rústico ou prédio urbano;
- l) «Prédio rústico» o terreno situado fora de um aglomerado urbano, que não se possa considerar como terreno para construção e desde que tenha como destino normal uma utilização geradora de rendimentos agrícolas, ou aqueles que não possuindo a afectação indicada, não se encontrem construídos ou disponham apenas de edifícios rurais de carácter acessório, sem autonomia económica e de reduzido valor e ainda as águas, as plantações e os edifícios e construções rurais directamente afectos à produção de rendimentos agrícolas, pecuários ou florestais, nele localizados, que inclui os assentos de lavoura;
- m) «Solo» a camada superficial da crosta terrestre situada entre a rocha subjacente e a superfície, sendo composta por partículas minerais, matéria orgânica, água, ar e organismos vivos e eventualmente materiais antropogénicos;
- n) «Solos de baixas aluvionares» os solos incipientes (aluviossolos), constituídos por depósitos estratificados de aluviões;
- o) «Solos coluviais» os solos incipientes (coluviossolos), de origem coluvial localizados em vales, depressões ou na base de encostas;
- p) «Terra» a porção do território, que resulta da interacção de todos os elementos do meio que afectam o seu potencial de utilização, incluindo, além do solo, os factores relevantes do clima, litologia, geomorfologia, hidrologia, coberto vegetal, ocupação agro -florestal, e ainda os resultados da actividade humana;
- q) «Unidades de terra» as porções do território possuindo elevado grau de homogeneidade no que respeita às suas características físicas, nomeadamente nas aspectos agro-climáticos, morfológicos e pedológicos.

Artigo 4º - Objectivos

Constituem objectivos da RAN:

- a) Proteger o recurso solo, elemento fundamental das terras, como suporte do desenvolvimento da actividade agrícola;
- b) Contribuir para o desenvolvimento sustentável da actividade agrícola;
- c) Promover a competitividade dos territórios rurais e contribuir para o ordenamento do território;
- d) Contribuir para a preservação dos recursos naturais;
- e) Assegurar que a actual geração respeite os valores a preservar, permitindo uma diversidade e uma sustentabilidade de recursos às gerações seguintes pelo menos análogos aos herdados das gerações anteriores;
- f) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- g) Adoptar medidas cautelares de gestão que tenham em devida conta a necessidade de prevenir situações que se revelem inaceitáveis para a perenidade do recurso «solo».

Artigo 5º - Articulação com outros regimes

1 — A RAN articula-se com o quadro estratégico e normativo estabelecido no Programa do Desenvolvimento Rural, no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, na Estratégia Nacional para as Florestas, nos planos regionais de ordenamento do território e nos planos sectoriais relevantes.

2 — A RAN é uma das componentes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, favorecendo a conectividade entre as áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas.

Artigo 49º - Norma revogatória

São revogados:

- a) O Decreto -Lei n.º 196/89, de 14 de Junho;
- b) As alíneas b) e d) do artigo 1.º da Portaria n.º 528/89, de 11 de Julho.

Artigo 50º - Entrada em vigor

1 — O presente decreto-lei entra em vigor 10 dias após a data da sua publicação.

2 — Para efeitos de emissão de regulamentação, exceptuam-se do disposto no número anterior o n.º 2 do artigo 36.º e o n.º 1 do artigo 45.º

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL
(Decreto-Lei Nº 73/2009)
Regime RAN

CAPÍTULO II
Classificação das terras e dos solos

Artigo 6º - Classificação das terras

1 — A classificação das terras é feita pela Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DGADR), com base na metodologia de classificação da aptidão da terra recomendada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que considera as características agro-climáticas, da topografia e dos solos.

2 — De acordo com a classificação referida no número anterior, as terras classificam -se em:

- a) Classe A1 — unidades de terra com aptidão elevada para o uso agrícola genérico;
- b) Classe A2 — unidades de terra com aptidão moderada para o uso agrícola genérico;
- c) Classe A3 — unidades de terra com aptidão marginal para o uso agrícola genérico;
- d) Classe A4 — unidades de terra com aptidão agrícola condicionada a um uso específico;
- e) Classe A0 — unidades de terra sem aptidão (inaptas) para o uso agrícola.

3 — A classificação, as respectivas notas explicativas e a informação cartográfica à escala de 1:25 000 são aprovadas por despacho do director -geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a publicar no Diário da República, e são progressivamente disponibilizadas no sítio da Internet da DGADR e da DRAP territorialmente competente, em função da conclusão dos respectivos trabalhos.

4 — A classificação das terras nos termos dos nº 1 e 2 faz-se de acordo com os critérios técnicos constantes do [anexo I do presente decreto-lei](#), que dele faz parte integrante.

ANEXO I
(a que se refere o n.º 4 do artigo 6.º)
Aptidão para uso agrícola genérico

Classe A1

Aptidão elevada

Terras com produtividade elevada e custos relativamente baixos para aplicação sustentada do uso em questão, devido a limitações nulas ou pouco significativas de regime de temperaturas, espessura efectiva do solo, fertilidade, toxicidade, disponibilidade de água no solo, drenagem, riscos de erosão, presença de afloramentos rochosos, pedregosidade, terraceamento ou declive.

Classe A2

Aptidão moderada

Terras com produtividade ou custos moderados para aplicação sustentada do uso em questão, devido a limitações nulas ou pouco significativas de regime de temperaturas, espessura efectiva do solo, fertilidade, disponibilidade de água no solo, drenagem, riscos de erosão, terraceamento ou declive.

Classe A3

Aptidão marginal

Terras com produtividade marginal ou custos severos para aplicação sustentada do uso em questão, devido a limitações severas de regime de temperaturas, espessura efectiva do solo, fertilidade, disponibilidade de água no solo, riscos de erosão, presença de afloramentos rochosos, pedregosidade, terraceamento ou declive.

Classe A4

Aptidão condicionada

Terras com aptidão condicionada ao uso sustentado (com vinha do Douro), por restrições quanto às práticas de gestão e na escolha de culturas, devido a limitações severas de riscos de erosão, terraceamento ou declive.

Classe A0 **Sem aptidão**

Terras sem quaisquer possibilidades edafo -climáticas, técnicas ou económicas de aplicação sustentada do uso em questão, devido a limitações excessivas de regime de temperaturas, espessura efectiva do solo, toxicidade, riscos de erosão, presença de afloramentos rochosos, pedregosidade, terraceamento ou declive.

Artigo 7.º **Classificação dos solos**

1 — Nas áreas do País em que não tenha sido publicada a informação cartográfica e as notas explicativas, que materializam a classificação das terras da forma prevista no artigo anterior, e para efeitos de delimitação da RAN, os solos classificam-se segundo a sua capacidade de uso, de acordo com a metodologia definida pelo ex-Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário (CNROA).

2 — Para efeitos do número anterior, os solos classificam-se em:

a) Classe A — os que têm uma capacidade de uso muito elevada, com poucas ou nenhuma limitações, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros, susceptíveis de utilização intensiva ou de outras utilizações;

b) Classe B — os que têm uma capacidade de uso elevada, limitações moderadas, riscos de erosão moderados, susceptíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva e de outras utilizações;

c) Classe C — os que têm uma capacidade de uso moderada, limitações acentuadas, riscos de erosão elevados, susceptíveis de utilização agrícola pouco intensiva e de outras utilizações;

d) Subclasse Ch — os que, pertencendo à classe C, apresentam excesso de água ou uma drenagem pobre, que constitui o principal factor limitante da sua utilização ou condicionador dos riscos a que o solo está sujeito em resultado de uma permeabilidade lenta, de um nível freático elevado ou da frequência de inundações;

e) Classe D — os que têm uma capacidade de uso baixa, limitações severas, riscos de erosão elevados a muito elevados, não susceptíveis de utilização agrícola, salvo em casos muito especiais, poucas ou moderadas limitações para pastagem, exploração de matas e exploração florestal;

f) Classe E — os que têm uma capacidade de uso muito baixa, limitações muito severas, riscos de erosão muito elevados, não susceptíveis de uso agrícola, severas a muito severas, limitações para pastagens, exploração de matas e exploração florestal, não sendo em muitos casos susceptíveis de qualquer utilização económica, podendo destinar -se a vegetação natural ou floresta de protecção ou recuperação.

3 — Os solos referidos no número anterior são os definidos de acordo com o sistema de classificação publicado pelo ex-CNROA, à escala de 1:25 000, sendo as respectivas notas explicativas e a informação cartográfica disponibilizadas no sítio da Internet da DGADR e da DRAP territorialmente competente.

4 — A classificação dos solos nos termos dos nº 1 e 2 faz -se de acordo com os critérios técnicos constantes do [anexo II do presente decreto-lei](#), que dele faz parte integrante.

ANEXO II

(a que se refere o n.º 4 do artigo 7.º)

Classe A

Solos com capacidade de uso muito elevada, com poucas ou nenhuma limitações, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros, susceptíveis de utilização agrícola intensiva e de outras utilizações. Inclui solos:

a) Com elevada ou moderada capacidade produtiva;

- b) De espessura efectiva mediana ou grande (mais de 45 cm);
- c) Com fraca ou moderada erodibilidade;
- d) Planos ou com declives suaves ou moderados (0 % -8 %);
- e) Bem ou moderadamente supridos de elementos nutritivos ou reagindo favoravelmente ao uso de fertilizantes;
- f) Bem providos de água durante todo o ano, mas podendo ser deficientes durante a maior parte da estação seca (a capacidade de água utilizável é, em geral, elevada, as culturas durante o período Outono-Primavera não são afectadas por deficiências de água no solo ou apenas o são ocasionalmente);
- g) Bem drenados e não sujeitos a inundações ou sujeitos a inundações ocasionais, de modo que as culturas só raramente são afectadas por um excesso de água no solo;
- h) Sem elementos grosseiros e afloramentos rochosos ou com percentagem de tais elementos que não afecte a sua utilização nem o uso de maquinaria;
- i) Não salinos ou alcalinos;
- j) Podem apresentar algumas limitações ligeiras. As principais são as seguintes:
- l) Espessura efectiva não muito grande (nunca inferior a 45 cm);
- m) Riscos de erosão ligeiros, podendo o solo ser defendido com práticas muito simples;
- n) Declives moderados (até 8 %);
- o) Menor abundância de elementos nutritivos ou reagindo menos favoravelmente ao uso de fertilizantes;
- p) Deficiência de água na maior parte da estação seca;
- q) Ligeiro excesso de água durante períodos curtos (correspondentes a períodos excepcionalmente chuvosos ou a inundações ocasionais);
- r) Estrutura um pouco desfavorável ou certa dificuldade de serem trabalhados (grande esforço de tracção e ou períodos de sazão curtos).

Classe B

Solos com capacidade de uso elevada, limitações moderadas, riscos de erosão, no máximo, moderados, susceptíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva e de outras utilizações. Apresentam maior número de limitações e restrições de uso que os solos da classe A e necessitam de uma exploração mais cuidadosa, incluindo práticas de conservação mais intensivas. O número de culturas que se podem realizar é, em princípio, mais reduzido que na classe A, bem como o número de alternativas para a sua utilização.

As principais limitações podem resultar de qualquer dos seguintes factores:

- a) Espessura efectiva reduzida (embora nunca inferior a 35 cm);
 - b) Riscos de erosão moderados exigindo práticas de defesa mais intensivas que na classe A;
 - c) Declives moderadamente acentuados (até 15 %);
 - d) Mediana a baixa fertilidade ou reacção menos favorável ao uso de fertilizantes;
 - e) Deficiência de água durante o período seco estival;
- durante o período Outono -Primavera as culturas são frequentemente afectadas por deficiências de água no solo, o que resulta de uma capacidade de água utilizável mediana ou baixa;
- f) Excesso de água no solo resultante de uma drenagem insuficiente ou de prováveis inundações, afectando algumas vezes as culturas;
 - g) Quantidade variável de elementos grosseiros ou afloramentos rochosos limitando a sua utilização por afectarem, embora não impedindo, o uso de maquinaria;
 - h) Ligeira salinidade e ou alcalinidade que afecte, mas não impeça, as culturas mais sensíveis.

Classe C

Solos com capacidade de uso mediana, limitações acentuadas, riscos de erosão, no máximo, elevados, susceptíveis de utilização agrícola pouco intensiva e de outras utilizações.

O número de limitações e restrições de uso é maior do que na classe B, necessitando de uma exploração ainda mais cuidadosa ou de práticas de conservação mais complexas.

O número de culturas e de alternativas de exploração é também, em princípio, mais reduzido.

As principais limitações podem resultar de qualquer dos seguintes factores:

- a) Reduzida espessura efectiva (nunca inferior a 25 cm);
- b) Severos riscos de erosão;
- c) Severos efeitos de erosão;
- d) Declives acentuados (até 25 %);
- e) Baixa fertilidade de difícil correcção ou reacção muito pouco favorável ao uso de fertilizantes;

- f) Deficiência de água durante o período seco estival; durante o período Outono -Primavera as culturas são mais frequentemente afectadas por deficiências de água utilizável muito baixa;
- g) Excesso de água no solo resultante de uma drenagem imperfeita ou de inundações frequentes (embora só em determinada época do ano), afectando muito frequentemente as culturas;
- h) Quantidade variável de elementos grosseiros ou de afloramentos rochosos limitando a sua utilização por impedirem o uso da maquinaria mais sensível;
- i) Moderada salinidade e ou alcalinidade; as culturas sensíveis são muito afectadas; praticamente só as culturas resistentes são susceptíveis de serem cultivadas.

Classe D

Solos com capacidade de uso baixa, limitações severas, riscos de erosão, no máximo, elevados a muito elevados; não susceptíveis de utilização agrícola, salvo casos muito especiais; poucas ou moderadas limitações para pastagem, explorações de matos e exploração florestal. As limitações que apresentam restringem o número de culturas, não sendo a cultura agrícola praticamente viável; admite -se a possibilidade de, em casos excepcionais e em condições especiais, poderem ser cultivados durante períodos não muito longos, mas sempre sujeitos a grandes restrições.

As principais limitações podem resultar de qualquer dos seguintes factores:

- a) Espessura efectiva não muito reduzida (nunca inferior a 15 cm);
- b) Riscos de erosão elevados a muito elevados;
- c) Severos a muito severos efeitos de erosão;
- d) Declives acentuados a muito acentuados;
- e) Deficiências de água durante o período seco estival, durante o período Outono-Primavera só ocasionalmente a água do solo é suficiente para as culturas (os solos apresentam uma capacidade de água utilizável muito baixa);
- f) Excesso de água durante grande parte ou todo o ano que impede ou limita muito a sua utilização agrícola, mas não impedindo ou limitando pouco a sua utilização com pastagem, exploração de matos ou exploração florestal (o excesso de água pode resultar de uma drenagem pobre ou muito pobre ou de inundações frequentes e de distribuição irregular);
- g) Grande quantidade de elementos grosseiros ou afloramentos rochosos que limitam muito a utilização do solo por impedirem o uso de maquinaria pesada e dificultarem o uso da restante;
- h) Moderada e elevada salinidade e ou alcalinos; não são possíveis as culturas sensíveis e as resistentes são muito afectadas, embora não sejam totalmente impedidas.

Classe E

Solos com capacidade de uso muito baixa, limitações muito severas, riscos de erosão muito elevados, não susceptíveis de uso agrícola; severas a muito severas limitações para pastagens, explorações de matos e exploração florestal; em muitos casos o solo não é susceptível de qualquer utilização económica; nestes casos pode destinar -se a vegetação natural ou floresta de protecção ou recuperação. As principais limitações podem resultar dos seguintes factores:

- a) Espessura efectiva excepcionalmente reduzida (inferior a 15 cm);
- b) Riscos de erosão muito elevados;
- c) Efeitos de erosão severos a muito severos;
- d) Declives muito acentuados;
- e) Deficiência de água durante praticamente todo o ano, exceptuando -se apenas o período de chuvas;
- f) Excesso de água durante grande parte ou todo o ano, limitando muito severamente ou mesmo impedindo o seu aproveitamento como pastagem e ou exploração florestal; o excesso de água pode resultar de um nível freático superficial (drenagem muito pobre) ou de inundações muito frequentes e de distribuição irregular;
- g) Afloramentos rochosos ou elementos grosseiros em tal percentagem que limitam ou impedem mesmo qualquer utilização do solo;
- h) Elevada salinidade e ou alcalinidade; só a vegetação natural muito resistente consegue vegetar.

CAPÍTULO III

Áreas integradas na RAN

Artigo 8º - Áreas integradas na RAN

1 — Integram a RAN as unidades de terra que apresentam elevada ou moderada aptidão para a actividade agrícola, correspondendo às classes A1 e A2, previstas no artigo 6.º

2 — Na ausência da classificação prevista no artigo 6.º, integram a RAN:

- a) As áreas com solos das classes de capacidade de uso A, B e Ch, previstas no n.º 2 do artigo 7.º;
- b) As áreas com unidades de solos classificados como baixas aluvionares e colúviais;
- c) As áreas em que as classes e unidades referidas nas alíneas a) e b) estejam maioritariamente representadas, quando em complexo com outras classes e unidades de solo.

Artigo 9º - Integração específica

1 — Quando assumam relevância em termos de economia local ou regional, podem ainda ser integradas na RAN, após a audição dos titulares dos prédios e suas organizações específicas, as terras e os solos de outras classes quando:

- a) Tenham sido submetidas a importantes investimentos destinados a aumentar com carácter duradouro a capacidade produtiva dos solos ou a promover a sua sustentabilidade;
- b) O aproveitamento seja determinante para a viabilidade económica de explorações agrícolas existentes;
- c) Assumam interesse estratégico, pedogenético ou patrimonial.

2 — A integração específica referida no número anterior pode ser efectuada no âmbito da elaboração, alteração ou revisão de plano municipal ou especial de ordenamento do território.

3 — No caso referido no número anterior, o procedimento aplicável é o previsto nos artigos 13.º e seguintes.

4 — A integração específica também pode ser determinada por despacho do membro do Governo responsável pela área da agricultura, depois de ouvidas as entidades administrativas representativas de interesses a ponderar e após parecer favorável da entidade regional da RAN e da câmara municipal em causa.

5 — Nos casos previstos no número anterior, aplica-se o disposto no [artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro](#).

Decreto-Lei n.º 380/99

Artigo 97.º

Alterações sujeitas a regime simplificado

1 — Estão sujeitas a um regime procedimental simplificado:

- a) As alterações aos instrumentos de gestão territorial que decorram da entrada em vigor de leis ou regulamentos, designadamente planos municipais de ordenamento do território e planos especiais de ordenamento do território;
- b) As alterações aos instrumentos de gestão territorial determinadas pela revogação referida no n.º 6 do artigo 23º;
- c) As alterações aos planos municipais de ordenamento do território decorrentes da incompatibilidade com a estrutura regional do sistema urbano, das redes, das infra-estruturas e dos equipamentos de interesse regional definida em plano regional de ordenamento do território posteriormente aprovado;
- d) As alterações de natureza técnica que traduzam meros ajustamentos do plano.

2 — As alterações referidas na alínea d) do n.º 1 consistem, designadamente, em:

- a) Correções de erros materiais nas disposições regulamentares ou na representação cartográfica;
- b) Acertos de cartografia determinados por incorreções de cadastro, de transposição de escalas, de definição de limites físicos identificáveis no terreno, bem como por discrepâncias entre plantas de condicionantes e plantas de ordenamento;
- c) Correções de regulamentos ou de plantas determinadas por incongruência entre os mesmos;

d) Alterações até 3 % da área de construção em planos de urbanização e planos de pormenor.

3 — As alterações referidas no nº 1 devem estar concluídas, no prazo de 90 dias, pela entidade responsável pela elaboração do plano através da reformulação de regulamentos e de plantas na parte afectada, dando conhecimento à comissão de coordenação regional e assegurando a respectiva publicidade nos termos dos artigos 148º e 149º

Artigo 10º **Solos não integrados na RAN**

1 — Não integram a RAN as terras ou solos que integrem o perímetro urbano identificado em plano municipal de ordenamento do território como solo urbanizado, solos cuja urbanização seja possível programar ou solo afecto a estrutura ecológica necessária ao equilíbrio do sistema urbano.

2 — Quando exista reclassificação de áreas integradas na RAN como solo urbano, aplica-se o procedimento previsto no artigo 14.º

CAPÍTULO V **Regime da RAN**

Artigo 20º - Afectação das áreas da RAN

1 — As áreas da RAN devem ser afectas à actividade agrícola e são áreas non aedificandi, numa óptica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural.

2 — Aos assentos da lavoura de explorações ligadas à actividade agrícola ou a actividades conexas ou complementares à actividade agrícola, situados nas áreas da RAN, é aplicável o presente decreto -lei.

Artigo 21º - Acções interditas

São interditas todas as acções que diminuam ou destruam as potencialidades para o exercício da actividade agrícola das terras e solos da RAN, tais como:

- a) Operações de loteamento e obras de urbanização, construção ou ampliação, com excepção das utilizações previstas no artigo seguinte;
- b) Lançamento ou depósito de resíduos radioactivos, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar e deteriorar as características do solo;
- c) Aplicação de volumes excessivos de lamas nos termos da legislação aplicável, designadamente resultantes da utilização indiscriminada de processos de tratamento de efluentes;
- d) Intervenções ou utilizações que provoquem a degradação do solo, nomeadamente erosão, compactação, desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade, poluição e outros efeitos perniciosos;
- e) Utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos;
- f) Deposição, abandono ou depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos.

Artigo 22º - Utilização de áreas da RAN para outros fins

1 — As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural, devendo localizar-se nas terras e solos classificadas como de menor aptidão, e quando estejam em causa:

- a) Obras com finalidade agrícola, quando integradas na gestão das explorações ligadas à actividade agrícola, nomeadamente, obras de edificação, obras hidráulicas, vias de acesso, aterros e escavações, e edificações para armazenamento ou comercialização;

- b) Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente de agricultores em exploração agrícola;
- c) Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente dos proprietários e respectivos agregados familiares, com os limites de área e tipologia estabelecidos no regime da habitação a custos controlados em função da dimensão do agregado, quando se encontrem em situação de comprovada insuficiência económica e não sejam proprietários de qualquer outro edifício ou fracção para fins habitacionais, desde que daí não resultem inconvenientes para os interesses tutelados pelo presente decreto-lei;
- d) Instalações ou equipamentos para produção de energia a partir de fontes de energia renováveis;
- e) Prospekção geológica e hidrogeológica e exploração de recursos geológicos, e respectivos anexos de apoio à exploração, respeitada a legislação específica, nomeadamente no tocante aos planos de recuperação exigíveis;
- f) Estabelecimentos industriais ou comerciais complementares à actividade agrícola, tal como identificados no regime de exercício da actividade industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro;
- g) Estabelecimentos de turismo em espaço rural, turismo de habitação e turismo de natureza, complementares à actividade agrícola;
- h) Instalações de recreio e lazer complementares à actividade agrícola e ao espaço rural;
- i) Instalações desportivas especializadas destinadas à prática de golfe declarados de interesse para o turismo pelo Turismo de Portugal, I. P., desde que não impliquem alterações irreversíveis na topografia do solo e não inviabilizem a sua eventual reutilização pela actividade agrícola;
- j) Obras e intervenções indispensáveis à salvaguarda do património cultural, designadamente de natureza arqueológica, recuperação paisagística ou medidas de minimização determinados pelas autoridades competentes na área do ambiente;
- l) Obras de construção, requalificação ou beneficiação de infra -estruturas públicas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias, de logística, de saneamento, de transporte e distribuição de energia eléctrica, de abastecimento de gás e de telecomunicações, bem como outras construções ou empreendimentos públicos ou de serviço público;
- m) Obras indispensáveis para a protecção civil;
- n) Obras de reconstrução e ampliação de construções já existentes, desde que estas já se destinassem e continuem a destinar-se a habitação própria;
- o) Obras de captação de águas ou de implantação de infra -estruturas hidráulicas.

2 — Apenas pode ser permitida uma única utilização não agrícola das áreas integradas na RAN, no que se refere às alíneas b) e c) do número anterior.

3 — Compete aos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente, do ordenamento do território, da economia, da agricultura, do desenvolvimento rural, das obras públicas e transportes aprovar, por portaria, os limites e as condições a observar para a viabilização das utilizações referidas no n.º 1, nomeadamente assentes em factores demográficos ou de ordenamento do território, após audição das entidades regionais da RAN.

Artigo 23º Parecer prévio

1 — As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN para as quais seja necessária concessão, aprovação, licença, autorização administrativa ou comunicação prévia estão sujeitas a parecer prévio vinculativo das respectivas entidades regionais da RAN, a emitir no prazo de 25 dias.

2 — O parecer a que se refere o número anterior é requerido directamente junto das entidades regionais da RAN, ou através da entidade competente para a concessão, autorização, licença, aprovação ou comunicação prévia.

3 — A entidade regional da RAN pode solicitar ao requerente ou à entidade competente, consoante o caso, no prazo máximo de 10 dias a contar da data da recepção do processo, sempre que tal se mostre necessário e por uma única vez, elementos adicionais relevantes para a decisão, suspendendo -se o prazo para a emissão do parecer referido no n.º 1.

4 — Nos casos em que o município é a entidade competente para a concessão, autorização, licença, aprovação ou comunicação prévia, este deve ser ouvido nos termos do número anterior.

5 — Se o parecer não for emitido no prazo previsto no n.º 1, considera-se o mesmo favorável.

6 — Os interessados dispõem de um prazo de um ano para apresentar o pedido de concessão, aprovação, licença, autorização administrativa ou a comunicação prévia relativos à utilização a que o parecer respeita, findo o qual o mesmo caduca.

7 — Quando a utilização em causa esteja sujeita a procedimento de avaliação de impacto ambiental, a pronúncia favorável da entidade regional da RAN prevista nos n.º 9 e 10 do artigo 13.º do regime jurídico da avaliação de impacto ambiental, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, compreende a emissão do parecer prévio vinculativo referido no n.º 1.

8 — Quando a utilização em causa esteja sujeita a procedimento de análise de incidências ambientais, aplica-se o disposto no número anterior nos casos em que a entidade regional da RAN seja chamada a pronunciar-se.

9 — Nos casos de utilizações mencionadas no n.º 1 do artigo anterior dispensadas ou não sujeitas a procedimento de avaliação de impacto ambiental ou de análise de incidências ambientais, o requerimento para a emissão do parecer prévio referido no n.º 1 deve ser instruído com os elementos seguintes:

- a) Breve descrição do projecto;
- b) Identificação da respectiva localização nas plantas de ordenamento e de condicionantes do plano especial ou municipal de ordenamento do território aplicável.

10 — Sem prejuízo da possibilidade de impugnação contenciosa, nos termos do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, os interessados podem interpor recurso para a entidade nacional da RAN dos pareceres vinculativos desfavoráveis emitidos pelas entidades regionais da RAN, a emitir no prazo de 20 dias.

Artigo 24º - Comunicação prévia

1 — As utilizações que não estejam sujeitas ao parecer prévio previsto no artigo anterior e as obras de construção de escassa relevância urbanística, nos termos do regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, estão sujeitas à obrigação de comunicação prévia.

2 — As utilizações previstas nas alíneas a) a c), f) e o) do n.º 1 do artigo 22.º estão sujeitas à obrigação de comunicação prévia quando as respectivas operações urbanísticas não ultrapassem os 100 m².

3 — A comunicação é efectuada à entidade regional da RAN territorialmente competente a qual dispõe do prazo de 25 dias para rejeitar a comunicação, com fundamento na violação do presente regime.

4 — A rejeição da comunicação prévia implica a impossibilidade de realização da utilização pretendida.

Artigo 25º - Acções de relevante interesse público

1 — Nas áreas da RAN podem ser realizadas as acções de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho conjunto do membro do Governo competente pela área do desenvolvimento rural e do membro do Governo competente em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na RAN.

2 — Os efeitos do reconhecimento referido no número anterior prevalecem sobre eventual parecer prévio desfavorável emitido ao abrigo do n.º 1 do artigo 23.º

Artigo 26º - Direito de preferência

1 — Sem prejuízo dos direitos de preferência estabelecidos no Código Civil e em legislação complementar, os proprietários de prédios rústicos ou mistos incluídos numa área da RAN gozam do direito de preferência na alienação ou dação em cumprimento de prédios rústicos ou mistos confinantes.

2 — Os proprietários dos prédios rústicos ou mistos inseridos na RAN que os pretendam vender, comunicam por escrito a sua intenção aos confinantes que podem exercer o seu direito nos termos dos artigos 416.º a 418.º do Código Civil.

3 — No caso de violação do prescrito nos números anteriores é aplicável o disposto no artigo 1410.º do Código Civil, excepto se a alienação ou dação em cumprimento tiver sido efectuada a favor de um dos preferentes.

Artigo 27º - Fraccionamento

Para efeitos de fraccionamento, nas áreas RAN, a unidade de cultura corresponde ao triplo da área fixada pela lei geral para os respectivos terrenos e região.

Artigo 28º - Comunicação à administração fiscal

Nos casos em que se destine a construções e edificações, a inutilização de terras e solos para o exercício da actividade agrícola é comunicada oficiosamente pela entidade regional da RAN ao serviço de finanças do respectivo concelho.

Artigo 29º - Inalienabilidade

1 — No caso das situações previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 22.º, os prédios que constituem a exploração agrícola são inalienáveis por um prazo de 15 anos subsequentes à construção, salvo por dívidas relacionadas com a aquisição dos bens imóveis da exploração e de que estes sejam garantia ou por dívidas fiscais.

2 — O ónus de inalienabilidade não se aplica quando a transmissão de quaisquer direitos reais sobre os prédios que constituem a exploração agrícola e sobre a edificação ocorrer entre agricultores e desde que se mantenha a afectação da edificação ao uso exclusivo da habitação para residência própria e habitual do adquirente.

3 — O ónus de inalienabilidade está sujeito a registo na Conservatória do Registo Predial e cessa ocorrendo a morte ou invalidez permanente e absoluta do proprietário ou quando decorrido o prazo de 15 anos referido no n.º 1.

4 — Compete ao interessado comunicar a efectivação do registo, preferencialmente por via electrónica, à DGADR, no prazo de 60 dias após o registo do referido ónus.

RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

(Decreto-Lei Nº 73/2009)

Delimitação

CAPÍTULO IV

Delimitação da RAN

Artigo 11º - Identificação das áreas da RAN

As áreas da RAN são obrigatoriamente identificadas a nível municipal nas plantas de condicionantes dos planos especiais e dos planos municipais de ordenamento do território.

Artigo 12º - Conteúdo da proposta de delimitação

1 — A proposta de delimitação da RAN a nível municipal deve conter:

- a) A delimitação das áreas incluídas na RAN, indicando a respectiva classificação nos termos dos artigos 6.º e 7.º ou motivos de integração, nos termos do artigo 9.º;
- b) As exclusões de áreas que, em princípio, deveriam ser integradas na RAN, incluindo a sua fundamentação e indicação do fim a que se destinam.

2 — Na elaboração da proposta de delimitação da RAN deve ser ponderada a inclusão de áreas que assumam relevância em termos de economia local ou regional, de acordo com o previsto no artigo 9.º

3 — Na elaboração da proposta de delimitação da RAN deve ser ponderada a necessidade de exclusão de áreas com edificações legalmente licenciadas ou autorizadas, bem como das destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, actividades económicas, equipamentos e de infra-estruturas.

Artigo 13º - Elaboração

1 — A delimitação da RAN ocorre no âmbito da elaboração, alteração ou revisão de plano municipal ou especial de ordenamento do território.

2 — Em sede de elaboração da proposta de delimitação da RAN, a entidade responsável pela elaboração do plano solicita à DRAP competente em razão do território a disponibilização de uma proposta de áreas classificadas nos termos do disposto nos artigos 6º e 7º, bem como as orientações indispensáveis ao ordenamento agrícola do território, de forma a garantir a preservação do recurso solo e a sua gestão eficaz.

3 — A proposta de áreas classificadas a que se refere o número anterior está sujeita a parecer prévio da entidade regional da RAN.

4 — Compete à DRAP territorialmente competente assegurar o acompanhamento assíduo e continuado da elaboração técnica da proposta de delimitação pelo município.

5 — Em momento prévio à elaboração da proposta, a entidade responsável pela elaboração do plano pode estabelecer um protocolo de execução com a DRAP na qual se definem, designadamente, os prazos e as formas de colaboração técnica a prestar pela DRAP.

Artigo 14º - Acompanhamento e aprovação da proposta de delimitação da RAN no âmbito da formação de planos municipais de ordenamento do território

1 — A câmara municipal elabora uma proposta de delimitação da RAN no âmbito do processo de elaboração, alteração ou revisão de plano municipal de ordenamento do território.

2 — A proposta de delimitação da RAN é apreciada no âmbito da comissão de acompanhamento ou da conferência de serviços que se realizam nos termos previstos nos artigos 75º-A e 75º-C do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, no âmbito da qual cabe à DRAP pronunciar-se, designadamente sobre a sua compatibilidade com:

- a) Os critérios constantes do presente decreto -lei, nomeadamente no que diz respeito às propostas de exclusão ou integração específica de áreas RAN;

- b) Os critérios que presidiram à elaboração da proposta disponibilizada de áreas classificadas, nos termos do disposto nos artigos 6.º e 7.º;
- c) As orientações indispensáveis ao ordenamento agrícola do território.

3 — O parecer da comissão de acompanhamento ou a acta da conferência de serviços, previstos nos artigos 75.º -A e 75.º -C do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, incluem a posição final da DRAP sobre a proposta de delimitação da RAN.

4 — Caso o representante de um serviço ou entidade não manifeste a sua concordância com a proposta de delimitação ou, apesar de regularmente convocado, não compareça à comissão de acompanhamento ou conferência de serviços, considera -se que a entidade por si representada nada tem a opor à proposta de delimitação, desde que não manifeste a sua discordância no prazo de cinco dias após a emissão da posição final da DRAP.

5 — Quando a posição final da DRAP for favorável à proposta de delimitação da câmara municipal, sem que nenhuma das entidades consultadas nos termos do nº 2 a ela se oponha, a posição final referida no nº 3 é convertida em aprovação da proposta de delimitação da RAN.

6 — Quando a posição final da DRAP for desfavorável à proposta da câmara municipal, esta pode solicitar, no prazo de 15 dias, a consulta da entidade nacional da RAN para efeitos de emissão de parecer, dando conhecimento à DRAP.

7 — Em casos excepcionais e quando haja divergência entre as posições das entidades representadas na comissão de acompanhamento ou na conferência de serviços e a posição final da DRAP favorável à delimitação proposta, essas entidades podem promover, no prazo de 15 dias, a consulta à entidade nacional da RAN, para efeitos de emissão de parecer, dando conhecimento à DRAP.

8 — O prazo de 15 dias referido no n.º 6 e no número anterior conta -se a partir da emissão da posição final da DRAP.

9 — O parecer da entidade nacional da RAN referido nos nº 6 e 7 é emitido no prazo improrrogável de 22 dias, contado da data da recepção do pedido de consulta.

10 — Após a emissão de parecer pela entidade nacional da RAN, nos termos do número anterior, a DRAP pode alterar ou manter a sua posição final.

11 — A câmara municipal procede à reformulação da proposta de delimitação, quando:

- a) O prazo previsto no n.º 6 tenha decorrido sem que esta tenha solicitado o parecer aí previsto; ou
- b) A DRAP mantiver a sua discordância com a proposta de delimitação após a emissão do parecer previsto no n.º 9.

12 — Após a reformulação da proposta de delimitação a câmara municipal envia a proposta de delimitação reformulada para aprovação da DRAP.

13 — A DRAP pode aprovar definitivamente a delimitação da RAN no prazo de 30 dias após:

- a) A recepção da proposta de delimitação devidamente reformulada;
- b) O decurso do prazo previsto no n.º 7; ou
- c) A emissão do parecer da entidade nacional da RAN nos termos do n.º 9.

14 — Nos casos em que a câmara municipal não reformule a proposta de delimitação no prazo de 44 dias, após ter sido notificada para o fazer, cabe à DRAP reformular a proposta e aprovar definitivamente a delimitação da RAN.

15 — A aprovação da delimitação da RAN nos termos do número anterior produz efeitos após homologação do membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento rural.

16 — Após aprovação da proposta de delimitação da RAN, nos termos dos nº 5 e 13 e da homologação prevista no número anterior, a DRAP comunica ao município respectivo a aprovação da delimitação para efeitos de integração na planta de condicionantes.

Artigo 15º - Acompanhamento e aprovação da proposta de delimitação da RAN no âmbito da formação de planos especiais de ordenamento do território

1 — A delimitação da RAN pode ocorrer no âmbito da elaboração, alteração ou revisão do plano especial de ordenamento do território.

2 — No caso previsto no número anterior, a proposta de delimitação da RAN, na área de intervenção do plano especial de ordenamento do território, é elaborada pela entidade responsável pela elaboração do mesmo.

3 — A proposta de delimitação da RAN é apreciada no âmbito da comissão de acompanhamento prevista no artigo 47º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, pronunciando-se a DRAP nos termos previstos no nº 2 do artigo anterior.

4 — O parecer da comissão de acompanhamento do plano, prevista no n.º 3 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, inclui a posição final da DRAP sobre a proposta de delimitação da RAN.

5 — Aplica-se ao procedimento de delimitação previsto no presente artigo o disposto nos nº 4 a 16 do artigo anterior, com as devidas adaptações.

Artigo 16º - Depósito e consulta

1 — A delimitação das áreas da RAN aprovada em definitivo é depositada junto da DGADR.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, a DRAP envia à DGADR a cartografia da RAN por si aprovada e respectivas notas explicativas, em formato digital.

3 — Os elementos referidos no número anterior são disponibilizados na Internet através do sítio da DGADR e do Sistema Nacional de Informação Territorial.

Artigo 17º - Relevante interesse geral

Em casos excepcionais de relevante interesse geral, o Governo pode, ouvida a câmara municipal do município abrangido, alterar a delimitação da RAN a nível municipal através de resolução do Conselho de Ministros.

Artigo 18º - Reintegração

1 — As áreas que tenham sido excluídas da RAN são reintegradas, no todo ou em parte, quando as mesmas não tenham sido destinadas aos fins que fundamentaram a sua exclusão:

- a) No prazo de cinco anos, quando a exclusão tenha ocorrido no âmbito do artigo 17.º para a execução de projectos específicos e a obra ainda não se tenha iniciado;
- b) No prazo para a execução de plano municipal de ordenamento do território, quando a exclusão tenha ocorrido no âmbito da elaboração desse plano e a obra ainda não se tenha iniciado.

2 — Nos casos de projectos com título válido para a sua execução, a reintegração só ocorre com a caducidade do título.

3 — Decorridos os prazos previstos nos números anteriores e para efeitos de reintegração, a câmara municipal promove obrigatoriamente a alteração do plano municipal que contenha a delimitação nos termos do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

Artigo 19º - Direito à informação e participação

Ao longo dos trabalhos de delimitação da RAN, as entidades públicas competentes devem facultar aos interessados, nos respectivos sítios da Internet, todos os elementos relevantes para que estes possam conhecer a evolução dos trabalhos e da respectiva tramitação procedimental, bem como formular observações, sugestões e pedidos de esclarecimento.

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL
(Decreto-Lei Nº 166/2008)
Disposições Gerais

CAPÍTULO I
Disposições gerais

Artigo 1º - Objecto

O presente decreto -lei estabelece o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional, abreviadamente designada por REN.

Artigo 2º - Conceito e objectivos

1 — A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais, são objecto de protecção especial.

2 — A REN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as acções compatíveis com os objectivos desse regime nos vários tipos de áreas.

3 — A REN visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território e tem por objectivos:

- a) Proteger os recursos naturais água e solo, bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das actividades humanas;
- b) Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens;
- c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- d) Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos naturais.

Artigo 3º - Articulação de regimes

1 — A REN articula-se com o quadro estratégico e normativo estabelecido no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, nos planos regionais de ordenamento do território e nos planos sectoriais relevantes.

2 — A REN contribui para a utilização sustentável dos recursos hídricos, em coerência e complementaridade com os instrumentos de planeamento e ordenamento e as medidas de protecção e valorização, nos termos do [artigo 17.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º 58/2005](#), de 29 de Dezembro.

(LEI Nº 58/2005 - Artº 17º Articulação entre ordenamento e planeamento)

1—O Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território e o Plano Nacional da Água devem articular-se entre si, garantindo um compromisso recíproco de integração e compatibilização das respectivas opções, e por sua vez os planos e programas sectoriais com impactes significativos sobre as águas devem integrar os objectivos e as medidas previstas nos instrumentos de planeamento das águas.

2—Os instrumentos de planeamento das águas referidos nos artigos 23º a 26º vinculam a Administração Pública, devendo as medidas preconizadas nos instrumentos de gestão territorial, designadamente nos planos especiais de ordenamento do território e nos planos municipais de ordenamento do território, ser com eles articuladas e compatibilizadas, bem como com as medidas de protecção e valorização previstos no artigo 32º

3—As medidas pontuais de protecção e valorização dos recursos hídricos devem ser compatíveis com as orientações estabelecidas nos planos de recursos hídricos.

3 — A REN é uma das componentes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza, favorecendo a conectividade entre as áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas.

4 — O regime jurídico da REN constitui um instrumento de regulamentação do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º e do n.º 1 do artigo 7.º -C do Decreto -Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, na redacção dada pelo [Decreto-Lei n.º 49/2005](#), de 24 de Fevereiro, sempre que contribuir para a manutenção do estado de conservação favorável de habitats naturais e de espécies da flora e da fauna inscritos nos anexos desses mesmos diplomas.

DL Nº 49/2005

Artº 7º

3—Sem prejuízo do disposto no número anterior, podem ser definidas medidas complementares de conservação através da aprovação de:

b) Outras medidas regulamentares, administrativas ou contratuais que cumpram os objectivos de conservação visados pelo presente diploma.

Artigo 7º-C (Outros habitats)

1—Os instrumentos das políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento devem manter e, se possível, desenvolver os elementos paisagísticos de importância fundamental para a fauna e a flora selvagens, tendo em vista a melhoria da coerência ecológica da Rede Natura 2000, incluindo através de incentivos à sua gestão adequada.

CAPÍTULO IV

Comissão Nacional da REN

Artigo 28º - Funções

1 — A Comissão Nacional da REN funciona na dependência do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território com a atribuição de coordenar e articular a delimitação das áreas da REN, garantindo a sua coerência sistémica.

2 — Compete à Comissão Nacional da REN:

- a) Elaborar e actualizar as orientações estratégicas de âmbito nacional;
- b) Acompanhar a elaboração das orientações estratégicas de âmbito regional;
- c) Produzir recomendações técnicas e guias de apoio adequados ao exercício das competências pelas entidades responsáveis em matéria de REN;
- d) Pronunciar -se, a solicitação dos municípios ou das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, sobre a aplicação dos critérios de delimitação da REN;
- e) Emitir o parecer a que se referem os n.os 6 e 7 do artigo 11.º;
- f) Formular os termos gerais de referência para a celebração dos contratos de parceria referidos no artigo 25.º;
- g) Monitorizar a aplicação das orientações estratégicas a nível municipal;
- h) Gerir a informação disponível sobre a REN, disponibilizando-a, designadamente, no seu sítio da Internet;
- i) Promover acções de sensibilização das populações quanto ao interesse e aos objectivos da REN.

3 — A Comissão Nacional da REN elabora, de dois anos em dois anos, um relatório de avaliação da REN.

4 — As competências referidas nas alíneas g), h) e i) do n.º 2 podem ser objecto de delegação no secretariado técnico da REN.

Artigo 30º - Funcionamento

1 — A Comissão Nacional da REN reúne, ordinariamente, com periodicidade mensal.

2 — O presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de um terço dos seus membros, pode convocar reuniões extraordinárias da Comissão Nacional da REN.

3 — A Comissão Nacional da REN elabora o seu regimento interno e submete-o a homologação do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território.

4 — A Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano presta o apoio logístico, administrativo e, quando necessário, técnico ao funcionamento da Comissão Nacional da REN.

Artigo 34º - Promoção da sustentabilidade local

A inclusão de áreas municipais na REN constitui factor de discriminação positiva para efeitos de aplicação da alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

LEI Nº 2/2007

Artigo 6.º

Promoção da sustentabilidade local

1—O regime financeiro dos municípios e das freguesias deve contribuir para a promoção do desenvolvimento económico, para a preservação do ambiente, para o ordenamento do território e para o bem-estar social.

2—A promoção da sustentabilidade local é assegurada, designadamente:

a) Pela discriminação positiva dos municípios com área afectada à Rede Natura 2000 e área protegida, no âmbito do Fundo Geral Municipal;

Artigo 35º - Perequação compensatória

1 — Na elaboração dos planos municipais de ordenamento do território, as áreas integradas na REN são consideradas para efeitos de estabelecimento dos mecanismos de perequação compensatória dos benefícios e encargos entre os proprietários na medida em que contribuam para a valorização dos terrenos com capacidade edificatória, sendo obrigatória a sua inclusão nas respectivas unidades de execução.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, as áreas da REN não são contabilizadas para o cálculo da edificabilidade.

CAPÍTULO VII

Disposições complementares, transitórias e finais

Artigo 40º - Acções já licenciadas ou autorizadas

O disposto no capítulo III não se aplica à realização de acções já licenciadas ou autorizadas à data da entrada em vigor da delimitação da REN nos termos do artigo 12.º

Artigo 41º - Elaboração das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional

1 — As orientações estratégicas de âmbito nacional e regional devem ser elaboradas no prazo de um ano contado a partir da data de tomada de posse da Comissão Nacional da REN.

2 — Até à publicação das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, a delimitação da REN a nível municipal segue o procedimento estabelecido no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, sendo aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área do ambiente e do ordenamento do território.

Artigo 43º - Elaboração ou adaptação da delimitação municipal

- 1 — A elaboração ou alteração da delimitação da REN a nível municipal deve ser efectuada no prazo de três anos contado a partir da publicação das orientações estratégicas.
- 2 — Enquanto não se proceder à alteração da delimitação nos termos do número anterior, continuam a vigorar as delimitações efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março.
- 3 — A correspondência das áreas definidas no Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com as novas categorias das áreas integradas na REN é identificada no anexo IV do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante.
- 4 — No caso dos municípios sem delimitação de REN em vigor, o não cumprimento do prazo previsto no n.º 1 condiciona o procedimento de revisão dos planos directores municipais, o qual não pode ser aprovado, sob pena de nulidade.

Artigo 44º - Regime transitório de reconhecimento do interesse público de infra-estruturas públicas

- 1 — O disposto no n.º 3 do artigo 21.º é aplicável às declarações de impacte ambiental favoráveis ou condicionalmente favoráveis, que tenham sido emitidas antes da entrada em vigor do presente decreto-lei.
- 2 — Nas situações previstas no número anterior em que o procedimento de avaliação de impacte ambiental tenha ocorrido em fase de estudo prévio ou de anteprojecto, a comissão de coordenação e desenvolvimento regional pode estabelecer, quando necessário, os condicionamentos e as medidas de minimização de afectação das áreas integradas na REN previstas no n.º 2 do artigo 21.º
- 3 — O estabelecimento dos condicionamentos e das medidas de minimização previstas no número anterior está sujeito a homologação pelo membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território, a qual deve ocorrer até ao limite do prazo estabelecido no n.º 7 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 68/2000, de 3 de Maio, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 197/2005, de 8 de Novembro, considerando-se recusada a homologação caso aquele limite seja excedido.
- 4 — Para efeitos do número anterior, a autoridade de avaliação de impacte ambiental envia os elementos relevantes do processo à comissão de coordenação e desenvolvimento regional competente.

Artigo 45º - Cessação de funções

Com a entrada em vigor do presente decreto -lei cessam funções os membros da anterior Comissão Nacional da REN, continuando os mesmos a assegurar o seu normal funcionamento até ao início de funções dos novos membros.

Artigo 47º - Norma revogatória

É revogado o Decreto -Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis:
316/90, de 13 de Outubro,
213/92, de 12 de Outubro, 79/95, de 20 de Abril,
203/2003, de 1 de Outubro, e
180/2006, de 6 de Setembro.

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

(Decreto-Lei Nº 166/2008)

Delimitação

CAPÍTULO II

Delimitação da REN

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 5º - Âmbito

1 — A delimitação da REN compreende dois níveis:

- a) Nível estratégico;
- b) Nível operativo.

2 — O nível estratégico é concretizado através de orientações estratégicas de âmbito nacional e regional e de acordo com os critérios constantes do anexo I do presente decreto-lei, que dele faz parte integrante.

3 — O nível operativo é concretizado através da delimitação, em carta de âmbito municipal, das áreas integradas na REN, tendo por base as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional e de acordo com os critérios constantes do anexo I do presente decreto -lei, que dele faz parte integrante.

Artigo 6º - Direito à informação e à participação

Ao longo da elaboração das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional e da delimitação da REN a nível municipal, as entidades públicas competentes devem facultar aos interessados, nos respectivos sítios da Internet, todos os elementos relevantes para que estes possam conhecer o estágio dos trabalhos e a evolução da tramitação procedimental, bem como formular observações, sugestões e pedidos de esclarecimento.

SECÇÃO II

Nível estratégico

Artigo 7º - Conteúdo do nível estratégico

1 — As orientações estratégicas de âmbito nacional e regional são definidas em coerência com o modelo territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e com as estruturas regionais de protecção e valorização ambiental, estabelecidas nos planos regionais de ordenamento do território.

2 — As orientações estratégicas de âmbito nacional e regional têm ainda em consideração o disposto no Plano Nacional da Água, nos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica e em outros planos sectoriais relevantes.

3 — As orientações estratégicas de âmbito nacional e regional compreendem as directrizes e os critérios para a delimitação das áreas da REN a nível municipal e são acompanhadas de um esquema nacional de referência.

4 — O esquema nacional de referência inclui a identificação gráfica das principais componentes de protecção dos sistemas e processos biofísicos, dos valores a salvaguardar e dos riscos a prevenir.

Artigo 8º - Procedimento de elaboração das orientações estratégicas

1 — As orientações estratégicas de âmbito nacional são elaboradas pela Comissão Nacional da REN, com a colaboração das comissões de coordenação e desenvolvimento regional.

2 — As orientações estratégicas de âmbito regional são elaboradas pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional, com a colaboração das administrações das regiões hidrográficas, em articulação com os municípios da área territorial abrangida.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, os municípios designam um representante.

4 — A Comissão Nacional da REN e as comissões de coordenação e desenvolvimento regional coordenam os procedimentos de elaboração das orientações de âmbito nacional e regional no sentido de assegurar a coerência dos respectivos conteúdos.

5 — As orientações estratégicas de âmbito nacional e regional são aprovadas por resolução do Conselho de Ministros.

SECÇÃO III **Nível operativo**

Artigo 9º - Conteúdo do nível operativo

1 — A delimitação a nível municipal das áreas integradas na REN é obrigatória.

2 — Na elaboração da proposta de delimitação da REN deve ser ponderada a necessidade de exclusão de áreas com edificações legalmente licenciadas ou autorizadas, bem como das destinadas à satisfação das carências existentes em termos de habitação, actividades económicas, equipamentos e infra-estruturas.

3 — As cartas de delimitação da REN a nível municipal são elaboradas à escala de 1:25 000 ou superior, acompanhadas da respectiva memória descritiva, e delas devem constar:

- a) A delimitação das áreas incluídas na REN, indicando as suas diferentes tipologias de acordo com o artigo 4.º;
- b) As exclusões de áreas, nos termos do número anterior, que, em princípio, deveriam ser integradas na REN, incluindo a sua fundamentação e a indicação do fim a que se destinam.

4 — As áreas da REN são identificadas nas plantas de condicionantes dos planos especiais e municipais de ordenamento do território e constituem parte integrante das estruturas ecológicas municipais.

Artigo 10º - Delimitação da REN a nível municipal

1 — Compete à câmara municipal elaborar a proposta de delimitação da REN a nível municipal, devendo as comissões de coordenação e desenvolvimento regional e as administrações de região hidrográfica fornecer-lhe a informação técnica necessária e competindo às primeiras assegurar o acompanhamento assíduo e continuado da elaboração técnica da proposta de delimitação pelo município.

2 — Antes da elaboração da proposta, a câmara municipal pode estabelecer uma parceria com a comissão de coordenação e desenvolvimento regional na qual se definem, designadamente, os termos de referência para a elaboração, os prazos e as formas de colaboração técnica a prestar pela comissão de coordenação e desenvolvimento regional.

Artigo 11º - Acompanhamento e aprovação da delimitação da REN a nível municipal

1 — A câmara municipal apresenta a proposta de delimitação da REN à comissão de coordenação e desenvolvimento regional que, no prazo de 22 dias, procede à realização de uma conferência de serviços com todas as entidades administrativas representativas dos interesses a ponderar, a qual deve ser acompanhada pela câmara municipal.

2 — No âmbito da conferência de serviços, a comissão de coordenação e desenvolvimento regional pronuncia -se, designadamente, sobre a compatibilidade da proposta de delimitação com os critérios constantes do presente decreto-lei e com as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, bem como sobre as propostas de exclusão de áreas da REN e sua fundamentação.

3 — Finda a conferência de serviços, é emitido um parecer, assinado por todos os intervenientes, com a menção expressa da posição de cada um, que substitui, para todos os efeitos legais, os

pareceres que essas entidades devessem emitir sobre a proposta de delimitação, bem como, em conclusão, a posição final da comissão de coordenação e desenvolvimento regional.

4 — Caso o representante de um serviço ou entidade não manifeste na conferência de serviços a sua discordância com a delimitação ou, apesar de regularmente convocado, não compareça à reunião, considera -se que a entidade por si representada nada tem a opor à proposta de delimitação, desde que não manifeste a sua discordância no prazo de cinco dias após a realização da conferência.

5 — Quando haja convergência entre a posição final da comissão de coordenação e desenvolvimento regional e a proposta de delimitação da câmara municipal sem que nenhuma das entidades consultadas nos termos do n.º 3 a ela se oponha, a conclusão do parecer referido no n.º 3 é convertida em aprovação definitiva da delimitação da REN.

6 — Quando haja divergência entre a posição final da comissão de coordenação e desenvolvimento regional e a proposta da câmara municipal, esta pode promover, no prazo de 15 dias, a consulta da Comissão Nacional da REN para efeitos de emissão de parecer, dando conhecimento à comissão de coordenação e desenvolvimento regional.

7 — Em casos excepcionais devidamente fundamentados e quando haja divergência entre as posições das entidades representadas na conferência de serviços e a posição final da comissão de coordenação e desenvolvimento regional favorável à delimitação proposta, essas entidades podem promover, no prazo de 15 dias, a consulta à Comissão Nacional da REN, para efeitos de emissão de parecer, dando conhecimento à comissão de coordenação e desenvolvimento regional.

8 — O prazo de 15 dias referido no n.º 6 e no número anterior conta -se a partir da emissão da decisão da comissão de coordenação e desenvolvimento regional.

9 — O parecer da Comissão Nacional da REN referido nos n.º 6 e 7 é emitido no prazo de 22 dias, não prorrogáveis, contados a partir da data de receção do pedido de consulta.

10 — Após a emissão de parecer pela Comissão Nacional da REN, nos termos do número anterior, a comissão de coordenação e desenvolvimento regional pode ponderar a sua posição final.

11 — A câmara municipal procede à reformulação da proposta de delimitação, quando:

- a) O prazo previsto no n.º 6 tenha decorrido sem que esta tenha solicitado o parecer aí previsto; ou
- b) A comissão de coordenação e desenvolvimento regional mantiver a sua discordância com a proposta de delimitação após a emissão do parecer previsto no n.º 9.

12 — Após a reformulação da proposta de delimitação, a câmara municipal envia -a para aprovação da comissão de coordenação e desenvolvimento regional.

13 — A comissão de coordenação e desenvolvimento regional pode aprovar definitivamente a delimitação da REN no prazo de 30 dias após:

- a) A receção da proposta de delimitação devidamente reformulada;
- b) O decurso do prazo previsto no n.º 7; ou
- c) A emissão do parecer da Comissão Nacional da REN nos termos do n.º 9.

14 — Nos casos em que a câmara municipal não reformule a proposta de delimitação no prazo de 44 dias após ter sido notificada para o fazer, cabe à comissão de coordenação e desenvolvimento regional reformular a proposta e aprovar definitivamente a delimitação da REN.

15 — A aprovação da delimitação da REN prevista no número anterior produz efeitos após homologação do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território.

Artigo 12º - Publicação da delimitação da REN a nível municipal

Após a aprovação da delimitação da REN, a comissão de coordenação e desenvolvimento regional envia a delimitação da REN, com o conteúdo mencionado no n.º 3 do artigo 9.º, para publicação na 2.ª série do Diário da República.

Artigo 13º - Depósito e consulta

1 — A Direcção -Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano procede ao depósito das cartas da REN e da respectiva memória descritiva.

2 — Os elementos referidos no número anterior são disponibilizados na Internet, através do Sistema Nacional de Informação Territorial.

Artigo 14º - Delimitação da REN em simultâneo com a formação de planos especiais de ordenamento do território

1 — A delimitação da REN pode ocorrer em simultâneo com a elaboração, alteração ou revisão de plano especial de ordenamento do território.

2 — Sempre que se verifique a situação mencionada no número anterior:

- a) A delimitação da REN, na área de intervenção do plano especial de ordenamento do território, é elaborada pela entidade responsável pela elaboração do mesmo;
- b) A conferência de serviços prevista no n.º 1 do artigo 11.º deve realizar -se no âmbito da comissão de acompanhamento prevista no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto -Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro;
- c) O parecer previsto no n.º 3 do artigo 11.º é emitido em simultâneo com o parecer da comissão de acompanhamento do plano, previsto no n.º 3 do artigo 47.º do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro;
- d) A delimitação da REN, elaborada em simultâneo com o plano especial, é efectuada para a área de intervenção do plano e determina a revogação e consequente actualização da carta municipal da REN.

3 — À delimitação da REN aplica -se o disposto nos nº 5 a 15 do artigo 11.º e no artigo 12.º, sendo a sua publicação, nos termos do artigo 12.º, assegurada pela entidade responsável pela elaboração do plano.

Artigo 15º - Delimitação da REN em simultâneo com a formação de planos municipais de ordenamento do território

1 — A delimitação da REN pode ocorrer em simultâneo com a elaboração, alteração ou revisão de plano municipal de ordenamento do território.

2 — Sempre que se verifique a situação mencionada no número anterior:

- a) A conferência de serviços prevista no n.º 1 do artigo 11.º é realizada no âmbito da comissão de acompanhamento ou pela conferência de serviços, nos termos previstos nos artigos 75.º -A e 75.º -C do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto -Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro;
- b) O parecer previsto no n.º 3 do artigo 11.º é emitido em simultâneo com o parecer da comissão de acompanhamento do plano ou com a acta da conferência de serviços, previsto nos artigos 75.º -A e 75.º -C do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto -Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro;
- c) A delimitação da REN elaborada em simultâneo com o plano municipal de ordenamento do território determina a revogação e consequente actualização da carta municipal da REN.

3 — À delimitação da REN aplicam -se o disposto nos nº 5 a 15 do artigo 11.º e no artigo 12.º

Artigo 16º - Alterações da delimitação da REN

As alterações da delimitação da REN, por integração ou exclusão de áreas, têm carácter excepcional e devem salvaguardar a integridade e a coerência sistémica da REN, seguindo, com as devidas adaptações, o procedimento previsto no presente decreto -lei para a sua elaboração, acompanhamento e aprovação.

Artigo 17º - Relevante interesse geral

Em casos excepcionais de relevante interesse geral, o Governo pode, ouvida a câmara municipal do município abrangido, alterar a delimitação da REN a nível municipal através de resolução do Conselho de Ministros.

Artigo 18º - Reintegração

1 — As áreas que tenham sido excluídas da REN são reintegradas, no todo ou em parte, quando as mesmas não tenham sido destinadas aos fins que fundamentaram a sua exclusão:

- a) No prazo de cinco anos, quando a exclusão tenha ocorrido no âmbito de procedimento de delimitação ou alteração da delimitação para a execução de projectos e a obra ainda não se tenha iniciado;
- b) No prazo para a execução de plano municipal de ordenamento do território, quando a exclusão tenha ocorrido no âmbito da elaboração desse plano e a obra ainda não se tenha iniciado.

2 — Nos casos de projectos com título válido para a sua execução, a reintegração só ocorre com a caducidade do título.

3 — Decorridos os prazos previstos nos números anteriores e para efeitos de reintegração, a câmara municipal promove obrigatoriamente a alteração da carta municipal da REN e submete -a a aprovação da comissão de coordenação e desenvolvimento regional, aplicando -se o disposto no artigo 12.º

4 — A alteração mencionada no número anterior pode ser promovida a todo o tempo.

Artigo 19º - Correções materiais e rectificações

1 — As correções materiais de delimitação da REN são admissíveis para efeitos de:

- a) Correções de erros materiais, patentes e manifestos, na representação cartográfica;
- b) Correções de erros materiais que correspondam a incongruências com instrumentos de gestão territorial.

2 — As correções materiais são efectuadas por despacho do presidente da comissão de coordenação e desenvolvimento regional, a publicar na 2.ª série do Diário da República, após apreciação, e podem ser efectuadas a todo o tempo.

3 — As correções materiais podem ser promovidas pela comissão de coordenação e desenvolvimento regional, pela câmara municipal ou pela entidade responsável pela elaboração da REN, nos termos do artigo 14.º

4 — São admissíveis rectificações para correcção de lapsos gramaticais, ortográficos, de cálculo ou de natureza análoga ou para correcção de erros materiais provenientes de divergências entre o acto original e o acto efectivamente publicado na 2.ª série do Diário da República, que podem ser feitas a todo o tempo mediante declaração da respectiva entidade do acto original.

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL
(Decreto-Lei Nº 166/2008)

Regime da REN

Artigo 4º - Áreas integradas em REN

1 — Os objectivos referidos no artigo 2.º são prosseguidos mediante a integração na REN de áreas de protecção do litoral, de áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e de áreas de prevenção de riscos naturais, a delimitar nos termos do capítulo II do presente decreto-lei.

2 — As áreas de protecção do litoral são integradas de acordo com as seguintes tipologias:

- a) Faixa marítima de protecção costeira;
- b) Praias;
- c) Restingas e ilhas -barreira;
- d) Tómbolos;
- e) Sapais;
- f) Ilhéus e rochedos emersos no mar;
- g) Dunas costeiras e dunas fósseis;
- h) Arribas e respectivas faixas de protecção;
- i) Faixa terrestre de protecção costeira;
- j) Águas de transição e respectivos leitos;
- l) Zonas de protecção das águas de transição.

3 — As áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre são integradas de acordo com as seguintes tipologias:

- a) Cursos de água e respectivos leitos e margens;
- b) Lagoas e lagos e respectivos leitos, margens e faixas de protecção;
- c) Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respectivos leitos, margens e faixas de protecção;
- d) Áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos.

4 — As áreas de prevenção de riscos naturais são integradas de acordo com as seguintes tipologias:

- a) Zonas adjacentes;
- b) Zonas ameaçadas pelo mar não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos, aprovada pela Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro;
- c) Zonas ameaçadas pelas cheias não classificadas como zonas adjacentes nos termos da Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos;
- d) Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo;
- e) Áreas de instabilidade de vertentes.

Lei Nº54/2005

Artigo 22º

Zonas ameaçadas pelo mar

1—Sempre que se preveja tecnicamente o avanço das águas do mar sobre terrenos particulares situados além da margem, pode o Governo, por iniciativa do Instituto da Água, como autoridade nacional da água, ou do Instituto da Conservação da Natureza, no caso de áreas classificadas, classificar a área em causa como zona adjacente.

2—A classificação de uma área ameaçada pelo mar como zona adjacente é feita por portaria do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, ouvidas as autoridades marítimas em relação aos trechos sujeitos à sua jurisdição, devendo o referido diploma conter a planta com a delimitação da área classificada e definindo dentro desta as áreas de ocupação edificada proibida e ou as áreas de ocupação edificada condicionada.

Artigo 23.º

Zonas ameaçadas pelas cheias

1—O Governo pode classificar como zona adjacente por se encontrar ameaçada pelas cheias a área contígua à margem de um curso de águas.

2—Tem iniciativa para a classificação de uma área ameaçada pelas cheias como zona adjacente:

- a) O Governo;
- b) O Instituto da Água, como autoridade nacional da água;
- c) O Instituto da Conservação da Natureza, nas áreas classificadas;
- d) O município, através da respectiva câmara municipal.

3—A classificação de uma área como zona adjacente é feita por portaria do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, ouvidas as autoridades marítimas em relação aos trechos sujeitos à sua jurisdição e as entidades referidas nas alíneas b), c) e d) do n.º 2 se a iniciativa não lhes couber.

4—A portaria referida no número anterior contém em anexo uma planta delimitando a área classificada.

5—Podem ser sujeitas a medidas preventivas, nos termos do capítulo II do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, as áreas que, de acordo com os estudos elaborados, se presumam venham a ser classificadas ao abrigo do presente artigo.

6—As acções de fiscalização e execução de obras de conservação e regularização a realizar nas zonas adjacentes podem ser exercidas em regime de parceria a que se refere o artigo 8.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.

Artigo 24.º

Zonas adjacentes

1—Entende-se por zona adjacente às águas públicas toda a área contígua à margem que como tal seja classificada por se encontrar ameaçada pelo mar ou pelas cheias.

2—As zonas adjacentes estendem-se desde o limite da margem até uma linha convencional definida para cada caso no diploma de classificação, que corresponde à linha alcançada pela maior cheia, com período de retorno de 100 anos, ou à maior cheia conhecida, no caso de não existirem dados que permitam identificar a anterior.

3—As zonas adjacentes mantêm-se sobre propriedade privada ainda que sujeitas a restrições de utilidade pública.

4—O ónus real resultante da classificação de uma área como zona adjacente é sujeito a registo, nos termos e para efeitos do Código do Registo Predial.

CAPÍTULO III

Regime das áreas integradas em REN

Artigo 20º - Regime

1 — Nas áreas incluídas na REN são interditos os usos e as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em:

- a) Operações de loteamento;
- b) Obras de urbanização, construção e ampliação;
- c) Vias de comunicação;
- d) Escavações e aterros;
- e) Destruição do revestimento vegetal, não incluindo as acções necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais.

2 — Exceptuam -se do disposto no número anterior os usos e as acções que sejam compatíveis com os objectivos de protecção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN.

3 — Consideram-se compatíveis com os objectivos mencionados no número anterior os usos e acções que, cumulativamente:

- a) Não coloquem em causa as funções das respectivas áreas, nos termos do **anexo I**; e
- b) Constem do **anexo II do presente decreto-lei**, que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes, como:
 - i) Isentos de qualquer tipo de procedimento; ou
 - ii) Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia; ou
 - iii) Sujeitos à obtenção de autorização.

4 — Compete aos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ambiente, do ordenamento do território, da agricultura, do desenvolvimento rural, das pescas, da economia, das obras públicas e transportes aprovar, por portaria, as condições a observar para a viabilização dos usos e acções referidos nos nº 2 e 3.

Artigo 21º - Acções de relevante interesse público

1 — Nas áreas da REN podem ser realizadas as acções de relevante interesse público que sejam reconhecidas como tal por despacho conjunto do membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e do membro do Governo competente em razão da matéria, desde que não se possam realizar de forma adequada em áreas não integradas na REN.

2 — O despacho referido no número anterior pode estabelecer, quando necessário, condicionamentos e medidas de minimização de afectação para execução de acções em áreas da REN.

3 — Nos casos de infra-estruturas públicas, nomeadamente rodoviárias, ferroviárias, portuárias, aeroportuárias, de abastecimento de água ou de saneamento, sujeitas a avaliação de impacte ambiental, a declaração de impacte ambiental favorável ou condicionalmente favorável equivale ao reconhecimento do interesse público da acção.

Artigo 22º - Comunicação prévia

1 — A comunicação prévia a que se refere a subalínea ii) da alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º é realizada por escrito e dirigida à comissão de coordenação e desenvolvimento regional, contendo os elementos estabelecidos por portaria a aprovar pelo membro do Governo responsável pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território.

2 — A comunicação prévia pode ser apresentada pelo interessado ou pela entidade administrativa competente para aprovar ou autorizar a acção em causa.

3 — As obras objecto de comunicação prévia podem iniciar-se no prazo de 25 dias sobre a apresentação da comunicação prévia, com excepção das acções de defesa da floresta contra incêndios, as quais se podem iniciar no prazo de 10 dias sobre a apresentação da comunicação prévia.

4 — A realização de uma comunicação prévia de início de um uso ou de uma acção que devesse ser objecto de autorização nos termos do artigo seguinte não preclui o dever de obtenção dessa mesma autorização.

5 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a comissão de coordenação e desenvolvimento regional deve informar o interessado, no prazo de 22 dias a contar da data da apresentação da comunicação prévia, que a realização da acção se encontra sujeita a autorização, nos termos do presente decreto-lei, e das consequências advenientes da realização desse mesmo uso ou acção sem a obtenção da referida autorização, nomeadamente as previstas no capítulo VI do presente decreto-lei.

6 — No caso de a comunicação prévia ser realizada nos termos do artigo 13.º-A do **Decreto -Lei n.º 555/99**, de 16 de Dezembro, na redacção dada **pela Lei n.º 60/2007**, de 4 de Setembro, aplica-se o prazo previsto nesse diploma.

Artigo 23º - Autorização

1 — A autorização prevista na subalínea iii) da alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º é emitida pela comissão de coordenação e desenvolvimento regional na sequência de pedido apresentado para o efeito, instruído dos elementos estabelecidos na portaria a que se refere o n.º 4 do artigo 20.º:

- a) Junto da comissão de coordenação e desenvolvimento regional, pelo interessado que demonstre a titularidade de uma situação jurídica que lhe confira o direito ao uso ou acção;
- b) Junto da câmara municipal, pelo interessado que demonstre a titularidade de uma situação jurídica que lhe confira o direito ao uso ou acção, a qual remete o processo para a comissão de coordenação e desenvolvimento regional no prazo de 10 dias a contar da recepção do requerimento inicial ou da recepção dos elementos solicitados para sanar eventuais omissões de instrução.

2 — O pedido considera -se tacitamente deferido na ausência de decisão final no prazo de 25 dias a contar da data da sua apresentação junto da comissão de coordenação e desenvolvimento regional.

3 — A comissão de coordenação e desenvolvimento regional pode solicitar ao requerente ou à entidade responsável, consoante o caso, no prazo máximo de 10 dias a contar da data da recepção do processo, a apresentação dos elementos em falta nos termos do presente decreto-lei, bem como, sempre que tal se mostre necessário e por uma única vez, os elementos adicionais relevantes para a decisão, suspendendo -se, em qualquer dos casos, o prazo de decisão final do pedido de autorização.

4 — Reunidas as condições para a concessão da autorização, a comissão de coordenação e desenvolvimento regional pode estabelecer condicionamentos de ordem ambiental e paisagística à realização das obras, tendo em vista a preservação dos valores que levaram à classificação do local como REN.

5 — No caso a que se refere a alínea a) do n.º 1, o interessado dispõe de um prazo de um ano para apresentar o pedido de licenciamento, autorização, aprovação ou realizar a comunicação prévia relativos à obra a que a autorização respeita, findo o qual a mesma caduca.

6 — A autorização emitida nos termos do presente artigo é válida enquanto se mantiver em vigor a autorização, licença ou concessão para a qual foi emitida.

7 — No caso de autorização da construção de habitação para agricultores, os prédios que constituem a exploração agrícola são inalienáveis durante o prazo de 15 anos subsequentes à construção, salvo por dívidas relacionadas com a aquisição dos bens imóveis da exploração e de que estes sejam garantia, ou por dívidas fiscais.

8 — O ónus de inalienabilidade não se aplica quando a transmissão de quaisquer direitos reais sobre os prédios que constituem a exploração agrícola e sobre a edificação ocorrer entre agricultores, desde que se mantenha a afectação da edificação ao uso exclusivo de habitação para residência própria e habitual do adquirente como responsável pela exploração agrícola.

9 — O ónus de inalienabilidade está sujeito a registo e cessa ocorrendo a morte ou invalidez permanente e absoluta do proprietário ou quando decorrido o prazo de 15 anos referido no número anterior.

10 — No caso de a autorização ser solicitada nos termos do artigo **13º-A do Decreto-Lei n.º 555/99**, de 16 de Dezembro, na redacção dada pela **Lei n.º 60/2007**, de 4 de Setembro, aplica -se o prazo previsto nesse diploma.

Artigo 24º - Usos e acções sujeitos a outros regimes

1 — Nos casos em que os usos e as acções previstos no anexo II recaiam em áreas cuja utilização necessite de título de utilização dos recursos hídricos, em áreas classificadas ou em áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional (RAN), a comissão de coordenação e desenvolvimento regional promove a realização de uma conferência de serviços com as entidades respectivamente competentes.

2 — No âmbito da conferência de serviços mencionada no número anterior, sem prejuízo da emissão autónoma do título de utilização de recursos hídricos, é emitida uma comunicação única de todas as

entidades competentes ao interessado, a qual colige todos os actos que cada uma das entidades envolvidas deve praticar, nos termos legais e regulamentares.

3 — A comunicação prevista no número anterior deve reflectir a posição manifestada por cada uma das entidades, observando as respectivas competências próprias.

4 — Nos casos a que se refere o n.º 1 em que seja também necessária a emissão de título de utilização dos recursos hídricos, os elementos necessários à realização do procedimento atinente à sua emissão, nos termos do Decreto -Lei n.º 226 -A/2007, de 31 de Maio, são remetidos à administração de região hidrográfica territorialmente competente no prazo máximo de cinco dias a contar da data da apresentação do pedido.

5 — Quando estejam em causa exclusivamente áreas integradas na REN e na RAN, a conferência de serviços prevista no n.º 1 deve ocorrer em simultâneo com a reunião da comissão regional da RAN.

6 — Quando o licenciamento da obra relativa ao uso ou acção se realizar no âmbito de um procedimento a cargo de uma entidade coordenadora, o pedido de autorização só pode ser apreciado nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo anterior.

7 — Quando a pretensão em causa esteja sujeita a procedimento de avaliação de impacte ambiental ou de avaliação de incidências ambientais, a pronúncia favorável da comissão de coordenação e desenvolvimento regional no âmbito desses procedimentos compreende a emissão de autorização.

8 — O prazo previsto no n.º 2 do artigo anterior não se aplica aos procedimentos de avaliação de impacte ambiental ou a procedimentos a cargo de uma entidade coordenadora, aplicando -se nestas situações os prazos definidos nas respectivas normas legais.

9 — Nos casos em que a comissão de coordenação e desenvolvimento regional autorize ou emita parecer sobre uma pretensão ao abrigo de um regime específico, deve nesse acto também decidir sobre a possibilidade de afectação de áreas integradas na REN, nos termos do presente decreto -lei, sendo neste caso aplicável o prazo previsto no respectivo regime.

Artigo 25º - Contratos de parceria

As competências da comissão de coordenação e desenvolvimento regional previstas nos artigos 22.º e 23.º podem ser exercidas em parceria com as câmaras municipais, mediante a celebração de contratos de parceria que estabeleçam o âmbito, os termos e as suas condições.

Artigo 26º - Operações de loteamento

1 — As áreas integradas na REN podem ser incluídas em operações de loteamento, desde que não sejam objecto de fraccionamento nem destinadas a usos ou acções incompatíveis com os objectivos de protecção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais.

2 — As áreas integradas na REN podem ser consideradas para efeitos de cedências destinadas a espaços verdes públicos e de utilização colectiva, não sendo contabilizadas para o cálculo de edificabilidade.

Artigo 27º - Invalidade dos actos e responsabilidade civil

1 — São nulos os actos administrativos praticados em violação do disposto no presente capítulo ou que permitam a realização de acções em desconformidade com os fins que determinaram a exclusão de áreas da REN.

2 — A entidade administrativa responsável pela emissão do acto administrativo revogado anulado ou declarado nulo bem como os titulares dos respectivos órgãos e os seus funcionários e agentes respondem civilmente pelos prejuízos causados, nos termos da lei.

3 — Quando a ilegalidade que fundamenta a revogação, a anulação ou a declaração de nulidade resulte de parecer vinculativo, autorização ou aprovação legalmente exigível, a entidade que o emitiu responde

solidariamente com a entidade administrativa que praticou o acto revogado, anulado ou declarado nulo, que tem sobre aquela direito de regresso.

4 — O disposto no presente artigo em matéria de responsabilidade solidária não prejudica o direito de regresso que ao caso couber, nos termos gerais de direito.

Artigo 37º - Contra-ordenações

1 — Constitui contra -ordenação ambiental leve:

- a) A realização de usos ou acções sem que tenha sido apresentada a respectiva comunicação prévia, quando a mesma seja exigível nos termos dos artigos 20.º e 22.º;
- b) A realização de usos ou acções em desrespeito da autorização emitida nos termos do artigo 23.º, nomeadamente dos termos e condições que determinaram a sua emissão ou que foram nela estabelecidos.

2 — Constitui contra -ordenação ambiental grave a realização de usos ou acções sem a emissão da respectiva autorização, quando a mesma seja exigível nos termos dos artigos 20.º e 23.º

3 — Constitui contra -ordenação ambiental muito grave:

- a) A realização de usos ou acções interditos nos termos do artigo 20.º;
- b) O incumprimento ou cumprimento deficiente dos condicionamentos e medidas de minimização estabelecidos, nos termos do n.º 2 do artigo 21.º

4 — A tentativa é punível nas contra -ordenações mencionadas nos nº 2 e 3, sendo os limites mínimos e máximos da respectiva coima reduzidos a metade.

5 — A negligência é sempre punível.

6 — Pela prática das contra-ordenações previstas nos nº 2 e 3 podem ser aplicadas ao infractor as sanções acessórias previstas no n.º 1 do **artigo 30.º da Lei n.º 50/2006**, de 29 de Agosto.

7 — Pode ser objecto de publicidade, nos termos do disposto no **artigo 38.º da Lei n.º 50/2006**, de 29 de Agosto, a condenação pela prática das infracções previstas nos n.os 2 e 3, quando a medida concreta da coima aplicada ultrapasse metade do montante máximo da coima abstractamente aplicável.

8 — A autoridade administrativa pode ainda, sempre que necessário, determinar a apreensão provisória de bens e documentos, nos termos previstos no **artigo 42.º da Lei n.º 50/2006**, de 29 de Agosto.

CAPÍTULO VII

Disposições complementares, transitórias e finais

Artigo 40º - Acções já licenciadas ou autorizadas

O disposto no capítulo III não se aplica à realização de acções já licenciadas ou autorizadas à data da entrada em vigor da delimitação da REN nos termos do artigo 12.º

Artigo 41.º

Elaboração das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional

1 — As orientações estratégicas de âmbito nacional e regional devem ser elaboradas no prazo de um ano contado a partir da data de tomada de posse da Comissão Nacional da REN.

2 — Até à publicação das orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, a delimitação da REN a nível municipal segue o procedimento estabelecido no **artigo 3º do Decreto-Lei nº 93/90**, de 19 de Março, sendo aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área do ambiente e do ordenamento do território.

DPM – Delimitação
[Lei Nº 54/2005]

Artigo 3º
Domínio público marítimo

O domínio público marítimo compreende:

- a) As águas costeiras e territoriais;
- b) As águas interiores sujeitas à influência das marés, nos rios, lagos e lagoas;
- c) O leito das águas costeiras e territoriais e das águas interiores sujeitas à influência das marés;
- d) Os fundos marinhos contíguos da plataforma continental, abrangendo toda a zona económica exclusiva;
- e) As margens das águas costeiras e das águas interiores sujeitas à influência das marés.

Artigo 10.o
Noção de leito; seus limites

2—O leito das águas do mar, bem como das demais águas sujeitas à influência das marés, é limitado pela linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais.

Essa linha é definida, para cada local, em função do espraçamento das vagas em condições médias de agitação do mar, no primeiro caso, e em condições de cheias médias, no segundo.

Artigo 11.o
Noção de margem; sua largura

2—A margem das águas do mar, bem como a das águas navegáveis ou fluviáveis que se encontram à data da entrada em vigor desta lei sujeitas à jurisdição das autoridades marítimas e portuárias, tem a largura de 50 m.

5—Quando tiver natureza de praia em extensão superior à estabelecida nos números anteriores, a margem estende-se até onde o terreno apresentar tal natureza.

6—A largura da margem conta-se a partir da linha limite do leito. Se, porém, esta linha atingir arribas alcantiladas, a largura da margem é contada a partir da crista do alcantil.

Artigo 17º
Delimitação

1—A delimitação dos leitos e margens dominiais confinantes com terrenos de outra natureza compete ao Estado, que a ela procede oficiosamente, quando necessário, ou a requerimento dos interessados.

2—Das comissões de delimitação, que podem ser constituídas por iniciativa do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, fazem sempre parte representantes do Ministério da Defesa Nacional e das administrações portuárias afectadas no caso do domínio público marítimo, representantes dos municípios afectados e também representantes dos proprietários dos terrenos confinantes com os leitos ou margens dominiais a delimitar.

3—Sempre que às comissões de delimitação se depararem questões de índole jurídica que não estejam em condições de decidir por si, podem os respectivos presidentes requerer a colaboração ou solicitar o parecer do delegado do procurador da República da comarca onde se situem os terrenos a delimitar.

4—A delimitação, uma vez homologada por resolução do Conselho de Ministros, é publicada no Diário da República.

5—A delimitação a que se proceder por via administrativa não preclui a competência dos tribunais comuns para decidir da propriedade ou posse dos leitos e margens ou suas parcelas.

6—Se, porém, o interessado pretender arguir o acto de delimitação de quaisquer vícios próprios deste que se não traduzam numa questão de propriedade ou posse, deve instaurar a respectiva acção especial de anulação.

Artigo 22º

Zonas ameaçadas pelo mar

1—Sempre que se preveja tecnicamente o avanço das águas do mar sobre terrenos particulares situados além da margem, pode o Governo, por iniciativa do Instituto da Água, como autoridade nacional da água, ou do Instituto da Conservação da Natureza, no caso de áreas classificadas, classificar a área em causa como zona adjacente.

2—A classificação de uma área ameaçada pelo mar como zona adjacente é feita por portaria do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, ouvidas as autoridades marítimas em relação aos trechos sujeitos à sua jurisdição, devendo o referido diploma conter a planta com a delimitação da área classificada e definindo dentro desta as áreas de ocupação edificada proibida e ou as áreas de ocupação edificada condicionada.

Artigo 24.o

Zonas adjacentes

1—Entende-se por zona adjacente às águas públicas toda a área contígua à margem que como tal seja classificada por se encontrar ameaçada pelo mar ou pelas cheias.

2—As zonas adjacentes estendem-se desde o limite da margem até uma linha convencional definida para cada caso no diploma de classificação, que corresponde à linha alcançada pela maior cheia, com período de retorno de 100 anos, ou à maior cheia conhecida, no caso de não existirem dados que permitam identificar a anterior.

3—As zonas adjacentes mantêm-se sobre propriedade privada ainda que sujeitas a restrições de utilidade pública.

4—O ónus real resultante da classificação de uma área como zona adjacente é sujeito a registo, nos termos e para efeitos do Código do Registo Predial.